



APOSTILA

ATUALIDADES

PROFESSOR: TICYANO LAVOR



ATUALIDADES

PROFESSOR: TICYANO LAVOR

SAÚDE – PANDEMIA E SUAS IMPLICAÇÕES	01
RELAÇÕES INTERNACIONAIS – POLÍTICA E ECONOMIA.	20
BRASIL – POLÍTICA – ECONOMIA E SOCIEDADE	90
MEIO AMBIENTE	93
DIVERSIDADE	114

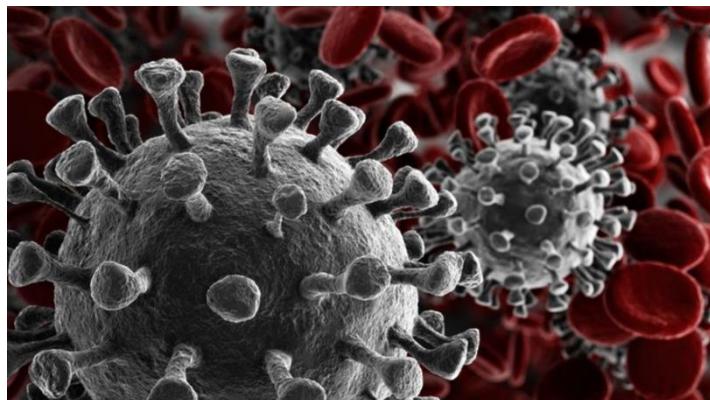


ATUALIDADES

PROFESSOR: TICYANO LAVOR

01

SAÚDE – PANDEMIA E SUAS IMPLICAÇÕES



Da descoberta de uma nova doença até a pandemia: a evolução da Covid-19 registrada nos tuítes da OMS

Por Deslange Paiva, G1

03/04/2020 13H30, ATUALIZADO HÁ UM ANO.

Publicações da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam o avanço do número de casos da Covid-19 em três meses desde o surgimento do vírus.

A primeira vez que a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada sobre o vírus Sars-Cov-2, ele não tinha ainda um nome definido. Em 9 de janeiro de 2020, a organização publicou um tuíte sobre o surgimento de um número elevado de casos de pneumonia em uma cidade na China.

Depois disso, a situação começou a ser acompanhada de perto pela organização, que utilizou a rede social como meio de divulgação das principais informações sobre o novo coronavírus.

O G1 reuniu uma cronologia dos comunicados divulgados pela a OMS que mostra o avanço da Covid-19 pelo mundo e como o vírus passou de um problema regional para uma pandemia.

- em janeiro a OMS já tinha informado que **todos os países deveriam se preparar para monitorar e realizar testes em casos suspeitos**
- o número de casos passou a ter rápida **elevação na segunda quinzena de fevereiro**
- o primeiro caso **registrado nos Estados Unidos foi em janeiro**. Somente em março o país adotou medidas drásticas para conter a disseminação do vírus
- o novo coronavírus foi definido **como pandemia no início de março**
- **em março, o número de infectados saltou de 100 para 800 mil, ultrapassando 1 milhão em 2 de abril**

Até esta sexta-feira (3), os Estados Unidos, país com mais casos da doença, registravam mais de 6 mil mortes e ao menos 245 mil confirmações de infecção pelo novo coronavírus, segundo a Universidade Johns Hopkins. A China, primeiro epicentro do vírus, registrava 82.432 casos. No mundo todo, o total de casos já ultrapassou 1 milhão.

Só entre quarta (1º) e quinta-feira, os Estados Unidos registraram 1.169 mortes em 24 horas, também de acordo com a Johns Hopkins. O número é o mais alto do mundo para um dia desde o início da pandemia.

A Itália, país com maior número de mortos, ao menos 13.915 nesta sexta, deverá prorrogar pelo menos até 2 de maio o período de confinamento.

Cronologia em posts

Em 4 de janeiro de 2019, a OMS relatou que foi procurada por autoridades chinesas para informar uma série de casos de pneumonia, até então sem mortes, na cidade de Wuhan, na província de Hubei.

No dia seguinte, **5 de janeiro**, a Organização informou que teria sido procurada pela China no dia 31 de dezembro com os relatos. A pneumonia, ainda sem causa, tinha registrado 44 casos: 11 pacientes em estado grave, enquanto os 33 restantes estavam em condição estável.

Ainda no mesmo dia, a OMS informou que não tinha nenhuma recomendação específica para evitar viagens por conta da pneumonia. Nem para viajantes que estavam em território chinês.

Em **9 de janeiro**, após investigações das autoridades chinesas, a OMS informou que os casos de pneumonia relatados em Wuhan se tratavam de um novo vírus, da família coronavírus, que causa doenças que variam de um resfriado comum a doenças mais graves, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS).

Neste momento, a OMS passou a recomendar medidas de higiene para evitar a transmissão do novo coronavírus. As recomendações incluíam lavar as mãos, cobrir a boca ou o nariz ao tossir ou espirrar, cozinhar bem alimentos como carnes e ovos antes de consumir, evitar contato com quaisquer pessoas com doenças respiratórias e com animais selvagens. A organização ainda não tinha emitido nenhum comunicado para a restrição de viagens.

Em **10 de janeiro** a OMS informou que não existia nenhuma recomendação de restrição de viagem para a China.

Em **11 de janeiro** a OMS já tinha emitido um comunicado com recomendações para outros países caso o vírus se espalhasse pelo mundo. O comunicado dizia que os países deveriam monitorar as pessoas doentes, realizar amostras de testes, tratar pacientes que apresentassem sintomas, controlar infecções em centros de saúde, manter os suprimentos certos e informar ao público sobre o vírus.

Em **12 de janeiro**, a OMS informou que não existia ainda nenhuma evidência clara que comprovasse a transmissão de humano para humano.

Em **16 de janeiro**, o Japão e a Tailândia teriam registrado os primeiros casos da doença fora do território chinês, de pessoas que haviam viajado a Wuhan. Até aquele momento, no entanto, a OMS não tinha nenhuma medida de restrição de viagens.

Em **19 de janeiro**, a OMS informou que o índice de transmissão de pessoa para pessoa era baixo, e que um animal era a fonte primária de transmissão.

Em **21 de janeiro** foi registrado o primeiro caso do novo coronavírus nos Estados Unidos, em um viajante que teria retornado recentemente da China.

Em **23 de janeiro**, a OMS informou que o novo coronavírus era uma emergência de saúde na China e, por enquanto, não era considerada uma emergência internacional. Até o dia 25 do mesmo mês, a organização informou que o nível de contaminação mundial era moderado.

Em **30 de janeiro**, após o crescimento do número de países afetados e a transmissão comunitária do novo vírus, a OMS declarou a situação como emergência de saúde pública de preocupação internacional sobre o surto global.

Em **24 de fevereiro**, a OMS informou que o número de mortes fora da China, tinha chegado a 24. E o número de casos no resto do mundo era 2.074, em 28 países. O aumento repentino de casos na Itália, na Coreia do Sul e no Irã era considerado tema de "profunda preocupação".

Até aquele momento, a Organização não tinha definido o novo coronavírus como uma pandemia, por não apresentar uma disseminação global não contida.

Em **28 de fevereiro**, 49 países já tinham registrado casos da Covid-19. Naquele dia, a OMS informou que a situação era de epidemias relacionadas da Covid-19 em vários países, mas a maioria dos casos era atribuída a contato com grupos de risco, que até aquele momento eram pessoas que visitaram os países por onde o vírus foi se espalhando. Ainda não havia evidência de casos de transmissão comunitária.

A OMS mantinha as mesmas recomendações de higiene para evitar o risco de transmissão. No entanto, no mesmo dia foram divulgados novos comunicados referentes ao novo coronavírus:

- pessoas que apresentassem sintomas deveriam evitar viagens
- grupos de riscos (pessoas com mais de 60 anos ou com problemas respiratórios e doenças crônicas) deveriam evitar aglomerações
- pessoas doentes deveriam ficar em casa, e comer e dormir separadamente da sua família, além de usar utensílios e talheres diferentes para comer
- em caso de falta de ar, a recomendação era para procurar um médico imediatamente

Em 9 de março, a OMS dividiu os países em três categorias e classificou a Covid-19 como uma epidemia com características desiguais globalmente. Todos os países foram recomendados a testar e isolar todos os casos suspeitos do novo vírus.

No entanto, os países que apresentassem transmissões comunitárias deveriam tomar medidas mais drásticas, como fechar escolas, cancelar eventos e reuniões e evitar aglomeração de pessoas.



Após 114 países terem sido atingidos pela doença, em 11 de março a **OMS optou por declarar o novo coronavírus como uma pandemia**. Nessa data, a principal recomendação da organização era que os países realizassem testes em massa e definissem medidas de isolamento para evitar o crescimento de transmissão.

Em **13 de março**, com o crescimento do número de casos na Europa, em grande parte na Itália, a OMS decretou o continente europeu como o epicentro do novo coronavírus. A organização manteve a posição de que todos os países devem realizar testes em massa, isolar infectados e tomar medidas de distanciamento social.

Em **16 de março**, a OMS ressaltou a importância do distanciamento social que foi adotado por vários países como medida de precaução. A organização voltou a reforçar a importância da realização de testes em massa.

No dia **23 de março** foram confirmados mais de 300 mil casos do novo coronavírus em todo o mundo.

Em **25 de março**, a pandemia teve um crescimento mais acelerado no número de casos confirmados da Covid-19.

Os primeiros 100 mil casos foram registrados ao longo dos 67 dias desde o início da pandemia. A partir disso, o número chegou em 200 mil casos após 11 dias. Três dias depois o número chegou em 300 mil, e chegou a 400 mil apenas dois dias depois.

De acordo com a Universidade Johns Hopkins, em atualização das 9h21 desta sexta-feira (3), o número de casos no mundo chegou a 1.039.166. São mais de 54,3 mil mortes e mais de 218,8 mil pessoas recuperadas da doença desde o início da pandemia.

1.1 – CORONAVÍRUS: VEJA A CRONOLOGIA DA DOENÇA NO BRASIL

Relembre as medidas tomadas pelos governos federal e estaduais contra a evolução do vírus e pela retomada da economia, além dos casos dos mais jovens a morrerem no país.

POR G1 - 06/04/2020

O Brasil ultrapassou nesta segunda-feira (6), 20 dias após ser confirmada em São Paulo a **primeira morte de um infectado pelo novo coronavírus** (Sars-Cov-2), a marca de 500 mortes causadas pela Covid-19. Naquele dia, eram 301 casos da doença confirmados no país. Nesta segunda-feira, o **total de casos já passava de 11,5 mil**.

O período foi marcado por medidas dos governos estaduais para evitar aglomerações e promover o distanciamento social. No governo federal, foram tomadas ações para incentivar a economia em meio ao combate ao vírus.

As últimas semanas, no entanto, também tiveram declarações e atitudes do presidente da República, **Jair Bolsonaro**, que foram na contramão das ações tomadas ao redor do mundo contra o coronavírus e que contrariam recomendações das autoridades nacionais e internacionais de saúde.

06.02: lei da quarentena

Antes de haver casos da doença no Brasil, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que trata as **normas da quarentena no país e medidas de combate ao coronavírus**. A proposta foi enviada pelo Executivo ao Congresso e aprovada na mesma semana como forma de estabelecer regras para a **chegada no país dos brasileiros que estavam em Wuhan** - cidade chinesa epicentro da pandemia -- e foram trazidos ao Brasil pelo governo brasileiro.

09.02: chegada de repatriados

Chegaram ao Brasil dois aviões da Força Aérea Brasileira com os repatriados que estavam em Wuhan e deixaram a cidade da China em meio ao período de restrição de circulação no local. Eles precisaram passar 18 dias em quarentena na Base Aérea de Anápolis. Eram 34 passageiros, entre brasileiros e cônjuges chineses.

26.02: 1º caso no Brasil

O Ministério da Saúde informou ter confirmado o primeiro caso positivo de coronavírus no Brasil. A confirmação também era a primeira da doença na América Latina. O homem de 61 anos que mora em São Paulo tinha chegado de viagem à Itália, país que no início de abril tinha o maior número de mortos pela doença - mais de 15,8 mil. O homem estava assintomático e foi deixado em quarentena domiciliar. Outras 30 pessoas que tiveram contato com ele ficaram em observação, segundo o ministério.

11.03: aulas e serviços suspensos

O Distrito Federal foi a primeira unidade da federação a estabelecer medidas de distanciamento social. Por meio de um decreto, o governador Ibaneis Rocha (MDB) suspendeu as aulas na rede pública e privada por cinco dias, além de eventos que exigissem licenças do governo do Distrito Federal. Dias depois foram suspensas também atividades de atendimento ao público em comércios, medida que incluiu restaurantes, bares, lojas, salões de beleza, entre outros.

Ações similares foram tomadas nos dias seguintes em estados como São Paulo, em 16 de março, e Rio de Janeiro, em 17 de março. Os demais estados também passaram a tomar medidas de quarentena.

12.03: integrantes do governo infectados

O secretário de Comunicação Social da Presidência da República, **Fábio Wanjgarten**, **testou positivo para o coronavírus**. Ele havia acabado de voltar de uma viagem aos Estados Unidos junto com o presidente Jair Bolsonaro e comitiva presidencial.

Bolsonaro chegou a fazer dois testes para a doença. Segundo o presidente, os **dois testes deram negativos**. Mais de 20 pessoas que faziam parte da comitiva ou **tiveram contato com Bolsonaro durante a viagem contraíram a doença**, como os ministros Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Bento Albuquerque (Minas e Energia), o senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e o prefeito de Miami, Francis Suarez.

17.03: 1ª morte no Brasil

O Brasil teve a **primeira confirmação de morte pela Covid-19** em São Paulo. O homem de 62 anos estava internado em um hospital particular e tinha histórico de diabetes, hipertensão e hiperplasia prostática – um aumento benigno da próstata que não é uma doença, mas uma condição comum em homens mais velhos e que pode causar infecções urinárias.

22.03: MP flexibiliza regras trabalhistas

O presidente Jair Bolsonaro editou uma **medida provisória que flexibiliza as regras trabalhistas**. Inicialmente, a proposta permitia a suspensão de contratos de trabalho por até 4 meses, mas o presidente retirou artigo que tratava desse assunto após receber críticas. Permaneceram as novas normas que tratam, por exemplo, de teletrabalho, férias individuais e coletivas e banco de horas.

24.03: Bolsonaro pede volta à normalidade

O presidente Jair Bolsonaro fez um **pronunciamento na TV no qual pediu 'volta à normalidade'** e o fim do 'confinamento em massa'. A declaração contrariou o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo vêm pregando como forma de evitar que o novo coronavírus se espalhe, o isolamento e o distanciamento social.

Na fala, o presidente também culpou os meios de comunicação por espalharem, segundo ele, uma sensação de "pavor". O pronunciamento foi duramente criticado por governadores, parlamentares e especialistas da área de Saúde. O Ministério da Saúde, que já vinha recomendando o distanciamento social, não comentou.

25.03: governadores criticam Bolsonaro

Após pronunciamento de Bolsonaro contra medidas de isolamento, **25 dos 27 governadores afirmaram que manteriam as iniciativas** de quarentena já tomadas para combater o coronavírus.

26.03: cidades vazias após um mês da doença

No último dia 26, várias **cidades do país estavam com ruas vazias** em meio a medidas de quarentena anunciadas pelos governos estaduais.

Naquela data, um dia após completar um mês desde que a primeira morte tinha sido registrada no Brasil, o país tinha mais de 60 mortos pela doença. O **G1 comparou a situação brasileira à época com a de outros países** largamente afetados: China, Itália, Coreia do Sul e Estados Unidos.

28.03: mais de 100 mortos

No último dia 28, o **total de mortos no país pela Covid-19 já era superior a 100**, chegando a 113, segundo as secretarias estaduais de Saúde. O número foi alcançado 11 dias após a primeira morte pela doença no Brasil.

30.03: Força Nacional na Saúde

Uma portaria assinada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, autorizou o uso da **Força Nacional para dar apoio ao Ministério da Saúde** nas ações de combate ao novo coronavírus. A medida garante, por exemplo, o auxílio para funcionamento de hospitais e controle sanitário, além de "aplicação das medidas coercitivas [com efeito de reprimir]" para, por exemplo, garantir a realização de exames médicos e testes laboratoriais obrigatórios.

31.03: morre homem aos 23 anos

O gastrólogo Matheus Aciole, de 23 anos, **teve a confirmação da morte por coronavírus em 17 de março**. Até então, ele era a pessoa mais jovem a morrer pelo vírus no país. Ele era morador de Natal e tinha obesidade, que pode estar associada a quadros graves da doença, segundo aponta pesquisa do Reino Unido.

01.04 - MP da redução salarial

Entrou em vigor em 1º de abril a medida provisória (MP) que estabelece o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. A **MP permite a suspensão de contratos de trabalho ou a redução salarial** e de jornada para reduzir a folha de pagamentos e evitar demissões em massa durante a crise do novo coronavírus.

02.04 - Auxílio de R\$ 600

Foi publicada no "Diário Oficial da União" a **lei que cria um auxílio de R\$ 600 mensais**, por três meses, a trabalhadores informais, como forma de conter a crise econômica causada pelo novo coronavírus. Bolsonaro informou que o auxílio deverá beneficiar 54 milhões de pessoas, com custo de R\$ 98 bilhões.

06.04: morrem adolescente e bebê

Após a morte de um rapaz de 23 anos, um **adolescente de 15 anos se tornou o mais jovem a morrer** após contrair coronavírus no Brasil. Ele era morador de São Lourenço da Mata, no Grande Recife, e morreu em 27 de março, após uma semana de internação tendo sintomas como febre, tosse e dificuldade de respirar. O resultado do exame para a Covid-19 só saiu no domingo (5), e a divulgação do caso saiu em boletim da Secretaria Estadual de Saúde desta segunda.

Horas após a divulgação da morte do adolescente, foi confirmada a morte de um **bebê de 3 meses no Ceará**. A criança havia nascido com Síndrome de Bartter, uma alteração nos rins que afeta a taxa de potássio no sangue.

1.2 - POR QUE O CORONAVÍRUS AGORA SE CHAMA COVID-19 E COMO ESSES NOMES SÃO CRIADOS?

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o nome oficial da doença causada pelo novo coronavírus passará a ser **Covid-19**.

"Agora temos um nome para a doença e é Covid-19", disse o chefe da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, a repórteres em Genebra.

O Dr. Ghebreyesus pediu ao mundo que lute contra o novo vírus da maneira mais agressiva possível.

A palavra coronavírus refere-se ao grupo ao qual o vírus pertence, e não à última cepa. O vírus em si foi designado como SARS-CoV-2 pelo Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus.

Os pesquisadores vêm clamando por um nome oficial para evitar confusão e estigmatização de qualquer grupo ou país.

"Tivemos que encontrar um nome que não se referisse a uma localização geográfica, a um animal, a um indivíduo ou a grupo de pessoas, e que também seja pronunciável e relacionado à doença", explicou o chefe da OMS.

"Ter um nome é importante para impedir o uso de outros nomes que podem ser imprecisos ou estigmatizantes. Também nos fornece um padrão a ser usado em futuros surtos de coronavírus."

O novo nome é retirado das palavras "corona", "vírus" e "doença", com 2019 representando o ano em que surgiu (o surto foi relatado à OMS em 31 de dezembro).

Atualmente, existem mais de 42.200 casos confirmados em toda a China. O número de mortes ultrapassou o da epidemia de Sars em 2002-2003.

Na segunda-feira, 103 pessoas morreram apenas na província de Hubei, um recorde diário, e o número nacional de mortes no país era de 1.016. No entanto, o número de novas infecções em todo o país caiu quase 20% em relação ao dia anterior, de 3.062 para 2.478.

1.3 – CORONAVÍRUS: POR QUE ALGUNS PAÍSES SÃO MAIS EFICIENTES QUE OUTROS NA LUTA CONTRA A COVID-19.

PABLO UCHOA - BBC - 18 JANEIRO 2021

Em 2019, um ranking global considerou que os EUA e o Reino Unido eram modelos a serem seguidos na preparação para uma pandemia; Nova Zelândia, China e Vietnã ficaram muito atrás.

Mas avancemos para 2021 e a pandemia de coronavírus parece ter mostrado que Índice de Segurança de Saúde Global da Fundação Bill e Melinda Gates errou feio.

Nos Estados Unidos e no Reino Unido, a pandemia foi descrita como fora de controle. Enquanto isso, a resposta draconiana da China foi exaltada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A Nova Zelândia foi outro país elogiado como exemplar e o Vietnã registrou apenas 35 mortes por coronavírus em uma população de 95 milhões.

Parece que alguns países que antes pareciam bem no papel reagiram mal à pandemia na vida real, e outros que tinham deficiências em sua preparação se saíram melhor na luta contra a covid-19, mas o que explica isso?

O desafio das comparações

"Todo mundo está lidando com o mesmo vírus, então por que os países estão respondendo de maneira diferente?", questiona Elizabeth King, professora de saúde global da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos.

King é uma das coeditadoras de um novo livro que compara as respostas nacionais à primeira onda de coronavírus no início de 2020. Sessenta acadêmicos de 30 países da Ásia, Europa, África e Américas contribuíram com artigos.

Fazer comparações internacionais é notoriamente desafiador porque os países usam diferentes padrões para medir como estão se saindo.

A Bélgica, por exemplo, inclui casos suspeitos de covid-19 nas estatísticas de mortalidade, o que faz com que seu número total de mortes pareça maior do que em outros países. A Alemanha e a França sempre incluíram casas de repouso para idosos em seus números principais de mortalidade, enquanto no Reino Unido o foco está nos hospitais.

Comparar o número de casos é ainda mais complicado. Se você testar mais, encontrará mais casos, e a escala dos testes variou enormemente durante a pandemia, assim como as decisões sobre quem deve ser testado.

Também há nuances a serem feitas sobre a composição demográfica em cada país: enquanto mais de um quinto da população italiana tem mais de 65 anos, o que a torna mais vulnerável à covid-19, a população da África é muito mais jovem - o continente tem 19 dos 20 países "mais jovens" do mundo.

No entanto, parece que o que um governo fez – e talvez ainda mais importante a rapidez com que agiu – teve efeitos profundos nos resultados nacionais durante a primeira onda da pandemia.

Política e covid-19

Indo além da comparação puramente entre os resultados, a professora King e seus colegas querem entender como as políticas de saúde pública também foram influenciadas por outros fatores.

Dizem que fatores como sistema de governo (seja democracia ou autocracia), instituições políticas formais (federalismo, presidencialismo, etc.) e capacidade do Estado (controle sobre sistemas de saúde e administração pública) moldaram as respostas do governo à covid-19.

Quando a China tomou a medida sem precedentes de isolar 50 milhões de pessoas na província de Wuhan, em janeiro de 2020, por exemplo, alguns argumentaram que os regimes autoritários podem ter uma vantagem sobre as democracias em sua luta contra a covid-19.

Mas o debate tornou-se mais matizado depois que as democracias ocidentais, começando com a Itália, começaram a se fechar também.

Sistemas políticos

Embora governos autoritários possam enfrentar menos oposição a quaisquer medidas que anunciam, aplicá-las é outra questão.

A professora King diz acreditar que, se governos autoritários minarem a confiança em suas populações, essas táticas podem não funcionar a longo prazo. Se as pessoas devem aderir a medidas restritivas, diz ela, "o fluxo de informações, a confiança no governo e nas instituições são importantes".

Ela ressalta que a resposta russa à pandemia foi inicialmente prejudicada pela falta de estatísticas. Mas ela acrescentou que mais recentemente o governo daquele país melhorou o fluxo de informações e apresentou um forte conjunto de políticas sociais destinadas a mitigar os efeitos da pandemia.

No entanto, uma investigação do serviço russo da BBC descobriu que a falta de transparência continuou a afetar a confiança do público, particularmente no que diz respeito à eficácia da vacina com fabricação 100% nacional, a Sputnik-V, que está sendo lançada enquanto ainda está em fase de testes.

Infelizmente, ela adverte, "vimos muitos regimes democráticos que não tinham um fluxo de informações muito bom".

O presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, tem repetidamente minado a mensagem a pandemia de coronavírus e vem sendo acusado de contribuir para números assustadores de casos e mortes no Brasil.

ElizeMassard da Fonseca, professora da FGV-SP, disse, em entrevista à agência de notícias FAPESP da USP, que Bolsonaro mostrou "desprezo pela ciência" e negacionismo.

"O Brasil estava muito bem posicionado para lidar com a pandemia de maneira eficaz, mas infelizmente não o fez", assinalou.

Mas, como o sistema federal dá aos Estados poder significativo sobre a saúde, os governos locais foram capazes de bloquear e comprar equipamentos e vacinas de forma independente. Caso de São Paulo, por exemplo.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, também foi acusado de minimizar o vírus e entrou em confronto com Estados sobre como responder à pandemia.

Depois de uma internação de três noites no hospital quando contraiu covid-19 em outubro, ele a comparou à gripe sazonal e insistiu que não era motivo para fechar o país.

Programas de rastreamento e isolamento

A professora King diz que alguns países com infraestrutura de saúde mais fraca foram capazes de lidar com a covid-19 empregando "uma reação bastante rápida à epidemia" em vez de adiar a ação até que a situação piorasse.

"Eles implementaram intervenções não farmacêuticas baseadas em evidências, como uso de máscaras, distanciamento social, junto com um sistema robusto para rastrear casos e (fornecer) suporte", enumera.

O Vietnã é o exemplo mais citado, cuja capacidade de rastrear e isolar casos da covid-19 é frequentemente contrastada com a abordagem muito bem-sucedida, mas cara, de testagem em massa e rastreamento de casos suspeitos da Coreia do Sul.

Os países da África Ocidental que sofreram com o ebola também puderam acessar suas redes comunitárias para rastrear e monitorar o avanço do coronavírus.

Um exemplo emblemático é a República Democrática do Congo (RDC).

Na primeira onda da pandemia, as lições de rastreamento de epidemias anteriores parecem ter ajudado a África do Sul, que respondeu "muito mal" às epidemias de Aids, diz a professora King.

Mas a situação no país piorou consideravelmente na segunda onda, em parte como resultado de uma nova variante do vírus que apareceu lá no final do ano passado.

Respostas de política social

Finalmente, diz a professora King, nenhuma estratégia seria completamente bem-sucedida sem um forte conjunto de políticas sociais destinadas a garantir que os indivíduos e as pequenas empresas pudessem cumprir as regras de restrição.

A covid-19 destacou as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde e a capacidade das pessoas de ficarem em casa dependendo do tipo de trabalho que desempenham. Pobreza, gênero, habilidades profissionais e status de imigração tornaram-se fatores importantes para determinar a susceptibilidade das infecções nas sociedades.

No entanto, os governos diferiram amplamente nas políticas sociais que elaboraram para administrar a crise e promover a recuperação econômica.

Na Alemanha, por exemplo, o governo pagará uma licença extra para os pais que enfrentam a necessidade de conciliar o trabalho com as responsabilidades da educação em casa.

A professora King considera que isso explica por que a abordagem da China foi bem-sucedida, a despeito de sua resposta draconiana.

"A China fez o suficiente para garantir que não houvesse fome em massa ao implementar políticas sociais fortes. Portanto, é um pouco arriscado dizer que foi por causa de sua natureza autoritária, especialmente quando vemos respostas democráticas — como na Nova Zelândia e na Alemanha — que também foram exitosas."

Tempo é crucial

Embora as respostas tenham sido moldadas por vários fatores, a professora King diz que a velocidade com que os governos implementaram sua estratégia foi "realmente o que definiu o sucesso" contra a primeira onda de covid-19.

Sua observação está de acordo com outros estudos que sugeriram que adiar a ação custou um grande número de vidas na pandemia, deixando sistemas de saúde relativamente sobrecarregados por um aumento nos casos de coronavírus.

"A evidência era muito clara desde o início de que se tratava de uma pandemia de grandes proporções — tivemos e continuamos muito felizes por sua taxa de mortalidade não ser mais alta do que é", diz Ian J. Bateman, professor de Economia Ambiental da Universidade de Exeter no Reino Unido e autor de um desses estudos.

"O saldo da covid-19, não apenas em termos de mortes, mas também em implicações de longo prazo para a saúde e efeitos indiretos na economia, significa que não há como confiar na sorte ser a abordagem certa", assinala o especialista.

"Agir tarde e de maneira indiferente, excessivamente complexa e inconsistente é uma receita para mais mortes, mais doenças, custos mais altos e maiores danos econômicos", conclui.

1.4 – VACINA CONTRA COVID-19: REINO UNIDO É 1º PAÍS A APROVAR IMUNIZANTE DA PFIZER E PODE INICIAR APLICAÇÃO EM UMA SEMANA

2 DEZEMBRO 2020

O órgão regulatório britânico, o MHRA, diz que a vacina, que oferece até 95% de proteção contra a covid-19, é segura para adoção.

As imunizações podem começar dentro de alguns dias para pessoas em grupos prioritários, como idosos e profissionais de saúde.

Eles receberão os primeiros estoques da vacina. A imunização em massa de todas as pessoas com mais de 50 anos, bem como de pessoas mais jovens com comorbidades, pode acontecer à medida que mais estoques se tornam disponíveis em 2021. Essa vacina é administrada em duas injeções, com 21 dias de intervalo, sendo a segunda dose um reforço.

O Reino Unido já encomendou 40 milhões de doses dessa vacina, o suficiente para vacinar 20 milhões de pessoas.

Cerca de 10 milhões de doses devem estar disponíveis em breve, com as primeiras doses chegando ao Reino Unido nos próximos dias.

Essa é a vacina mais rápida de todos os tempos a ir do conceito à realidade, levando apenas 10 meses para seguir os mesmos passos de desenvolvimento que normalmente duram uma década.

Embora a vacinação possa começar no país, as pessoas ainda precisam permanecer vigilantes e seguir as regras do coronavírus para impedir a propagação, dizem os especialistas.

Isso significa manter o distanciamento social e as máscaras faciais, testar as pessoas que podem ter o vírus e pedir que se isolem.

(Vale lembrar que a Rússia foi o primeiro país no mundo a registrar uma vacina, a Sputnik V, contra a covid-19, em agosto, ainda com resultados incompletos dos estudos para verificar eficácia e segurança. O país começou a distribuir a vacina em um hospital de Moscou no dia 30/11, mas a análise completa dos estudos ainda não foi publicada em uma revista científica internacional.)

Como funciona essa vacina?

A maioria das vacinas que usamos envolve injetar um vírus ou bactéria no nosso corpo para que o sistema imunológico identifique a ameaça e crie formas de nos defender.

No caso dos vírus, eles podem estar enfraquecidos (sua capacidade de nos deixar doentes foi reduzida a níveis seguros) ou inativados (são incapazes de se reproduzir) – faz parte deste segundo tipo a CoronaVac - em setembro, o governo de São Paulo que testes com 50 mil pessoas demonstraram que a vacina é segura.

Há também as chamadas vacinas de subunidades, em que apenas fragmentos característicos de um vírus, como uma proteína, por exemplo, são produzidos em laboratório e purificados para serem usados na vacina.

A proposta das vacinas gênicas, como essa anunciada pela Pfizer, é diferente. Em vez de injetar em nós um vírus ou parte dele, a ideia é fazer o nosso próprio corpo produzir a proteína do vírus.

Comparação de 4 vacinas contra covid-19

Fabricante	Tipo	Doses	Eficácia*
Oxford-AstraZeneca	Vetor viral (vírus geneticamente modificado)	1 x2	62-90%
Moderna	RNA (parte do código genético do vírus)	1 x2	95%
Pfizer-BioNTech	RNA	1 x2	95%
Gamaleya (Sputnik V)	Vetor viral	1 x2	92%

*resultados preliminares da fase 3 ainda não revisados

Fonte: Fabricantes, OMS

Para isso, os cientistas identificam a parte do código genético viral que carrega as instruções para a fabricação dessa proteína e a injetam em nós.

Uma vez absorvidas por nossas células, ela funciona como um manual de instruções para a produção da proteína do vírus.

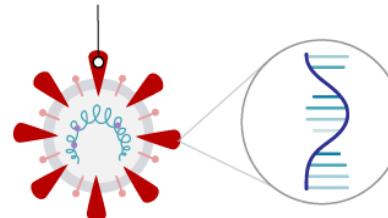
A célula fabrica essa proteína e a exibe em sua superfície ou a libera na corrente sanguínea, o que alerta o sistema imune.

Mas qual a vantagem de uma vacina genética?

Os 3 passos da criação de uma vacina de RNAm

Proteína Spike

Permite ao vírus se acoplar a uma célula humana



1

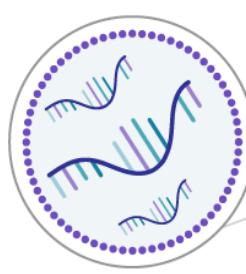
Cientistas identificam a parte do código genético viral (RNA) que contém instruções para a fabricação da proteína Spike.

2

Em laboratório, eles criam uma sequência de RNA mensageiro (RNAm) com esse código.



A troca de uma molécula, a uridina, diminui as chances de que o corpo identifique o RNA sintético como uma ameaça.



3

O RNAm é envolvido em uma **capa de nanopartículas lipídicas** para protegê-lo e facilitar sua absorção pelas células. Está pronto para ser injetado em humanos.

Em primeiro lugar, elas são muito mais fáceis e rápidas de serem produzidas. As exigências de laboratório e equipamentos são menores em comparação com os imunizantes que temos até o momento.

O maior ponto negativo por aqui está na necessidade de manter as doses numa temperatura de menos 70°C para evitar que a substância perca seu efeito. Isso pode se tornar um grande empecilho em regiões remotas ou muito quentes.

Em entrevistas recentes, os representantes da Pfizer disseram que estão pensando em soluções e tecnologias para garantir essa temperatura tão baixa, que chega a ser mais fria que o inverno da Antártida.

Para o Brasil, outro problema seria a disponibilidade desse imunizante no país. Por ora, não há nenhum acerto para compra ou transferência de tecnologia ao país. Mesmo se o governo brasileiro e as duas empresas fecharem um acordo, as primeiras doses só chegariam aqui a partir do primeiro trimestre de 2021, uma vez que outras nações já garantiram os primeiros lotes.

1.5 - PRIMEIRA PESSOA É VACINADA CONTRA COVID-19 NO BRASIL

Após aprovação do uso emergencial pela Anvisa, enfermeira Mônica Calazans foi a primeira pessoa a ser vacinada contra a Covid-19 no Brasil.

Bruna Baddini e Daniel Fernandes, da CNN em São Paulo

17 DE JANEIRO DE 2021

Após a aprovação do uso emergencial pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a enfermeira Mônica Calazans, de 54 anos, foi a primeira pessoa a ser vacinada contra a Covid-19 no Brasil. Ela recebeu o imunizante Coronavac, desenvolvido no país pelo Instituto Butantan, no Hospital das Clínicas de São Paulo, neste domingo (17).

Mulher, negra e enfermeira da linha de frente

Mônica Calazans, de 54 anos, mora em Itaquera, na zona Leste da capital paulista, e trabalha no hospital Emílio Ribas, referência no tratamento de Covid-19 no país. Para chegar ao seu trabalho, de acordo com um relato feito ao governo de São Paulo, ela leva cerca de uma hora e meia.

A enfermeira tem perfil de alto risco para complicações da Covid-19: é obesa, hipertensa e diabética. Mesmo assim, em maio, quando a pandemia atingia alguns de seus maiores picos, escolheu trabalhar no Emílio Ribas, mesmo ciente de que a unidade estaria no epicentro do combate à pandemia. Segundo ela, a vocação falou mais alto.

A profissional atuou como auxiliar de enfermagem durante 26 anos e resolveu fazer faculdade já mais adulta, e conseguiu o diploma de enfermeira aos 47 anos.

Corintiana, Mônica é viúva e mora com o filho Felipe, de 30 anos, conta que é minuciosa nos cuidados de higiene e distanciamento no trabalho e quando chega em casa.

"Quem cuida do outro tem que ter determinação e não pode ter medo. É lógico que eu tenho me cuidado muito a pandemia toda. Preciso estar saudável para poder me dedicar. Quem tem um dom de cuidar do outro sabe sentir a dor do outro e jamais o abandona"

Mônica Calazans, primeira pessoa vacinada contra a Covid-19 no Brasil.

1.6 - COVID: AVIÃO COM 528,8 MIL DOSES DA VACINA DA PFIZER CHEGA AO BRASIL POR VIRACOPOS.

POR G1 - 29/06/2021

Primeira remessa da semana chegou ao aeroporto de Campinas (SP) às 21h21. Farmacêutica americana ainda fará mais dois envios ao país na quarta e quinta-feira.

O avião com 528,8 mil doses da vacina contra Covid-19 da Pfizer/BioNTech chegou ao Brasil às 21h21 desta terça-feira (29) pelo Aeroporto Internacional de Viracopos, de Campinas (SP). É o 18º lote que a farmacêutica envia ao país do contrato de 200 milhões de doses com o governo federal.

A companhia americana fará outras duas entregas na quarta (30) e quinta-feira (1º), com 936 mil doses cada uma, todas por Viracopos, completando 2,4 milhões de vacinas em três voos nesta semana.

Até o momento, os 17 lotes provenientes deste acordo representaram a entrega de 13 milhões de vacinas da Pfizer. Com as três remessas desta semana, o número sobe para 15,4 milhões. A empresa diz que vai cumprir o cronograma de entrega total até o final de 2021.

No domingo (27), a Pfizer concluiu o envio de outras 2,4 milhões de doses. As remessas fazem parte fazem parte do acordo da empresa com o Ministério da Saúde.

No dia 20 de junho, a Pfizer enviou ao Brasil a primeira remessa de doses da vacina por meio do consórcio global CovaxFacility. A entrega foi de 842 mil imunizantes, também pelo Aeroporto Internacional de Viracopos.

A Pfizer utilizou o Aeroporto de Viracopos para todas as entregas ao Brasil até agora. A primeira remessa teve **1 milhão de doses e foi recebida pelo país em 29 de abril**, em cerimônia que contou com a presença do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

A logística de entrega das doses ao governo federal conta com segurança da Polícia Federal. Equipes acompanham o desembarque em Viracopos e escoltam o transporte rodoviário das doses até o centro de distribuição do Ministério da Saúde, em Guarulhos (SP).

Histórico

A vacina da Pfizer/BioNTech **foi alvo de recusa e polêmicas dentro do governo federal**. Ainda no ano passado, três ofertas formais para venda de 70 milhões de doses foram feitas pela empresa e **ficaram sem resposta do Ministério da Saúde**.

Também em dezembro, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Arnaldo Medeiros, descartou a compra da vacina por causa da exigência de armazenamento em baixas temperaturas.

A vacina foi a primeira a obter **registro sanitário** definitivo pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**), em fevereiro deste ano.

O imunizante pode ser aplicado em pessoas a partir de 12 anos de idade, em duas doses, com intervalo de 21 dias entre elas. A vacina é a única que pode ser aplicada em menores de 18 anos no Brasil.

Inicialmente a autorização da Anvisa permitia o uso a partir de 16 anos. Mas o **órgão autorizou a mudança na bula da vacina no país**. Entretanto, ainda não há perspectivas de vacinação dessa faixa etária no Brasil.

A ampliação da idade em adolescentes foi aprovada depois de a Pfizer apresentar **estudos que indicaram a segurança e eficácia da vacina para este grupo**. Os estudos foram desenvolvidos fora do Brasil e avaliados pela agência.

1.7 - ÔMICRON, MU, DELTA, LAMBDA E OUTRAS: CONHEÇA AS VARIANTES DA COVID-19 IDENTIFICADAS.

28/11/2021 – CNN

Até o momento, a OMS identificou cinco variantes de preocupação do vírus. Além disso, existem da nova variante do coronavírus, Ômicron, desencadeou restrições de viagens e abalou os mercados financeiros. As variantes de interesse e sete cepas sob vigilância.

O ministro da Saúde da África do Sul, Joe Phaahla, relatou que cientistas da Rede de Vigilância Genômica do país descobriram a nova variante da Covid-19, chamada tecnicamente de B.1.1.529. Na sexta-feira (26), a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o nome da linhagem de Ômicron e classificou como uma variante de preocupação.

Existe a preocupação de que mutações associadas à variante possam levar ao escape imunológico e ao aumento da transmissibilidade.

A OMS também afirmou que levará “algumas semanas” para estudar a nova variante e alertou para o momento de cautela.

Até o momento, a OMS identificou cinco variantes de preocupação do vírus. Além disso, existem duas variantes de interesse e sete cepas sob vigilância.

Variante Alfa

Originalmente conhecida como B.1.1.7, a variante Alfa foi identificada pela primeira vez em setembro de 2020, no condado de Kent, no Reino Unido. Essa linhagem é altamente transmissível e já foi detectada em mais de 80 países.

Variante Beta

Vista pela primeira vez na África do Sul, esta variante tem a mutação E484K, que está ligada ao escape imunológico, e a mutação N501Y, que é suspeita de ajudar outras variantes a serem mais contagiosas.

Foi demonstrado que ela é 50% mais transmissível e escapa ao tratamento com anticorpos monoclonais da Lilly, mas não outros. Os exames de sangue e o estudo de vida real sugerem que ela pode infectar pessoas que se recuperaram da Covid-19 e também pessoas que foram vacinadas contra a doença.

Variante Gama

Inicialmente denominada P.1, foi vista pela primeira vez no Brasil, também possui as mutações E484K e N501Y, além de mais de 30 outras mutações. Foi demonstrado que ela escapa dos efeitos do tratamento com anticorpos monoclonais da Lilly, mas não de outro produzido pela Regeneron. Os exames de sangue mostram que a variante Gama pode escapar das respostas imunológicas naturais e induzidas pela vacina.

Variante Delta

A variante Delta, originalmente conhecida como B.1.617.2, existe desde o final de 2020, mas nos últimos meses tornou-se rapidamente dominante em muitos países. É responsável por mais de 80% dos casos recém-diagnosticados nos Estados Unidos, de acordo com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC).

A variante Delta é mais transmissível, embora não seja muito claro o nível exato do aumento. As estimativas variam de 60% a mais de 200%, dependendo do estudo.

Um documento do CDC indica que a variante Delta é tão transmissível quanto a catapora (varicela): cada pessoa infectada infecta até oito ou nove, em média. A variante original do coronavírus, observou o CDC, era tão contagiosa quanto o resfriado comum, com cada pessoa infectada infectando outras duas.

Variante Ômicron

A OMS incluiu, no dia 26 de novembro, essa linhagem na lista de variantes de preocupação. Os casos foram identificados na Botsuana, África do Sul, Hong Kong, Israel, Bélgica, Reino Unido, Alemanha, Itália e Holanda.

Algumas das variantes de interesse do coronavírus:

Variante Mu

A variante Mu foi identificada pela primeira vez na Colômbia em janeiro e, desde então, foi relatada em 39 países, de acordo com o relatório. Embora a prevalência global da variante Mu tenha diminuído e atualmente esteja abaixo de 0,1%, sua prevalência na Colômbia aumentou para 39% e no Equador para 13%.

Variante Lambda

Esta variante do coronavírus foi identificada pela primeira vez no Peru em dezembro de 2020. Em 14 de junho de 2021 foi designada como uma variante de interesse.

A variante não é tão preocupante quanto a variante Delta nos Estados Unidos, que tem impulsionado um aumento de casos em todo o país, mas os primeiros estudos sugerem que ela tem mutações que a tornam mais transmissível do que a variante original do coronavírus.

"Lambda tem mutações que são preocupantes, mas esta variante ainda é muito rara nos Estados Unidos, apesar de estar presente há vários meses", escreveu Preeti Malani, diretor de saúde da divisão de doenças infecciosas, da Universidade de Michigan, em Ann Arbor.

1.8 – VARIANTE ÔMICRON E MAU TEMPO FAZEM MAIS DE 3.600 VOOS SEREM CANCELADOS NO MUNDO.

POR G1 - 02/01/2022

O principal motivo para os cancelamentos foi o alto número de funcionários das companhias aéreas que não puderam trabalhar por estarem infectados com Covid-19.

Mais de 3.600 voos foram cancelados no mundo neste domingo (2). Mais da metade deles, cerca de 2.100, somente nos Estados Unidos. Além disso, mais de 6.400 voos foram atrasados. As informações são do site especializado em aviação FlightAware. Os principais motivos para os cancelamentos e atrasos são o rápido avanço da variante ômicron do coronavírus e, em alguns casos, o mau tempo.

Apesar de as festas de fim de ano serem tradicionalmente um momento de pico de movimento para todas as companhias aéreas, a rápida disseminação da variante Ômicron atrapalhou os planos de muitos viajantes. O principal motivo para os cancelamentos foi o alto número de comissários de bordo, pilotos e funcionários em geral das companhias aéreas que não puderam trabalhar por estarem infectados com Covid-19.

Aumento de casos

O mundo tem visto um aumento rápido de novos casos da doença desde outubro, segundo a OMS.

Na última semana, o maior aumento percentual em novos casos ocorreu nas Américas, com um aumento de 39% em relação à semana anterior. Em números absolutos, houve 1,4 milhão de novas infecções: quase 1,2 milhão ocorreram nos Estados Unidos, 80 mil foram vistas no Canadá e quase 66 mil na Argentina.

Na Europa, foram registrados 2,8 milhões de novos casos na semana, com 611 mil no Reino Unido, 504 mil na França e 257 mil na Itália.

1.9 - A COMBINAÇÃO DE FATORES QUE DEIXA BRASIL E AMÉRICA DO SUL MAIS PROTEGIDOS CONTRA O ÔMICRON.

Apesar de explosão atual de casos, população tem defesa mais robusta em comparação com ondas anteriores do coronavírus; veja pontos fortes e fracos.

POR PAULA ADAMO IDOETA, BBC - 07/01/2022

Enfermarias e pronto-socorros lotados de pessoas com problemas respiratórios retratam um momento preocupante da pandemia de covid-19 no Brasil, simultaneamente a uma epidemia de influenza.

Mas, em meio ao avanço global da variante ômicron, que demonstra ser muito mais transmissível, faz o mundo bater recorde de novos casos de covid-19 e já causou mortes por aqui, os dados e os especialistas sinalizam que o Brasil - junto a boa parte da América do Sul - tem atualmente barreiras de proteção mais robustas para evitar que a explosão de infecções resulte em altos números de casos pacientes graves e óbitos.

Em parte, isso se dá tanto por motivos positivos - como a alta adesão da população brasileira às vacinas - quanto por razões trágicas e ao menos parcialmente evitáveis, como a devastação causada no país por ondas e variantes prévias do coronavírus.

"Fomos a região do mundo que mais sofreu: temos o maior excesso de óbitos (em relação às mortes registradas em anos normais, pré-pandemia). Mas também somos a região que mais vacinou até agora. Esses dois eventos geram algum tipo de proteção", diz à BBC News Brasil o infectologista Julio Croda, pesquisador da Fiocruz e professor associado da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

A revista britânica The Economist combinou dados de duas universidades britânicas que estão monitorando a pandemia pelo mundo: o Imperial College London e a Universidade de Oxford, que produz a plataforma Our World in Data.

E, a partir de dados de vacinação e estimativas de porcentagem de populações já infectadas pela covid-19, colocou Chile, Brasil e Uruguai junto a Israel e Reino Unido (dois países com alta taxa de vacinação e rastreio de casos) como os que parecem estar mais protegidos contra a ômicron.

Isso nem de longe quer dizer que é o momento de relaxar nas medidas preventivas. Nesta sexta-feira, a Organização Mundial da Saúde (OMS) advertiu que a ômicron não deve ser tratada como uma variante branda, porque já está provocando mortes e saturação em sistemas de saúde pelo mundo - embora estudos indiquem que ela tem menos probabilidade de causar casos graves do que as variantes anteriores do coronavírus.

A OMS disse que o número de casos globais aumentou em 71% na última semana - e, nas Américas, subiu 100%. A entidade afirma que, entre os casos graves em todo o mundo, 90% são em pessoas que não foram vacinadas.

Mas o argumento de Croda e outros especialistas é de que temos, no Brasil, mais ferramentas para nos protegermos desta vez - desde que consigamos ampliar a vacinação para os públicos que ainda não a receberam (como as crianças) e avançar com a aplicação das doses de reforço.

A alta vacinação

Os três países sul-americanos citados pela The Economist têm altas taxas de vacinação: no Chile, 86% da população está plenamente vacinada - um dos maiores índices do mundo, segundo o Our World in Data. E o governo chileno anunciou que começará a aplicar uma quarta dose da vacina no mês que vem, para grupos considerados prioritários ou vulneráveis.

O Uruguai tem 76% da população com o esquema vacinal completo.

O Brasil, por sua vez, vive o rescaldo de um apagão de dados oficiais, o que tem deixado no escuro pesquisadores e profissionais da saúde que tentam monitorar o rumo que a pandemia tem tomado por aqui.

Mas, de modo geral, o país tem registrado uma alta adesão à vacinação. A estimativa mais recente, provavelmente desatualizada, é de que em torno de 67% da população esteja com o esquema vacinal completo e que 15,4 milhões de doses de reforço já tenham sido aplicadas.

Embora o Brasil esteja, em relação a outros países, mais protegido contra a ômicron, precisa levar em conta a desigualdade regional na aplicação de vacinas, explica à BBC News Brasil o microbiologista Átila Iamarino.

"Nem todo lugar tem acesso à vacinação dessa forma: temos regiões do interior dos Estados do Norte onde a vacinação não chega a 40% da população de alguns municípios, e são regiões que estão enfrentando falta de leitos agora, por causa de ondas de casos causados ainda pela (variante) delta, antes mesmo da ômicron. Pela falta de vacinação, elas estão suscetíveis a qualquer uma das variantes", diz o especialista.

"Pelo menos não temos aqui a concentração de grupos antivacina, como nos Estados Unidos e Europa, que montam focos onde a doença consegue circular muito bem", agrega.

No cenário mais amplo, a América do Sul terminou 2021 como o continente com os mais altos índices do mundo de vacinação contra o coronavírus, com 63,4% de sua população imunizada com duas doses ou vacina de dose única, segundo dados divulgados no final de dezembro pela Organização Mundial da Saúde.

Se levarmos em conta quem tomou ao menos uma dose da vacina, esse índice sobe para 74,3% dos 434 milhões de habitantes sul-americanos.

Esse é o lado positivo dessa história.

O lado negativo é que a região chega a esse patamar depois de ter sido o epicentro mundial da covid-19 e acumulado os maiores índices de mortes pela pandemia em todo o planeta, a um enorme custo social, econômico e de saúde que deixou cicatrizes irreversíveis em milhões de famílias.

Imunidade por contágio

Não sabemos ao certo o quanto da população brasileira foi em algum momento infectada pelo coronavírus, já que o país nunca conseguiu estabelecer um programa amplo de testagem e rastreamento de casos.

Mas tudo indica que os números de infecções são bem maiores que os 22,3 milhões de casos confirmados oficialmente.

Júlio Croda estima que entre 30 milhões e 60 milhões de brasileiros tenham pego covid-19 em algum momento, mesmo que assintomáticos. Iamarino acha que esse índice pode passar de 50% dos brasileiros - ou seja, mais de 100 milhões de pessoas.

É importante destacar que, apesar de infecções prévias oferecerem algum tipo de proteção contra a ômicron, essa proteção diminui com o tempo. Além disso, a nova variante tem se mostrado muito mais capaz de driblar a imunidade prévia.

Em dezembro, o Imperial College London estimou que o risco de reinfecção com a ômicron é mais de cinco vezes maior do que com a delta.

A nova variante também é mais eficiente em driblar a vacina - o que explica o recente aumento de testes positivos de covid-19 mesmo entre vacinados.

Mas isso não significa que a vacina não funciona, pelo contrário: a imunização faz com que a maior parte dessas infecções limitem-se a sintomas leves.

Apesar da superlotação no atendimento emergencial em hospitais e UPAs de várias cidades, ainda mais pressionada pela epidemia de influenza, "aqui no Brasil, a explosão da ômicron tem sido sem um impacto importante em hospitalizações e mortes - o que é efeito dessa combinação de fatores (de alta infecção prévia e alta taxa de vacinação)", agrega Croda.

A ausência de dados oficiais atualizados torna mais difícil avaliar o atual cenário, mas a média móvel de óbitos por covid-19 tem se mantido estável no país, apesar do aumento de casos.

Doses de reforço e vacinação de infectados

O que, então, podemos aprender para tirar proveito dos pontos fortes do Brasil neste momento?

"A lição é que a vacina é essencial, e talvez com uma dose de reforço - é natural que a gente precise (de doses extras da vacina) para manter a resposta imune elevada", explica JulioCroda.

"Quanto mais pessoas tiverem exposição (ao vírus) protegidas com a vacina, mais provavelmente teremos formas mais leves da doença e menos casos severos, mesmo com novas variantes", diz ele.

Por sinal, uma pesquisa feita por Croda (e em processo de revisão por pares) aponta que, para pessoas que já haviam contraído o coronavírus, as quatro vacinas aplicadas no Brasil (CoronaVac, Janssen, Pfizer e AstraZeneca) propiciam um alto grau de proteção adicional contra sintomas de covid-19 ou contra formas graves da doença.

Para essas pessoas previamente infectadas, tomar duas doses de uma dessas vacinas (ou dose única, no caso da Janssen) traz uma proteção semelhante à de quem já recebeu a dose de reforço.

E, para quem não foi previamente exposto ao coronavírus, tudo indica que as doses de reforço serão cada vez mais importantes, já que elas recuperam a proteção perdida com o passar do tempo e com a evolução natural do vírus, em variantes que podem se tornar mais perigosas.

Os pontos fracos do Brasil: grupos vulneráveis

Ao mesmo tempo, o que deixa especialistas em alerta é a vulnerabilidade de alguns grupos diante de variantes mais infecciosas, em particular as crianças.

"É um grupo que nos preocupa, porque as crianças não têm acesso à vacina e não tiveram muita exposição à doença, já as escolas ficaram fechadas. Então é um grupo altamente exposto agora", explica Croda.

Em dezembro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou a vacina da Pfizer para crianças de 5 a 11 anos, o que tem enfrentado resistência do governo de Jair Bolsonaro, crítico da vacinação infantil.

Na quinta-feira (6/1), o presidente criticou a aprovação da Anvisa e disse desconhecer casos de mortes por covid-19 nessa faixa etária - apesar de os números do próprio governo confirmarem que 301 crianças de 5 a 11 anos já morreram da doença no país.

Foi só no dia 5 que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que está prevista a chegada de 20 milhões de doses da vacina infantil da Pfizer ao Brasil neste primeiro trimestre, e mais 20 milhões no segundo trimestre.

Além da vulnerabilidade desse público, Átila Iamarino lista também outros obstáculos enfrentados pelo Brasil no momento: em meio à nova explosão de casos de covid-19, será mais difícil - e impopular - implementar medidas de isolamento social, em um momento em que a crise e o desemprego seguem altos no país.

"Vai ser mais difícil ter o distanciamento, apesar de haver a demanda. A pressão econômica e social é muito maior para as pessoas continuarem na rua, e com isso o vírus vai circular muito mais e atingir os mais suscetíveis, que são principalmente as crianças", afirma.

Outra dúvida, diz ele, é qual será o desempenho da principal vacina que deu início ao programa de imunização contra covid-19 no Brasil: a CoronaVac.

Isso porque os países por onde a ômicron passou com mais força até agora, como África do Sul, Reino Unido e EUA, usam outro regime vacinal, explica Iamarino. E é desses países que saíram as principais lições e os principais estudos científicos sobre a ômicron até agora.

"Nosso alto índice de vacinação é com a CoronaVac, o que é ótimo - ela garantidamente salvou dezenas de milhares de vidas por aqui, quando a vacinação começou. Mas a gente ainda não tem um panorama tão claro de como ela se sai em relação à ômicron na população. É muito provável que ela previna a maioria das hospitalizações como as outras vacinas, mas a gente não sabe", prossegue.

"É um ponto que eu não diria que é inseguro, mas é incerto. E a gente tem algumas populações de idosos que receberam só a CoronaVac, com duas ou três doses. Quem estudou resposta imune recomenda que essas pessoas recebam doses de reforço de vacina de RNA (no caso, a vacina da Pfizer). Esse é um ponto preocupante que pode fazer diferença aqui no Brasil", conclui Iamarino.

Croda também ressalta que, no caso de doses de reforço, a resposta imune tem se mostrado maior quando se aplica uma vacina diferente daquela que foi aplicada nas doses iniciais.

1.10 - MUNDO BATE NOVO RECORDE E REGISTRA MAIS DE 3 MILHÕES DE CASOS DE COVID-19 EM UM DIA.

CNN – 11/01/2021

De acordo com a plataforma Our World in Data, nesta terça-feira (11), foram registradas 3,28 milhões de infecções pelo coronavírus.

O mundo bateu um novo recorde de registro diário de casos de Covid-19 nesta terça-feira (11).

Nas últimas 24 horas, o mundo registrou, de acordo com a plataforma Our World in Data, 3,28 milhões de novas infecções pelo coronavírus.

É a primeira vez que o registro diário pandêmico ultrapassa a casa dos 3 milhões.

A marca supera o recorde anterior, atingido no último dia 5, quando 2,59 milhões de casos de Covid-19 foram registrados em um dia.

O número crescente de infecções é ligado por especialistas ao espalhamento da variante Ômicron, que é transmitida com mais facilidade que formas anteriores do vírus. De acordo com previsões da Organização Mundial da Saúde (OMS), ela deve tornar-se a cepa dominante em vários locais do mundo nas próximas semanas.

O número, divulgado nesta terça (11), foi puxado pelos Estados Unidos, que voltaram a registrar mais de 1 milhão de casos diários. Foram 1.483.656 novas infecções nas últimas 24 horas, segundo a Universidade Johns Hopkins.

O número representa novo recorde no país, que havia contabilizado cerca de 1,1 milhão de casos na segunda-feira (3) da semana passada. No total, os EUA registram 61.558.085 infecções pelo novo coronavírus desde o início da pandemia, liderando com folga o ranking mundial.

As autoridades de saúde americanas atribuem o avanço da Covid-19 à variante Ômicron. Segundo o Centro de Controle de Doenças (CDC) dos EUA, a nova cepa já representa cerca de 60% das infecções no país.

As hospitalizações por Covid-19 têm preocupado as autoridades americanas. Segundo dados do Departamento de Saúde e Serviços Humanos, mais de 141 mil americanos estão internados com a doença, muito próximo do recorde de 142.246 observado há um ano.

Apesar do crescimento dos casos, o número de mortes é mais baixo que em outros momentos da pandemia do coronavírus – foram contabilizadas 6.383 nas últimas 24 horas. O recorde de mortes em um dia foi registrado em 26 de janeiro de 2021, com 17.442.

No dia 4 de janeiro, o gerente de incidentes da OMS, AbdiMahamud, afirmou que a entidade vê evidências de que a Ômicron, apesar de mais transmissível, pode causar sintomas mais leves. "Estamos vendo mais e mais estudos apontando que a Ômicron infecta a parte superior do corpo. Diferente das outras, que podem causar pneumonia grave", afirmou.

A vacinação, segundo especialistas, ainda é a forma mais eficaz de evitar infecções graves, mortes e hospitalizações pela Covid-19, e manter o quadro vacinal atualizado é essencial.

1.11 – CÂMARA TÉCNICA FAZ MANIFESTAÇÃO FAVORÁVEL À VACINAÇÃO DE CRIANÇAS CONTRA A COVID.

19/12/2021.

Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse que discutiria o assunto com adição do posicionamento da CTI.

Em reunião na última sexta-feira (17), a Câmara Técnica de Assessoramento em Imunização da Covid-19 (CTI Covid-19) demonstrou apoio unânime dos presentes à vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra o coronavírus, com o imunizante da Pfizer, em alinhamento à decisão da Anvisa sobre o assunto.

“Tendo em vista o recente parecer favorável por parte da Anvisa em relação ao pedido de autorização para aplicação da vacina desenvolvida pela fabricante Pfizer na população pediátrica entre 5 e 11 anos de idade no Brasil, a CTI Covid-19 manifestou-se unanimemente favorável à sua incorporação na campanha nacional de vacinação, em reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2021”, informou a nota do CTI.

O Ministério da Saúde ainda não adotou a vacinação de crianças com o imunizante da Pfizer. No dia 4 de janeiro será realizada uma audiência pública, na Saúde, para discutir o que foi oferecido em consulta pública, em adição com o posicionamento da CTI. A discussão servirá de base para a decisão final do Ministério da Saúde, segundo informou o ministro Marcelo Queiroga.

De acordo com o ministro, questões em torno da aplicação da vacina em criança devem ser analisadas no “âmbito técnico” e ao “âmbito do Ministério da Saúde”, para, a partir daí, esta política ser seguida por estados e municípios.

Decisão da Anvisa

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso da vacina da Pfizer contra a Covid-19 em crianças de 5 a 11 anos de idade no Brasil. A decisão foi divulgada na quinta-feira (16) após avaliação técnica do pedido submetido pela farmacêutica no dia 12 de novembro.

A dosagem da vacina para esta faixa etária será ajustada e menor (um terço) que aquela utilizada por maiores de 12 anos. Segundo a Anvisa, a proposta é ter frascos diferentes, com dosagem específica para cada grupo.

Na reunião pública transmitida ao vivo pela Anvisa, o diretor-geral de Medicamentos da agência, Gustavo Mendes, afirmou que as evidências científicas disponíveis apontam que a vacina administrada no esquema de duas doses para crianças de 5 a 11 anos pode ser eficaz na prevenção de doença grave e de óbitos.

1.12 - PFIZER PARA CRIANÇAS CHEGA AO BRASIL NESTA SEMANA; VEJA DATAS.

EXAME 10/01/2021

Vacinas pediátricas da Pfizer chegam ao Brasil nos próximos dias, mas faltam doses por ora, com 20 milhões de crianças na população alvo. Anvisa também analisa aprovar Coronavac.

A semana começa com expectativa sobre o início da vacinação das crianças. Está prevista para os próximos dias chegada do primeiro lote de vacinas pediátricas da Pfizer, autorizadas para crianças entre 5 e 11 anos, e estados já se preparam para dar a largada na imunização.

Chegarão ao Brasil 3,74 milhões de doses neste mês de janeiro, com 1,25 milhão vindo no primeiro voo, previsto para esta quinta-feira, 13. Os próximos lotes chegam nos dias 20 e 27.

Faltarão vacinas neste primeiro momento, já que a população nesta faixa etária é de quase 20 milhões de crianças no Brasil (e seriam necessárias 40 milhões de doses para vacinação completa, com duas doses).

O Ministério da Saúde ainda não oficializou a data de início da vacinação, mas a informação oficial é que as doses serão distribuídas aos estados no dia seguinte à chegada ao Brasil, proporcionalmente ao tamanho da população alvo.

Em São Paulo, que tem a maior população do Brasil nesta faixa etária, o governo diz que há capacidade para vacinar todas as 4,5 milhões de crianças com uma dose em até três semanas caso haja vacinas. Para chegar ao público alvo, estados planejam montagem de postos específicos de vacinação também nas escolas públicas.

A dose comprada para crianças é específica para este grupo, com um terço do insumo normal. Um estudo mostrou 90,7% de eficácia contra casos sintomáticos nas crianças.

A chegada das vacinas coincide com a preocupação crescente sobre casos de covid-19 em crianças, em meio ao aumento geral nos contágios no Brasil nos últimos dias.

A Anvisa liberou a vacina da Pfizer para crianças entre 5 e 11 anos em 16 de dezembro de 2021. O governo federal e o Ministério da Saúde, após críticas à decisão e uma consulta pública, só efetivamente incluíram as crianças no Plano Nacional de Imunização (PNI) na última quarta-feira, 4 de janeiro.

Coronavac analisada pela Anvisa

Enquanto isso, a análise da Anvisa sobre o uso da Coronavac em crianças a partir dos 3 anos também segue no radar. Na semana passada, a Anvisa afirmou que a avaliação avançou após novas reuniões e dados entregues pelo Instituto Butantan. A agência também fez reuniões com a fabricante chinesa Sinovac, que desenvolveu a vacina, além de associações de pediatria e pesquisadores do Chile, onde a Coronavac já é usada em crianças a partir de 3 anos desde o ano passado.

O Butantan entrou em dezembro com pedido de aprovação da Coronavac para crianças junto à Anvisa, mas a agência havia pedido mais dados. Na prática, as conversas ocorrem desde meados do ano passado.

Se a vacina para o público infantil dor aprovada pela Anvisa, o Butantan diz já ter em estoque 12 milhões de doses para iniciar a imunização.

A Coronavac tem sido vista como uma alternativa potencial para vacinação de crianças por sua tecnologia já conhecida (com uso do vírus inativado) e seus poucos efeitos colaterais registrados nos dias após a imunização.

Novo coronavírus em crianças

Embora a covid-19 tenha se mostrado, até agora, menos grave em crianças, ainda não se sabe como a variante ômicron, mais transmissível, afeta esse grupo.

Desde o início da pandemia, o Ministério da Saúde contabilizava 308 mortes entre crianças entre 5 e 11 anos até sexta-feira, 7.

Pediatras se preocupam ainda com a chamada **covid longa**, as sequelas que permanecem após a recuperação da doença e podem afetar também as crianças recuperadas.

Anvisa autoriza uso da Coronavac em crianças e adolescentes de 6 a 17 anos

Aprovação faz ressalva de que a vacina não deve ser aplicada em imunossuprimidos nesta faixa etária. CNN - 20/01/2022

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou o uso da vacina Coronavac contra a Covid-19 em crianças e adolescentes de **6 a 17 anos de idade no Brasil, com restrição da aplicação em imunossuprimidos dessa faixa etária**.

Os cinco diretores da Anvisa votaram por unanimidade a favor do uso da Coronavac nesta quinta-feira (20).

A decisão foi feita após avaliação técnica do segundo pedido do Instituto Butantan, submetido no dia 15 de dezembro.

O pedido feito pelo Butantan contemplava a faixa de 3 a 17 anos. No entanto, a equipe técnica da Anvisa indicou lacunas nos estudos de efetividade e segurança para a população de 3 a 5 anos de idade e em imunossuprimidos.

Gustavo Mendes, gerente-geral de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, ressaltou que, quando houver mais dados disponíveis, a agência poderá avaliar a ampliação da faixa etária para 3 a 5 anos.

A aprovação pela Diretoria Colegiada da Anvisa considerou os dados apresentados pela Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos e pela Gerência de Farmacovigilância, que recomendaram a autorização do uso da vacina para a faixa etária de 6 a 17 anos, exceto pessoas imunossuprimidas.

A formulação e dosagem para a faixa etária de 6 a 17 anos são as mesmas da vacina aplicada em adultos. As vacinas devem ser aplicadas em duas doses, com intervalo de 28 dias.

Neste momento, o Instituto Butantan conta com 15 milhões de doses do imunizante em estoque para distribuição aos estados e municípios.

O início da **vacinação deste público com a Coronavac depende da decisão do Ministério da Saúde**.

Decisão unânime dos diretores da Anvisa

A aprovação do uso da Coronavac na nova faixa etária no país foi concedida a partir de votação unânime pelos cinco diretores da Anvisa.

Na reunião, a diretora Meiruze Sousa Freitas, relatora do processo, votou pela aprovação do uso emergencial e temporário da Coronavac para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, com exceção dos imunossuprimidos. No voto, Meiruze afirma que o Instituto Butantan deve apresentar dados complementares de imunogenicidade (capacidade de indução da resposta imunológica) e de acompanhamento da população adulta e pediátrica.

O diretor Alex Campos acompanhou o voto da relatora e ressaltou que a vacinação é um direito das crianças no que diz respeito ao acesso à saúde e que os benefícios da Coronavac superam os riscos, de acordo com os estudos apresentados.

O diretor Rômison Rodrigues Mota citou o contexto epidemiológico da variante Ômicron, altamente transmissível, e o aumento de internações por pessoas não vacinadas ou vacinadas parcialmente. Mota acompanhou o voto da relatora, afirmando que os benefícios da vacinação superam os eventuais riscos associados à imunização.

A diretora Cristiane Jourdan também acompanhou o voto favorável, destacando a importância dos novos dados apresentados no processo. "Além dos estudos apresentados na primeira solicitação, foram apresentados pelo Instituto Butantan novas evidências científicas visando a aprovação de uso emergencial para a população pediátrica", disse.

Por fim, o diretor-presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, votou a favor da aprovação e destacou que a decisão do uso da vacina na nova faixa etária é do Ministério da Saúde.

"É importante enfatizar que a Anvisa aprova e oferece opções ao Ministério da Saúde, que é o decisor se usará ou não a vacina hoje aqui aprovada. A Anvisa não medica nem vacina absolutamente ninguém, esse mérito ao menos naquilo que entendo como justo é do Ministério da Saúde, da coletividade de brasileiros e brasileiras que trabalham em mais de quatro mil salas de vacinação espalhadas pelos mais de 5.570 municípios", disse Torres.

Consultoria de sociedades científicas

Para recomendar a aprovação do uso da Coronavac em crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, a Anvisa contou com a consultoria das sociedades brasileiras de Pediatria (SBP), de Imunizações (SBIIm) e de Infectologia (SBI).

Juntas, as sociedades divulgaram em nota: "As referidas sociedades apoiam a autorização e extensão do uso da vacina Coronavac para crianças de 6 a 17 anos. A futura ampliação do uso da vacina para as crianças menores de 6 anos fica condicionada à análise de dados para este grupo etário, assim que eles estiverem disponíveis".

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) também participou do processo de aprovação pela Anvisa e se posicionou de forma favorável à imunização deste público.

Primeiro pedido foi negado pela Anvisa em agosto

A Anvisa recebeu a primeira solicitação do Instituto Butantan para ampliar a faixa etária de indicação da Coronavac, contemplando crianças e adolescentes de 3 a 17 anos, no dia 30 de julho.

Em decisão da Diretoria Colegiada no dia 18 de agosto, a Anvisa não aprovou o uso da vacina para a nova faixa etária devido à limitação de dados dos estudos apresentados naquele momento. De acordo com a Anvisa, não havia sido possível concluir sobre a eficácia e a segurança da vacina para este público a partir das informações apresentadas pelo Butantan no pedido de autorização.

No primeiro pedido, o Butantan incluiu dados de estudos conduzidos na China que, segundo a Anvisa, não permitiram concluir quais os riscos para os pacientes de 3 a 17 anos, assim como a duração da proteção conferida pelo imunizante.

A agência apontou lacunas nos dados acerca da vacinação em faixas etárias específicas e sobre a eficácia ou a capacidade de indução de resposta imune em crianças com comorbidades e imunossuprimidas.

Avaliação do segundo pedido

A Anvisa recebeu um novo pedido do Instituto Butantan para autorização do uso da Coronavac em crianças e adolescentes no dia 15 de dezembro. No dia 21, realizou uma reunião entre especialistas e cientistas das áreas de pediatria e imunologia com a participação de representantes do instituto.

No dia seguinte, a Anvisa solicitou dados e resultados complementares ao Butantan. O pedido incluiu informações adicionais sobre a eficácia da vacina em adultos para crianças e dados de segurança por faixa etária pediátrica.

Em janeiro, foram realizadas duas reuniões entre a equipe técnica da Anvisa, do Butantan e especialistas de outras instituições. No encontro do dia 13 de janeiro, foram apresentados e analisados dados de pesquisas e de estudos feitos pelo governo chileno durante a aplicação da Coronavac em crianças e adolescentes no país.

Uso da Coronavac no Brasil

A vacina Coronavac, desenvolvida pelo laboratório Sinovac da China, está autorizada para uso emergencial no Brasil desde o dia 17 de janeiro de 2021, para pessoas com 18 anos ou mais.

As doses da Coronavac aplicadas no país são produzidas pelo Instituto Butantan, vinculado ao governo de São Paulo.

Países que já aprovaram uso da vacina em crianças e adolescentes

A Coronavac já é usada em crianças e adolescentes em diferentes países, incluindo China, Hong Kong, Chile, Equador, Indonésia e Camboja.

A China autorizou o uso da vacina em crianças a partir de três anos em junho de 2021. O Chile anunciou a mudança da faixa etária em setembro, contemplando inicialmente crianças de 6 a 12 anos. A ampliação para a faixa etária acima de 3 anos foi aprovada pela agência sanitária chilena em novembro.

O Equador autorizou o uso do imunizante em outubro, enquanto a Indonésia, Hong Kong e o Camboja ampliaram a faixa etária de imunização em novembro.

Vacinas autorizadas para uso em crianças no Brasil

A Coronavac é a segunda vacina contra a Covid-19 autorizada pela Anvisa para aplicação em crianças e adolescentes no Brasil.

No dia 16 de dezembro, a agência autorizou o uso da vacina da Pfizer em crianças de 5 a 11 anos de idade no país. A faixa etária foi incluída pelo Ministério da Saúde no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 no dia 5 de janeiro.

A aprovação para a aplicação do imunizante na faixa etária de 12 a 17 anos já havia sido concedida no dia 11 de julho.





RELAÇÕES INTERNACIONAIS – POLÍTICA E ECONOMIA.

2.1 – ELEIÇÕES NOS EUA: ENTENDA COMO FUNCIONA A ESCOLHA DO PRESIDENTE PELO COLÉGIO ELEITORAL.

Diferente de outras repúblicas presidencialistas, os americanos adotaram um sistema chamado de colégio eleitoral, no qual cada estado ganha um peso, de acordo com o tamanho de sua população. Saiba por que conquistar os votos de mais eleitores nem sempre significa se tornar o presidente.

Por Fabiana de Carvalho, G1 - 28/08/2020

O sistema que elege um presidente nos Estados Unidos é diferente do usado no Brasil e em outros países. Não basta ter a maioria dos votos diretos dos eleitores no dia da eleição (veja no vídeo acima).

Na verdade, algumas vezes isso nem adianta. Em 2016, por exemplo, Hillary Clinton teve mais votos, mas não foi eleita e Donald Trump virou presidente.

Por isso este ano, por mais que Joe Biden apareça à frente nas pesquisas, ainda é possível que Trump consiga se reelegir mesmo perdendo novamente nas urnas.

O que um candidato à presidência dos Estados Unidos precisa mesmo é conquistar a maioria dos votos dos delegados que compõem o Colégio Eleitoral. Ou seja, pelo menos 270 dos 538 em disputa.

Isso porque quando os eleitores norte-americanos votam, eles na verdade estão decidindo para quem vão entregar os delegados de seus estados. E estados com mais habitantes têm mais delegados no Colégio Eleitoral.

A Califórnia, por exemplo, estado mais populoso do país, com quase 40 milhões de habitantes, está dividida em 53 distritos eleitorais. Já o Kansas, um estado pequeno, com menos de 3 milhões de pessoas, tem apenas quatro distritos eleitorais.

Considerando que cada estado ganha um delegado por distrito e mais dois (um para cada senador que possui no Congresso), a Califórnia tem no total 55 delegados e o Kansas seis – o que deixa bem clara a influência de cada um.

O sistema do Colégio Eleitoral existe justamente para que estados mais populosos tenham peso maior na decisão. Por isso os candidatos lutam tanto para se dar bem em estados como Califórnia, Flórida e Texas, por exemplo, que, juntos, têm 133 delegados – quase 25% do total.

Ganhador leva tudo

Para ajudar, quase todos os estados - com exceção apenas de Maine e Nebraska - adotam um sistema chamado winner-take-all (ganhador leva tudo), no qual o candidato que conseguir o maior número de delegados fica com todos. Ou seja, se alguém conquistar 28 dos delegados da Califórnia...leva os 55.

Em geral, existem estados que são tradicionalmente republicanos, outros onde democratas ganham praticamente sempre – mas a briga de verdade acontece naqueles conhecidos como “swing states”, onde não há tanta fidelidade e os resultados variam de acordo com cada eleição. Carolina do Norte, Ohio, Pensilvânia e mesmo a Flórida estão entre eles e podem ser decisivos.

Somando todos os 50 estados dos EUA (mais o distrito de Columbia), existem 538 delegados em disputa, e se torna presidente o candidato que assegurar o voto de pelo menos 270 deles.

2.2 – COLÉGIO ELEITORAL CONFIRMA VITÓRIA DE JOE BIDEN COMO PRESIDENTE ELEITO DOS EUA

Etapa era mais um dos protocolos do sistema eleitoral americano até a posse, marcada para 20 de janeiro.

Por G1 - 14/12/2020

O Colégio Eleitoral confirmou nesta segunda-feira (14) a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. A etapa é mais uma das formalidades entre a votação de novembro e a posse do democrata como novo presidente, prevista para 20 de janeiro.

Nesta etapa, os 538 eleitores dos 50 estados e do Distrito de Columbia designados a votarem conforme os resultados das eleições depositaram publicamente seus votos. As cédulas serão enviadas até 23 de dezembro para a capital Washington, onde serão formalmente recebidas e contadas em uma solenidade em janeiro no Congresso americano.

Esses eleitores do Colégio Eleitoral são **nomeados a partir da certificação dos resultados eleitorais** em cada estado, etapa que oficializou os números da apuração. Todas as unidades federativas protocolaram os dados até a semana passada.

Assim, com os 55 votos da Califórnia no início desta noite, Biden ultrapassou oficialmente os 270 votos mínimos no Colégio Eleitoral para se eleger presidente. Nenhum delegado votou diferente do que havia sido designado – ou seja, **não houve “eleitores infiéis”**.

Com isso, o democrata confirmou **306 delegados no Colégio Eleitoral**, contra 232 do republicano **Donald Trump**, atual presidente e derrotado na tentativa de se reeleger. Considerando o voto popular, **Biden teve 81,3 milhões de votos (51,3%)** contra 74,2 milhões (46,8%) de Trump.

Formalmente eleito no Colégio Eleitoral, Biden deve discursar nesta noite. Segundo trechos divulgados por agências americanas de notícias, o democrata dirá que “nem mesmo abuso de poder” poderá interromper uma transição pacífica no poder.

As próximas etapas até a posse de Biden serão as seguintes

- **23 de dezembro:** data-limite para que o Senado, em Washington, receba os certificados dos votos dos delegados em cada estado.
- **6 de janeiro:** o Congresso americano faz uma sessão conjunta e conta os votos do Colégio Eleitoral. Quem preside a sessão é o presidente do Senado, que é o vice-presidente Mike Pence. Caberá a ele declarar, então, quem está oficialmente eleito.
- **20 de janeiro:** o novo presidente e seu vice assumem seus cargos.

Trump se recusa a reconhecer derrota

Trump vem tentando reverter o resultado das urnas nos tribunais, alegando fraude ou problemas nos sistemas de contagem de votos. Porém, **nenhuma irregularidade capaz de mudar a vitória de Biden foi verificada**, e na sexta-feira a **Suprema Corte negou um pedido das autoridades trumpistas do Texas** para anular o resultado eleitoral em quatro estados-chave.

Por causa desse ambiente de tensão inflamado por apoiadores de Trump, em alguns estados os eleitores do Colégio Eleitoral se reuniram sob forte regime de segurança. Havia o temor de que protestos ou mesmo atos violentos pudessem colocar em risco a integridade dos participantes.

Mesmo assim, um número crescente de políticos do Partido Republicano, o mesmo do presidente, vem reconhecendo a vitória de Biden nas eleições.

Nesta segunda-feira, foi a vez do senador John Cornyn, aliado de Trump. O parlamentar disse considerar o democrata “um presidente eleito passível de qualquer questionamento judicial”, mas admitiu que “espera uma virada de página em janeiro, com uma transição pacífica”.

“Tem horas em que você precisa admitir que, apesar de seus esforços, você não obteve sucesso”, disse Cornyn.

2.3 - VEJA A CRONOLOGIA DA INVASÃO DO CONGRESSO DOS ESTADOS UNIDOS POR APOIADORES DE TRUMP

Grupo entrou no Capitólio nesta quarta-feira (6) durante recontagem oficial dos votos do Colégio Eleitoral para impedir confirmação da vitória de Joe Biden. Em discurso pouco antes da invasão, presidente insistiu que não aceitaria a derrota e incitou apoiadores a marchar até o Congresso.

Por G1 - 06/01/2021

Um grupo de apoiadores do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, invadiu nesta quarta-feira (6) o Capitólio, sede do Congresso americano em Washington, durante a contagem oficial dos votos do Colégio Eleitoral definidos nas eleições presidenciais de novembro. Os invasores queriam impedir a confirmação da vitória de Joe Biden.

Momentos antes da sessão no Congresso, Trump disse a uma multidão de apoiadores em Washington que não aceitaria a derrota para Biden. Ele incitou as pessoas a caminharem em direção ao Capitólio, dizendo que iria acompanhá-las – no entanto, não foi visto na marcha.

Parlamentares e jornalistas que estavam no Congresso relataram tiros dentro do prédio. Segundo a polícia de Washington, quatro pessoas morreram durante a invasão. A sessão para certificar a vitória de Biden foi retomada na noite desta quarta.

Cronologia:

1. Democratas começam o dia com "controle" do Congresso
2. Trump faz discurso, insiste que não aceitará derrota e incita marcha até o Capitólio
3. O vice-presidente Mike Pence rejeita mudar o resultado
4. Apoiadores de Trump invadem o Congresso
5. Biden pede que Trump ordene retirada de apoiadores
6. Trump pede que invasores saiam do Congresso
7. Sessão para certificar a vitória de Biden é retomada na noite de quarta
8. Congresso dos EUA ratifica vitória de Biden
9. Após sessão, Trump fala em "transição ordeira"

Entenda abaixo o que ocorreu em cada momento antes e depois da invasão do Congresso dos EUA:

1. Democratas começam o dia com 'controle' do Congresso

Em votação realizada nesta terça-feira (5), os democratas conquistaram as duas vagas do Senado em disputa na Geórgia e garantiram ao presidente eleito dos Estados Unidos, Joe Biden, o controle do Congresso. A vitória de Raphael Warnock – o primeiro senador negro eleito pelo estado – e Jon Ossoff foi confirmada nesta quarta.

A conquista dos democratas abre caminho para Biden aprovar leis e projetos sem a resistência do Partido Republicano, que agora deixa de ter maioria no Senado. Os democratas mantiveram sua maioria na Câmara dos Representantes e passam a ter o "controle" das duas casas.

2. Trump faz discurso, insiste que não aceitará derrota e incita marcha até o Capitólio

Momentos antes da sessão no Congresso que iria certificar a vitória de Joe Biden, Trump disse a uma multidão em Washington que não aceitaria a derrota.

"Eu estarei com vocês. Vamos andar até o Capitólio e felicitar nossos bravos senadores e congressistas", disse no discurso no Ellipse, parque perto da Casa Branca. Ele, porém, não foi visto na marcha. "Nós vamos parar com o roubo [das eleições]", insistiu.

Trump também voltou a pressionar o vice-presidente, Mike Pence, que presidiria a sessão no Congresso, para que não certificasse a vitória de Biden – essa ação não encontra fundamento constitucional. "Espero que Mike faça a coisa certa. Se ele fizer, venceremos a eleição", declarou Trump

3. Pence rejeita mudar o resultado

Já durante a sessão no Congresso, Pence e também o líder da maioria republicana no Senado, Mitch McConnell, rejeitaram mudar o resultado das eleições presidenciais.

Parlamentares podem contestar o resultado dos estados e levar a rejeição dos votos aos plenários – mas a tentativa de reversão do resultado era bastante improvável porque os democratas são majoritários na Câmara, e a tentativa de mudar o resultado da eleição encontrou resistência até entre senadores e deputados republicanos.

Em comunicado, Pence afirmou que não tem poder para mudar o resultado e admitiu que tinha papel apenas "cerimonial" na sessão.

"Meu juramento em defender e apoiar a Constituição me impede de proclamar uma autoridade unilateral para determinar quais votos devem ser contados e quais não devem ser", afirmou o vice-presidente dos EUA.

Entretanto, em um aceno à base trumpista, o vice-presidente disse que houve "significantes alegações de irregularidades" e afirmou que acataria a decisão dos parlamentares em votar as objeções, quando são apresentados questionamentos sobre os resultados nos estados.

Após a declaração de Pence, Trump criticou seu vice e escreveu em rede social que Mike Pence "não teve coragem de fazer o que era necessário para proteger" o país e a Constituição.

4. Apoiadores de Trump invadem o Congresso

A sessão conjunta no Congresso dos EUA para certificar a vitória do presidente eleito é, costumeiramente, uma formalidade na qual os votos do Colégio Eleitoral são apenas contados pelo vice-presidente diante dos parlamentares das duas casas.

A invasão do local pelos apoiadores de Trump ocorreu justamente enquanto Câmara e Senado debatiam se acatavam ou não uma objeção aos resultados do Arizona – tradicional reduto republicano vencido por Biden na eleição de novembro.

Senadores e deputados foram retirados do local da sessão e levados a uma área segura do prédio. Mike Pence, que presidia a sessão, foi retirado do Capitólio. Houve vandalismo, uma porta de vidro foi quebrada e gás lacrimogêneo foi disparado pela polícia. Guardas ficaram feridos.

A prefeita de Washington **decretou toque de recolher na capital americana**.

Militares da Guarda Nacional foram acionados para reforçar a segurança do Capitólio. De acordo com o Pentágono, seriam cerca de 1,1 mil soldados enviados a Washington.

5. Biden pede que Trump ordene retirada de apoiadores

Em um pronunciamento, o presidente eleito dos Estados Unidos, Joe Biden, disse que os acontecimentos desta quarta "não refletem a verdadeira América e não representam quem nós somos". Ele pediu a Trump que fosse à TV e ordenasse que os invasores saíssem do Capitólio.

"A esta hora, nossa democracia está sob um ataque sem precedentes. Diferente de tudo que vimos nos tempos modernos. Um ataque à cidadela da liberdade, o próprio Capitólio. Um ataque aos representantes do povo e à polícia do Capitólio, que jurou protegê-los. E os funcionários públicos que trabalham no coração de nossa República", afirmou Biden.

6. Trump pede que invasores saiam do Congresso

Horas depois de seus apoiadores terem invadido a sede do Congresso, **Trump pediu que os extremistas deixassem o local**, mas voltou a dizer que a eleição foi "roubada" e "fraudulenta", mesmo sem apresentar provas. "Vocês precisam ir para casa", declarou em um vídeo divulgado em redes sociais. O discurso foi publicado no Facebook e no YouTube, que decidiram depois tirá-lo do ar porque violava suas regras.

Mais tarde, o **Twitter** anunciou que a conta de Donald Trump na rede social **seria bloqueada por 12 horas**. O prazo começaria a correr assim que fossem deletados três posts suspensos pela rede social nesta quarta. As publicações já não podiam ser vistas pelos usuários, mas precisavam ser removidas pelo dono do perfil.

7. Sessão para certificar a vitória de Biden é retomada na noite de quarta

Após a invasão, a sessão do Congresso americano para certificar a vitória do democrata Joe Biden no Colégio Eleitoral foi retomada na noite desta quarta.

"Para aqueles que causaram estragos em nosso Capitólio hoje: vocês não ganharam", disse o vice-presidente Mike Pence durante seu discurso na abertura. **"A violência nunca vence. A liberdade vence. Ao nos reunirmos novamente nesta câmara, o mundo testemunhará novamente a resiliência e a força de nossa democracia. E esta ainda é a casa do povo. Vamos voltar ao trabalho."**

O republicano Mitch McConnell, líder da maioria no Senado e um dos principais escudeiros do governo Trump no Congresso, afirmou que "o Senado dos Estados Unidos não se intimidará". "Não seremos mantidos fora desta câmara por bandidos, turbas ou ameaças", disse.

8. Congresso dos EUA ratifica vitória de Biden

O Congresso americano confirmou na madrugada desta quinta-feira (7) a vitória de Biden na eleição, e o presidente eleito tomará posse em 20 de janeiro. **Pence ratificou a contagem dos votos no Colégio Eleitoral e encerrou a sessão às 5h44** (horário de Brasília).

"O anúncio do resultado da votação pelo presidente do Senado será considerado uma declaração suficiente para as pessoas eleitas presidente e vice-presidente dos Estados Unidos para o mandato que começa no dia 20 de janeiro de 2021 e será inscrito junto à lista de votos nos jornais do Senado e da Câmara dos Representantes", afirmou Pence após a contagem dos votos do Colégio Eleitoral.

9. Após sessão, Trump fala em 'transição ordeira'

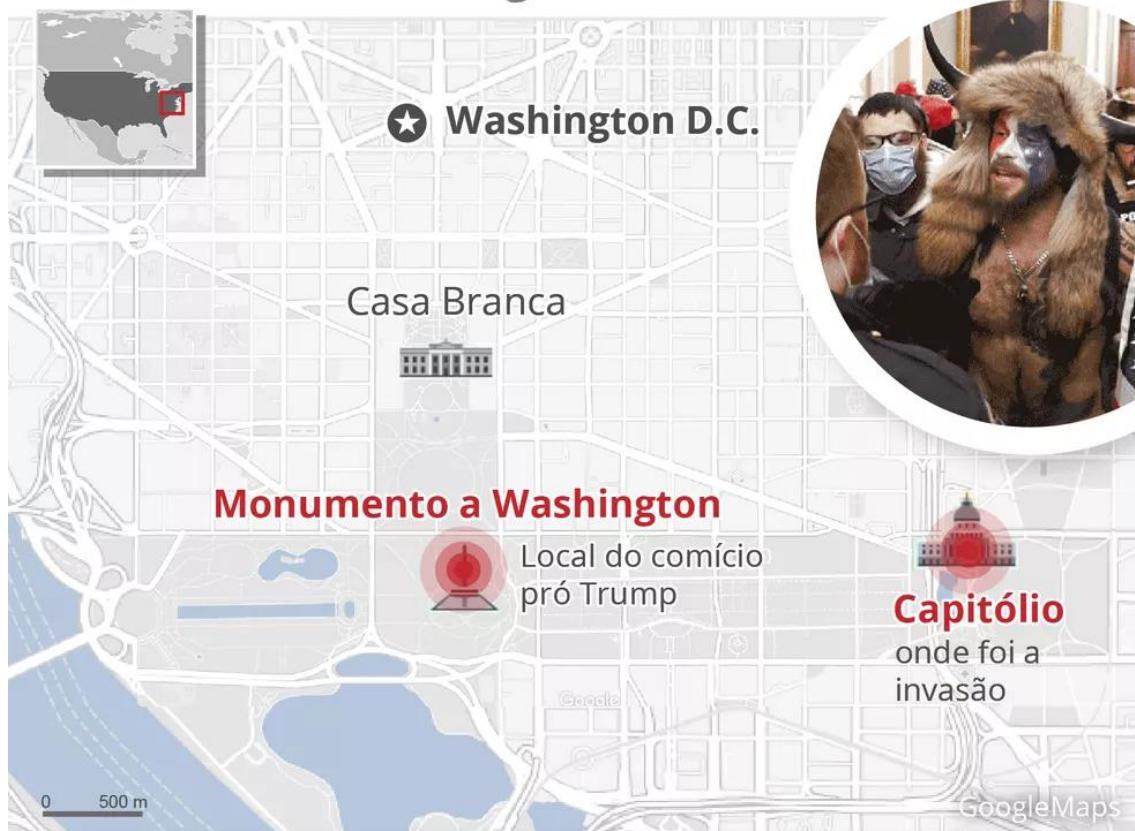
Após o Congresso americano ratificar a vitória de Biden, Trump afirmou que "haverá uma transição ordeira em 20 de janeiro".

"Embora isso represente o fim do maior primeiro mandato da história presidencial, é apenas o começo de nossa luta para tornar a América grande de novo", afirmou Trump ao reconhecer a derrota para Biden.

"Mesmo que eu discorde totalmente do resultado da eleição, e os fatos me confirmem, haverá uma transição ordenada em 20 de janeiro", afirmou o presidente dos EUA.

Confusão em Washington

Depois de comício, apoiadores de Donald Trump invadiram sede do Congresso dos EUA



G1

Infográfico elaborado em: 06/01/2021

2.4 – O QUE BIDEN ALCANÇOU EM 100 DIAS DE GOVERNO?

Desde que assumiu o cargo, presidente americano enfrentou desafios sem precedentes no país desde a Grande Depressão. A DW fez um balanço de que promessas foram cumpridas nesses primeiros três meses.



© Brendan Smialowski/AFP

Biden prometeu 100 milhões de vacinações em 100 dias, EUA já superaram 200 milhões de doses aplicadas.

A marca dos 100 dias, usada pela primeira vez durante a presidência de Franklin D. Roosevelt, tem sido padrão para medir o progresso imediato de um presidente. Joe Biden assumiu a Casa Branca em janeiro com o objetivo de conter uma pandemia violenta, consertar uma economia quebrada que deixou milhões de desempregados e restabelecer o relacionamento transatlântico.

Nesta quarta-feira (28/04), Biden discursou no Congresso, prometendo investimentos e defendendo a vacinação contra a covid-19. O democrata enfrenta desafios sem precedentes no país desde a Grande Depressão de 1929. A DW fez um balanço de sua presidência até agora:

1. Resposta à pandemia de covid-19

A primeira grande promessa de Biden foi a aplicação de 100 milhões de doses de vacina contra a covid-19 em seus primeiros 100 dias à frente da Casa Branca. Antes vista como uma meta excessivamente ambiciosa, a marca foi superada após 58 dias. Em março, Biden elevou a meta para 200 milhões de doses, alcançada sete dias antes dos 100 dias de governo. Nos EUA, 29% da população foram totalmente vacinados, e mais de 40% receberam pelo menos uma dose.

A administração federal, junto com a Agência Federal de Gestão de Emergências (Fema), conseguiu transformar em locais de vacinação em massa 21 arenas esportivas, centros comunitários e centros de convenções na Califórnia, Flórida, Nova York, Illinois, Massachusetts e Texas.

Devido ao lançamento abrangente e rápido da campanha, os EUA são agora o país que mais vacinou contra o coronavírus no mundo, mas a presença de novas variantes, a hesitação de alguns para tomar a vacina e preocupações de que os EUA não tenham contribuído para os esforços da comunidade global são indícios de que alguns desses sucessos podem ter vida curta.

2. Imigração

Biden tomou medidas imediatas a partir de sua escrivaninha, assinando pelo menos três decretos em março para tratar de questões relacionadas à imigração. Um criou uma força-tarefa para identificar famílias separadas na fronteira com o México – medida criticada como desumana durante o governo Trump. Biden terá que contar com o Congresso para fazer quaisquer mudanças importantes. Atualmente, ele tem uma maioria mínima no Senado, algo que pode ir contra ele. No momento, parece improvável que ele cumpra todas as promessas na área.

Biden tem lutado para lidar com o fluxo de migrantes que chegam à fronteira dos Estados Unidos com o México. Somente em março, mais de 172 mil migrantes foram detidos tentando entrar nos EUA. Os abrigos para menores desacompanhados estão lotados, e a resposta do governo a essas perguntas transformou rapidamente a situação em um grande problema político que não o ajudou nas pesquisas de popularidade.

O governo também reverteu o curso da questão do limite para refugiados. Em fevereiro, Biden prometeu elevar o limite de quantos refugiados que fogem de ameaças em seus países de origem podem entrar nos Estados Unidos, superando o limite recorde da era Trump, de 15 mil, para mais de 62 mil. Em abril, a Casa Branca anunciou que manteria o limite no nível estabelecido por Trump, irritando membros do próprio partido de Biden.

Os republicanos já usaram isso como um ponto de discussão contra Biden para o próximo ciclo eleitoral e para a eleição presidencial de 2024, mas os eleitores podem ter uma memória de curto prazo, fazendo com que a questão não tenha impacto no futuro político de Biden.

3. Política externa

Biden tem tido que andar na corda bamba quando se trata de política externa. A relação turbulenta que o governo Trump tinha com aliados de longa data tem sido mais fluida desde que o democrata assumiu o cargo, em janeiro. Biden colocou ênfase na reconexão com os velhos aliados dos EUA, como a União Europeia. Os comentários de Biden na Conferência de Segurança de Munique e as duas viagens do Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, a Bruxelas para se encontrar com aliados da Otan foram um indicativo de que eles estão fazendo sérias tentativas para reconectar a aliança transatlântica.

Durante a campanha, Biden falou duramente sobre a Arábia Saudita, dizendo que tomaria medidas rápidas contra a nação, e chegou ao ponto de chamá-la de "Estado pária". A retórica mudou desde então – o presidente americano agora fala de uma "recalibração" do relacionamento com os sauditas.

Apesar de um relatório da inteligência dos EUA indicar que o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman, aprovou o assassinato do jornalista saudita Jamal Khashoggi, o governo Biden evitou responsabilizar pessoalmente Bin Salman.

Biden tem uma abordagem muito mais dura em relação à Rússia do que o governo anterior. Em março, o chefe de governo efetivamente chamou o presidente russo, Vladimir Putin, de assassino e implementou sanções duras como resposta à interferência da Rússia nas eleições de 2020 nos EUA. Ele falou diretamente com Putin e apelou para que ele interrompesse a ação militar da Rússia na Ucrânia.

4. Mudanças Climáticas

Biden agiu rapidamente ao cumprir sua promessa de reingressar os EUA no Acordo Climático de Paris de 2015, do qual o presidente Trump anunciou em 2017 que os EUA se retirariam. Como parte do pacto, Biden comprometeu os EUA a reduzirem os gases de efeito estufa pela metade até 2030. No entanto, a marca está abaixo dos compromissos assumidos pela União Europeia e pelo Reino Unido.

Para que Biden alcance qualquer uma de suas metas climáticas, caberá a um Congresso dividido conseguir aprovar seu pacote de infraestrutura de cerca de 2,3 trilhões de dólares. A proposta prevê investimentos em veículos elétricos e em tecnologia de energia limpa.

5. Economia

As primeiras semanas da presidência Biden foram focadas numa economia em perigo de entrar em colapso devido à pandemia. Com as taxas de desemprego em altas recordes, ele tem que ser capaz de levar adiante – sem apoio republicano – o plano de resgate de 1,9 trilhão de dólares, que enviou cheques de 1,4 mil dólares (R\$ 7,5 mil) para cada domicílio americano.

Devido à campanha de vacinação, e à implementação do plano de resgate, o mercado de trabalho ganhou quase 1 milhão de postos de trabalho em março, baixando a taxa de desemprego para 6%. Em abril passado, a taxa de desemprego estava em torno de 14%. Mas os números de emprego ainda estão abaixo dos níveis pré-pandemia, e há temores de uma alta da inflação como resultado do plano de resgate.

2.5 - Governo Joe Biden: as políticas à esquerda que põem o presidente em posição inédita na história recente dos EUA

- Mariana Sanches - @mariana_sanches
- Da BBC News Brasil em Washington - 10 maio 2021

Há um ano, quando Joe Biden recém emergia como o nome do Partido Democrata a enfrentar Donald Trump nas eleições presidenciais de novembro de 2020, seus correligionários não disfarçavam certa falta de entusiasmo.

Político profissional com mais de três décadas no Congresso, Biden era visto como um centrísta pragmático, de estilo protocolar e entediante, que teria que ser rebocado pelas alas mais à esquerda do partido para implementar uma agenda progressista em sua gestão.

Pareciam corroborar essa visão tanto o histórico de Biden, que votou a favor da Guerra do Iraque e costumava manter proximidade com parlamentares republicanos repudiados pela base democrata - como o senador Mitch McConnell -, quanto sua negativa de, ainda durante a campanha, endossar propostas como a criação de um sistema de saúde público universal no país, advogada por seu rival nas primárias, o senador Bernie Sanders.

Nas fileiras do partido e entre o eleitorado jovem e progressista dos EUA, o quase octogenário era tomado como um possível presidente tampão, uma figura moderada necessária para pacificar o país após a turbulência social dos anos Trump, uma espécie de ponte para algo mais ousado em termos de políticas públicas democratas, que não viria nos quatro anos de um mandato Biden.

Cheque, creche, matriz energética limpa e mais

Mas os primeiros cem dias do governo Biden sugerem que, para a felicidade da esquerda do partido e preocupação dos direitistas e republicanos, a avaliação estava errada. A gestão Biden tem apresentado propostas de reformas tão arrojadas quanto caras para os cofres públicos.



Biden já colocou em prática um plano de socorro econômico contra os efeitos da pandemia de covid-19 de US\$ 1,9 trilhão. Esse é um gasto que, por si só, já superaria a injeção de recursos feita por Franklin Delano Roosevelt, em 1933, ano em que o mandatário iniciava seu pacote de medidas para recuperar os EUA da Grande Depressão, batizado de New Deal.

Parte desses recursos bancou os mais de 160 milhões de cheques de até US\$ 1,4 mil que a administração federal já distribuiu entre a população do país.

A projeção é que, como resultado do aporte de dinheiro público, a economia americana cresça 7% neste ano, o maior resultado em quase quatro décadas, após uma contração de 3,5% em 2020, resultado dos efeitos da crise sanitária causada pelo novo coronavírus, que já ceifou a vida de 580 mil pessoas no país.

"Esta é a legislação mais significativa para os trabalhadores que foi aprovada no país em décadas", comemorou o progressista Sanders, conhecido pela verve crítica à esquerda que destina aos democratas. Embora a retomada de empregos em março tenha parecido confirmar o entusiasmo de Sanders, com quase um milhão de postos de empregos criados, o dado de abril decepcionou e ficou apenas em um quarto disso.

O pacote ainda garantiu que Biden entregasse quase o triplo em vacinas que havia prometido em seus cem primeiros dias: há 290 milhões de doses disponíveis em território americano, 230 milhões delas já aplicadas.

Na semana passada, em outro movimento progressista histórico, a Casa Branca alterou seu posicionamento na Organização Mundial do Comércio para se colocar a favor da quebra de patentes dos imunizantes contra a covid-19, proposto por Índia e África do Sul.

A postura representa um golpe nos interesses de farmacêuticas americanas, como Pfizer e Moderna, que detêm a propriedade intelectual de algumas vacinas.

O governo americano justificou que, como grande financiador do desenvolvimento e distribuição das doses, tinha direito também a opinar sobre sua reprodução ao redor do mundo e que aumentar o acesso a imunizantes nesse momento era estratégico para o interesse nacional e internacional.

Em outra frente, Biden aliou suas ambiciosas promessas climáticas a um plano de desenvolvimento de infraestrutura impulsionado pelo Estado.

Se aprovado pelo Congresso, seu pacote de investimentos de US\$ 2 trilhões destinará recursos para a construção de uma matriz energética limpa no país e para estímulos à substituição de boa parte da atual frota de veículos dos EUA por carros elétricos.

Esses esforços fariam parte do caminho para cumprir a meta anunciada pelo governo de cortar pela metade as emissões americanas de gases do efeito estufa em relação aos níveis de 2005, um objetivo mais ousado do que o estabelecido pelo ex-presidente democrata Barack Obama, de quem Biden foi vice.

Além de desenvolver uma economia verde, o plano de infraestrutura criaria milhões de empregados de nível médio, bem remunerados, para atender à massa de ex-operários americanos que viram seus empregos migrarem para a América Latina ou a Ásia durante o processo de globalização da produção da indústria americana.

E se promete impulsionar o setor de alta tecnologia verde, o governo Biden começa a desidratar a indústria mineradora e petrolífera do país.

Seu governo suspendeu novos arrendamentos para exploração de petróleo e gás em terras e águas federais, o que tem sido interpretado como o passo inicial de um banimento permanente dessas atividades.

Mas os planos de Biden não se concentram apenas em melhorar a infraestrutura física e ambiental do país. O governo quer investir em capital humano.

Suas propostas incluem a destinação de cerca de US\$ 1 trilhão para creches, universalização da educação pública para crianças entre três e quatro anos de idade (hoje inexistente na maior parte dos EUA) e gratuidade de dois anos de estudo nas chamadas Community College, faculdades locais - mais baratas e com bem menos prestígio do que as renomadas universidades americanas - que costumam atender alunos dos estratos mais pobres da sociedade.

E enquanto o aumento da dívida pública do país será inevitável, ao menos uma parte dos planos deve ser custeada pelo aumento de impostos sobre os mais ricos.

A Casa Branca propõe uma revisão do sistema tributário dos EUA que afete todos aqueles com rendimentos superiores a US\$ 400 mil dólares por ano - sejam famílias ou empresas.

A proposta quase dobraria os impostos sobre ganhos de capital (o lucro sobre investimentos) para pessoas que ganhem mais de US\$ 1 milhão anualmente. Essa seria a maior taxa de imposto sobre ganhos de investimento desde que a modalidade do imposto foi criada, em 1920.

Além desses três grandes pacotes orçamentários, a gestão Biden tenta pautar no Congresso projetos de lei com profundo impacto em aspectos culturais e sociais do país: o presidente enviou ao Congresso um plano que prevê caminho para a cidadania americana a 11 milhões de migrantes indocumentados, além de uma ampla reforma no sistema migratório dos EUA, tem defendido aumento de restrições ao acesso às armas e tem reconhecido e tentando combater o racismo estrutural, tanto por meio de medidas que ampliem o acesso ao voto entre a população negra quanto propondo reforma da polícia do país.

"Entediante, mas radical"

O ímpeto de Biden parece ter pego de surpresa tanto opositores quanto simpatizantes à sua gestão. De um lado, o senador republicano trumpista Ted Cruz qualificou o governo como "entediante, mas radical".

De outro, à agência de notícias econômicas Bloomberg, Dean Baker, o economista sênior do Centro de Pesquisa Econômica e Política, de tendência progressista, afirmou que Biden surpreendeu: "Muitos de nós temíamos que ele seria excessivamente cauteloso, mas ele encampou uma agenda agressiva e ambiciosa e a defendeu bem. Eu o subestimei politicamente".

O ceticismo de que Biden pudesse mudar de modo frontal as posturas que ele próprio defendeu em um passado não tão distante é compreensível.

Uma anedota ilustra bem isso. Entre 2009 e 2011, quando a administração Obama-Biden buscava retomar o crescimento dos EUA após a recessão de 2008, o economista auxiliar de Biden era o progressista Jared Bernstein. Bernstein deixou o governo frustrado com o foco da Casa Branca no que para ele era a "questão econômica errada": o controle do déficit fiscal.

O economista acreditava que era preciso que o Estado gastasse muito mais em um primeiro momento, para permitir um retorno robusto da economia e a retirada gradativa de investimentos públicos do mercado. Perdeu a queda de braço. Dez anos mais tarde, Bernstein está de volta à Casa Branca como um dos principais conselheiros econômicos do presidente. E agora, sua visão sobre a necessidade de gastos polpudos pelo Estado já não é mais minoritária no governo.

Para o cientista político Jonathan Hanson, quem esperava ver em Biden uma reedição da gestão Obama falhou em notar não só uma mudança no ambiente político quanto em reconhecer a maleabilidade inerente aos políticos profissionais.

"Sinto que a pandemia está encerrando a era que começou com o governo Ronald Reagan, em que o governo era considerado o problema e deveria ser reduzido. Por 40 anos, tanto à esquerda quanto à direita, repetiu-se o mantra do corte de gastos públicos e redução de impostos. Mas neste momento, o que as pessoas querem é que o Estado se apresente para resolver o problema, impedir que a economia colapse diante da pandemia", afirmou Hanson à BBC News Brasil.

A mudança de percepção pública sobre a atuação do Estado na economia fica evidente em pesquisas de opinião. No fim de abril, um levantamento nacional feito pela agência Reuters e o Instituto Ipsos mostrou que 65% dos americanos aprovavam o pacote de alívio econômico aos impactos da covid-19, contra 29% que desaprovavam.

Do mesmo modo, o pacote de infraestrutura também conta com simpatia da maioria. O Instituto de Pesquisa da Universidade Monmouth apontou, em 26 de abril, que dois em cada três americanos apoiam o plano de gastos trilionários de Biden bem como o aumento de impostos que será necessário para custear o projeto.

Segundo Hanson, Biden mostrou tino para descobrir a vontade popular e maleabilidade para segui-la, como costumam fazer os políticos profissionais.



Se aprovado pelo Congresso, pacote de investimentos de US\$ 2 tri destinará recursos para a construção de uma matriz energética limpa e para estímulos à substituição de boa parte da atual frota de veículos dos EUA por carros elétricos

"Acho que talvez as pessoas tenham subestimado Joe Biden como político. Ele é muito capaz de ler a situação política tanto dentro de seu partido quanto nacionalmente. E, isso significa que ele vai mudar de posição com o tempo, sim. Diante dos desafios imensos nos Estados Unidos e no mundo, Biden passou a reconhecer a necessidade de tomar grandes decisões, necessárias para enfrentar essas crises", diz o professor da Universidade de Michigan.

A janela dos dois anos

Embora audaciosa, grande parte da agenda de Biden ainda depende da aprovação do Congresso, no qual a situação não é exatamente confortável. Apenas o pacote de alívio da covid-19 já foi aprovado.

Os democratas sustentam uma maioria mínima no Legislativo, suficiente apenas para aprovar legislações que tenham implicações orçamentárias diretas. Leis ordinárias, no entanto, demandam maioria de três quintos no Senado, o que obriga os democratas a convencerem parte da bancada republicana a apoiar seus projetos.

A construção de legislações bipartidárias, no entanto, tem se mostrado difícil. E embora Biden tenha fundado sua campanha no mote da união nacional e repetido em diferentes ocasiões seu apreço pela composição multipartidária, ele tem deixado claro aos democratas que tentará seguir com os planos mesmo que os republicanos não embarquem.

Isso porque, em apenas dois anos, os americanos voltarão às urnas para renovar - ou não - os mandatos de uma parcela dos parlamentares, o que ameaça a já precária maioria do partido do presidente.

"Nos dois últimos governos democratas, tanto Obama quanto Clinton começaram com maioria no Congresso, buscaram a construção de consenso com os republicanos, acabaram bloqueados e, nas eleições do meio de mandato, viram o fim de suas maiorias - e da chance de aprovar boa parte de suas propostas. Assim, perderam a janela de oportunidade dos dois anos que, na prática, os presidentes democratas têm", afirma Janson, em uma explicação institucional para o fato de Biden apresentar uma agenda mais progressista e arrojada que seus antecessores do mesmo partido em tão curto espaço de tempo.

"Biden viu o erro acontecer no governo Clinton, quando estava no Congresso, viu o erro se repetir no governo Obama, quando era vice. E parece agora decidido a encerrar esse ciclo. Ele já avisou que vai usar a legitimidade das urnas para empurrar sua agenda nesse começo, enquanto há condições para isso", resume Hanson.

É provável que, com menores ou maiores alterações, Biden consiga aprovar seus planos de infraestrutura e de investimento em pessoas. Já o futuro de leis como a reforma de migração ou do policiamento seguem como incógnitas. Bandeiras históricas das alas mais à esquerda dos democratas, essas mesmas matérias dependem agora da anuência de uma parte da bancada republicana para ser aprovadas. No limite, serão os republicanos a decidir se elas vão compor ou não o legado do governo Biden.

2.6 – AS RELAÇÕES ENTRE EUA E CHINA.

Xi e Biden falam sobre respeito entre EUA e China e como não transformar competição em conflito durante cúpula virtual

Relações entre países entraram em colapso durante a presidência de Donald Trump (2017-2021), que lançou uma guerra comercial contra os chineses enquanto criticava Pequim pela pandemia. Destino de Taiwan é o que gera mais tensão atualmente entre os países.

Por g1 - 15/11/2021

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, disse ao presidente da China, Xi Jinping, que a missão de ambos é garantir que a competição entre seus dois países "não se desvie para um conflito", ao iniciar a cúpula virtual que os dois líderes mantêm nesta segunda-feira (15).

Biden disse que "é importante os dois países se comunicarem de forma transparente e honesta, e que devem respeitar as regras internacionais".

O presidente chinês, por sua vez, se referiu a Biden como "velho amigo". Ele afirmou que ambos devem "respeitar uns aos outros, coexistir em paz e buscar uma cooperação em que ambos ganhem", segundo a imprensa chinesa, que adiantou as primeiras palavras do telefonema, que teve início às 21 horas de Brasília e tem previsão de durar horas. Disse ainda que "espera trabalhar com o presidente americano para promover um desenvolvimento positivo"

Além dos presidentes e seus intérpretes, não foi especificado quem exatamente participa.

O encontro virtual acontece depois de Biden criticar a ausência de Xi Jinping em importantes reuniões internacionais e em um momento em que o presidente chinês fortalece seu controle sobre o regime.

Taiwan

Biden expressou "preocupações" sobre os abusos dos direitos humanos e "movimentos unilaterais" contra Taiwan, informou a Casa Branca.

O presidente chinês, por sua vez, alertou os EUA que apoiar a independência de Taiwan é como "brincar com fogo", segundo relato da agência estatal Xinhua.

"Essa tendência é muito perigosa e é como brincar com fogo, e quem brinca com fogo se queima", disse Xi Jinping.

A China considera Taiwan, de 23 milhões de habitantes, uma de suas províncias e se propôs a recuperá-la, mesmo que pela força, se necessário.

Pequim e Washington intensificaram a retórica nas últimas semanas sobre a ilha, que tem um governo democrático e possui moeda e forças armadas próprias. No entanto, Taiwan não proclamou formalmente sua independência.



Biden e Xi Jinping em reunião virtual – Foto: Reprodução

Os dois presidentes conversaram longamente por telefone duas vezes desde a posse de Biden em janeiro. Dada a recusa de Xi em viajar para o exterior devido à pandemia, optou-se por uma reunião online para manter conversas diretas.

Os assessores de Biden apresentam a cúpula como uma oportunidade para tentar evitar uma escalada das tensões, especialmente em relação a Taiwan, uma democracia autônoma que a China considera uma província turbulenta.

As relações entre as duas potências entraram em colapso durante a presidência de Donald Trump (2017-2021), que lançou uma guerra comercial contra a China enquanto criticava Pequim pela pandemia de Covid.

Biden reformulou o confronto de forma mais ampla, em uma luta entre democracia e autocracia, e embora seu tom seja mais comedido que o de Trump, a relação entre Washington e Pequim continua tensa por questões como Taiwan, direitos humanos e comércio.

Grandes tensões

Atualmente, o destino de Taiwan é o que gera mais tensão, dada a intensificação das atividades militares chinesas com um número recorde de incursões na zona de defesa aérea da ilha.

A tensão ficou evidente no fim de semana, quando o secretário de Estado Antony Blinken e seu homólogo chinês Wang Yi tiveram uma conversa agitada.

Blinken expressou "preocupação com a contínua pressão militar, diplomática e econômica de Pequim" sobre Taipei, enquanto Wang alertou contra qualquer ação dos EUA que pudesse ser interpretada como apoio à "independência de Taiwan".

Pequim colocou nesta segunda-feira a responsabilidade de melhorar as relações sobre os ombros de Biden.

"Esperamos que os Estados Unidos trabalhem na mesma direção que a China para um bom entendimento", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Zhao Lijian, a jornalistas.

No entanto, o funcionário dos EUA disse que Biden "será muito direto e franco nas questões que nos preocupam", aludindo ao "comportamento coercitivo e provocador da China em relação a Taiwan", bem como ao que Washington considera violações dos direitos humanos e práticas comerciais agressivas pela China.

Mas destacou que há espaço para cooperação em várias áreas, como as mudanças climáticas.

2.7 – AS RELAÇÕES ENTRE EUA E CHINA (ECONOMIA)

Disputa entre EUA e China reforça estratégia empresarial de redistribuir produção

Pesquisa aponta que a potencialização da guerra comercial entre os dois países alertou as empresas - que já viam suas cadeias de suprimentos sendo interrompidas - sobre a lógica de redes fortemente terceirizadas, concentradas e interdependentes

China e Estados Unidos, os dois gigantes da economia global, vivem nos últimos anos um ambiente que tornou as relações ainda mais agudas. A era Donald Trump aprofundou o clima de animosidade e a troca de acusações. A pandemia foi o empurrão para amplificar as desconfianças.

O tensionamento desencadeou mudanças de estratégia das multinacionais, principalmente as americanas, que tinham na China seus principais centros de abastecimento. Com cautela, algumas empresas começam a estudar formas de redistribuir sua produção para outros países – tanto na própria Ásia quanto no continente americano.

O processo tem sido gradual porque a China é, desde o início da pandemia, um dos países com a economia menos comprometida pela desaceleração global. O país asiático cresceu 1,8% em 2020, enquanto a retração global, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi de 4,2%.

Agora, com o agravamento da crise energética, que tem interrompido as jornadas nas fábricas, surge um novo desafio nas cadeias de suprimento, principalmente de tecnologia – o que pode apressar o movimento das companhias transnacionais para outros mercados produtores.

Entre fevereiro e março de 2020, a consultoria Gartner fez uma pesquisa com 260 líderes globais da cadeia de suprimentos e chegou a um dado representativo desse movimento. Ao todo, 33% dos entrevistados informaram ter transferido as atividades de abastecimento e manufatura para fora da China ou planejam fazê-lo nos próximos dois a três anos. No entanto, a pandemia não é a única responsável, alertou o levantamento.

A partir da potencialização da guerra comercial entre EUA e China, entre 2018 e 2019, as cadeias de suprimentos globais já estavam sendo interrompidas, alertando as companhias sobre a lógica de redes fortemente terceirizadas, concentradas e interdependentes, apontou a pesquisa da Gartner.

Além disso, vinha pesando no custo de produção as tarifas impostas pelo governo de Donald Trump sobre as importações vindas da China. Segundo apontou publicação Nikkei Asian Review, em meados de 2019, cerca de 50 multinacionais anunciaram planos de transferir a produção para fora da China para buscar uma estratégia de uma produção mais regional.

Foi o caso da GoPro, que anunciou que transferiria a produção da maioria de suas câmeras destinadas aos EUA da China para o México. Em novembro passado, a imprensa internacional noticiou que a Foxconn estava transferindo parte da manufatura do iPad e do MacBook da China para o Vietnã.

“As tarifas impostas pelos governos dos EUA e da China nos últimos anos aumentaram os custos da cadeia de suprimentos em até 10% para mais de 40% das organizações. Para pouco mais de um quarto dos entrevistados, o impacto foi ainda maior”, declarou Kamala Raman, executiva da Gartner, sobre os resultados da pesquisa.

Entre os novos destinos estão Vietnã, Índia e México. Ainda segundo a consultoria, um quarto das empresas disseram já ter regionalizado a produção com o objetivo de estar mais perto da demanda.

Se hoje as empresas americanas incluem em seus planejamentos a busca de alternativas à produção em território chinês, o que se viu nas últimas décadas mostra como o fluxo de capital se comportou.

O investimento estrangeiro direto (IED) da China em todas as indústrias dos EUA, entre 1990 e 2020, soma US\$ 175,52 bilhões. Já o IED americano no mesmo período destinado ao país asiático somou US\$ 284,9 bilhões, como mostra levantamento da ONG US-China Investment Hub.

Efeito-pandemia

Com receio dos efeitos prolongados da pandemia no setor industrial chinês, muitas empresas começaram a estudar a reformulação de suas cadeias globais de suprimentos por achar que não poderiam confiar em uma fábrica só, ainda mais na China, tão longe do país-sede, explica Ricardo Mendes, sócio da Prospectiva Consulting.

“A pandemia criou uma disruptão grande nas cadeias de fornecimento. Os portos fechados na China geraram um grande problema de logística, que acabou deixando nebuloso o clima que já era de guerra fia e que andava no paralelo.”

Regis Arslanian, embaixador do Brasil que atuou em Washington, no Mercosul, nas negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e nas rodadas multilaterais Uruguai e Doha, também chama a atenção para o papel que a crise de saúde teve no esgarçamento acelerado das relações.

“A pandemia foi uma espécie de gatilho da percepção de que era preciso compor a cadeia global de valor por meio da diversificação de países fornecedores. Foi como se a indústria americana passasse a se perguntar sobre o porquê de se produzir componentes do outro lado do mundo. Por isso temos visto muitas corporações revendo seus planos e buscando alternativas para fabricar em países mais próximos, seja no México ou em alguns países da América Central”, avalia o embaixador.

Para o professor de Relações Internacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV), Pedro Brites, o que se vê do lado americano é a construção de uma rede legal para mudar o perfil de investimentos internacionalmente e recuperar o protagonismo global. Nesse novo contexto, avalia o professor, a América Latina está sendo colocada como prioridade.

“Ainda não se vê uma migração significativa de empresas americanas da China para outros países, mas há indícios de que os EUA querem seu papel nesse ambiente de competição”, diz Brites.

Segundo o professor, mais do que estimular a reconstrução das capacidades produtivas das empresas americanas em outras regiões, o que o governo americano visa é melhorar sua posição na competição estratégica entre os dois países.

“A China ganhou muita força política e econômica também na pandemia por conta da produção de vacinas e de outras questões sanitárias. Tanto é assim que os EUA, com Joe Biden, agora tentam correr atrás na distribuição de vacinas. Houve um entendimento de que a China é o grande competidor no sistema internacional”, analisa o acadêmico.

Papel da América Latina e do Brasil

A transferência de parte da produção dos EUA, hoje na China, para outros mercados pode não apenas desafogar sua indústria (receosa com as incertezas no país asiático), mas também fortalecer o papel da maior economia do mundo

em relação aos grandes parceiros comerciais e na diplomacia, e abrir uma oportunidade para ajudar a se reposicionar no próprio continente americano, avalia o sócio da Prospectiva Consulting.

Por exemplo, na questão migratória. Investimentos na geração de postos de trabalho na América Central, por exemplo, poderiam conter as ondas migratórias de países da região para os EUA.

Nesse novo arranjo político e produtivo puxado pelos americanos, o Brasil também pode ter um novo papel, analisam os especialistas ouvidos pelo **CNN Brasil Business**. "Há uma oportunidade para a América Latina e particularmente para o Brasil, o maior país e o mais tecnológico, que deveria fazer o dever de casa para ser mais competitivo e absorver esse esforço de diversificação das cadeias globais de valor", comenta Arslanian.

Já o professor da FGV não vê o Brasil entre as prioridades do governo americano. Primeiro, pelo não alinhamento entre os governos dos dois países. Brites aponta ainda a questão logística, como a falta de acesso ao oceano Pacífico. Para o estudioso, quem mais vai ganhar é o México, que já tem acordos mais profundos com os EUA.

Seja qual for a estratégia americana para esvaziar o papel chinês no tabuleiro global, será preciso se preparar para algumas dificuldades, diz o sócio da Prospectiva.

"Substituir a China não é muito fácil por causa da forma como o país construiu seu posicionamento ao longo do tempo do posto de vista tecnológico e de capacidade de produção. Poucos destinos no mundo combinam escala, engenharia e tecnologia para a produção como a China. Por isso, para encontrar outras opções, será preciso um tempo de qualificação de fornecedores e da mão-de-obra nos países. Mas acredito que não será um período tão longo, porque o drive político nos EUA é forte, com uma pressão política sobre as empresas para que reduzam o papel chinês", afirma Mendes.

Guerra fria 4.0

No campo militar também há sinais de aumento de tensão entre EUA e China, detentores dos maiores orçamentos de defesa. Logo depois de Joe Biden, presidente americano, e Xi Jinping, o líder chinês, trocarem alfinetadas na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 21 de setembro, foi a vez dos responsáveis pelas áreas de segurança dos dois países fazerem ameaças.

A primeira provocação veio do secretário da Força Aérea, Frank Kendall, ao comentar que os Estados Unidos precisavam preservar a liderança tecnológica para manter a "China assustada", nas suas palavras. No dia 29, foi a vez de Wang Wei, comandante-adjunto da Força Aérea chinesa, devolver a provocação. "Só posso dizer que, se eles não estão assustados [com a tecnologia militar chinesa], vamos nos encontrar no céu."

5G

As disputas entre China e EUA incluem a corrida pelo fornecimento de infraestrutura para a frequência do 5G – tema do momento no Brasil. Desde o governo do republicano Donald Trump, os EUA tentam excluir a China do fornecimento de infraestrutura do 5G – uma das frentes tecnológicas dominadas pelo país asiático.

Em agosto, o diretor sênior do Conselho de Segurança Nacional para o Hemisfério Ocidental da Casa Branca, Juan González, disse em visita ao Brasil que o governo deveria considerar a eventual escassez de chips que poderá ameaçar a chinesa Huawei e seus possíveis efeitos entre os consumidores brasileiros.

O fornecimento de equipamentos para a implantação do 5G no Brasil é apenas mais uma das disputas que polarizam chineses e americanos. A guerra comercial e diplomática, potencializada pela pandemia e pela desaceleração da economia global, serviu para amplificar as desconfianças e chegou às estratégias das multinacionais, principalmente as americanas, que tinham na China seus principais centros de abastecimento.

O leilão brasileiro das faixas de frequência vai acontecer em 4 de novembro. Em jogo, contratos vultosos. A expectativa é que se chegue a R\$ 49,7 bilhões entre outorgas das faixas de frequência e investimentos, com previsão de alcançar R\$ 163 bilhões de recursos em rede em duas décadas, segundo o governo.

São cifras que interessam a empresas e a governos que buscam oportunidades para fortalecer suas indústrias. A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) publicou no dia 27 de setembro a versão definitiva do edital do 5G.

Para os brasileiros, a próxima geração de rede de internet móvel vai representar ganhos no uso diário do smartphone. Para o setor produtivo, marcará uma nova etapa na indústria 4.0. Mas o leilão brasileiro também será marcado por um histórico de anos de disputas entre as duas maiores economias globais: China e Estados Unidos.

2.8 – AS RELAÇÕES ENTRE EUA E RÚSSIA.

Ucrânia: EUA anunciam que têm 8,5 mil soldados em prontidão em meio à escalada de tensões.

BBC – 24/01/2021

Cerca de 8.500 soldados dos Estados Unidos estão em alerta máximo para serem mobilizados em meio à crescente tensão na Ucrânia, segundo anunciou o Pentágono.

Enquanto isso, a Rússia nega planejar uma ação militar contra a Ucrânia, apesar de reunir aproximadamente 100.000 soldados nas proximidades deste país.

O Pentágono diz que ainda não foi tomada uma decisão definitiva sobre o envio de tropas. Isso só aconteceria se a aliança militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Nato) decidir雇用 forças de reação rápida, "ou se



outras situações se desenrolarem" no que diz respeito às tropas russas, segundo explicou o secretário de imprensa do Pentágono, John Kirby. Não há planos de ação na própria Ucrânia, acrescentou.

"Isso está provando a seriedade com que os EUA levam seu compromisso com a Otan", disse Kirby.

Alguns membros da Otan, incluindo Dinamarca, Espanha, Bulgária e Holanda, já estão enviando caças e navios de guerra para a Europa Oriental, como um reforço na defesa na região.

No fim de semana, cerca de 90 toneladas de "ajuda letal" dos EUA, incluindo munição para "defensores da linha de frente", chegaram à Ucrânia.

Nesta segunda-feira (24) o presidente americano, Joe Biden, e aliados europeus fizeram uma videochamada para discutir uma estratégia das potências ocidentais diante da mobilização russa.

Enquanto isso, Boris Johnson alertou que investigações de serviços de inteligência sugerem que a Rússia está planejando um ataque-relâmpago à capital ucraniana, Kiev.

"A inteligência é muito clara de que existem 60 grupos de batalha russos nas fronteiras da Ucrânia, o plano para um ataque-relâmpago que poderia derrubar Kiev é algo à vista de todos", disse Johnson.

"Precisamos deixar bem claro para o Kremlin, para a Rússia, que esse seria um passo desastroso."

Retirada de funcionários das embaixadas

O governo Biden recomendou a funcionários da embaixada e seus parentes que deixassem a Ucrânia no domingo. Kiev, por sua vez, classificou a decisão como "prematura" e "uma demonstração de cautela excessiva".

O Reino Unido também começou a retirar funcionários de sua embaixada, com cerca de metade deles já programados para sair de Kiev. A decisão veio um dia depois de o departamento de relações exteriores britânico acusar o presidente russo, Vladimir Putin, de planejar colocar um líder pró-Moscou no governo da Ucrânia.

O nome apontado para essa função, segundo o governo britânico, é do ex-deputado ucraniano Yevhen Murayev — que chamou essa alegação de "estúpida" em uma entrevista à agência de notícias Reuters. O Ministério das Relações Exteriores da Rússia publicou no Twitter que o departamento britânico estava fazendo "circular desinformação".

Quando o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, se encontrou na semana passada com o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, o russo expressou a esperança de que "as emoções diminuam".

Mas as negociações diplomáticas não conseguiram aliviar as tensões, e a moeda da Rússia — o rublo — perdeu muito valor. Os EUA e seus aliados ameaçaram novas sanções econômicas se os militares russos agirem contra a Ucrânia.

Quase uma década de turbulência

O Kremlin declarou que vê a Otan como uma ameaça à segurança e exige garantias legais de que a aliança não expandirá mais para o leste, inclusive para a vizinha Ucrânia. Mas os EUA disseram que a questão em jogo é a hostilidade russa, não a expansão da Otan.

O secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, rejeitou a exigência de voto da Rússia, dizendo que a aliança representa "o direito de cada nação escolher suas próprias alianças".

A Rússia tomou parte do território ucraniano antes, quando anexou a Crimeia em 2014. Rebeldes apoiados por Moscou também controlam áreas do leste da Ucrânia perto das fronteiras russas. Esse conflito já custou cerca de 14 mil vidas, e um acordo de paz de 2015 está muito longe de ser cumprido.

2.9 – O GOVERNO BIDEN E A "QUESTÃO CLIMÁTICA"

Biden: "Esta é a década para agir contra a crise climática"

22/04/202122 – DW

Em discurso na Cúpula de Líderes sobre o Clima, presidente americano anuncia que nova meta dos EUA é reduzir pela metade as emissões até 2030. Custo da inação contra mudanças climáticas está aumentando, alerta.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, abriu a **Cúpula de Líderes sobre o Clima**, nesta quinta-feira (22/04), afirmando que os Estados Unidos "não estão esperando" para liderar uma questão de "imperativo moral e econômico", ao se referir às mudanças climáticas que estão acelerando o aquecimento global.

"Os sinais são inconfundíveis. A ciência é inegável. O custo da inação continua aumentando. Os Estados Unidos não estão esperando para agir", disse Biden no discurso de abertura do evento convocado pela Casa Branca, que ocorre nessa quinta e sexta-feira, de forma virtual.

Biden também anunciou oficialmente que a nova meta dos Estados Unidos é reduzir em 50% a 52% as emissões de gases de efeito estufa até 2030, em comparação com os níveis de 2005, e zerar as emissões até 2050. Atualmente, os EUA são responsáveis por cerca de 15% das emissões em todo o mundo.

"Esta é a década em que precisamos tomar decisões que evitarão as piores consequências da crise climática", disse Biden.

O democrata afirmou esperar que o novo objetivo americano incentive outros líderes a estabelecer metas mais ambiciosas de corte de emissões. Segundo cientistas, a humanidade precisa reduzi-las para manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C e, assim, evitar catástrofes.

Biden aumentou que um aumento da temperatura média da Terra acima de 1,5 °C significaria "incêndios mais frequentes e intensos, inundações, secas, ondas de calor e furacões - devastando comunidades, vidas e meios de subsistência".

"Nenhuma nação pode resolver esta crise por conta própria, e esta cúpula é um passo no caminho para um futuro seguro, próspero e sustentável", escreveu Biden no Twitter minutos antes do início do evento.

Na abertura da cúpula, a vice-Presidente Kamala Harris acrescentou: "Como comunidade global, é necessário que atuemos rapidamente e juntos para enfrentar esta crise. Isto exigirá inovação e colaboração em todo o mundo."

Guinada sob Biden

A nova meta dos Estados Unidos é quase o dobro da anterior, que havia sido fixada pelo ex-presidente Barack Obama. Em 2015, o país tinha se comprometido a cortar as emissões entre 26% e 28%.

No entanto, durante o governo do republicano Donald Trump, os Estados Unidos se distanciaram de qualquer medida que ajudasse a frear o aquecimento global e o país chegou a sair do Acordo de Paris.

A guinada veio com a posse de Biden, em 20 de janeiro deste ano. Como um de seus primeiros atos como presidente, Biden colocou os EUA de volta no Acordo de Paris e, apenas três meses após sua posse, convocou 40 líderes mundiais para debater o clima, em um esforço para que os EUA voltem a liderar a luta contra a crise climática.

Além da União Europeia foram convidados representantes de Brasil, China, Índia, Canadá, Rússia, Reino Unido e África do Sul, entre outros.

Metas mais ousadas

Ao se pronunciar na cúpula virtual, o secretário-geral da ONU, António Guterres, disse que a próxima década deve ser uma década de transformação, e outros líderes mundiais fizeram eco à mensagem. Vários líderes enfatizaram a necessidade de os países ricos cumprirem suas promessas de ajudar os países mais pobres a se adaptarem às mudanças climáticas.

Além dos Estados Unidos, outros países também aumentaram suas promessas. O Japão anunciou planos de cortar as emissões em 46% até 2030, em comparação aos níveis de 2013. Para o Canadá, a meta é reduzir as emissões de 40% a 45% até 2030, em comparação com os níveis de 2005.

Na terça-feira, o Reino Unido estabeleceu a meta mais ambiciosa do mundo com uma lei que obriga o país a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 78% até 2035, em relação aos níveis de 1990.

"Se realmente queremos conter a mudança climática, então este deve ser o ano em que levamos isso a sério. Porque os anos 2020 serão lembrados ou como a década em que os líderes mundiais se uniram para virar o jogo, ou como um fracasso", afirmou o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson.

Na quarta-feira, às vésperas da cúpula, a **União Europeia (UE) chegou a um acordo para reduzir em pelo menos 55% as emissões até 2030**, em comparação com valores de 1990.

China promete neutralidade de carbono até 2060

O presidente da China, Xi Jinping, reiterou a meta de atingir a neutralidade de carbono até 2060. Em seu discurso, ele defendeu que o combate às mudanças climáticas siga princípios do "multilateralismo e do direito internacional" e que os países assumam "responsabilidades diferenciadas", conforme suas situações econômicas.

Para ele, os países desenvolvidos devem "aumentar as suas ambições climáticas e ajudar os países em desenvolvimento a acelerar as suas transições para o desenvolvimento verde e de baixo carbono".

Xi também afirmou que a China quer "trabalhar em conjunto com a comunidade internacional, incluindo os Estados Unidos". "Estou confiante de que, enquanto nos unirmos em nossos propósitos e iniciativas, triunfaremos diante dos desafios globais do clima e do meio ambiente", disse.

O presidente chinês também prometeu que seu governo "limitará estritamente" o aumento do consumo de carvão até 2025 e o "reduzirá" nos cinco anos seguintes.

A China é de longe o maior produtor de CO2 do mundo e, ao lado dos EUA, emite cerca de metade da poluição responsável pelas mudanças climáticas.

Merkel: "Não há dúvidas" de que mundo precisa dos EUA

A chanceler federal, Angela Merkel, saudou o anúncio feito pelos Estados Unidos. Para ela, a nova meta americana é um compromisso claro na luta contra o aquecimento global e um sinal importante de que os EUA estão de volta à mesa de negociações para enfrentar a questão climática.

Merkel também destacou que "não há dúvidas" de que o mundo precisa da contribuição dos EUA para poder frear o aquecimento global.

A Alemanha já reduziu as emissões de gases de efeito estufa em 40%, em comparação com os níveis de 1990, afirmou a chanceler federal, apontando que o país continuará nesse caminho para alcançar a meta estabelecida pela União Europeia, de 55% até 2030.

Para chegar a esse objetivo, medidas importantes já foram tomadas, destacou a líder alemã. Como exemplo, ela citou a taxação do CO₂ introduzida em 1º de janeiro de 2021 no setor de transportes e aquecimento. Além disso, a eliminação do uso de carvão está prevista para ser alcançada até 2038. A Alemanha também continua investindo em energias renováveis. No ano passado, 46% da eletricidade foi obtida de fontes de energia limpa, apontou Merkel.

Bolsonaro promete zerar desmatamento ilegal

Ao discursar na cúpula, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro - isolado no cenário internacional por causa da deterioração da imagem ambiental do Brasil e com a saída de cena de aliados como Trump - , adotou um tom defensivo, mas um pouco mais conciliador do que em seus discursos anteriores para plateias no exterior.

Bolsonaro afirmou que Brasil está na "vanguarda do enfrentamento ao aquecimento global", anunciou a meta de tornar a economia brasileira neutra até 2050 – uma antecipação em 10 anos em relação à meta brasileira anterior – e prometeu zerar o desmatamento ilegal até 2030, uma promessa que já havia sido feita por Dilma Rousseff em 2015.

Bolsonaro afirmou de modo vago que é "preciso haver justa remuneração pelos serviços ambientais prestados por nossos biomas ao planeta como forma de reconhecer o caráter econômico das atividades de conservação". A fala seguiu a linha de planos do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que cobra recursos internacionais em troca de preservar a Amazônia. O presidente, no entanto, evitou mencionar valores.

2.10 – A RELAÇÃO ENTRE EUA E IRÃ

Escalada recente se iniciou quando milícias apoiadas pelo Irã dispararam mísseis contra uma base militar no Iraque; EUA responderam com bombardeios que deixaram 24 mortos. Os dois países já estiveram na iminência de uma guerra em junho do ano passado.

Por G1 - 03/01/2020

O ataque de drones que matou o líder Qassem Soleimani em 2 de janeiro aconteceu depois de uma semana de ações ofensivas entre o Irã e os Estados Unidos em território do Iraque. Ele era o general que comandava a atuação iraniana em outros países, e a sua morte foi ordenada pelo presidente americano, Donald Trump.

Dias depois, em 7 de janeiro, **duas bases no Iraque que abrigam forças americanas e iraquianas foram atingidas** por mais de uma dúzia de mísseis iranianos. A Guarda Revolucionária do Irã assumiu a responsabilidade pelos lançamentos dos mísseis em ambas as bases.

Veja a cronologia dos fatos:

- **Sexta-feira, 27 de dezembro**

Uma base militar de aliados dos EUA no Iraque foi **atacada com mais de 30 mísseis**. Um americano que não era do exército, mas que prestava serviços para as forças armadas, foi morto. Outros quatro americanos e dois iraquianos ficaram feridos.

Os EUA apontaram como culpada uma milícia chamada Kataib Hezbollah, apoiada pelo Irã.

- **Domingo, 29 de dezembro**

Os americanos realizaram **ataques em resposta** e mataram 24 pessoas em bases de milícias no Iraque e na Síria.

Essas milícias iraquianas apoiadas pelo Irã são uma força importante: elas têm um grande número de representantes no Parlamento do Iraque.

Elas atuam no Iraque, mas são financiadas e orientadas pelo Irã. Quando os EUA impõem sanções aos iranianos, essas organizações reagem com ataques no Iraque, onde há presença de americanos.

- **Terça-feira, 31 de dezembro**

Membros dessas milícias **invadiram a embaixada** dos EUA em Bagdá, a capital do Iraque. Na ocasião, Trump acusou os iranianos de estarem por trás dos protestos.

A embaixada ficou sitiada por pouco mais de 24 horas. Os líderes das milícias pediram para que ela fosse liberada **na quinta-feira (2)**, e a ordem foi imediatamente cumprida.

- **Quinta-feira, 2 de janeiro**

Os EUA executaram o ataque por drones no aeroporto de Bagdá, no Iraque, que matou Soleimani.

- **Sexta-feira, 3 de janeiro**

Autoridades iranianas **prometem vingança** pela morte do general, considerado um dos mais importantes do país.

- **Sábado, 4 de janeiro**

Trump diz que tem na mira **52 alvos no Irã** e que não hesitará em atacá-los caso os iranianos atinjam algum americano. Entre esses alvos, estariam pontos importantes da cultura iraniana.

Mais tarde, **foguetes atingiram três locais diferentes no Iraque**, incluindo uma base aérea que abriga forças norte-americanas e uma área próxima à embaixada dos EUA em Bagdá, sem causar mortes.

- **Domingo, 5 de janeiro**

O Irã anunciou que o seu trabalho de enriquecimento de urânio **não respeitará mais o acordo nuclear de 2015**, que fixava o processo de enriquecimento em 3,6%, e que sua produção não terá mais limites.

Esse tipo de urânio é usado para produzir combustível para reatores nucleares, mas, potencialmente, pode servir para a produção de armas nucleares.

O parlamento do Iraque pediu ao governo para encerrar as atividades de tropas estrangeiras no país e os EUA anunciaram uma pausa nas operações contra o Estado Islâmico em terras iraquianas.

- **Terça-feira, 7 de janeiro**

Duas bases no Iraque que abrigam forças americanas e iraquianas foram atingidas por uma dúzia de mísseis, segundo o Pentágono. A Guarda Revolucionária do Irã assumiu a responsabilidade pelos lançamentos dos mísseis. Não houve registro de feridos.

- **Quarta-feira, 8 de janeiro**

Um **Boeing 737 800** caiu poucos minutos após decolar do aeroporto de Teerã. As 176 pessoas que estavam a bordo morreram. Três dias depois, o **Irã admitiu que derrubou a aeronave**, sem intenção, com um de seus mísseis.

Após o ataque às bases americanas, o presidente Trump disse que o Irã **"parecia estar recuando"** e não mencionou retaliações militares. O chefe de estado americano lançou novas sanções.

- **Quinta-feira, 9 de janeiro**

O chefe da Força Aeroespacial da Guarda Revolucionária do Irã afirmou que o bombardeio contra as bases americanas no Iraque **dá início a uma série de ataques contra os Estados Unidos** no Oriente Médio.

Veja histórico recente do conflito entre Irã e EUA

A semana de conflitos e o ataque que matou Qassem Soleimani ocorreu em um contexto de escalada de tensão entre os Estados Unidos e o Irã.

Irã ataca bases americanas no Iraque

Ação foi resposta a assassinato do general iraniano Qassem Soleimani



Os dois países têm uma relação de confronto há décadas, e os desentendimentos e confrontos indiretos aumentaram desde que Trump assumiu o governo.

- **2018: EUA deixa acordo nuclear**

Em 2015, quando o presidente americano era Barack Obama, o Irã assinou um acordo nuclear com Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido, Rússia e China.

O governo iraniano aceitou limitar o enriquecimento de urânio e ser supervisionado por inspetores da Organização das Nações Unidas (ONU), em troca do fim de sanções econômicas.

Trump venceu as eleições em 2016, e uma de suas promessas de campanha era justamente acabar com esse tratado, sob a justificativa de que dois temas não estavam contemplados:

- o fim de seu programa de mísseis;
- e o envolvimento em conflitos no Oriente Médio – coordenados justamente por Soleimani.

Em maio de 2018, Trump tirou os Estados Unidos formalmente do acordo e, desde então, impôs novas sanções e tem ameaçado países que importam petróleo iraniano.

Desde então, o Irã passou a descumprir os compromissos que havia pactuado no acordo nuclear de 2015.

- **Junho 2019: crise dos petroleiros e iminência de guerra**

Em junho de 2019, incidentes levaram os dois países à iminência de um conflito armado. Trump chegou até a ordenar bombardeios, mas recuou em cima da hora.

Aquele conflito se iniciou quando dois navios petroleiros que navegavam perto do Irã foram atacados. Os EUA apontaram os iranianos como responsáveis. O Irã negou.

Cerca de uma semana depois, o Irã revelou que derrubou um drone americano em seu território – os iranianos afirmam que a aeronave não tripulada sobrevoava perto de seu litoral.

Os EUA contestam essa versão iraniana: disseram que o drone estava sobre águas internacionais. Trump, então, resolveu retaliar e ordenou um ataque a alvos em terra no Irã, mas cancelou a iniciativa.

Na ocasião, os iranianos afirmaram que um conflito iria se espalhar pelo Oriente Médio e seria incontrolável.

- **Setembro de 2019: incêndio em refinaria saudita**

Em setembro de 2019, mísseis atingiram instalações de um complexo de óleo e gás na Arábia Saudita que pertencem à Aramco, uma empresa estatal.

A ação provocou incêndios de grandes proporções e derrubou pela metade produção de petróleo e gás na Arábia Saudita.

Os americanos afirmaram que os iranianos estavam por trás, e o Irã, novamente, disse que não eram os autores.

Os EUA acusaram os iranianos mesmo com a reivindicação de um outro grupo, os houthis. São rebeldes que lutam na guerra civil no Iêmen, um país no sul da Península Arábica.

Os houthis são apoiados pelo Irã no conflito. Eles disseram ter enviado dez drones para atacar as instalações da Aramco.

Há décadas relação entre Irã e EUA estão desgastadas

As relações entre Irã e Estados Unidos começaram a se desgastar ainda na **década de 1950**, quando serviços secretos americanos ajudaram na derrubada do chefe do governo iraniano Mohammed Mossadegh, com o objetivo de evitar a estatização das jazidas de petróleo do país. Posteriormente, os EUA apoiaram o governo do xá Reza Pahlevi, que passou a governar de forma absoluta.

Em 1979, a Revolução Islâmica forçou o xá a deixar o país. Sob a liderança do xiita aiatolá Khomeini, é fundada a República Islâmica. Em novembro, estudantes iranianos invadem a embaixada americana em Teerã, tomando como reféns 63 funcionários diplomáticos.

Em 1980, os EUA suspenderam as relações diplomáticas com o país. Em setembro, tropas do então presidente iraquiano, Saddam Hussein, invadem o sudoeste do país, o Ocidente fica do lado do Iraque na guerra que dura até 1988.

Quem é Ebrahim Raisi, chefe do Judiciário linha-dura eleito presidente do Irã. BBC - 19 junho 2021



Ebrahim Raisi é um clérigo linha-dura próximo ao aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do país.

Chefe do Judiciário e clérigo linha-dura e ultraconservador.

Assim é descrito Ebrahim Raisi, eleito presidente do Irã com 62% dos votos após eleições na sexta (18/6) em um pleito que foi amplamente visto como destinado a favorecê-lo.

Raisi é um clérigo linha-dura e chefe do Judiciário do Irã próximo ao aiatolá Ali Khamenei, líder supremo do país.

O presidente do Irã ocupa o segundo cargo mais importante do país, atrás do líder supremo. Raisi terá influência significativa sobre a política interna e assuntos externos. Mas, no sistema político do Irã, é o líder supremo do país, o aiatolá Khamenei, quem tem a palavra final em todas as questões de Estado.

O país é administrado de acordo com valores religiosos conservadores, com restrições à liberdade política desde a Revolução Islâmica em 1979.

Raisi, um clérigo de 60 anos, foi promotor durante a maior parte de sua carreira. Em 2019, dois anos depois de perder para Hassan Rouhani na última eleição presidencial, foi nomeado chefe do Judiciário

Ele é leal aos clérigos governantes do Irã e foi até mesmo visto como um possível sucessor do aiatolá Khamenei como líder supremo do país.

Na campanha, se apresentou como o "melhor" para combater a corrupção e resolver os problemas econômicos que o Irã enfrentou durante o mandato do presidente Hassan Rouhani.

Muitos iranianos e ativistas de direitos humanos apontaram o suposto papel de Raisi nas execuções em massa de prisioneiros políticos na década de 1980.

"O fato de Ebrahim Raisi ter chegado à presidência em vez de ser investigado pelos crimes contra a humanidade de assassinato, desaparecimento forçado e tortura é um lembrete sombrio de que a impunidade reina suprema no Irã", disse a chefe da Anistia Internacional, Agnès Callamard.

Muitos iranianos consideraram esta última eleição planejada para que Raisi vencesse e evitaram a votação. Os números oficiais mostraram que a participação eleitoral foi a mais baixa de todos os tempos para uma eleição presidencial, de 48,8%, em comparação com mais de 70% na votação anterior, em 2017.

Dos protestos aos tribunais

Ebrahim Raisi nasceu em 1960 em Mashhad, a segunda maior cidade do Irã e lar do santuário xiita mais sagrado do país. Seu pai, que era clérigo, morreu quando ele tinha cinco anos.

Raisi, que usa um turbante preto que o identifica na tradição xiita como um descendente de Maomé, seguiu os passos de seu pai e começou a frequentar um seminário xiita na cidade sagrada de Qom aos 15 anos.

Enquanto estudante, participou de protestos contra o Xá Reza Pahlavi, apoiado pelo Ocidente, que acabou derrubado em 1979 em uma Revolução Islâmica liderada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini.

Após a revolução, ele ingressou no judiciário e atuou como promotor em várias cidades, enquanto era treinado pelo aiatolá Khamenei, que se tornou presidente do Irã em 1981.

Raisi se tornou procurador-adjunto em Teerã quando tinha apenas 25 anos.

Enquanto ocupava esse cargo, ele atuou como um dos quatro juízes que participaram de tribunais secretos criados em 1988, que ficaram conhecidos como "Comissões da Morte".

Os tribunais "julgaram novamente" milhares de prisioneiros que já cumpriam penas de prisão por suas atividades políticas. A maioria eram membros do grupo de oposição esquerdista Mujahedin-e Khalq (MEK), também conhecido como Organização dos Mujahidin do Povo Iraniano.

O número exato dos condenados à morte pelos tribunais não é conhecido, mas grupos de direitos humanos disseram que quase 4 mil homens e mulheres foram executados e enterrados em valas comuns não identificadas, o que constituiu um crime contra a humanidade.



Os líderes da República Islâmica não negam que as execuções tenham acontecido, mas não discutem detalhes nem a legalidade dos casos individuais.

Raisi não reconheceu publicamente seu papel, mas disse que as execuções foram justificadas por causa de uma fatwa, ou decisão religiosa, de Khomeini.

Há cinco anos, vazou uma fita de áudio de uma reunião de 1988 entre Raisi, vários outros membros do judiciário e o então vice-líder supremo do Irã, o aiatolá Hussein Ali Montazeri.

Nele, Montazeri é ouvido descrevendo as execuções como "o maior crime da história da República Islâmica". Um ano depois, Montazeri perdeu sua posição como sucessor designado de Khomeini, e o aiatolá Khamenei se tornou o líder supremo após a morte de Khomeini.

Raisi passou a servir como promotor de Teerã, então chefe da Organização de Inspeção Geral do Irã e primeiro vice-chefe do judiciário, antes de ser nomeado procurador-geral do Irã em 2014.

Dois anos depois, o aiatolá Khamenei nomeou-o guardião de uma das fundações religiosas mais importantes e mais ricas do Irã, a AstanQuds Razavi, que administra o Santuário Imam Reza, na cidade de Mashhad. A fundação também é responsável por várias instituições de caridade e organizações afiliadas. Segundo dados dos Estados Unidos, a fundação possui vastas participações econômicas em negócios de construção, agricultura, energia, telecomunicações e serviços financeiros.

Candidatura

Em 2017, Raisi surpreendeu ao se candidatar à presidência. Rouhani, um colega clérigo, ganhou um segundo mandato com uma vitória esmagadora no primeiro turno da eleição, recebendo 57% dos votos.

Raisi, que se apresentou como um candidato anticorrupção, mas foi acusado pelo presidente de fazer pouco para combater a corrupção como vice-chefe do judiciário, ficou em segundo lugar com 38%. A perda não manchou a imagem de Raisi e, em 2019, o aiatolá Khamenei nomeou-o para o poderoso cargo de chefe do Judiciário.

Na semana seguinte, ele também foi eleito vice-presidente da Assembleia dos Peritos, o órgão administrativo de 88 membros responsável pela eleição do próximo Líder Supremo.

Como chefe do Judiciário, Raisi implementou reformas que levaram a uma redução no número de pessoas condenadas à morte e executadas por crimes relacionados com drogas no país. No entanto, o Irã continuou a matar mais pessoas do que qualquer outro país além da China.

O judiciário também continuou a trabalhar com os serviços de segurança para reprimir dissidentes e processar muitos iranianos com dupla nacionalidade ou residência permanente estrangeira sob acusação de espionagem.

Quando Raisi anunciou sua candidatura para as eleições presidenciais de 2021, ele declarou que "veio como um independente ao palco para fazer mudanças na gestão executiva do país e lutar contra a pobreza, a corrupção, a humilhação e a discriminação".

Pouco se sabe sobre a vida privada de Raisi, exceto que sua esposa, Jamileh, leciona na Universidade ShahidBeheshti em Teerã, e que eles têm dois filhos. Seu sogro é o aiatolá Ahmad Alamolhoda, o líder linha-dura das orações de sexta-feira em Mashhad.

2.11 – CONFLITO ENTRE ISRAEL E PALESTINOS: O QUE ESTÁ ACONTECENDO E MAIS 5 PERGUNTAS SOBRE A ONDA DE VIOLÊNCIA

BBC - 17 maio 2021

A recente escalada de violência entre Israel e o Hamas, o grupo extremista que controla a Faixa de Gaza, atraiu novamente as atenções do mundo para um conflito que se arrasta por décadas, misturando política e religião.

E que já deixou mortos e feridos de ambos os lados, sendo a maior parte das vítimas em território palestino.

Também trouxe à tona muitos questionamentos.

Abaixo, a BBC News Brasil responde a algumas das perguntas mais buscadas em português no Google sobre o confronto.

O que está acontecendo em Israel?

O conflito entre israelenses e palestinos já existe há muito tempo, mas o gatilho para a nova escalada de violência tem origem nas ameaças de despejo de famílias palestinas de Sheikh Jarrah, um bairro fora dos muros da Cidade Velha de Jerusalém.

Pelo plano de partilha da ONU, na fundação do Estado de Israel, em 1948, Jerusalém deveria ser dividida em duas partes, o lado oriental, palestino, e o lado ocidental, israelense.

Sheikh Jarrah fica na parte palestina. Então, por que a Justiça de Israel determinou que as famílias palestinas fossem expulsas? Porque considerou que os judeus que entraram na justiça tinham a posse do terreno.

Para entender essa disputa, é preciso voltar no tempo.

A defesa desses judeus israelenses alega que em 1870, quando a Palestina ainda estava sob domínio do Império Turco Otomano, eles haviam comprado as terras em Sheikh Jarrah.

Ali permaneceram até 1948, quando, logo após a fundação do Estado de Israel, o país foi atacado pelos vizinhos árabes. Israel ganhou a guerra, mas a Jordânia acabou ocupando a parte oriental de Jerusalém. Foi então que a Jordânia e o braço da ONU para refugiados, a Acnur, construíram, em Sheik Jarrah, casas para abrigar 28 famílias palestinas refugiadas.

Mas as famílias palestinas nunca ganharam direito definitivo sobre a posse da terra.

Foi quando Israel ocupou Jerusalém Oriental em 1967, que começou então o litígio. Os proprietários judeus passaram a tentar reaver a área na Justiça.

Trata-se de uma questão que desafia os limites da Justiça e de quem determina as regras de um país.

Se, de um lado, as leis israelenses permitem que judeus reivindiquem direito de propriedade às terras que possuíam antes de 1948, de outro, não concedem o mesmo direito a palestinos que eram proprietários de terras que atualmente pertencem a Israel.

Ou seja, um palestino não poderá contar com essa lei para dizer que pertence a ele uma terra em Jerusalém Ocidental ou mesmo em alguma parte ocupada por Israel após vencer guerras e anexar territórios.

Em 1982, os tribunais israelenses decidiram a favor da adoção de um acordo entre os arrendatários palestinos e os proprietários judeus.

Esse acordo estabeleceu que os inquilinos palestinos tinham "arrendamentos protegidos" sob a lei israelense, mas que os proprietários ainda manteriam a posse da terra.

Mas agora, judeus ganharam no tribunal de Israel o direito de reaver suas propriedades em Sheik Jarrah. A decisão final ainda será dada pela Suprema Corte israelense, portanto, continua o debate legal e moral entre os direitos dos inquilinos detentores do arrendamento, ou seja, as famílias palestinas, e os titulares da propriedade, segundo a lei israelense, os judeus.

E mais simbólico ainda é que a decisão de retirada das famílias tenha ocorrido justamente na área oriental de Jerusalém, que deveria ser a capital de um Estado palestino, segundo o plano da ONU, o mesmo que abriu caminho para a fundação de Israel.

Essa parte oriental de Jerusalém inclusive está sob ocupação militar de Israel desde a guerra de 1967, uma ocupação que é considerada ilegal pela comunidade internacional, com exceção de poucos países. Mas essa é uma disputa muito maior do que por "um punhado de casas", diz Jeremy Bowen, editor da BBC para o Oriente Médio.

Há décadas, israelenses têm ocupado áreas em territórios palestinos por meio dos chamados assentamentos, tanto em Jerusalém Oriental quanto na Cisjordânia. Pelo plano da ONU, a área conhecida como Palestina, que estava sob domínio britânico na época, deveria ser dividida entre o que viria a ser o Estado de Israel e a Palestina. A grande maioria desses assentamentos é considerada pela ONU uma violação das leis internacionais.

Como mencionado anteriormente, Jerusalém seria dividida em duas. E o território palestino ficaria assim, desmembrado, mas com pontos de comunicação, ou seja, seria possível transitar por toda sua extensão.

Hoje, depois de ocupações e anexações por Israel, o mapa atual em nada se assemelha àquele de 1948. A faixa de Gaza vive sob bloqueio de Israel e do Egito. E não tem comunicação com a Cisjordânia, comandada pela Autoridade Palestina e onde há um pouco mais de estabilidade.

Mas a Cisjordânia, que também está há décadas sob ocupação militar israelense, é palco também do avanço constante na construção dos chamados assentamentos.

No território, há cerca de 430 mil judeus israelenses que ocupam 132 assentamentos (e 124 "postos avançados" menores).

Em pelo menos seis ocasiões desde 1979 o Conselho de Segurança da ONU reafirmou que estes assentamentos são "uma violação flagrante da legislação internacional". A última delas foi em 2016 - o documento oficial também menciona Jerusalém Oriental.

E o que diz Israel? Israel defende as iniciativas argumentando que representam uma estratégia de defesa de sua integridade, e não uma tentativa de minar a soberania palestina. Diz também que não dá a refugiados o direito de retorno às suas casas porque isso comprometeria a própria existência de um Estado judeu.

Segundo Bowen, o fato de o conflito ter desaparecido das manchetes internacionais nos últimos anos não significa que tenha acabado.

"É uma ferida aberta no coração do Oriente Médio", diz ele, que gera ódio e ressentimento que atravessa não apenas os anos, mas gerações.

Mas não foram só as ameaças de despejo que deflagraram a atual onda de violência.

Nas últimas semanas, houve a violenta repressão de palestinos por parte da polícia israelense durante o Ramadã, o mês sagrado dos muçulmanos, culminando com o uso de gás lacrimogênio e de granadas dentro da mesquita de al-Aqsa, o lugar mais sagrado para os muçulmanos depois de Meca e Medina. Os palestinos protestavam em solidariedade às famílias ameaçadas de despejo.

Foi então que o Hamas, o grupo extremista palestino que controla a Faixa de Gaza, resolveu dar um ultimato a Israel para remover suas forças do complexo de al-Aqsa e de Sheikh Jarrah.

Israel não acatou a ordem, e o Hamas então começou a disparar foguetes contra cidades israelenses. Até hoje, o Hamas considera os israelenses invasores, não só das áreas consideradas ocupações ilegais, mas de todo o território, e defende a destruição total de Israel, mas não tem poder de fogo para tal.

As dezenas de foguetes são quase todos interceptados pelo poderoso sistema israelense de interceptação de mísseis, chamado Domo de Ferro. Uma foto registrada durante a noite pelo fotógrafo Anas Baba, da agência de notícias AFP, reflete a violência do conflito entre o exército de Israel e os militantes palestinos, que tem escalado nos últimos dias.

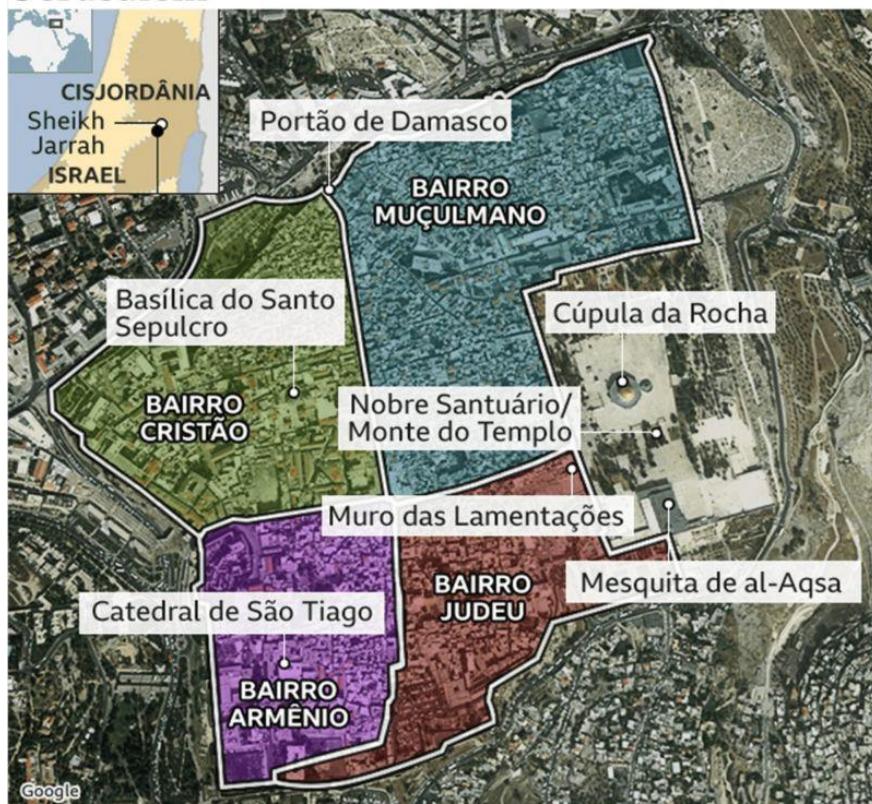


Os mísseis israelenses, à esquerda, lançados para interceptar os foguetes do Hamas, à direita

À esquerda, o poderoso sistema israelense de interceptação de mísseis, o Domo de Ferro. À direita, os foguetes lançados contra Israel pelo Hamas, partindo de Beit Lahia, no norte da Faixa de Gaza.

As luzes dos projéteis do Hamas refletidas na noite e os mísseis lançados pelo Domo de Ferro se converteram em cenas habituais para os habitantes de Ashkelon, Sderot e outras populações que vivem nos arredores da Faixa de Gaza.

Principais pontos sagrados da Cidade Velha de Jerusalém



BBC



A BBC News Brasil conversou com judeus brasileiros que vivem nos arredores de Tel Aviv. Moradores de Ra'anana, eles falaram sobre os momentos de angústia e apreensão.

Um deles contou sobre como os foguetes enviados pelo Hamas interromperam um jogo de futebol de imigrantes brasileiros.

"Tudo aconteceu muito rápido, no meio do jogo. Já estávamos jogando havia meia hora. Quando tocou a sirene, corremos em direção ao salão de ginástica do clube, que fica no subsolo, designado como nosso abrigo oficial", diz Uri Blankfeld, organizador da partida, que emigrou de São Paulo para Israel há cinco anos.

Qual é a origem do conflito Israel x palestinos?

O confronto entre judeus e palestinos remonta aos anos 40.

Naquela época, as tensões entre os dois povos aumentaram quando a comunidade internacional deu ao Reino Unido a tarefa de estabelecer um "lar nacional" na Palestina para o povo judeu ao fim da 2ª Guerra Mundial.

Durante esse confronto, ocorreu o chamado Holocausto - o assassinato em massa de milhões de judeus, bem como homossexuais, ciganos, Testemunhas de Jeová e outras minorias, durante a 2ª Guerra Mundial, a partir de um programa de extermínio sistemático implementado pelo partido nazista de Adolf Hitler.

O Reino Unido havia tomado o controle da área conhecida como Palestina depois que o Império turco Otomano, fora derrotado na 1ª Guerra Mundial e posteriormente desmembrado. Ou seja, os palestinos passaram do domínio turco otomano para o domínio britânico.

Naquela ocasião, a área conhecida como Palestina era habitada por uma maioria árabe palestina, mas também uma minoria de judeus.

Entre as décadas de 1920 e 40, o número de judeus chegando à região cresceu, com muitos fugindo da perseguição na Europa e também em busca de uma pátria após o Holocausto.

Mas por que a Palestina? Eles foram incentivados pelo chamado 'sionismo', o movimento nacionalista judaico surgido no século 19 que promovia a ideia de um Estado para o povo judeu. Seria um retorno à terra prometida, onde se desenrolou a maior parte da história judaica até o início da diáspora, ainda na antiguidade.

Ao passo que cresceu o número de judeus emigrando à Palestina, violência entre judeus e árabes e contra o domínio britânico também aumentou.

A insurgência judaica no protetorado britânico da Palestina incluiu atentados violentos como o contra o hotel King David em que 91 pessoas de várias nacionalidades foram mortas por extremistas judeus.

O hotel era o local dos escritórios centrais das autoridades britânicas na Palestina.

Foi nesse contexto e com os horrores do Holocausto ainda muito próximos que, em 1947, a ONU votou para que a Palestina fosse dividida em Estados judeus e árabes separados, com Jerusalém se tornando uma cidade internacional.

Esse plano foi aceito pelos líderes judeus, mas rejeitado pelo lado árabe e nunca implementado.

Em 1948, ainda sob esse impasse, os governantes britânicos deixaram a região e os líderes judeus declararam a criação do Estado de Israel.

Muitos palestinos e árabes de países vizinhos se opuseram e uma guerra se seguiu. Tropas de países árabes vizinhos invadiram Israel.

Mais de 700 mil palestinos, segundo a ONU, fugiram ou foram forçados a deixar suas casas no que eles chamam de Al Nakba, ou a "Catástrofe". Ela é marcada na mesma data que Israel celebra sua fundação.

Quando o confronto terminou em cessar-fogo no ano seguinte, Israel havia expandido sua presença militar para a maior parte do território, incluindo partes do que deveria ser o futuro Estado palestino pelo plano da ONU.

A Jordânia ocupou terras que a oeste do rio Jordão que ficaram conhecidas como Cisjordânia e o Egito ocupou Gaza.

Jerusalém foi dividida entre as forças israelenses no Ocidente e as forças da Jordânia no Oriente.

Como nunca houve um acordo de paz, com cada lado culpando o outro, houve mais guerras e confrontos nas décadas que se seguiram, vencidas por Israel, que sempre contou com o apoio dos Estados Unidos.

Em outra guerra, em 1967, a chamada Guerra dos Seis Dias, Israel ocupou Jerusalém Oriental e a Cisjordânia, bem como as Colinas de Golã da Síria, a Faixa de Gaza e a península do Sinai.

A maioria dos refugiados palestinos e seus descendentes vive em Gaza e na Cisjordânia, bem como nas vizinhas Jordânia, Síria e Líbano.

Nem eles nem seus descendentes foram autorizados por Israel a retornar para suas casas - Israel diz que isso sobrecarregaria o país e ameaçaria sua existência como um estado judeu.

Israel ainda ocupa a Cisjordânia. Embora Israel tenha saído de Gaza em 2005, a ONU ainda considera aquele pedaço de terra como parte do território ocupado. Isso porque Israel determina o que entra e sai da Faixa de Gaza por meio de um controle militar.

Por isso, é tão comemorada em Israel a destruição dos túneis da Faixa de Gaza que levam clandestinamente desde armas e munição até alimento e remédios para o território sob bloqueio de Israel há 14 anos.

Israel reivindica toda Jerusalém como sua capital, enquanto os palestinos reivindicam Jerusalém Oriental como a capital de um futuro Estado palestino, conforme previa o plano da ONU.

Os Estados Unidos, que têm em Israel seu maior aliado no Oriente Médio, são um dos poucos países a reconhecer a reivindicação de Israel sobre a cidade inteira.

O que é a Faixa de Gaza?

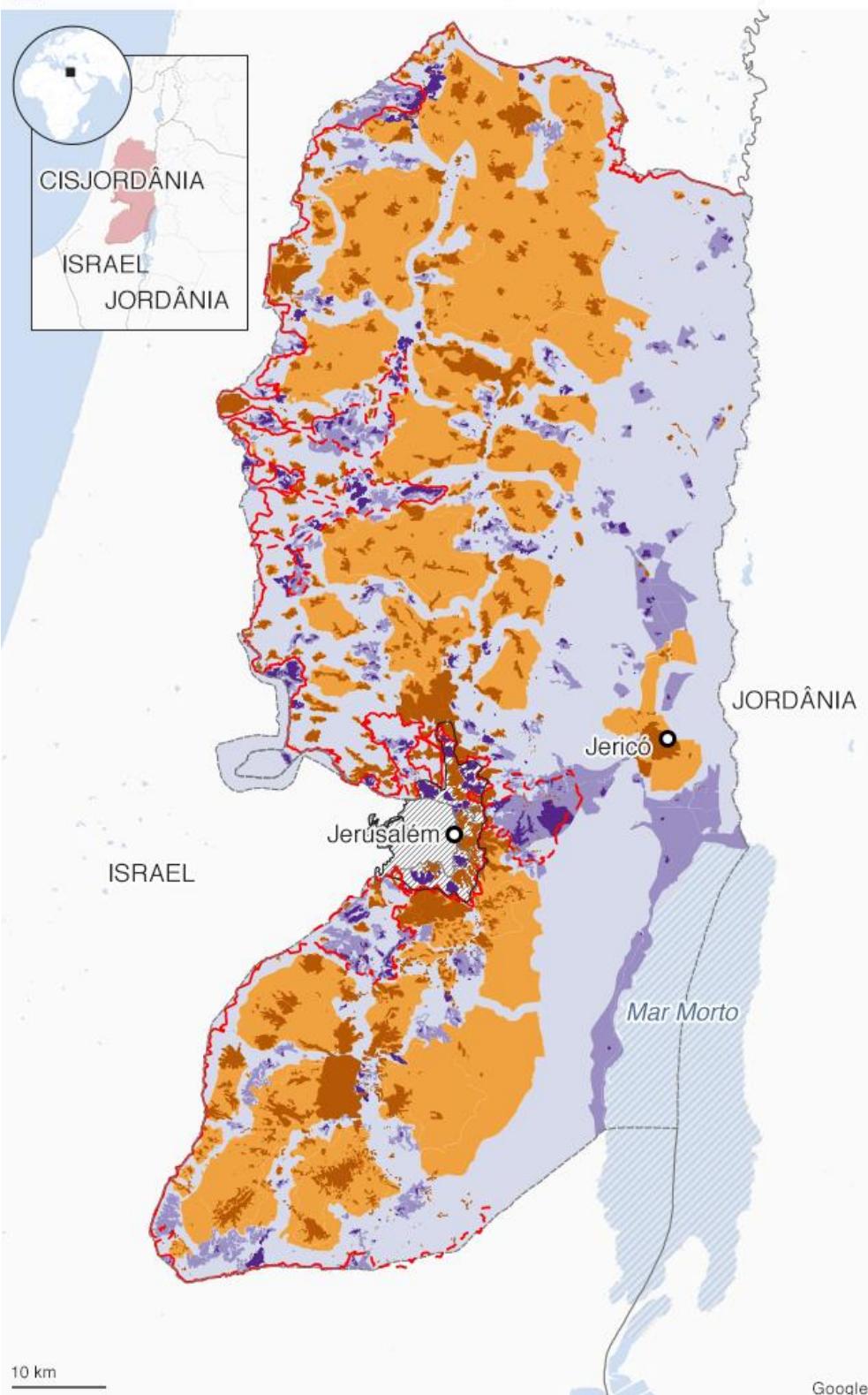
A Faixa de Gaza é uma estreita faixa de terra localizada na costa oriental do Mar Mediterrâneo. Faz fronteira com Israel no leste e no norte e com o Egito a sudoeste.

O território tem 41 quilômetros de comprimento e apenas de seis a 12 quilômetros de largura, com uma área total de 365 quilômetros quadrados.

Mas sua população é de cerca de 1,9 milhão de pessoas, o que a torna um dos territórios mais densamente povoados do planeta.

Assentamentos na Cisjordânia

Controle civil palestino	Linha de cessar-fogo pré-1967
Maiores concentrações de palestinos	Limite municipal de Jerusalém
Controle civil e militar israelense	Barreira da Cisjordânia
Limites municipais de assentamentos israelenses	Projetado/em construção
Assentamentos israelenses	



Fonte: B'Tselem



Na Faixa de Gaza, os últimos 21 assentamentos judeus na área foram desmontados em 2005 e seus colonos, evacuados. Naquele ano, os militares israelenses desocuparam o território, mantido no entanto sob bloqueio militar há anos. A maior parte controlada por Israel e outra, pelo Egito.

A imensa maioria de seus habitantes (98% a 99%) é palestina.

Chama-se Faixa de Gaza devido à cidade de Gaza, cuja existência remonta à Antiguidade, e é governada pelo grupo extremista palestino Hamas.

O que é o Hamas?

O Hamas é o maior dentre diversos grupos de militantes islâmicos da Palestina.

O nome em árabe é um acrônimo para Movimento de Resistência Islâmica, que teve origem em 1987 após o início da primeira intifada palestina, ou levante, contra a ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Em seu estatuto, o Hamas se comprometeu com a destruição de Israel.

O grupo inicialmente tinha o duplo propósito de implementar uma luta armada contra Israel, liderada por seu braço militar, as Brigadas Izzedine al-Qassam, e de oferecer programas de bem-estar social aos palestinos.

Mas desde 2005, quando Israel retirou tropas e colonos de Gaza, o Hamas também se envolveu no processo político palestino.

Venceu as eleições legislativas em 2006, pouco antes de reforçar seu poder no ano seguinte, derrubando o movimento rival Fatah, do presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas e ganhando o controle de Gaza. A Cisjordânia, no entanto, continuou sob o controle do Fatah.

Isso na prática criou dois governos diferentes em dois pedaços de território palestino de certa forma ilhados em Israel.

Desde então, militantes em Gaza travaram três guerras com Israel.

O Hamas como um todo, ou em alguns casos sua ala militar, é classificado como um grupo terrorista por Israel, Estados Unidos, União Europeia e Reino Unido, bem como outras potências globais.

Em sua fundação, o Estatuto do Hamas definiu a Palestina histórica, incluindo a atual Israel, como terra islâmica e excluiu qualquer paz permanente com o Estado judeu.

O documento também ataca os judeus como povo, o que deixa clara a dificuldade de negociação com o grupo.

Em 2017, o Hamas produziu um novo documento de política que suavizou algumas de suas posições declaradas e usou uma linguagem mais moderada.

Não houve reconhecimento de Israel nesse documento, mas ele aceitou formalmente a criação de um Estado palestino provisório em Gaza, na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, algo que é conhecido como a fronteiras pré-1967.

Por que pré-1967? Porque depois dessa guerra, Israel ocupou e anexou territórios que deveriam ser dos palestinos segundo o plano da ONU.

O documento também enfatiza que a luta do Hamas não é contra os judeus, mas contra "os agressores sionistas de ocupação". Em resposta, Israel disse que o grupo estava "tentando enganar o mundo".

Qual é o poder de fogo do Hamas?



Embora sejam o lado mais fraco do conflito com Israel, Hamas e Jihad Islâmica têm armas suficientes para atacar Israel e já experimentaram diferentes táticas.

O armamento mais significativo no arsenal palestino são, de longe, seus mísseis superfície-superfície.

Parte deles, acredita-se, entra em Gaza por túneis cavados a partir da península do Sinai, no Egito. Essa também seria a origem de outros artefatos, como os mísseis guiados antitanque Kornet.

A maior parte do arsenal de Hamas e Jihad Islâmica vem, contudo, da própria faixa de Gaza, que conta com uma capacidade produtiva relativamente complexa e sofisticada para esses armamentos.

Especialistas internacionais, inclusive israelenses, acreditam que o know-how iraniano e a assistência do país tenham um papel importante no crescimento da indústria bélica na região.

Estimar a dimensão exata do arsenal do Hamas é impossível, mas ele certamente inclui milhares de armas de diferentes alcances. Os militares israelenses têm suas próprias estimativas - que não chegam, contudo, a compartilhar publicamente.

Um porta-voz se limita a dizer que o grupo poderia manter o poder de fogo dos ataques da escalada do conflito em 2021 por "um período significativo de tempo".

Os grupos palestinos têm usado diferentes tipos de mísseis, nenhum deles novo em termos de design básico. De forma geral, contudo, as armas têm apresentado alcance maior e cargas explosivas mais potentes.

O Hamas opera uma variedade de mísseis de longo alcance como o M-75, que avança até 75 km, o Fajr (até 100 km) e o R-160 (até 120 km). Também conta com alguns M-302s, que chegam ainda mais longe, até 200 km.

Assim, o grupo teria capacidade de atingir tanto Jerusalém quanto Tel Aviv, além da faixa costeira, que concentra maior densidade populacional e infraestrutura.

O Exército israelense diz que mais de mil foguetes foram disparados contra o país em três dias de conflito em 2021. Outros 200 teriam caído na própria Faixa de Gaza, um possível indicativo dos problemas oriundos de um processo de produção disperso e ainda pouco desenvolvido.

Entre os mísseis que cruzaram a fronteira, 90% foram interceptados pelo sistema antimísseis Domo de Ferro, parte de um amplo sistema de defesa aérea que opera em Israel.

Seu objetivo é proteger o país de mísseis balísticos, mísseis de cruzeiro, foguetes e outras ameaças aéreas. As baterias são feitas de mísseis interceptores, radares e sistemas de comando que analisam os lugares que os foguetes inimigos podem atingir.

A Palestina é um país?

A Palestina, reconhecida oficialmente como o "Estado da Palestina" pela ONU, é um Estado soberano *de jure* (expressão em latim que significa pela lei ou pelo direito). Ou seja, é independente teoricamente, mas não na prática.

Seu território é formado pela Cisjordânia e Faixa de Gaza e advoga Jerusalém como sua capital, ainda que, na prática, seu controle administrativo parcial é mantido apenas sobre as 167 "ilhas" na Cisjordânia e no interior da Faixa de Gaza, enquanto seu centro administrativo está atualmente localizado em Ramallah.

São chamadas de "ilhas" porque não se comunicam por terra.

O Estado da Palestina é reconhecido por 138 dos 193 membros da ONU, entre eles o Brasil, ao passo que Israel é reconhecido por 164. Desde 2012, a Palestina tem o status de Estado observador não membro nas Nações Unidas.

O reconhecimento brasileiro ocorreu em 2010 durante o segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Argentina fez o mesmo dias depois.

O Brasil e a Argentina foram os primeiros países ocidentais a reconhecer o Estado palestino, que já havia sido reconhecido por cerca de 100 países da Ásia e da África.

Na ocasião, o ministério das Relações Exteriores de Israel manifestou "pesar e decepção" com a decisão do presidente brasileiro e afirmou que o reconhecimento "prejudica o processo de paz".

O governo israelense da época considerou que o reconhecimento "constitui uma violação do acordo interino firmado em 1995, que estabelecia que o status da Cisjordânia e da Faixa de Gaza será determinado em uma negociação entre as partes".

A Palestina é membro da Liga Árabe, da Organização de Cooperação Islâmica, do G77, do Comitê Olímpico Internacional e de outros organismos internacionais.

Israel e Hamas acertam cessar-fogo em Gaza após 11 dias de conflito

Governo Netanyahu e milícia palestina anunciam trégua nos combates. Biden agradece ao Egito por mediação e afirma que os EUA vão colaborar na reconstrução da região

EL PAÍS - Jerusalém - 20 MAI 2021

O Gabinete de Segurança de Israel, órgão governamental que decide sobre as ofensivas militares, aprovou nesta quinta-feira um acordo de cessar-fogo com o Hamas em Gaza, após 11 dias de confrontos com as milícias palestinas. As autoridades aceitaram a proposta de mediação do Egito para uma trégua "recíproca, simultânea e incondicional" dos

combates. A entrada em vigor do cessar-fogo permanente —sob o princípio da calma na frente em troca da calma nas fileiras do adversário— vale a partir 2h de sexta-feira (20h desta quinta, pelo horário de Brasília).

A pressão exercida sobre Israel pelo presidente dos EUA, Joe Biden, na quarta-feira para forçar a redução imediata da escalada parece ter surtido efeito. Segundo informa a repórter **MaríaAntonia Sánchez-Vallejo**, de Nova York, o democrata pôde marcar o sucesso de sua diplomacia “intensiva e silenciosa”, como ele mesmo a definiu. O presidente compareceu à imprensa no meio da tarde para aplaudir o cessar-fogo, afirmando que palestinos e israelenses “merecem viver em segurança e desfrutar de liberdade, prosperidade e democracia”. Os Estados Unidos mostraram seu compromisso de colaborar “junto com a comunidade internacional e a ONU na reconstrução de Gaza” após os bombardeios israelenses, acrescentou, garantindo que seu país também ajudará Israel a reabastecer o sistema de defesa antimísseis.

O anúncio foi precedido de intensa atividade diplomática por parte da Casa Branca. Pela manhã, Biden falou por telefone com seu homólogo egípcio, Abdel al-Sisi, devido ao papel de liderança do Cairo na construção do acordo, e a quem o veterano democrata agradeceu especialmente por sua mediação. “Os dois líderes analisaram os esforços para chegar a um cessar-fogo para encerrar as atuais hostilidades em Israel e Gaza”, explicou a Casa Branca em um comunicado.

Nesta quinta, à medida que as negociações para chegar a um acordo se intensificavam, as hostilidades prosseguiam sem interrupção na Faixa de Gaza. Enquanto o Governo de Benjamin Netanyahu reiterava ao longo do dia o mantra de que as operações militares não iriam parar até que todos os seus objetivos fossem cumpridos, os chefes do Exército israelense já reconheciam aos analistas de defesa da imprensa de Israel que a missão estava praticamente cumprida em Gaza. A destruição de grande parte da capacidade ofensiva e defensiva do Hamas e da Jihad Islâmica, a eliminação física de muitos de seus comandantes e o restabelecimento da esmagadora força de dissuasão bélica de Israel são o resultado de um confronto assimétrico, agora, deve chegar ao fim.

Uma barragem de mais de 4.000 foguetes —incluindo no coração econômico do país, na região de Tel Aviv, com dezenas de milhares de civis fugindo para abrigos antiaéreos— foi o preço a pagar por Israel, que registrou oficialmente 12 mortes (incluindo dois menores de idade) pelo impacto de projéteis no seu território. Centenas de bombardeios aéreos e de artilharia destruíram blocos inteiros de apartamentos e torres de escritórios no enclave palestino, onde 232 pessoas, incluindo 65 crianças e 39 mulheres, foram mortas, de acordo com o Ministério da Saúde palestino. Porta-vozes militares israelenses afirmam que mais de 160 dos mortos em seus ataques eram milicianos islâmicos. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Organização Mundial da Saúde pediram uma trégua urgente para dar um respiro à população civil após 11 dias de bombardeios.

Embora a intensidade das hostilidades e a lista diária de vítimas estivessem em queda gradual desde segunda-feira, a diplomacia tentou abrir caminho para um cessar-fogo. O enviado das Nações Unidas para o Oriente Médio, Tor Wennesland, se reuniu no Qatar, país também envolvido na mediação, com o líder do Hamas, Ismail Haniyeh.

Em Jerusalém, o ministro das Relações Exteriores alemão, Heiko Maas, se reuniu com Netanyahu e lhe expressou o total apoio da Alemanha ao direito de Israel de se defender, como também responsabilizou o Hamas por desencadear a escalada bélica. O disparo de sete mísseis de Gaza sobre a região de Jerusalém no dia 10 deu início a uma ofensiva israelense em grande escala. Durante o recente mês do Ramadã, confrontos com a polícia registrados na mesquita de Al Aqsa, em Jerusalém, acirraram os ânimos na comunidade palestina, incluindo aqueles que vivem na Cisjordânia e têm a nacionalidade israelense. O ministro Maas endossou perante o primeiro-ministro israelense “os esforços internacionais em favor de um cessar-fogo, tendo em vista o rápido aumento das mortes entre os civis”, antes de ser recebido em Ramallah, sede da Autoridade Palestina, pelo presidente Mahmud Abbas.

A Assembleia Geral da ONU também se reuniu com urgência nesta quinta-feira para debater a situação no Oriente Médio. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, se mostrou “profundamente impressionado com os contínuos bombardeios aéreos e de artilharia de Israel em Gaza e com os disparos indiscriminados de foguetes do Hamas”, relata a Reuters. Em intervenção perante a Assembleia Geral, Guterres afirmou que as hostilidades causaram graves danos à infraestrutura civil, razão pela qual mais de 50.000 pessoas tiveram de abandonar as suas casas em meio aos ataques.

A embaixadora dos Estados Unidos na ONU, Linda Thomas-Greenfield, argumentou perante a Assembleia Geral que seu país “respondeu a esta crise concentrando-se em conseguir o fim do conflito o mais rapidamente possível”, relata a Efe. “Não creio que haja nenhum outro país que tenha feito mais”, insistiu a diplomata diante das críticas de outros membros do Conselho de Segurança, onde Washington impediou várias tentativas de aprovar uma declaração de consenso pedindo um cessar-fogo. Os EUA descartaram a possibilidade de apoiar uma proposta francesa no Conselho para exigir que ambas as partes interrompessem os combates ao mesmo tempo em que expressaram sua confiança em que a redução da escalada se mantenha nos próximos dias.

2.12 – PARLAMENTO DE ISRAEL APROVA NOVO GOVERNO E NETANYAHU DEIXA O PODER APÓS 12 ANOS

BBC - 13 junho 2021



Netanyahu ficou 12 anos no poder

O parlamento de Israel aprovou neste domingo (13) novo governo de coalizão e o atual primeiro ministro, Benjamin Netanyahu, vai deixar o poder após 12 anos no comando do país.

O novo primeiro ministro será o político de direita Naftali Bennett, do partido ultranacionalista Yamina (ou "À direita").

Bennet ficará no poder até setembro de 2023 como parte de um acordo de divisão de poder com o partido de centro YeshAtid ("Há um futuro", em hebraico).

Como parte do acordo, a líder do YeshAtid, o ex-ministro das Finanças YairLapid, vai assumir o poder por dois anos a partir de 2023.

Reviravolta em Israel

A reviravolta na política doméstica de Israel é fruto de um surpreendente encontro entre YairLapid e Naftali Bennet.

O partido de Lapid foi o segundo mais votado nas eleições israelenses em março deste ano, depois do partido de direita Likud ("Consolidação"), liderado por Netanyahu.

Em 6 de abril, o presidente israelense ReuvenRivlin deu um prazo de 28 dias para que Netanyahu conseguisse construir uma coalizão para formar um novo governo. Como o atual premiê não conseguiu atrair partidos suficientes para atingir maioria no parlamento, Rivlin transmitiu a missão para o segundo colocado Lapid, que desde então vinha dialogando com diferentes grupos na tentativa de alcançar maioria, mesmo que heterogênea.

As negociações sobre a formação de um novo governo foram interrompidas em 10 de maio, quando uma nova roda de hostilidades entre Israel e o Hamas teve início na Faixa de Gaza. No último dia 30, nove dias após o anúncio de um cessar-fogo, o direitista Bennet, ex-assessor-sênior, chefe de gabinete, ministro da Educação e da Defesa em governos recentes de Netanyahu, foi à televisão para anunciar o golpe final no governo do ex-aliado.

"Farei tudo o que for preciso para formar um governo de unidade nacional com meu amigo YairLapid", exclamou. O acordo entre os dois políticos, que divergem em diversos temas-chave, entre eles a possibilidade da criação de um Estado palestino, prevê que Bennet seja o primeiro-ministro pelos próximos dois anos - quando será substituído por Lapid, que governará por mais dois.

A coalizão vencedora também une opositores como Avigdor Lieberman, um polêmico nacionalista de extrema-direita que certa vez sugeriu que membros "desleais" da minoria árabe do país deveriam ser decapitados, e o pequeno partido árabe Ra'am, que busca proteção oficial a costumes conservadores muçulmanos e mais verbas para cidades de maioria árabe.

Este será o primeiro partido liderado por árabes a participar de um governo de coalizão em Israel.

Novo Governo de Israel lança primeiro ataque a Gaza desde o início do cessar-fogo

Aviação bombardeia posições do Hamas em represália pelo uso de balões incendiários vindos do território palestino

EL PAÍS - Jerusalém - 16 JUN 2021

A aviação israelense atacou na madrugada desta quarta-feira posições do Hamas na Faixa de Gaza pela primeira vez desde a declaração do cessar-fogo de 21 de maio, que pôs fim a uma escalada bélica de 11 dias. O bombardeio, que causou danos materiais em bases da milícia palestina na capital do enclave e em Khan Yunis (sul), foi uma represália pelo uso de aproximadamente 20 balões incendiários que foram soltos na Faixa de Gaza e queimaram lavouras dos ar-

redores, já em território israelense. Foi a primeira ação armada ordenada pelo novo Governo israelense, que tomou posse no domingo após desalojar o conservador Benjamin Netanyahu, que passou 12 anos como primeiro-ministro.

As Forças Armadas advertiram em nota que "Israel está preparado para qualquer cenário, incluído a retomada das hostilidades". A escalada do mês passado resultou na morte de mais de 240 palestinos, entre eles 67 menores, e 13 israelenses, sendo um militar. Um porta-voz do Hamas anunciou que "a resistência islâmica continuaria defendendo os direitos palestinos e seus lugares sagrados (em Jerusalém)".

Na terça-feira, Jerusalém Oriental reviveu cenas de tensão como as que antecederam há um mês a maior onda de hostilidades nos últimos sete anos entre Israel e as milícias de Gaza. Quase 5.000 extremistas judeus marcharam perante o recinto amuralhado da Cidade Velha gritando reivindicações nacionalistas, em um desfile interpretado como um desafio ao governo de coalizão ampla constituído no domingo. A mobilização de mais de 2.000 policiais impediu confrontos com centenas de contramanifestantes palestinos que se reuniram naquela parte de Jerusalém. Os agentes vigiaram para que a passeata seguisse o trajeto previsto, desviado de seu tradicional percurso por um bairro majoritariamente árabe.

Milhares de jovens, em sua grande maioria colonos ultradireitistas e religiosos, pulavam sincopadamente sob inúmeras bandeiras israelenses em frente à emblemática Porta de Damasco, embora sem atravessá-la, como nas edições anteriores do desfile, o que é visto como uma provocação por se tratar do principal acesso ao bairro muçulmano do centro histórico. O desfile é parte da celebração do Dia de Jerusalém, alusivo à conquista da parte oriental da cidade por tropas israelenses em 1967. A comemoração oficial foi suspensa em 10 de maio por causa do lançamento de foguetes de Gaza contra a província de Jerusalém, uma ação que desencadeou 11 dias de hostilidades entre o Exército israelense e os braços armados do Hamas e da Jihad Islâmica.

A nova onda de violência em Gaza representa o primeiro desafio bélico para o novo Governo israelense dirigido pelo ultranacionalista Naftali Bennett, horas depois de precisar lidar com a delicada questão da manifestação da ultradireita e de grupos radicais judeus em Jerusalém, onde se ouviram gritos de "morte aos árabes!".

O ministro dos Relações Exteriores, Yair Lapid, sócio-chave no novo Governo, condenou "o uso da bandeira de Israel por elementos extremistas em meio ao ódio e o racismo". "Isso não é próprio de judeus nem de israelenses, isso não é o que a bandeira simboliza", clamou pelo Twitter. "Essa gente (os manifestantes) é uma desgraça para Israel."

A marcha das bandeiras pela Cidade Velha de Jerusalém foi inicialmente reprogramada para quinta-feira passada, mas o então chefe de Governo Netanyahu decidiu adiá-la, numa manobra política aparentemente destinada a torpedear os primeiros dias da gestão de Bennett e da sua heterogênea coalizão, da qual participam inclusive um partido pacifista e uma formação da minoria árabe israelense.

Na tarde de terça-feira, soldados a cavalo da tropa de choque expulsaram os manifestantes palestinos dos arredores da Porta de Damasco, levando 17 detidos e deixando outros 30 feridos entre os participantes de um protesto contra a presença de radicais judeus em Jerusalém Oriental. A marcha nacionalista israelense prosseguiu seu curso pelo exterior das muralhas até o bairro judaico, apenas margeando o bairro muçulmano, até terminar em uma grande concentração em frente à esplanada do Muro das Lamentações.

O enviado das Nações Unidas para o Oriente Médio, Tor Wennesland, advertiu que "a tensão está voltando a aumentar em Jerusalém em um momento politicamente muito sensível". A constituição de um novo Governo em Israel ocorreu enquanto a ONU e o Egito ainda tentam consolidar o cessar-fogo que entrou em vigor em 21 de maio em Gaza. Wennesland pediu a ambos os lados que evitem ações que possam ser vistas como "provocações".

No último mês islâmico do Ramadã, entre abril e maio, houve diversos confrontos em Jerusalém entre policiais e manifestantes palestinos na mesquita de Al Aqsa, terceiro lugar mais sagrado do islamismo, situada na Cidade Velha, e no vizinho bairro de Sheikh Jarrah, de onde uma organização de colonos ameaçava expulsar dezenas de famílias palestinas. Israel considera Jerusalém como sua capital única e indivisível, enquanto os palestinos aspiram a transformar a parte oriental da Cidade Santa em capital de seu futuro Estado.

2.13 – ENTENDA O GOLPE MILITAR EM MIANMAR

O exército derrubou o governo eleito, prendeu líderes políticos, fechou o acesso à internet e suspendeu os voos ao país. Saiba quem é quem na crise política de Mianmar.

Por G1 - 01/02/2021

O exército de Mianmar **derrubou o governo eleito** do país nesta segunda-feira (1º), prendeu líderes políticos, fechou o acesso à internet e suspendeu os voos ao país.

Mianmar: dados sobre o país

Mianmar é um país no sudeste da Ásia que, até 1989, era chamado Birmânia. Os militares que governavam o país decidiram trocar porque Birmânia é o nome de uma etnia, e o regime da época quis fazer um gesto para as pessoas de outras etnias no país.

O país tem cerca de 50 milhões de habitantes majoritariamente budistas – há outras religiões, no entanto.



Mianmar vivia uma fase democrática desde 2011, depois de quase 50 anos de regime militar. Naquele período, uma junta militar governou o país.

De 2011 para cá, haviam sido implementadas eleições para o Parlamento e outras reformas.

As eleições

A **última votação havia sido em novembro do ano passado**, quando o principal partido civil, a Liga Nacional pela Democracia (NDL, na sigla em inglês), venceu 83% dos cargos em disputa. O novo Parlamento iria aprovar um novo governo.

Os militares se recusaram a aceitar esse resultado. Eles alegam que houve "enormes irregularidades" nas eleições legislativas de novembro.

Os militares haviam tentado argumentar na Suprema Corte do país que os resultados das eleições eram fraudulentos. Eles ameaçaram agir e cercaram os prédios do Parlamento com soldados.

O golpe militar

O golpe ocorreu sem atos de violência e poucas horas antes da primeira sessão do Parlamento formado nas eleições de novembro.

Os militares bloquearam as estradas ao redor da capital com tropas, caminhões e veículos blindados, enquanto os helicópteros militares sobrevoavam a cidade, e derrubaram o sinal de internet e telefonia móvel em todo o país.

Nesta segunda-feira, eles detiveram membros do NDL e líderes civis de Mianmar (inclusive Aung San Suu Kyi e o presidente, U WinMyint), juntamente com ministros, governadores regionais, políticos da oposição, escritores e ativistas.

O golpe foi anunciado em uma estação de TV que pertence aos militares. Um apresentador citou a constituição de 2008, que permite aos militares declarar uma emergência nacional. O estado de emergência, disse ele, permanecerá em vigor por um ano.

Rapidamente, os militares assumiram o controle da infraestrutura do país, suspenderam as transmissões de televisão e cancelaram os voos domésticos e internacionais.

O acesso ao telefone e à internet foi suspenso nas principais cidades. O mercado de ações e os bancos comerciais foram fechados. Em Yangon, a maior cidade e ex-capital do país, os residentes correram aos mercados para estocar alimentos e outros suprimentos.

Daw Aung San Suu Kyi

Daw Aung San Suu Kyi era, na prática, a líder do país desde 2015. Oficialmente, o cargo dela é o de presidente do NDL, o partido civil.

Ela é a filha de um herói da independência do país, o general Aung San. Durante o regime militar, Aung San Suu Kyi ficou presa durante 15 anos. Ela venceu o prêmio Nobel da Paz em 1991, quando estava em prisão domiciliar. Ela só saiu da prisão em 2010. Depois de sair, tornou-se líder do país.

No poder, ela se aliou aos militares para perseguir uma minoria étnica de Mianmar, os rohingyas, que são muçulmanos (Mianmar é majoritariamente budista). Em 2019, ela foi a representante do país em um julgamento em uma Corte Internacional de Justiça. Mianmar é acusada de fazer limpeza étnica.

No país, há quem acredite que Aung San Suu Kyi fez uma concessão aos militares ao cooperar com eles para tentar fortalecer a democracia no país. Nesta segunda-feira (1º), ela pediu que a população não aceite o golpe de Estado feito por militares.

General Min Aung Hlaing

Nesta segunda-feira, quem tomou o poder foi o general Min Aung Hlaing, chefe das forças armadas do país. Na teoria, ele deveria ir para a reserva neste ano por completar a idade compulsória para se retirar da ativa.

Mesmo depois do fim do regime militar, em 2011, as forças armadas nunca ficaram sob o controle do governo civil. Nos últimos anos, o exército, controlado pelo general Min Aung Hlaing, empreendeu campanhas contra minorias, como os rohingyas, os shan e os kokang.

O general Min Aung Hlaing foi presidente de dois grupos empresariais e tinha poder para nomear os chefes da polícia e do órgão responsável pelos controles de fronteiras.

Os rohingyas

Os rohingyas viveram por décadas no estado de Rakhine, sob políticas de discriminação racial parecidas com o Apartheid na África do Sul.

Uma lei da década de 1980 do país especifica que apenas grupos étnicos que podem demonstrar sua presença no território antes de 1823 podem obter a nacionalidade.

Desde 2011, após a dissolução da junta militar, as tensões entre as comunidades aumentaram. Um movimento de monges budistas nacionalistas instigou a perseguição contra os muçulmanos, afirmando que a minoria representa uma ameaça para Mianmar.

Considerados estrangeiros em Mianmar, os rohingyas são vítimas de múltiplas discriminações: trabalho forçado, extorsão, restrições à liberdade de circulação, regras de casamento injustas e confisco de terras.

Nos últimos anos, milhares de rohingyas fugiram de Mianmar para a Malásia ou para a Indonésia. Outros decidiram seguir para Bangladesh.

Mais de 110 mortos nos protestos de Mianmar depois que militares ameaçaram atirar na cabeça

Manifestantes desafiam a junta golpista na celebração do Dia das Forças Armadas. Foto de bebê de apenas um ano atingido por uma bala de borracha quando estava em sua casa causa indignação.

As forças de segurança de **Mianmar** cumpriram sua ameaça de atirar “pelas costas e na cabeça” dos manifestantes se continuassem desafiando sua autoridade nos protestos que crescem desde o golpe de Estado de 1º de fevereiro. A advertência, feita na sexta-feira, concretizou-se neste sábado em um dos mais ferozes dias de repressão contra os participantes dos atos convocados em pelo menos 40 cidades do país, com um saldo de mais de 110 mortos –entre eles, uma criança de cinco anos– pelos ataques da polícia e dos militares, segundo a agência de notícias independente *Mianmar Now*. Ao mesmo tempo, a junta militar celebrava o Dia das Forças Armadas com um desfile na capital, Naypyidaw, ignorado amplamente pela comunidade internacional, exceto por países como a Rússia.

As Forças Armadas chegaram neste sábado a um ponto de delírio. Enquanto seu comandante em chefe, Min Aung Hlaing, líder do golpe, prometia em um discurso de 30 minutos feito por ocasião da efeméride militar –o 76º aniversário da revolta contra a ocupação japonesa em 1945– que o Exército “protegeria o povo de Mianmar e defenderia a democracia”, viviam-se cenas similares às de uma guerra por todo o país. Cumprindo a advertência feita na sexta-feira pelos militares, soldados e policiais atiraram para matar contra os manifestantes em dezenas de cidades, entre elas as principais, Rangum e Mandalay, mas também em localidades remotas, como mostraram imagens divulgadas pela mídia local e por cidadãos nas redes sociais.

Com as últimas vítimas, o número de civis mortos desde o golpe de fevereiro passa de 440, segundo a Associação de Assistência aos Presos Políticos de Mianmar. Um manifestante, ThuYaZaw, denunciou na cidade central de Myingyan: “Estão nos matando como frangos, até mesmo dentro de nossas próprias casas”, informou a Reuters. “Vamos continuar protestando, apesar de tudo. Lutaremos até que a junta militar caia”, acrescentou.

Os ataques das forças de segurança ocorreram simultaneamente à comemoração do Dia das Forças Armadas, que vem sendo comemorado em Naypyidó com um desfile militar presidido por Min Aung Hlaing, 64 anos. “Atos violentos que afetam a segurança e a estabilidade são inadequados”, disse o novo homem forte birmanês em um discurso na televisão, enquanto as forças de segurança mergulhavam o país em uma espiral de violência.

Em um discurso televisionado, o general Min Aung Hlaing afirmou que as autoridades buscam restaurar a paz no país, perdida desde o golpe. “O Exército quer estender a mão a toda a população e proteger a democracia”, garantiu o general, acrescentando que as autoridades procuram restabelecer a paz no país (53 milhões de habitantes), perdido desde o golpe de fevereiro. Um golpe que pôs fim a 10 anos de transição democrática e impediu a inauguração do novo Parlamento, liderado pela Liga Nacional para a Democracia (NLD) de Aung San Suu Kyi, vencedora das eleições de novembro passado, rotulada de fraudulenta por os militares, seu pretexto para realizar o golpe. Suu Kyi está detida desde então e é acusada de vários crimes, incluindo a aceitação de subornos no valor de 500.000 euros, acusações que o seu ambiente considera de motivação política.

“Hoje é o dia da vergonha para as Forças Armadas”, denunciou por sua vez DrSasa, porta-voz do Comitê para a Representação da União Parlamentar (CRPH, na sigla em inglês), o autoproclamado Governo civil mianmarense. Formado por deputados da NLD ainda em liberdade, o comitê tenta ser reconhecido como representante legítimo de Mianmar pela comunidade internacional. O Movimento de Desobediência Civil, outro grupo de oposição ao golpe, recebeu um apoio simbólico na sexta-feira, ao ser indicado por um comitê de acadêmicos noruegueses para o Nobel da Paz, que já foi concedido a Suu Kyi em 1991.

2.14 – POR QUE A GUERRA DA SÍRIA CONTINUA APÓS 10 ANOS?

BBC - 15 março 2021



Civis deixam a cidade de Jisreen, com prédios destruídos pela guerra, em 2017

Uma revolta pacífica contra o presidente da Síria, há 10 anos, se transformou em uma violenta guerra civil. O conflito deixou mais de 380 mil mortos, devastou cidades e atraiu outros países para a disputa.

Entenda por que a guerra duratempo — e suas terríveis consequências.

Como a guerra da Síria começou?

Mesmo antes do início do conflito, o país sofria com alto desemprego, corrupção e falta de liberdade política sob o presidente Bashar al-Assad, que sucedeu o pai, Hafez, após sua morte em 2000.

Em março de 2011, manifestações pró-democracia começaram na cidade de Deraa, no sul do país, inspiradas por levantes em países vizinhos contra governos opressivos, na chamada Primavera Árabe.

Quando o governo sírio reprimiu violentamente as manifestações, protestos exigindo a renúncia do presidente tomaram as ruas em todo o país.

A agitação se espalhou e a repressão se intensificou. Os partidários da oposição começaram a se armar — primeiro para se defender e depois para livrar suas áreas das forças de segurança do governo. Assad prometeu esmagar o que chamou de "terrorismo apoiado por estrangeiros".

A violência aumentou rapidamente e o país entrou em guerra civil.

Centenas de grupos rebeldes surgiram e não demorou muito para que o conflito se transformasse em mais do que uma batalha entre sírios a favor ou contra Assad. Potências estrangeiras começaram a tomar partido, enviando dinheiro, armamento e combatentes.

À medida que o caos piorava, organizações jihadistas extremistas com seus próprios objetivos, como o grupo auto-proclamado Estado Islâmico (EI) e a Al-Qaeda, se envolveram. Essa situação aumentou a preocupação da comunidade internacional.

Os curdos da Síria, que desejam o direito de autonomia, mas não lutaram contra as forças de Assad, acrescentaram outra dimensão ao conflito.

Quantas pessoas morreram?

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, um grupo de monitoramento com base no Reino Unido e uma rede de fontes na Síria, registrou a morte de 387.118 pessoas até dezembro de 2020, entre elas 116.911 civis.

O número de mortos não incluiu as 205.300 pessoas que estavam desaparecidas e presumidamente mortas, incluindo 88 mil civis que teriam morrido em prisões administradas pelo governo onde se praticava tortura.

Outro grupo de monitoramento, o Centro de Documentação de Violações, que conta com informações de ativistas de todo o país, registrou o que considera violações do Direito Internacional Humanitário e da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, incluindo ataques a civis.

A entidade registrou 226.374 mortes na Síria, incluindo 135.634 civis, até dezembro de 2020.

Quase 12 mil crianças foram mortas ou feridas, de acordo com a Unicef, a agência da ONU para a infância.



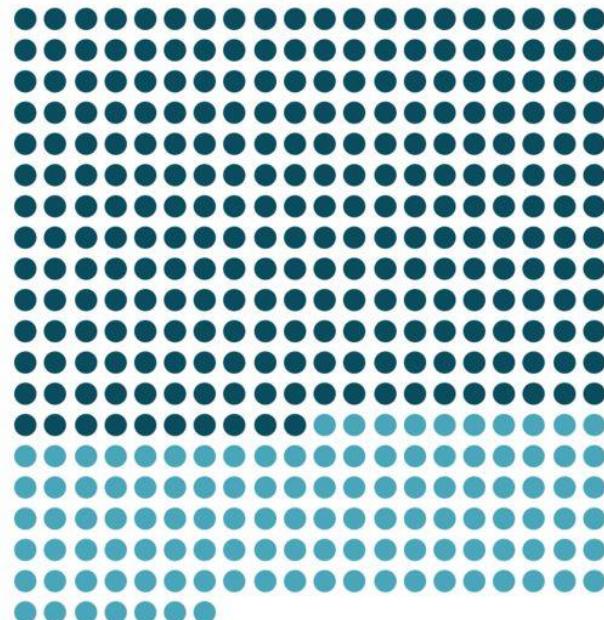
A Turquia apoiou grupos de rebeldes que lutam contra forças curdas no país

Mais de 500 mil pessoas foram mortas ou estão desaparecidas

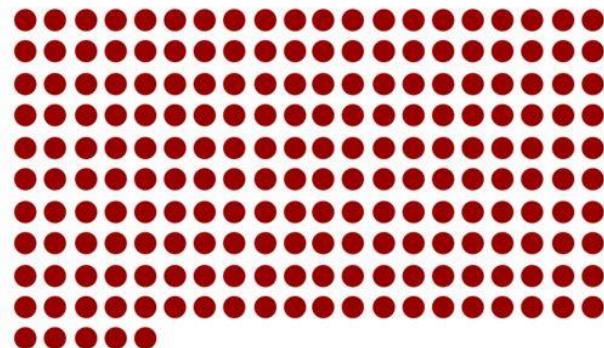
Número de mortes varia dependendo da fonte

1 = 1.000 vítimas

387.118
mortos, incluindo
116.911 civis



205.300
pessoas desaparecidas,
possivelmente mortas



Fonte: Observatório Sírio para Direitos Humanos, dezembro de 2020

BBC

Quais são os lados envolvidos na guerra?

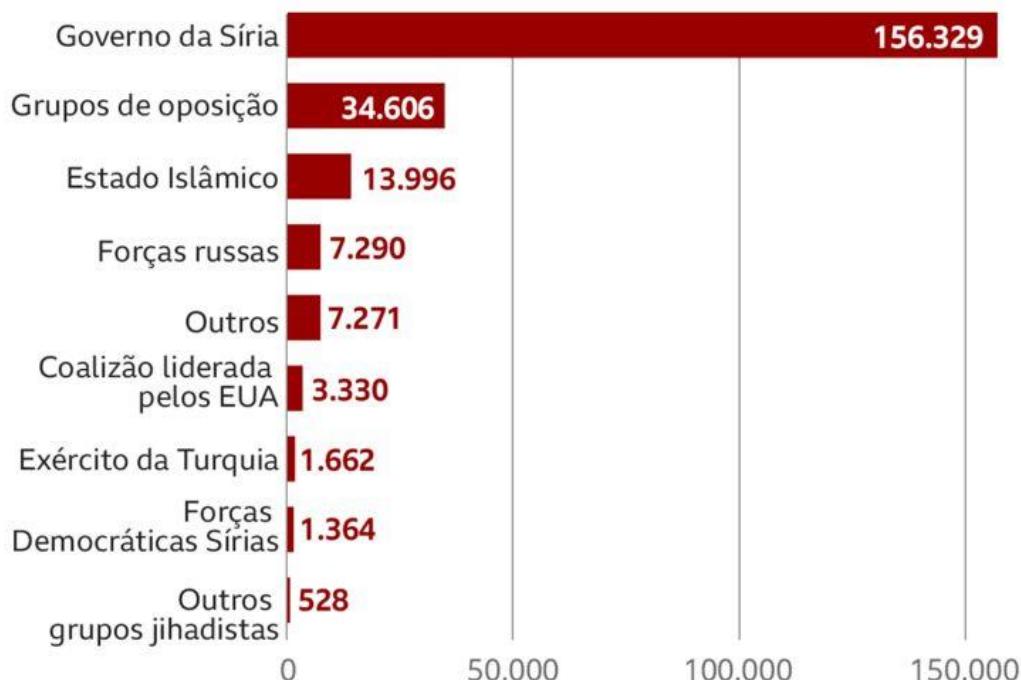
Os principais apoiadores do governo têm sido a Rússia e o Irã. A Turquia, as potências ocidentais e vários países do Golfo apoiaram a oposição em vários graus na última década.

A Rússia - que já tinha bases militares na Síria antes da guerra - lançou uma campanha aérea em apoio a Assad em 2015, o que foi crucial para virar a guerra a favor do governo. Os militares russos dizem que seus ataques visam apenas "terroristas", mas ativistas dizem que matam rebeldes e civis regularmente.

Acredita-se que o Irã mobilizou centenas de soldados e gastou bilhões de dólares para ajudar Assad. Milhares de milicianos xiitas armados, treinados e financiados pelo Irã — principalmente do movimento Hezbollah do Líbano, mas também do Iraque, Afeganistão e Iêmen — também lutaram ao lado do exército sírio.

Quem é responsável por mais mortes na Síria?

Mortes registradas de civis e combatentes, por grupo responsável



Fonte: Centro de Documentação de Violações, dezembro de 2020

BBC

Os EUA, Reino Unido e França inicialmente forneceram apoio para os grupos rebeldes que eles consideraram "moderados". Mas eles priorizaram a assistência não bélica quando os jihadistas se tornaram a força dominante na oposição armada contra o governo.

Uma coalizão global liderada pelos EUA também realizou ataques aéreos e mandou forças especiais para a Síria a partir de 2014 para ajudar uma aliança de milícias curdas, árabes, assírias e turcas chamada de Forças Democráticas Sírias, em um território no noroeste do país que antes era dominado pelo Estado Islâmico. As Forças Democráticas Sírias (FDS) defendem um governo secular, democrático e federalista em território sírio.

A Turquia é um grande apoiador da oposição, mas seu foco tem sido apoiar facções rebeldes para conter a milícia curda YPG, acusando-a de ser uma extensão de um grupo rebelde curdo banido na Turquia.

Tropas turcas e rebeldes apoiados por elas tomaram trechos de território ao longo da fronteira norte da Síria e intervieram para impedir um ataque total das forças do governo ao último reduto da oposição, Idlib.

A Arábia Saudita, que deseja conter a influência iraniana, armou e financiou os rebeldes no início da guerra.

Enquanto isso, Israel tem estado tão preocupado com o que chama de "entrincheiramento militar" do Irã na Síria e com os embarques de armas iranianas para o Hezbollah e outras milícias xiitas que tem realizado ataques aéreos com frequência cada vez maior na tentativa de impedi-los.

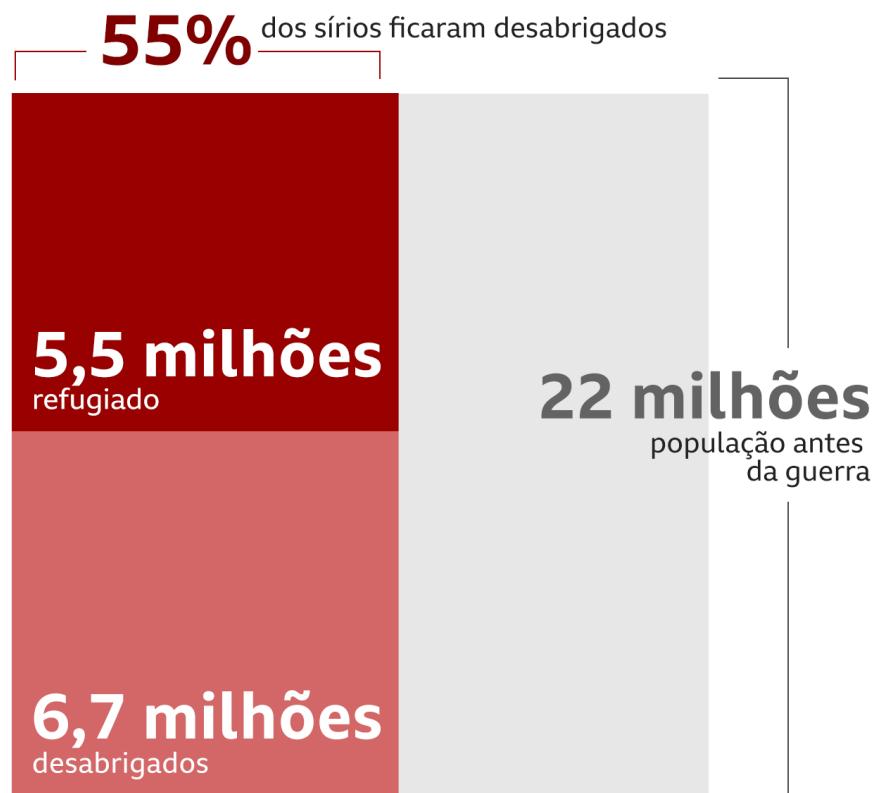
Como o país foi afetado?

Além de causar centenas de milhares de mortes, a guerra deixou mais de 2,1 milhões de civis feridos ou permanentemente incapacitados, de acordo com o Observatório Sírio para os Direitos Humanos,

Antes da guerra, a Síria tinha uma população de 22 milhões de pessoas. Metade dessa população foi obrigada a deixar suas casas devido aos dez anos de guerra. Cerca de 6,7 milhões de pessoas estão desabrigadas dentro do país, muitos deles vivendo em campos temporários.

Outros 5,6 milhões de pessoas estão registradas como refugiadas no exterior. A maioria (cerca de 93%) dos refugiados estão nos países vizinhos do Líbano, Jordânia e Turquia. As nações têm tido dificuldade em lidar com um dos maiores êxodos de refugiados da história recente. Um milhão de crianças refugiadas sírias nasceram no exílio.

Mais da metade da população da Síria teve que sair de suas casas desde 2011



Fonte: UNHCR

BBC

Em janeiro de 2021, 13,4 milhões de pessoas dentro da Síria precisavam de alguma forma de assistência humanitária, incluindo 6 milhões em extrema necessidade, de acordo com a ONU. Mais de 12 milhões tinham dificuldade em se alimentar todos os dias. E meio milhão de crianças sofriam de desnutrição crônica.

No ano passado, a crise humanitária foi agravada por uma desaceleração econômica sem precedentes, que viu o valor da moeda síria cair drasticamente e os preços dos alimentos atingirem recordes históricos. O país também sofreu com a pandemia de covid-19, mas a verdadeira extensão do estrago causado não é conhecida, já que o sistema de saúde do país está devastado.

Bairros inteiros e infraestrutura vital em todo o país também permanecem em ruínas após uma década de combates. Uma análise da ONU feita por satélite sugeriu que mais de 35 mil estruturas foram danificadas ou destruídas apenas na cidade de Aleppo, antes de sua recaptura pelo governo no final de 2016.

E apesar de seu status protegido, instalações médicas também foram atingidas — 350 hospitais e clínicas sofreram 595 ataques até março de 2020, documentos pelos Médicos pelos Direitos Humanos. Como resultado, 923 médicos morreram e apenas metade dos hospitais do país estão totalmente funcionais.

Grande parte da rica herança cultural da Síria também foi destruída. Todos os seis locais considerados Patrimônios Mundiais da Unesco foram significativamente danificados. Extremistas do Estado Islâmico explodiram deliberadamente partes da antiga cidade de Palmira.

Os investigadores de crimes de guerra da ONU acusaram todas as partes de perpetrar "as violações mais hediondas". "Os sírios", diz seu último relatório, "sofreram grandes bombardeios aéreos em áreas densamente povoadas; sofreram ataques de armas químicas e cercos modernos nos quais os perpetradores deliberadamente deixaram a população fome por meio de métodos medievais e restrições indefensáveis e vergonhosas à ajuda humanitária".



Soldados do Exército Livre da Síria, grupo formado por civis e militares desertores que faz oposição ao governo de Bashar al-Assad.

Quem está no controle do país agora?

O governo de Assad recuperou o controle das maiores cidades da Síria, mas grande parte do país ainda está sob controle de rebeldes, jihadistas e das Forças Democráticas da Síria, sob a liderança dos curdos.

O último reduto da oposição fica na Província de Idlib, no noroeste do país, e nas partes adjacentes das províncias de Hama e Aleppo.

A região é dominada por uma aliança jihadista ligada à al-Qaeda chamada Hayat Tahrir al-Sham, mas também é o lar de facções rebeldes convencionais. Estima-se que na região vivam 2,7 milhões de pessoas desabrigadas, incluindo um milhão de crianças, muitas delas em condições precárias.

Em março de 2020, a Rússia e a Turquia intermediaram um cessar-fogo para interromper uma ofensiva do governo na tentativa de retomar Idlib. Desde então, o conflito tem tido um período de relativa baixa atividade militar — mas isso pode mudar a qualquer momento.

No nordeste do país, as forças turcas e rebeldes apoiados por elas lançaram uma ofensiva contra as Forças Democráticas Sírias em outubro de 2019 para criar uma "zona segura" livre da milícia curda YPG ao longo do lado sírio da fronteira, e ocuparam 120 km de território desde então.

Para deter o ataque, as FDS fecharam um acordo com o governo sírio para o exército sírio retornar à região administrada pelos curdos pela primeira vez em sete anos. O governo prometeu eventualmente recuperar o controle total sobre a região.

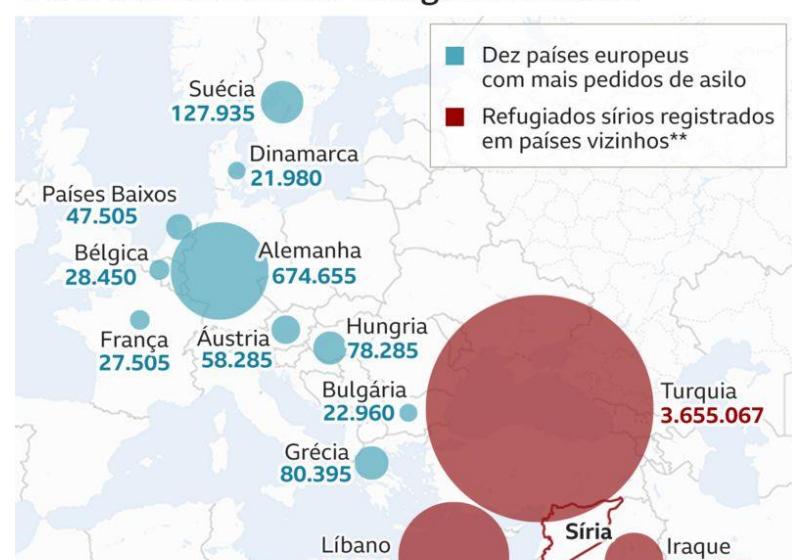
Quando a guerra vai acabar?

Não há como prever o fim da guerra tão cedo, mas os negociadores concordam que é preciso encontrar uma solução política e não bélica.

O Conselho de Segurança da ONU que que haja um órgão de governo de transição "formado com base no consentimento mútuo". Mas as nove rodadas de negociações de paz mediadas pela ONU não avançaram, com o presidente Assad aparentemente sem vontade de negociar com grupos de oposição que insistem que ele deve renunciar como parte de qualquer acordo.

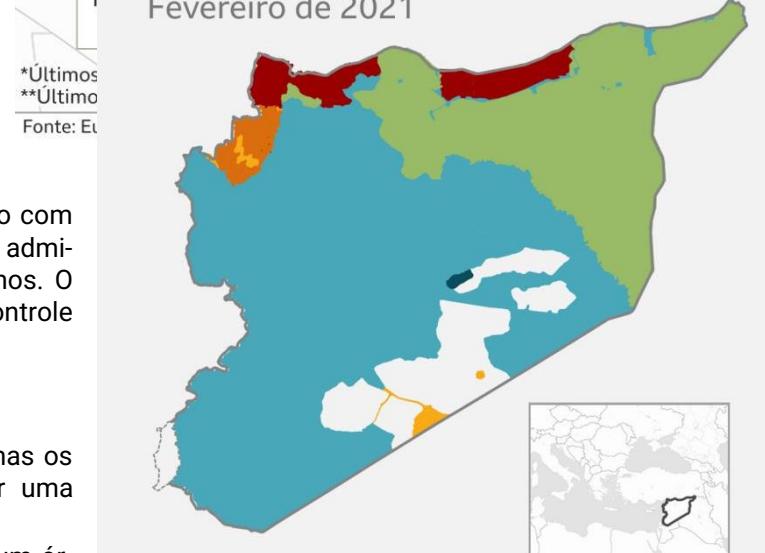
A Rússia, o Irã e a Turquia estabeleceram diálogos paralelos em 2017. Um acordo foi alcançado no ano seguinte para formar um comitê de 150 membros para a criação de

Para onde foram os refugiados sírios?



Quem controla a Síria?

Fevereiro de 2021



- Forças curdas ■ Forças jihadistas
- Governo da Síria ■ Rebeldes sírios
- Estado Islâmico □ Áreas disputadas
- Rebeldes sírios ■ Rebeldes sírios apoiados pela Turquia

uma nova constituição, levando a eleições livres e justas supervisionadas pela ONU.

Mas em janeiro de 2021, o enviado especial da ONU Geir Pedersen lamentou que eles nem mesmo haviam começado a redigir qualquer documento.

Pedersen também observou que, com cinco exércitos estrangeiros ativos na Síria, a comunidade internacional não pode fingir que as soluções para o conflito estão apenas nas mãos dos sírios.

Mundo tem número recorde de refugiados e deslocados

Em meio a conflitos e perseguições, 82,4 milhões de pessoas estavam vivendo em fuga ao fim de 2020. ONU pede que governos abandonem "políticas egoísticas" e ajam para encontrar soluções.

2.15 – GLOBALIZAÇÃO: A RELATIVIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO

Falar sobre globalização é algo que necessita entendimento, tempo e um pouco de paciência. Porém, não é algo de difícil compreensão, pois a mesma é evidente em nossas vidas, em nossa própria rotina diária. Apesar do fato não ser percebido por diversas pessoas, possuímos práticas que nos adéquam a esse conceito diariamente. Confira um resumo sobre globalização para você ficar antenado sobre o assunto que faz parte do nosso cotidiano. Ao ligarmos a televisão, ou acessarmos a internet, para manter-nos informados de acontecimentos em qualquer parte do mundo, a globalização mostra a cara. Ela também é evidente quando lembramos que cada um dos produtos utilizados pode ser de uma marca diferente, vinda de qualquer região da terra. Sendo assim, quando alguém pergunta o que é globalização, pode-se dizer que é o nome dado a toda essa interação que existe entre os países pelo mundo, podendo ocorrer de forma cultural, social, econômica e política. Por isso o nome globalização, por ocorrer em escala mundial, ou seja, global. O processo está diretamente ligado ao sistema capitalista, tendo seu início e seu desenvolvimento ligados ao atendimento das necessidades desse mesmo sistema, ao consolidar-se como maior do mundo, com o declínio do socialismo. À medida que o consumo interno era saturado, a globalização se desenvolvia. O processo beneficiou principalmente os países desenvolvidos, ampliando seu imenso mercado. Pode-se afirmar que a globalização é o estágio máximo do capitalismo, ao mesmo tempo que é o "resultado" não acabado das necessidades desse sistema econômico. Sem fronteiras, sem barreiras, usando o mundo todo como mercado, transformando-o em um paraíso para o livre comércio. Ao ligarmos a televisão, ou acessarmos a internet, para manter-nos informados de acontecimentos em qualquer parte do mundo, a globalização mostra a cara. Ela também é evidente quando lembramos que cada um dos produtos utilizados pode ser de uma marca diferente, vinda de qualquer região da terra. Sendo assim, quando alguém pergunta o que é globalização, pode-se dizer que é o nome dado a toda essa interação que existe entre os países pelo mundo, podendo ocorrer de forma cultural, social, econômica e política. Por isso o nome globalização, por ocorrer em escala mundial, ou seja, global. No entanto, devemos tomar cuidado, pois, a globalização não é um "fenômeno" recente. Apesar de ela ter se intensificado a partir da segunda metade do século XVIII, ter avançado ainda mais a partir da segunda metade do século XIX, e ter alcançado proporções incríveis no decorrer do século XX, esse processo na realidade pode ter tido o seu "pontapé" inicial com a Expansão Marítima Europeia lá no século XV. (Professor Ticyano Lavor)

Podemos afirmar que a população mundial nos dias atuais está envolta na teia do que se denominou chamar de globalização. Esse fenômeno, que invade fronteiras, modifica costumes, expande as novas técnicas científicas e tecnológicas, constrói e destrói mercados, com a sua nova dinâmica, dificulta o controle estatal sobre ele. Novas formas de atividades são levadas a cabo, a exemplo da tecnologia da informática e de transações comerciais feitas entre países em questão de segundos, obrigando as instituições estatais a repensar suas estratégias. O sistema capitalista que se disseminou pelo mundo, trazendo consigo a ideia da individualização do lucro e do pensamento neoliberal, exige a abertura das fronteiras de todos os países do globo, conduzindo com isso várias formas de dominação das potências desenvolvidas sobre países do terceiro mundo.

Verificamos, de outro lado, que, com a abertura dos mercados e a dominação do capital e do lucro pelos países desenvolvidos, cresce a situação de pobreza dos países periféricos, com imensos efeitos negativos para sua população e com consequências sociais enormes, como a deficiência da educação, da saúde, e o aumento da criminalidade. Ao mesmo tempo em que cresce a desigualdade social das populações, o Estado-nação vai ficando cada vez mais debilitado, perdendo suas mais nobres funções, começando com a dominação econômica através das "ajudas" das instituições financeiras e de países ricos interessados na manutenção desse *status quo*, as quais, normalmente, desemboca na vila seguinte que é a dominação política. A "ajuda", através de empréstimo, vem sempre ajoujada a várias imposições econômicas e políticas, sob pena de indeferimento, causando, portanto, a debilitação do Estado-nação.

De outro lado, outros fatores que ultrapassam as questões econômicas, mas quase sempre são dela originários, corroboram para o enfraquecimento do Estado-nação e a perda de sua própria identidade. São problemas como a criminalidade e a formação de grupos contrários à globalização. O que ressalta na análise é o fato de que, com a globalização, há o favorecimento ao sistema capitalista de governo e um mais acentuado emprego do liberalismo econômico que reflete de forma negativa, principalmente, nos países periféricos e que acarreta um desnivelamento do poder econômico das populações, gerando um distanciamento maior entre as camadas sociais, fazendo surgir um tipo de *apartheid*. O capital volátil, a versatilidade de empresas multinacionais e outros aspectos propiciam a desestabilização do emprego, com o aparecimento cada vez maior de uma camada de miseráveis, sem as condições



mínimas de sobrevivência, que acaba se voltando para a criminalidade, seja de pequenos delitos, seja do crime organizado.

O Estado, por sua vez, já debilitado em sua economia, não tem condições de enfrentar essa onda crescente do crime que ocorre em forma de dominó. Ou seja, o emprego e as condições sociais como educação e saúde diminuem cada vez mais; o Estado tem menos condições de enfrentar esses problemas que vão se agravando; a criminalidade, por conseguinte, ao invés de diminuir com investimentos da área social e na segurança, aumenta, pois cresce de maneira inversamente proporcional a esses investimentos. Vê-se que o Estado – nação já não é mais o responsável pelo seu próprio destino. O poder político do Estado está colocado frente a frente com o mercado e encontra-se dele dependente. A economia encontra-se globalizada e é impossível o isolamento do Estado – nação nessa área, sob pena de seu perecimento. É impossível controlar dinâmicas que extrapolam seus limites territoriais, fazendo com que ele tenha seu poder de decisão reduzido. Ao mesmo tempo em que o Estado perde sua identidade, as instituições multilaterais se tornam muito mais fortalecidas, pois passam a influenciar nos seus desígnios, na medida em que são necessárias e disputadas pela comunidade internacional, seja as de cunho financeiro, seja as de cunho empresarial, principalmente, nas questões relativas à atração de divisas ou de empregos. Simultaneamente ao enfraquecimento da identidade do Estado, há movimentos políticos que procuram barrar essa onda globalizadora, pregando um sentimento nacionalista e lutando contra ela, ou pelo menos contra os seus efeitos negativos. Como exemplo disso, temos os chamados **"Movimentos Altermundialistas"**, também conhecidos como globalização alternativa, alter globalização ou movimento da justiça global, são movimentos sociais cujos proponentes defendem interação e cooperação globais, mas opondo-se ao que descrevem como efeitos negativos da globalização econômica, sentindo que esta frequentemente causa depreciação, ou não promove adequadamente, valores humanos como proteção ambiental e climática, justiça econômica, proteção laboral, proteção de culturas indígenas, paz e liberdades civis. O nome pode ter-se derivado de um lema popular do movimento: **"Outro mundo é possível"**, que se originou do **Fórum Social Mundial**. Os movimentos altermundialistas são movimentos cooperativos designados a protestarem contra a direção e consequências negativas observadas da globalização neoliberal". Muitos altermundialistas buscam evitar a *"desestabilização de economias locais e consequências humanitárias desastrosas"*. A maioria dos membros destes movimentos evita o rótulo "antiglobalização" por achá-lo pejorativo e incorreto, pois eles defendem ativamente a atividade humana em escala global e não se opõem à globalização econômica *per se*.

OBS.: A evolução desse fenômeno chamado globalização vai fazendo com que os Estados mantenham uma aproximação cada vez maior e o contato cada vez mais intenso gerando a necessidade de criar mecanismos que possam facilitar as relações comerciais, o fluxo de mercadorias, capitais, tecnologias e pessoas entre eles. Dentro dessa perspectiva, surge a idéia de **Blocos Econômicos**, tais como a União Europeia e o MERCOSUL, que trataremos adiante.

OBS.: Fases da Globalização:

1. Século XV (Expansão Marítima)
2. De 1750 a 1960 (1^a e 2^a Revolução Industrial)
3. 1945 a 1991 (Guerra Fria)
4. Pós- 1991 (Nova Ordem Mundial) (lembrando que é exatamente nos anos 90 que a Internet se populariza)

O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

Arauto da globalização, o Fórum Econômico Mundial é uma fundação suíça, baseada em Genebra, com status de consultora das Nações Unidas. Esta fundação tem posição de observador no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e está sob a supervisão do Conselho Federal suíço. Sua mais alta esfera de governança é o Conselho da Fundação, órgão formado por 22 membros que incluem o ex-Primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair e a Rainha Rania da Jordânia. A missão do Fórum é *"o compromisso com a melhoria do Estado do Mundo"*. O Fórum é financiado por suas empresas-membro. (Professor Ticyano Lavor)

O carro-chefe do Fórum é a Reunião Anual realizada todos os anos no final de Janeiro em Davos, na Suíça. O encontro anual que reúne líderes mundiais da política e mundo dos negócios e academia foi criado em 1971 e tradicionalmente ocorre no mês de janeiro. É realizado em um resort nos Alpes Suíços e reúne CEOs das empresas-membro do Fórum, líderes da economia mundial, empresários, ministros da Economia e presidentes de Banco Centrais, diretores do FMI, Banco Mundial e organismos internacionais, assim como políticos selecionados, representantes acadêmicos, ONGs, líderes religiosos e a mídia. Embora todos chamem de Davos, a reunião em janeiro é na verdade o encontro anual do Fórum Econômico Mundial (FEM). Davos é simplesmente o nome do resort suíço na montanha onde a cúpula é realizada.

A participação na Reunião Anual se dá apenas por meio de convite. Os únicos participantes que pagam para participar do FEM são empresas (R\$ 101 mil por pessoa). Todos os outros participantes são convidados gratuitamente. As discussões focam questões essenciais de preocupação global (como conflitos internacionais, pobreza, e problemas ambientais) e as possíveis soluções. Em 2007, o Fórum criou a "Reunião Anual de Novos Campeões" (também ocasionalmente chamada de "Davos de Verão") realizada anualmente na China. Esse é um encontro para o qual o Fórum

convida "Empresas de Crescimento Global". Essas companhias são empresas de sucesso localizadas principalmente em países emergentes com crescimento acelerado, como China, Índia, Rússia e Brasil, mas também incluem organizações de alto potencial de países desenvolvidos. A reunião também envolve a próxima geração de líderes globais, regiões de rápido crescimento, cidades competitivas e pioneiros tecnológicos de todo o globo.

O fundador do fórum, Klaus Schwab, iniciou o evento anual em 1971 para discutir práticas de gestão global. Agora, o FEM tem um papel muito mais amplo, mas os críticos argumentam que ainda é apenas uma conversa. Porém, o cenário isolado de Davos oferece aos políticos chances valiosa de encontros afastados com relativa distância do público.

OS BLOCOS ECONÔMICOS

Como vimos *"a evolução desse fenômeno chamado globalização vai fazendo com que os Estados mantenham uma aproximação cada vez maior e o contato cada vez mais intenso gerando a necessidade de criar mecanismos que possam facilitar as relações comerciais, o fluxo de mercadorias, capitais, tecnologias e pessoas entre eles. Dentro dessa perspectiva, surge a ideia de Blocos Econômicos, tais como a União Europeia e o MERCOSUL".*

Como poderíamos definir "bloco econômico"?

"Associação de países (geograficamente próximos ou não) que estabelecem acordos comerciais, políticos, diplomáticos, criando relações econômicas privilegiadas entre eles e regras comuns visando a derrubar todas as barreiras que atrapalham o comércio entre eles. Esses acordos acabam apontando os países membros para uma intensa integração entre eles. Essa integração pode ser econômica, pode ser política, pode ser cultural, etc."

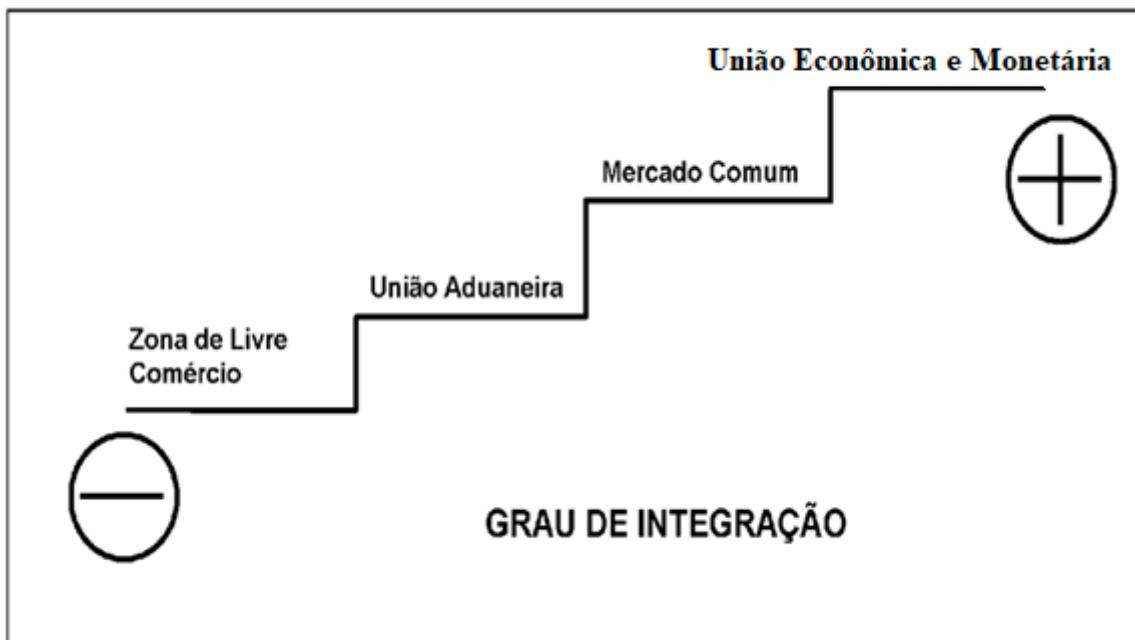
Dentro dessa perspectiva, podemos classificar um bloco de acordo com o grau de integração que seus membros possuem, assim como de acordo com os diferentes objetivos e distintos níveis de avanço em termos econômicos entre os acordos regionais. Assim temos:

Zona de livre comércio: consiste na eliminação ou diminuição significativa das tarifas alfandegárias dos produtos comercializados entre os países-membros. Assim como o tipo anterior, trata-se de um acordo meramente comercial. (Exemplo: NAFTA)

União Aduaneira: trata-se de uma zona de livre comércio que também adotou uma Tarifa Externa Comum (TEC), que é uma tarifa comum que visa taxar os produtos advindos de países não membros dos blocos para impedir que estes países pratiquem o que chamamos de "comércio triangular". (Exemplo: MERCOSUL)

Mercado Comum: é um bloco econômico que conta com um avançado nível de integração econômica, indo muito além de um acordo comercial, pois envolve a livre circulação de produtos, pessoas, bens, capital e trabalho, tornando as fronteiras entre os seus membros bem flexíveis em termos comerciais e de mobilidade populacional.

União Política e Monetária: consiste em um mercado comum que ampliou ainda mais o seu nível de integração, que passa a alcançar também o campo monetário. Adota- se, então, uma moeda comum que substitui as moedas locais ou passa a valer comercialmente em todos os países-membros. Também é criado um Banco Central do bloco, que passa a adotar uma política econômica comum para todos os integrantes. (Exemplo: União Europeia).



UNIÃO EUROPEIA

O processo de formação e constituição da **União Europeia** foi relativamente lento, porém pioneiro. Hoje o agrupamento ostenta a posição de maior e mais avançado bloco econômico do mundo, formando um verdadeiro “Estado Europeu”, com uma elevada integração territorial. Podemos dizer que o embrião que, mais tarde, veio a dar origem à União Europeia foi o **Benelux**, um grupo econômico formado por Bélgica, Holanda e Luxemburgo, criado em 1944. Inicialmente, esse bloco funcionava como uma União Aduaneira, isto é, com reduções nas tarifas de importações e exportações entre os estados-membros e a adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC). O Benelux tornou-se o principal modelo dos blocos econômicos que atualmente predominam no contexto econômico mundial.

Seguindo a evolução desse processo de globalização, em 1950 “nasce” o **Plano Schuman**, uma maneira de aproximar dois grandes rivais da Segunda Guerra Mundial: França e Alemanha (No caso aqui a RFA). O Plano Schuman estabelece uma integração da siderurgia desses dois países promovendo o “compartilhamento” das riquezas de carvão e de minério de ferro.

Em 1951, Itália e o Benelux passam a integrar o Plano Schuman, dando origem à **COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO – CECA**. Nascia assim a “Europa dos Seis” (França – RFA – Itália – Bélgica – Holanda – Luxemburgo). O projeto da CECA já se estruturava em torno do conceito de Mercado Comum.

Posteriormente, a fim de ampliar os acordos referentes à CECA, os seis países- membros reuniram-se em 1957 para assinarem o **Tratado de Roma**, que deu origem à **CEE (Comunidade Econômica Europeia)**, também conhecida por MCE (Mercado Comum Europeu). A partir daí, os acordos econômicos foram ampliados, deixando de se limitarem a questões referentes à siderurgia. Era a primeira vez que a Europa integrava em grande escala algumas de suas principais potências econômicas em um mercado comum. A Comunidade Europeia foi formada por seus “signatários originais”, CECA, em 1957, e ao longo das décadas seguintes foi “ganhando” novos integrantes. O francês Jean Monnet, um dos idealizadores da integração europeia sonhava com uma verdadeira “federação” europeia: “Estados Unidos da Europa”. (@prof_ticyano_lavor).

A CEE foi a primeira proposta existente de promoção à livre circulação de mercadorias, capitais e, principalmente, de pessoas, integração essa que seria concretizada com o passar dos anos, à medida que as economias dos respectivos países- membros se fortalecessem. Essa possibilidade finalmente concretizou-se em sete de fevereiro de 1992, com a assinatura do **Tratado de Maastricht**, que entrou em vigor no mês de Novembro do ano seguinte, dando origem à União Europeia, o primeiro bloco econômico a atingir uma integração total entre seus países-membros. Assinado na Holanda, o Tratado de Maastricht substituiu o Tratado de Roma e definiu novos rumos na integração europeia. É promovida a União Econômica e Monetária (mesma política econômica e taxa de juros) estabelecendo as regras da Moeda Única e também uma política externa de defesa comum. Em 1993 a Comunidade Europeia passa a se chamar **União Europeia**. Em 1999 nasce o **EURO** (que entra em vigor oficialmente em 2002) e o Banco Central Europeu (com sede em Frankfurt, na Alemanha).

Em 2009 nos deparamos com a primeira grande crise na zona do Euro. Esta crise relaciona-se aos fortes desequilíbrios internos, reflexo da diferença da produção entre os países membros. Ao longo dos anos houve uma expansão do consumo interno nos países ditos “periféricos” que aumentaram suas importações, vindas principalmente da Alemanha, levando ao endividamento desses países. É o caso de **Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha** (os

chamados PIIGS. A letra "S" é de Spain). Esses países passaram a ser socorridos constantemente pelo FMI, que por sua vez, impõe medidas "drásticas" (de austeridade) como condições.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1. **NÃO** podemos confundir União Europeia com Zona do Euro. Nem todos os 27 (**O REINO UNIDO DEIXOU A UNIÃO EUROPEIA**) membros da União Europeia, mas apenas 19 membros.
2. O mais novo membro da União Europeia é a Croácia, que entrou em 2013.
3. Atualmente a Zona do Euro conta com 19 Estados Membros. O mais novo membro é a Lituânia, que entrou em 2015.
4. O Reino Unido (que havia entrado no Bloco em 1973) foi o primeiro membro a deixar a União Europeia.
5. As bancas gostam de afirmar que a "Turquia faz parte da União Europeia": ISSO É FALSO!

ESPAÇO SCHENGEN

O espaço Schengen, um dos maiores feitos da construção europeia, é uma zona de livre circulação, onde os controles fronteiriços foram eliminados, exceto em circunstâncias excepcionais. Ele é composto por 26 países e conta com 22 dos 27 membros da União Europeia (Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia, Irlanda e Grã-Bretanha não o integram), aos quais se somam outros quatro não membros (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça).

Este vasto espaço foi forjado muito progressivamente a partir de 1985, data de um acordo concluído entre alguns países europeus na localidade luxemburguesa de Schengen. A primeira supressão efetiva dos controles nas fronteiras ocorreu em 1995 entre Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Luxemburgo, Holanda e Portugal. A área criada em decorrência do acordo, conhecida como **Espaço Schengen**, não deve ser confundida com a União Europeia. Trata-se de dois acordos diferentes, embora ambos envolvendo países da Europa. De todo modo, em 2 de outubro de 1997 o acordo e a convenção de Schengen passaram a fazer parte do quadro institucional e jurídico da União Europeia, pela via do Tratado de Amsterdã.

Na prática, no interior desta zona, os cidadãos da União Europeia, assim como os nacionais de terceiros países, podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras. No entanto, os passageiros de um voo dentro da UE entre um país que forma parte de Schengen e outro que não integra o espaço comum terão que se submeter a um controle fronteiriço.

O fim dos controles das fronteiras internas de Schengen foi acompanhado com um reforço das fronteiras externas: os Estados membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.

O pertencimento ao Schengen também envolve uma cooperação policial reforçada entre todos os seus membros para lutar contra o crime organizado e o terrorismo, com, entre outras ferramentas, o acesso a bases de dados como o sistema de informação Schengen. A cooperação policial se soma à cooperação judicial. Esta permite a um país de um Estado Schengen continuar com a instrução de um caso e com o indiciamento das pessoas em outro país membro em caso de crime grave.

Embora teoricamente não haja mais controles nas fronteiras internas ao Espaço Schengen, esses controles podem ser reativados temporariamente caso sejam considerados necessários para a manutenção da ordem pública ou da segurança nacional. Esta decisão deve, entretanto, ser justificada "por uma ameaça grave à segurança" ou por "falhas graves nas fronteiras externas, que possam colocar em risco o funcionamento global do espaço Schengen", segundo um documento da Comissão Europeia. De 1995 a 2015 ocorreram cerca de vinte situações nas quais o controle das fronteiras foi reintroduzido. Seis vezes delas em 2013. Esse tipo de situação tem vindo bastante à tona nos últimos tempos devido à pressão migratória gerada pela atual crise dos refugiados.

MERCOSUL

O Mercado Comum do Sul foi criado em 1991 por meio do **Tratado de Assunção**, formado inicialmente por **Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai**. O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Para muitos, as origens do Mercosul estão ligadas às discussões para a constituição de um mercado econômico regional para a América Latina, que remontam ao tratado que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) desde a década de 1960. Esse organismo foi sucedido pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) na década de 1980. À época, a Argentina e o Brasil fizeram progressos na matéria, assinando a **Declaração do Iguaçu** (1985), que estabelecia uma comissão bilateral, à qual se seguiram uma série de acordos comerciais no ano seguinte.

O **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento**, assinado entre ambos os países em 1988, fixou como meta o estabelecimento de um mercado comum, ao qual outros países latino-americanos poderiam se unir. Aderiram o

Paraguai e o Uruguai ao processo e os quatro países se tornaram signatários do **Tratado de Assunção** (1991), que estabeleceu o Mercado Comum do Sul. (@prof_ticyano_lavor)

A configuração atual do MERCOSUL encontra seu marco institucional no **Protocolo de Ouro Preto**, assinado em dezembro de **1994**. O Protocolo reconhece a personalidade jurídica de direito internacional do bloco, atribuindo-lhe, assim, competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O MERCOSUL caracteriza-se, ademais, pelo regionalismo aberto, ou seja, tem por objetivo não só o aumento do comércio intrazona, mas também o estímulo ao intercâmbio com outros parceiros comerciais. No entanto, tomemos cuidado: O MERCOSUL deve ser visto como uma **União Aduaneira**, “incompleta”, e não como um Mercado Comum.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

A **PRESIDÊNCIA ROTATIVA PRO-TEMPORE** do MERCOSUL é a representação jurídico-político máxima “pro tempore” do Mercado Comum do Sul. O cargo é exercido durante o período de seis meses por um chefe de Estado de um dos países membros. A rotação segue a ordem alfabética, de acordo com o Protocolo de Ouro Preto.

O PROTOCOLO DE USHUAIA

O **PROTOCOLO DE USHUAIA** é um protocolo assinado em 24 de julho de 1998 na cidade argentina de Ushuaia pelos quatro Estados-membros fundadores do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) mais dois Estados-associados (Bolívia e Chile) reafirmando o compromisso democrático entre os Estados assinados. De acordo com o estabelecido no Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no MERCOSUL, subscrito em 24 de julho de 1998, a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento do processo de integração. E mais, toda ruptura da ordem democrática constitui obstáculo inaceitável para a continuidade do processo de integração, além de estabelecer que, caso se constate a ruptura da ordem democrática em um dos membros, e as “conversas” com tal membro se mostrem infrutíferas, e não sejam registradas medidas eficazes e oportunas para a restauração da ordem democrática por parte de tal membro, tal membro poderá ser suspenso de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia. A suspensão cessará quando, de acordo com o estabelecido no artigo 7º do Protocolo de Ushuaia, se verifique o pleno restabelecimento da ordem democrática naquele país.

Em **2012**, o Paraguai foi “suspenso” do bloco, após o impeachment do então presidente Fernando Lugo. A medida contra o Paraguai ocorreu em resposta ao processo de impeachment do então presidente Fernando Lugo, que para muitos foi um “golpe” e, portanto repudiado por países da América do Sul. Teria havido, portanto, uma “ruptura da ordem democrática” no país, ferindo o Protocolo de Ushuaia, do qual falaremos mais adiante. Apenas em **2013**, após realização de novas eleições presidenciais, o país foi reintegrado ao bloco. Durante a suspensão do Paraguai, a **Venezuela** acabou “entrando” no bloco (2012) e hoje é Estado Parte do MERCOSUL. No mesmo ano, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, que, uma vez ratificado pelos congressos dos Estados Partes, fará do país andino o sexto membro pleno do bloco.

Para muitos, o que houve em 2012, com a suspensão do Paraguai, foi uma manobra dos governos da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e a então presidente Cristina Kirchner, da Argentina, para promoverem a entrada da Venezuela no MERCOSUL. Depois da suspensão temporária do Paraguai, causada pelo impeachment do ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, Brasil e Argentina convenceram o Uruguai a acelerar a admissão da Venezuela, que só dependia da aprovação do Congresso paraguaio. O Paraguai que por sua vez se mostrava resistente à entrada da Venezuela no Bloco.

Em julho de 2013, a Venezuela recebeu do Uruguai a Presidência Pro Tempore do bloco. A Presidência Pro Tempore venezuelana reveste-se de significado histórico: trata-se da primeira presidência a ser desempenhada por Estado Parte não fundador do MERCOSUL.

Na Cúpula de Caracas, realizada em julho de 2014, destaca-se a criação da Reunião de Autoridades sobre Privacidade e Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica do MERCOSUL e da Reunião de Autoridades de Povos Indígenas. Uma das prioridades da Presidência venezuelana, o foro indígena é responsável por coordenar discussões, políticas e iniciativas em benefício desses povos. Foram também adotadas, em Caracas, as Diretrizes da Política de Igualdade de Gênero do MERCOSUL, bem como o Plano de Funcionamento do Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIMERCOSUL). Criando em 2012, durante a Presidência brasileira, o SIMERCOSUL tem como objetivo aperfeiçoar e ampliar as iniciativas de mobilidade acadêmica no âmbito do Bloco.

CUIDADO!

Todos os países da América do Sul participam do MERCOSUL, seja como Estado Parte, seja como Estado Associado. (@prof_ticyano_lavor)

* **Estados Partes:** Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e **Venezuela**
(esta última desde 12 de agosto de 2012).

Confira o site oficial do MERCOSUL: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul>.

- * **Estados Associados:** Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia, Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (ambos desde 2013).

Estado Parte em Processo de Adesão: Bolívia (desde 7 de dezembro de 2012). Já “aceito”, esperando “aprovação”. Na Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, em Brasília, em 17 de Julho de 2015, os presidentes dos cinco países (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela) assinaram o protocolo de adesão do novo membro, que para ter validade teria ainda que ser aprovado pelos Congressos brasileiro e paraguaio – os parlamentos de Argentina, Uruguai e Venezuela já ratificaram o ingresso da Bolívia no bloco.

Segundo consta no próprio portal do MERCOSUL, “o MERCOSUL é um processo aberto e dinâmico. Desde sua criação teve como objetivo principal propiciar um espaço comum que gerasse oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional. Como resultado, concluiu múltiplos acordos com países ou grupos de países, outorgando-lhes, em alguns casos, status de Estados Associados – é a situação dos países sul-americanos – Eles participam de atividades e reuniões do bloco e contam com preferências comerciais com os Estados Partes. O MERCOSUL também tem assinado acordos de tipo comercial, político ou de cooperação com um diverso número de nações e organismos nos cinco continentes”.

CRISE NO MERCOSUL COM – O CASO DA PRESIDÊNCIA DA VENEZUELA EM 2016

No segundo semestre de 2016 a Venezuela foi impedida de assumir a presidência rotativa do MERCOSUL. Leia a notícia abaixo e entenda por que:

Os chanceleres do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai decidiram hoje (13) que a Venezuela não assumirá a presidência rotativa do Mercosul como estava previsto no cronograma do bloco. Em nota, o Ministério de Relações Exteriores do Brasil explicou que os ministros dos quatro países fundadores do Mercosul decidiram mudar a regra do bloco porque a Venezuela descumpriu compromissos assumidos no Protocolo de Adesão ao Mercosul, assinado em Caracas em 2006. A decisão consta da Declaração Relativa ao Funcionamento do Mercosul e no Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela, aprovados hoje. “O prazo para que a Venezuela cumprisse com essa obrigação encerrou-se em 12 de agosto de 2016 e entre os importantes acordos e normas que não foram incorporados ao ordenamento jurídico venezuelano estão o Acordo de Complementação Econômica nº 18, o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul”, diz nota divulgada pelo Itamaraty e assinada pelo ministro José Serra. Com a medida, nos próximos seis meses a presidência do bloco será exercida conjuntamente por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Os países poderão definir “cursos de ação e adotar as decisões necessárias em matéria econômico-comercial e em outros temas essenciais para o funcionamento do Mercosul”. Os quatro países também poderão decidir sobre negociações comerciais com outros países ou blocos de países. “A declaração foi adotada no espírito de preservação e fortalecimento do Mercosul, de modo a assegurar que não haja solução de continuidade no funcionamento dos órgãos e mecanismos de integração, cooperação e coordenação do bloco”, diz trecho da nota. Conforme o documento assinado hoje por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, caso a Venezuela “persista no descumprimento de obrigações”, o país poderá ser suspenso do bloco a partir de 1º de dezembro de 2016.

(EBC Agência Brasil – 13.09.16)

- * Em **Setembro de 2016** os países fundadores do MERCOSUL, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, chegaram a um acordo que impediu a Venezuela de assumir a presidência do bloco após a presidência do Uruguai. A decisão tomada foi que o comando do bloco seria exercido de forma conjunta entre os quatro países fundadores.
- * Nesse momento (1º semestre de 2022) a presidência do Bloco encontra-se com o presidente do Paraguai: Mario Abdo Benítez, que recebeu das mãos do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro em 17 de dezembro de 2021.

A VENEZUELA ACABOU MESMO SENDO SUSPENSA DO MERCOSUL

Leia a notícia abaixo e entenda

Os quatro países fundadores do Mercosul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - enviaram uma “comunicação” à Venezuela nesta quinta-feira (1º), indicando que os direitos do país no bloco “estão suspensos”. A decisão do bloco ainda não foi oficialmente anunciada porque Caracas ainda não recebeu a notificação. A decisão está relacionada ao vencimento do último prazo acordado em setembro para que Caracas cumprisse suas obrigações de adesão ao Mercosul. Os chanceleres do bloco elaboraram um comunicado no qual explicam que a Venezuela não cumpriu seus acordos. As in-

formações são da Rádio França Internacional. A marginalização da Venezuela se desenhava desde que os demais sócios bloquearam, em julho passado, o acesso do país à presidência semestral do bloco. Em setembro, os quatro países fundadores decidiram ocupar o posto de forma colegiada e intimaram o governo do presidente Nicolás Maduro a adotar até 1º de dezembro todos os compromissos de adesão. Entre eles, a livre circulação de mercadorias entre os países do MERCOSUL e a cláusula democrática.

(EBC Agência Brasil – 02.12.16)

CUIDADO!

Perceba que essa suspensão acima, de dezembro de 2016, não foi baseada no Protocolo de Ushuaia. No caso acima, a Venezuela foi suspensa não por "rompimento da ordem democrática". Em 2016, a Venezuela foi suspensa do Mercosul por não ter cumprido acordos e tratados do protocolo de adesão ao bloco. A suspensão de 2016 foi por tempo indeterminado. Para retornar ao MERCOSUL a Venezuela teria que renegociar todo o seu protocolo de adesão, com novos cronogramas e prazos para cumprimento dos acordos, como se fosse uma nova adesão. No dia 1º de dezembro de 2016, a Venezuela havia completado quatro anos de adesão ao MERCOSUL, e este foi o prazo máximo dado ao país pelos outros membros - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - para que os venezuelanos cumprissem todas as normas de adesão. Já no dia 05 de agosto de 2017, em comunicado assinado em São Paulo, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, fundadores do MERCOSUL, decidiram de forma unânime, suspender a Venezuela por **"ruptura da ordem democrática"**. Foi a segunda vez que o bloco aplicou essa decisão contra um país-membro desde sua criação, aplicando a cláusula assinada em 1998 no Protocolo de Ushuaia. A primeira, como vimos, ocorreu em 2012 em relação ao Paraguai. A suspensão da Venezuela foi aplicada em função das ações do governo de Nicolás Maduro naquele país, assunto que trataremos mais adiante. Na prática, a decisão quase não mudaria a situação da Venezuela no grupo, já que o país, como acabamos de ver, já estava suspenso do bloco desde dezembro de 2016 por não cumprir obrigações comerciais com as quais tinha se comprometido quando entrou no MERCOSUL, em 2012.

NAFTA

O Tratado Norte Americano de Livre Comércio é um bloco econômico formado por Estados Unidos, Canadá e México que entrou em vigor em 1994. O Chile é um país associado ao NAFTA.

Os objetivos do NAFTA, quando criado, eram

- Garantir aos países participantes uma situação de livre comércio, derrubando as barreiras alfandegárias, facilitando o comércio de mercadorias entre os países membros;
- Reduzir os custos comerciais entre os países membros;
- Ajustar a economia dos países membros, para ganhar competitividade no cenário de globalização econômica;
- Aumentar as exportações de mercadorias e serviços entre os países membros;

Funcionamento do NAFTA (vantagens para os países membros)

- Empresas dos Estados Unidos e Canadá conseguem reduzir os custos de produção, ao instalarem filiais no México, aproveitando a mão-de-obra barata;
- O México ganha com a geração de empregos em seu território;
- O México exporta petróleo para os Estados Unidos, aumentando a quantidade desta importante fonte de energia na maior economia do mundo;
- A produção industrial mexicana, assim como as exportações, tem aumentado significativamente na última década.
- A geração de empregos no México pode ser favorável aos Estados Unidos, no sentido em que pode diminuir a entrada de imigrantes ilegais mexicanos em território norte-americano;
- Negociando em bloco, todos os países membros podem ganhar vantagens com relação aos acordos comerciais com outros blocos econômicos.

OBS: Com a posse de Donald Trump na presidência dos EUA (20 de janeiro de 2017) o NAFTA tenderia a se acabar. Como de fato ocorreu, vejam:

No dia 10 de dezembro de 2019, Estados Unidos, México e Canadá assinaram na Cidade do México, uma versão alterada do acordo de livre-comércio entre os três países, conhecido como USMCA, que viria a substituir o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). No entanto, o acordo ainda precisaria ser votado nos Congressos de cada país.

O sucessor do Nafta (na sigla em inglês), em vigor desde 1994, continuaria abrangendo um mercado de quase meio bilhão de consumidores, com um fluxo comercial de US\$ 1,2 trilhão em 2019. Isso foi antes, porém, de a COVID-19 levar o mundo para sua pior recessão desde a Grande Depressão dos anos 30. Inclusive, os movimentos não essenciais entre os três países ficariam proibidos até 21 de julho de 2020 para frear a propagação do novo coronavírus, ainda que a circulação de bens se mantivesse. Para se ter uma idéia, em julho de 2020, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previa fortes contrações para o Produto Interno Bruto (PIB) para o ano de 2020: -8%, nos Estados Unidos; -10,5%, no México; e -8,4%, no Canadá. Em julho de 2020, a América do Norte iniciou uma nova era de livre-comércio com a entrada em vigor do T-MEC (ou USMCA, nas siglas em espanhol e em inglês, respectivamente), o acordo que substitui (para muitos, que moderniza) o Nafta.

O DIA 23 DE JUNHO DE 2016: O DIA EM QUE O REINO UNIDO DECIDIU "SAIR"

Entenda primeiro o que é Reino Unido

O Reino Unido, oficialmente **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**, é um Estado soberano insular localizado em frente à costa noroeste do continente europeu. O Reino Unido inclui a ilha da Grã-Bretanha, a parte nordeste da ilha da Irlanda, além de muitas outras ilhas menores. A Irlanda do Norte é a única parte do Reino Unido com uma fronteira terrestre, no caso, com a República da Irlanda. Fora essa fronteira terrestre, o país é cercado pelo oceano Atlântico, o mar do Norte, o canal da Mancha e o mar da Irlanda. A maior ilha, a Grã-Bretanha, é conectada com a França pelo Eurotúnel. O Reino Unido é uma união política de quatro "países constituintes": Escócia, Inglaterra, País de Gales (localizados na ilha da Grã-Bretanha) e Irlanda do Norte. O governo é regido por um sistema parlamentar, cuja sede está localizada na cidade de Londres, a capital, e por uma monarquia constitucional.

Agora, vamos entender o movimento de "saída" – BREXIT



Os britânicos tomaram a decisão histórica, através de consulta popular no dia 23 de junho de 2016, de se separarem da União Europeia, o bloco político e econômico que, como vimos, hoje (2016) congrega 28 países e ao qual o Reino Unido aderiu em 1973. Após o resultado da decisão, o processo ainda precisaria passar pelo Parlamento, mas um voto pelos legisladores seria considerado "suicídio político". A negociação para oficializar a ruptura o BREXIT (termo surgido da fusão das palavras "saída" e "britânica" em inglês) deve levar dois anos. (Professor Ticyano Lavor)

A vitória da "saída do bloco" levaria a ativação da **Cláusula 50 do Tratado de Lisboa** (que desde 2009 funciona como uma espécie de Constituição Europeia) dando início ao processo formal de retirada de um membro do bloco.

De acordo com a Cláusula 50, está previsto um prazo de dois anos para a negociação da saída de um Estado-membro do bloco europeu, período que Reino Unido e União Europeia terão então para consumar o "divórcio" ditado pelos eleitores.

Com o resultado do plebiscito de 23 de junho de 2016, a opção por deixar a União Europeia venceu por 51,9% a 48,1%, abalando mercados financeiros e provocando uma onda de choque e incredulidade global.

A comissão eleitoral do Reino Unido registrou número recorde de inscritos para votarem no plebiscito que aconteceu no dia 23 de junho. Cerca de 46,5 milhões de pessoas se registraram para participar da consulta popular. O número representa 145 mil eleitores a mais que o contabilizado nas eleições gerais ocorridas em 2015. Numa cédula de papel, os inscritos escolheram entre duas opções: "permanecer membro da UE" ou "deixar a UE".

ALGUMAS RAZÕES QUE INFLUENCIARAM OS BRITÂNICOS A VOTARAM PELA SAÍDA DA UNIÃO EUROPEIA

O peso (ou não) da economia

O público britânico foi bombardeado de alertas sobre como ficaria mais pobre caso escolhesse sair da União Europeia. Mas isso parece não ter convencido muito. Especialistas do FMI (Fundo Monetário Internacional), da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e de várias outras organizações se pronunciaram afirmando que o crescimento econômico seria prejudicado, o desemprego aumentaria, o valor da libra cairia e as empresas britânicas ficariam em uma espécie de terra de ninguém fora do bloco.

Internamente, o Bank of England levantou a hipótese de recessão e o governo afirmou que poderia ser obrigado a aumentar o imposto de renda e cortar os gastos no serviço público de saúde (o NHS), na educação e na defesa. Além disso, o presidente americano, Barack Obama, sugeriu que a Grã-Bretanha voltaria para "o fim da fila" nos acordos com os Estados Unidos. Enquanto alguns partidários da permanência na UE admitiam que o chamado "Projeto Medo" estava indo longe demais, os defensores da saída foram rápidos em afirmar que o temor era espalhado pelas elites ricas. Mas o fato de o público ter descartado tão rapidamente as opiniões de especialistas indica algo que supera a simples revolta contra o sistema. Sugere que muitos se sentiram fora do alcance dos benefícios econômicos dos mais de 40 anos de permanência no bloco.

Promessa de dinheiro para a saúde

A declaração de que a saída do bloco iria liberar até 350 milhões de libras (mais de R\$ 1,7 bilhão) a mais por semana para aplicar na saúde pública é o tipo de frase política dos sonhos para qualquer marqueteiro: fácil de entender e atraente para todas as idades e correntes políticas. Por isso os partidários da saída da UE a usaram tanto em sua campanha. E o fato de que a promessa não resiste à análise - o número foi questionado por autoridades do governo e descrito como potencialmente enganador pela Autoridade de Estatísticas britânica - não reduziu sua força.

Imigração

A campanha conhecida a favor do BREXIT transformou a questão da imigração em seu trunfo, principalmente ao englobar assuntos como identidade nacional e cultural, o que tinha apelo entre os eleitores de baixa renda. O resultado sugeriu que o medo da imigração, o impacto dela na sociedade e o temor do que pode acontecer nos próximos 20 anos eram mais amplos e profundos do que se suspeitava. O argumento central era de que o Reino Unido não poderia controlar o número de pessoas entrando no país enquanto continuasse no bloco. A linguagem e imagens usadas pela campanha foram criticadas e houve tensão até mesmo entre as várias correntes partidárias pró-saída. Suas mensagens, porém, estavam em sintonia no argumento central: retomar o controle das fronteiras e garantir a soberania nacional.

Dentro do próprio Partido Trabalhista (principal partido de oposição, e que oficialmente adotou a defesa da permanência do Reino Unido na União Europeia. 90% de seus parlamentares eram a favor de ficar na UE) há uma ala, mais à esquerda, que defende a ideia de que a competição com trabalhadores europeus, como poloneses, por exemplo, havia prejudicado os britânicos mais pobres da chamada classe trabalhadora. Essa disputa com europeus também havia prejudicado, segundo essas vozes mais à esquerda do Partido Trabalhista, o acesso de britânicos mais pobres a benefícios, como moradia subsidiada pelo governo. Essa ala acabou "pendendo" para a defesa da "saída" do bloco.

A campanha pela permanência precisava dos eleitores trabalhistas, e o fato de que eles não participaram tanto quanto esperado ainda vai ser motivo de muita discussão entre os integrantes da oposição ao governo conservador. O Partido Trabalhista que, como vimos tinha 90% de seus parlamentares a favor de ficar na EU, julgou muito mal o comportamento de seus partidários e, quando percebeu que havia algo errado, não conseguiu fazer muita coisa para mudar isso. Eles até usaram as figuras mais famosas do partido na campanha - como o ex-primeiro-ministro Gordon Brown e o prefeito de Londres Sadiq Khan. Mas não conseguiram mudar a impressão de que havia uma divisão profunda dentro do partido. Seu líder, Jeremy Corbyn, receberá a maior parte da culpa por não ter conseguido manter a unidade do partido em torno da permanência na UE. Críticos afirmam que o apoio dele à UE foi muito morno, e que sua ênfase na necessidade de uma "Europa social" simplesmente não convenceu muita gente.

O então primeiro-ministro

O então primeiro-ministro britânico, David Cameron, pode ter saído vitorioso de uma eleição geral e dois referendos nos últimos dez anos, mas sua popularidade parece ter chegado ao fim. Ao se colocar no centro e à frente da campanha pela permanência na UE, e qualificando a decisão como uma questão de confiança, ele colocou em jogo seu futuro político e reputação pessoal. Cameron apostou que conseguiria mudar a relação da Grã-Bretanha com a União Europeia até mesmo dentro de seu partido, o Conservador. O problema é que isso era baseado em promessas de reformas que muitos achavam modestas demais. Sem conseguir convencer os conservadores mais céticos de seu partido, Cameron também não conseguiu o apoio dos trabalhistas e muito menos dos indecisos.

Forte campanha das "Estrelas do Leave" (Michael Gove, Boris Johnson, Nigel Farage)

Os britânicos sempre souberam que alguns ministros de governo iriam apoiar a saída do bloco. Mas o ministro da Justiça, **Michael Gove**, foi além, se tornando um dos grandes motores da campanha pela saída ao lado do ex-prefeito de Londres, o conservador **Boris Johnson**. Gove trouxe o peso intelectual e Johnson, o apelo popular que conseguiu conquistar eleitores além da divisão entre conservadores e trabalhistas. Ambos percorreram o país todo. O ex-prefeito, por exemplo, "mergulhou" em pubs; o ministro ajudou a elaborar o manifesto pela saída e encarou as perguntas do público em programas de TV. Por outro lado, há também **Nigel Farage**, líder do Partido Independente do Reino Unido (Ukip) e um dos rostos mais famosos da campanha pela saída do bloco. Ele fez o que era esperado: provocou muita polêmica com suas declarações e também motivou os eleitores de seu partido e muitos outros a irem votar.

Relacionamento difícil

Foram necessários anos para os britânicos se juntarem à Comunidade Europeia, o que ocorreu nos anos 70. E muitos apoiaram a entrada de má vontade, ou apenas por razões econômicas superficiais. Ainda assim, nunca aderiram ao EURO. Essa ambivalência se transformou em hostilidade: foram décadas de ceticismo de políticos e de grande parte da imprensa britânica em relação à União Europeia. Parece claro também que o resultado não é só uma decisão de cunho político, mas também uma declaração de identidade nacional. Para que o Reino Unido tenha controle sobre sua leis e finanças, para livrar-se dos burocratas da União Europeia, por mais controle no fluxo migratório, para não pagar por economias quebradas como as de Portugal e Grécia.

As consequências "immediatas" da saída do Reino Unido

Tão logo o resultado do plebiscito foi anunciado pelo então Primeiro Ministro conservador **David Cameron** (que a propósito era o principal "fiador" do voto pró-UE e que, tão logo saiu o resultado do plebiscito acabou anunciando a sua renúncia) a libra chegava ao menor valor em relação ao dólar em 31 anos e as bolsas de valores despencavam mundo a fora, o que já era esperado diante das incertezas geradas com a decisão de saída do Reino Unido do bloco econômico. O premiê tentou acalmar o mercado financeiro e também os 3 milhões de imigrantes europeus que vivem no Reino Unido, garantindo que não haveria mudanças imediatas: *"Asseguro aos mercados que nossa economia é fundamentalmente forte. Não haverá mudanças imediatas na forma como as pessoas viajam e como as mercadorias circulam"*, disse Cameron. A escolha de um novo premiê britânico, contudo, ficou prevista para acontecer somente em outubro de 2016, quando o Partido Conservador apontaria o novo líder. No entanto, já em julho de 2016, Theresa May foi escolhida para assumir a liderança do Partido Conservador inglês e, em consequência, também o cargo de primeira-ministra do Reino Unido, se convertendo na segunda mulher no posto em toda a história britânica - a primeira foi Margaret Thatcher (1979-1990), a mais longeva primeira-ministra inglesa, que se tornou um dos ícones do século 20. A nova líder britânica teve a maioria do apoio dos parlamentares conservadores, em votação realizada em dois turnos. No primeiro, em 5 de julho, ela deixou três concorrentes homens para trás, além de outra mulher, Andrea Leadsom. No segundo turno, dois dias depois, ela voltou a vencer, fazendo com que Andrea Leadsom anunciasse a desistência da disputa logo depois.

As consequências em longo prazo

Acredita-se que a decisão do BREXIT terá um impacto econômico maior para o Reino Unido – a segunda economia do bloco, que tem na UE a fonte de metade de seus investimentos externos – do que para os demais 27 membros, mas sem movimentos bruscos. *"Qualquer efeito positivo parece limitado, e os piores cenários estão longe de serem catastróficos"*.

ficos. De qualquer forma, a maior parte das projeções indica um custo significativo a longo prazo", afirmou um relatório da Oxford Economics. A consultoria prevê encolhimento do PIB entre -0,1% e -3,9% em 2017. No cenário mais otimista, a estimativa é de um aumento de investimentos de até £2,4 bilhões (R\$ 11,9 bilhões) até 2030; no mais pessimista, prevê-se redução de £21,1 bilhões (R\$ 105 bilhões). Já um estudo do Centro de Performance Econômica da London School of Economics (LSE) prevê contração do PIB entre 1,30% e 2,6% e dos investimentos estrangeiros de até 22% a curto e médio prazos.

Segundo o professor Thomas Sampson, da LSE, o primeiro efeito da saída da UE será o aumento dos custos comerciais com o bloco. "É improvável que o Reino Unido seja mais bem sucedido nas negociações comerciais porque é um mercado bem menor que a UE, com menos poder de barganha. Os EUA já anunciaram que vão priorizar as negociações com o bloco europeu", observou. Para os cenários positivo e negativo, os economistas levaram em conta, principalmente, custos do comércio - incluindo barreiras tarifárias, subsídios e benefícios fiscais - de 35 setores, incluindo intermediários, entre os 40 maiores países do mundo.

O estudo da LSE, do qual Sampson fez parte, aponta que quando os britânicos entraram para a UE, em 1973, cerca de 30% das exportações do país tinham o bloco como destino. A partir de 2008, mais da metade dos produtos produzidos em terras britânicas segue para os países do bloco, o que perfaz cerca de 15% do PIB do Reino Unido. O professor, contudo, pondera que, embora o impacto da saída possa elevar o desemprego no primeiro momento, não há indício de alterações significativas nas taxas a longo prazo. O mesmo não se pode dizer dos salários e do padrão de vida, que podem cair, segundo o estudo. (Professor Ticyano Lavor)

Os defensores do BREXIT alegam que o impacto econômico pode ser amenizado com o montante que o Reino Unido repassa à UE e não volta como investimento. Cada um dos 28 membros contribui anualmente e, em contrapartida, tem direito a repasses. Na prática, países ricos ajudam aqueles em dificuldade. No caso dos britânicos, em 2015, foram £13 bilhões à UE que, por sua vez, gastou £4,5 bilhões no país.

Os que queriam sair do bloco afirmam ainda que o país tem potencial de ser o "novo Canadá", nas palavras do ex-prefeito de Londres, Boris Johnson, defensor do BREXIT. Considerado modelo de sucesso, o Canadá assinou um acordo de livre comércio com a UE no qual não precisa aceitar a livre circulação nem pagar taxa de membro. Mas deve tarifas sobre algumas exportações e não tem o tratamento à indústria de serviços financeiros dado a membros.

O governo britânico, pró-permanência, alegou às vésperas do plebiscito que precisaria subir impostos e instalar um plano de cortes se o BREXIT vencesse.

Reino Unido não integra a Zona do Euro nem faz parte do tratado de livre circulação de Schengen			
	Reino Unido	A União Europeia com o Reino Unido	A União Europeia sem o Reino Unido
MEMBROS	4	28	27
POPULAÇÃO TOTAL	66,02 milhões (2017) equivalente a 12,8% da população do bloco	512,8 milhões (2018) terceira maior população depois de China e Índia	448,58 milhões continuaria como a terceira maior população do mundo
POPULAÇÃO URBANA	82,8% (2016)	75% (2016)	
ECONOMIA/PIB	US\$ 2,622 trilhões (2017)	US\$ 18,76 trilhões (2018)	US\$ 18,13 trilhões
PARLAMENTO	73 cadeiras	751 cadeiras	678 não está claro se, com a saída, as cadeiras britânicas serão perdidas ou realocadas
EXTENSÃO TERRITORIAL	248,5 mil km²	4,48 milhões km²	4,21 milhões km²

Fonte: The Economist; World Bank

ESTADÃO

A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA NÃO É TÃO SIMPLES ASSIM:

Como vimos, vitória da "saída do bloco" levaria a ativação da **Cláusula 50 do Tratado de Lisboa** (que desde 2009 funciona como uma espécie de Constituição Europeia) dando início ao processo formal de retirada de um membro do bloco.

De acordo com a Cláusula 50, está previsto um prazo de dois anos para a negociação da saída de um Estado-membro do bloco europeu, período que Reino Unido e União Europeia terão então para consumar o "divórcio" ditado pelos eleitores.

Os dois lados (Reino Unido e União Europeia) negociaram por cerca de 17 meses um acordo para consumar a separação, que ficou marcada para ser oficializada em **29 de março de 2019**. Vale lembrar que, qualquer acordo fechado entre o Reino Unido e a União Europeia deveria ser aprovado no próprio Parlamento Britânico. (Professor Ticyano Lavor)

Para o dia **15 de janeiro de 2019** ficou agendada a votação, no Parlamento Britânico, do acordo firmado entre Reino Unido e União Europeia que consumaria a saída do Reino Unido, assim como a declaração política que esboça como serão as relações futuras entre ambos os lados. Vale ressaltar que essa votação estava inicialmente marcada para o dia 11 de dezembro de 2018, mas Theresa May conseguiu adiar, temerosa de não possuir os votos necessários no Parlamento para a aprovação. Nesse período ela sofreu inclusive (em dezembro de 2018) uma moção de censura do seu próprio partido para definir se ela deveria ou não continuar a frente da legenda. Ela venceu por 200 votos a 117.

O que foi acordado entre Reino Unido e União Europeia?

O acordo de retirada sobre os principais pontos da saída britânica, que são:

- A multa que será paga pelo Reino Unido pelo fim da parceria, estimada em £ 39 bilhões (US\$ 50,2 bilhões)
- O futuro dos cidadãos britânicos que moram/trabalham na UE – assim como o inverso.
- Como evitar a volta de uma fronteira física entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, que é membro da UE.

Também foi acordado o chamado período de transição, no qual o Reino Unido e a União Europeia negociam um acordo comercial. A previsão é que esse acordo dure até 31 de dezembro de 2020.

E então? O Parlamento Britânico aprovou o acordo?

Vale ressaltar que, pesquisas já indicavam que o Parlamento Britânico não aprovaria. Muitos deputados, inclusive do Partido Conservador (partido de Theresa May), já declaravam abertamente que não aprovariam o documento de 585 páginas.

Então, como era de se esperar, no dia 15 de janeiro de 2019, foram 432 votos contrários e 202 a favor. O acordo proposto pela primeira-ministra Theresa May para o Brexit foi rejeitado.

Essa derrota entrou para a história como a maior derrota do governo na história moderna – o recorde anterior era de 1924, com diferença de 166 votos. A premiê passou a ter três dias para apresentar um "plano B" para que os parlamentares analisem uma nova proposta.

Nem mesmo os assessores mais próximos a May sabiam como seria o suposto plano B da primeira-ministra – ou mesmo se ele existia –, já que ela insistiu até o último minuto que o plano votado no dia 15 de janeiro era o ideal para o Reino Unido e que deveria ser aprovado. Sempre que questionada sobre o assunto, ela se recusou a discutir opções.

O documento apresentado pela primeira-ministra no dia 15 de janeiro de 2019 previa que a saída do Reino Unido da UE – marcada para 29 de março – fosse gradual e seguida de um período de transição. O plano era dar tempo aos dois lados para acertar os termos de negociações comerciais, por exemplo.

O grupo que votou contra o acordo de May no dia 15 de janeiro incluía tanto parlamentares que querem um desligamento sem condicionantes e abrupto (já a partir da data prevista), quanto os que rejeitam o Brexit.

Vale lembrar que o texto apresentado por May havia sido aprovado pela UE em novembro de 2018, e segundo a premiê, o bloco descartara discutir os termos e não deveria aceitar a discussão de um novo acordo.

Um dos pontos mais polêmicos do acordo dizia respeito à fronteira entre a Irlanda (país independente e membro da UE) e a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido). Isso porque, após o Brexit, essa passa a ser na verdade uma fronteira entre o Reino Unido e a União Europeia.

O Reino Unido e a Irlanda faziam parte de um mercado comum e uma mesma unidade aduaneira, a circulação de produtos e pessoas era livre entre os dois países – e na fronteira por terra entre Irlanda e Irlanda do Norte. Mas, depois do Brexit, isso vai mudar, pois as duas partes da Irlanda estarão sob regimes regulatórios diferentes, o que significa que mercadorias e pessoas teriam de ser checadas na fronteira. (Professor Ticyano Lavor)

Para isso, ficou acordado na proposta de May que haveria uma espécie de "escudo" – uma rede de segurança, chamada em inglês de "backstop" – impedindo que haja rígido controle aduaneiro na fronteira, caso um futuro acordo comercial entre UE e Reino Unido demore a ser concebido.

Esse "backstop" previa que a Irlanda do Norte continuaria alinhada a algumas regras aduaneiras da UE, para dispensar a necessidade de checagem na fronteira com a Irlanda, mas exigiria que alguns produtos vindos do restante do Reino Unido fossem sujeitados a controles.

O "backstop" também envolveria uma união aduaneira temporária, o que, na prática, manteria a UE e o Reino Unido dentro de um mercado comum – contrariando, para alguns, o princípio básico do Brexit.

Essa polêmica cláusula do "backstop" se tornou um dos grandes obstáculos durante toda a negociação com a União Europeia liderada pela primeira-ministra britânica, Theresa May, objetivando um divórcio amigável entre o Reino Unido e o bloco. Trata-se do futuro da fronteira entre a Irlanda (república independente que integra a UE), e a Irlanda do Norte (território que, junto com Escócia, País de Gales e Inglaterra, forma o Reino Unido).

O desafio para o governo britânico era evitar que o Brexit produzisse uma fronteira "rígida" entre Irlanda e Irlanda do Norte, com controle aduaneiro - de passaportes e mercadorias -, o que contraria um dos pilares do acordo de paz para a Irlanda do Norte, firmado entre o governo britânico e o governo irlandês na década de 90.

A solução proposta por Theresa May, conhecida como "salvaguarda irlandesa" (ou "backstop", em inglês), tenta contornar a complexidade do tema, agravada pelo fato de a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, dividirem a ilha de mesmo nome.

Definido por alguns como uma espécie de "apólice de seguro", o "backstop" é um dispositivo que visaria a garantir que não haveria a temida fronteira rígida entre as duas Irlandas, mesmo que UE e Reino Unido não alcançassem um acordo em temas comerciais e de segurança.

Basicamente implicaria, como último recurso, manter temporariamente a Irlanda do Norte dentro da união aduaneira e do mercado comum europeu, enquanto o restante do território britânico passaria a seguir novas regras.

Essa salvaguarda só deveria entrar em vigor se, até dezembro de 2020, não houvesse acordo comercial entre Reino Unido e UE.

De acordo com esse modelo, a Irlanda do Norte ficaria incorporada às regras de mercado da UE. Alguns parlamentares temiam que isso perdurasse por tempo indeterminado. Esses parlamentares queriam introduzir um limite temporal para o backstop, algo que a UE descartaram.

O plano de Theresa May também falava sobre itens como:

Direitos dos cidadãos após o Brexit: a ideia é que os britânicos morando na UE e europeus que moram no Reino Unido poderiam continuar a trabalhar e estudar onde tenham residência, além de poderem trazer consigo membros da sua família, embora nem todos os pontos dessa questão tivessem sido decididos.

Período de transição: iria durar 21 meses após a saída do Reino Unido, para dar tempo de os dois lados acertarem um acordo quanto às trocas comerciais bilaterais. Um documento futuro traçaria as linhas gerais das relações britânicas-europeias.

A "conta do divórcio": o Reino Unido teria de pagar até 39 bilhões de libras (cerca de R\$ 190 bilhões) como compensação financeira à UE.

Antes da votação, ao defender sua proposta, May afirmou que uma rejeição significaria um Brexit sem acordo. E que "uma saída sem acordo significaria nenhuma parceria de segurança com a União Europeia".

Após a conclusão da votação, os líderes da União Europeia divulgaram um comunicado lamentando a rejeição do acordo.

MAY ENFRETARIA UMA NOVA MOÇÃO DE DESCONFIANÇA

Logo após o anúncio do resultado, o então líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, apresentou uma nova moção de desconfiança contra a premiê, que poderia culminar em sua queda do cargo. Como vimos anteriormente, em dezembro de 2018 May já havia sido alvo de moção semelhante apresentada por seu próprio partido, o Conservador. Na ocasião, ela venceu a votação e foi mantida no cargo.

A nova moção, que foi marcada para ser discutida no dia **16 de janeiro de 2019**, tinha como justificativa o fato de que, em dois anos no cargo, a primeira-ministra não tinha sido capaz de elaborar uma proposta apoiada pela maioria no Parlamento. Caso May sobrevivesse à votação da moção e continuasse no cargo, ela precisaria da aprovação de seu "plano B". E caso esse "Plano B" também viesse a ser rejeitado, o Reino Unido muito provavelmente caminharia para um Brexit sem acordo, no qual deixaria o bloco sem ter direito a negociar seus termos. Desta forma, não haveria um período de transição e já a partir da noite de 29 de março de 2019 as leis da União Europeia deixariam de ser válidas no país. Já passaram a ser observados, inclusive, preparativos para o caso de isso acontecer, inclusive com testes para lidar com problemas de transporte em aeroportos e no Canal da Mancha, por exemplo.

O certo é que ninguém sabia ao certo qual seria o desfecho dessa história. Segundo o jornal "The Guardian", a União Europeia estaria preparada para autorizar uma extensão do Artigo 50, o que na prática ampliaria o prazo de 29 de março de 2019 para uma nova data – e o que se falava era "pelo menos até julho de 2019". (Professor Ticyano Lavor)

Uma autoridade não identificada da UE citada pelo jornal "The Guardian" disse que "se a primeira-ministra sobreviver e nos informar que precisa de mais tempo para conseguir um acordo com o Parlamento, será oferecida uma prorrogação técnica até julho". Outra fonte chegou a afirmar, na mesma reportagem, que o prazo poderia ser ainda maior, mas que as eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2019, poderiam interferir no processo.

CHEGA ENTÃO O DIA 16 DE JANEIRO DE 2019

Theresa May vence a votação de moção de desconfiança, de forma apertada, e continua no cargo de primeira-ministra. Ela teve 325 votos a favor e 306 contra sua continuidade no cargo. O resultado significaria que a maioria do Parlamento confiava que May teria capacidade para permanecer liderando o governo. Ela agora continuaria com a árdua tarefa de negociar a saída do Reino Unido da União Europeia.

Após o anúncio do resultado, May disse estar satisfeita por a Câmara dos Representantes ter demonstrado seu apoio ao governo. Ela acrescentou que leva seu dever a sério e que o governo continuaria trabalhando para entregar o resultado do Brexit.

A primeira-ministra anunciou ainda uma série de reuniões com líderes do Parlamento para discutir o Brexit. Ela afirmou que iria promover esses encontros com "espírito construtivo".

O líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn (duramente criticado por May, e chamado por ela de traidor), afirmou, porém, que antes de qualquer reunião o governo deveria retirar da mesa a perspectiva de um Brexit sem acordo. Ele condicionou o diálogo à remoção dessa possibilidade. A mesma questão foi abordada pelo líder dos Liberais Democratas, Sir Ed Davey, que afirmou que seu partido estaria disposto a dialogar, mas que um Brexit sem acordo não deveria ser uma opção. Ele também disse que uma extensão do Artigo 50 - que adiaria a data da saída - não deveria ser descartada.

No dia 21 de janeiro de 2019, seis dias após ter seu acordo sobre a saída do Reino Unido da União Europeia - o chamado Brexit - rejeitado pelo Parlamento, a primeira-ministra britânica Theresa May se comprometeu a renegociar os termos do pacto e a abolir uma taxa de £65 (R\$ 315) que seria cobrada de cidadãos europeus que quisessem continuar morando no Reino Unido após a retirada. Para muitos, essa seria a única diferença entre o "Plano A" e o "Plano B".

Em discurso no Parlamento, May disse que continuaria dialogando com políticos e setores da sociedade civil - entre os quais citou empresários e sindicatos locais - para costurar um novo acordo que impedissem o Reino Unido de deixar a União Europeia sem qualquer período de transição.

Ela afirmou ainda que conversaria com parlamentares da Irlanda do Norte que temiam as novas regras para o trânsito de pessoas e mercadorias na fronteira com a República da Irlanda (integrante da UE) após o Brexit. Depois das conversas, ela levaria as conclusões para a União Europeia para que o novo acordo pudesse ser renegociado.

Vale sempre ressaltar que, se nenhuma proposta de saída fosse aprovada pelo Parlamento, o Reino Unido sairia da União Europeia no dia 29 de março de 2019 sem acordo e sem período de transição. May descartou a possibilidade de um adiamento do prazo final para a saída do Reino Unido da EU.

May, que pediu aos parlamentares, até mesmo os de oposição, que apresentassem a ela projetos e propostas, descartou ainda a convocação de uma nova consulta popular sobre o Brexit - segundo ela, uma nova votação abriria "um precedente difícil que poderia ter implicações significativas sobre como lidamos com consultas populares nesse país". Segundo ela, uma nova consulta popular "fortaleceria os que fazem campanha para dividir nosso Reino Unido."

A fala foi vista como uma tentativa de sensibilizar membros do Partido Conservador, favoráveis à saída do país da União Europeia e o Partido Unionista Democrático (DUP, na sigla em inglês) da Irlanda do Norte, que tem expressado preocupação a respeito do futuro da fronteira com a República da Irlanda.

Tanto Reino Unido quanto União Europeia afirmam que uma "fronteira dura" entre os dois países - com infraestrutura física e sistema de verificação de passaportes e mercadorias - poderia prejudicar as duas Irlandas.

Os membros do Parlamento britânico não haviam chegado ainda a um acordo, entretanto, sobre como manter as fronteiras livres quando o Reino Unido estivesse formalmente fora do mercado único e da união aduaneira da Europa. May negociou com a UE regras alfandegárias especiais que valeriam apenas para a fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

No entanto, o DUP, que historicamente defende os laços da Irlanda do Norte com o Reino Unido, rejeitou o acordo por temer que regras diferenciadas enfraqueçam esses laços, pondo em risco a integridade do reino. Ainda assim, o partido votou para que a primeira-ministra permanecesse no cargo, sob o argumento de que não desejava uma mudança de governo, mas apenas de política.

Parte dos parlamentares do Partido Conservador, o mesmo de Theresa May, também se manifestaram contra as regras especiais na fronteira das Irlandas, temendo que parte do Reino Unido continuasse sujeito a regras da União Europeia por um tempo indeterminado e sem poder influenciá-las.

Agricultores e empresários norte-irlandeses, por outro lado, queriam alguma garantia de que, independentemente do que acontecesse, não seriam reerguidas barreiras físicas para separar as duas Irlandas - é o que se chama de *backstop*, ou rede de segurança. Até então (15 de fevereiro de 2019), como o Reino Unido é parte da União Europeia e a República da Irlanda é membro do bloco, a movimentação de pessoas de um lado para outro é liberada.

POR QUE A QUESTÃO DA IRLANDA É IMPORTANTE?

O futuro da fronteira entre a Irlanda do Norte, que é parte do Reino Unido, e da República da Irlanda, membro da União Europeia, é um dos pontos mais delicados das tentativas de acordo para viabilizar o Brexit.

O governo britânico teme que a restituição de pontos de checagens de passaportes e mercadorias na divisa entre os dois países traga à tona antigas tensões entre irlandeses e norte-irlandeses. O acordo de paz de 1998 pôs fim a três décadas de conflito entre nacionalistas, que queriam a integração com a Irlanda, e unionistas, que queriam continuar fazendo parte do Reino Unido. O acordo contempla a ausência de barreiras físicas.

Embora Londres e Bruxelas tenham concordado em não fixar uma fronteira "dura" (ou altamente controlada) na divisa irlandesa, o grande obstáculo foi definir os termos dessa divisão.

Conforme a proposta apresentada anteriormente por May, se não houvesse qualquer tipo de acordo entre o Reino Unido e a União Europeia, a "rede de segurança" - o *backstop* - passaria a vigorar automaticamente. (Professor Ticyano Lavor)

Assim, a Irlanda do Norte continuaria alinhada com algumas das normas do mercado único da União Europeia - algo que gera descontentamento em parte dos membros do Partido Conservador e do Partido Unionista Democrático. Tentar chegar a um acordo sobre os termos de um *backstop*, portanto, poderia garantir a May um apoio mais amplo à sua proposta.

PARLAMENTO BRITÂNICO CRITICA "PLANO B" DE THERESA MAY

No mesmo dia 21 de janeiro de 2019, dia em que May apresentou um "Plano B" no Parlamento, a Primeira-ministra foi alvo de várias críticas por parte dos membros da casa.

"Então é isso: o plano B de Theresa May é tentar convencer os deputados a votar no Plano A." Foi com essa definição que a deputada opositora Stella Creasy resumiu, no Twitter, como o Parlamento britânico recebeu as propostas apresentadas por May no dia 21 de janeiro. A piada da deputada trabalhista foi uma referência à falta de propostas de May para que um novo plano fosse votado.

No dia 21 de janeiro de 2019, no seu discurso no Parlamento, May se comprometeu a "renegociar os termos do pacto", sem dar detalhes específicos. A única proposta foi aquela de abolir abolir a taxa de £ 65 (R\$ 315) que seria cobrada de cidadãos europeus que queiram continuar morando no Reino Unido após a retirada do país da UE.

O PARLAMENTO MOSTRA QUE QUER TOMAR A FRENTE DAS NEGOCIAÇÕES DO BREXIT

No dia **29 de janeiro de 2019**, os deputados britânicos decidiram apresentar uma série de emendas sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) antes de May apresentar o novo acordo. As diversas emendas mostram o desejo dos parlamentares de tomar frente das negociações do Brexit. As emendas seriam votadas antes da votação do novo acordo proposto pela premiê. As votações aconteceram faltando 2 meses para a saída oficial do Reino Unido da UE, no dia 29 de março de 2019.

Entre as emendas apresentadas pelos deputados, algumas tratavam da união aduaneira, da fronteira na Irlanda e até de uma nova consulta popular sobre o Brexit. Ou seja: teriam potencial para dinamitar o acordo costurado entre May e a União Europeia.

Então, nesse dia 29, o parlamento britânico votou em medidas para estabelecer o que a Casa desejava que estivesse no novo acordo para que o Reino Unido deixasse a União Europeia (UE). As emendas votadas no dia 29 de janeiro de 2019 definiam os desejos dos parlamentares para o próximo acordo.

A maioria das propostas não foi aprovada. Mas duas propostas sim. Uma das emendas que passaram foi a que trata do ponto mais delicado do acordo, exigindo que o "backstop" na fronteira com a Irlanda do Norte seja substituído por "arranjos alternativos para evitar uma fronteira 'dura'". Embora tenha sido considerada "vaga" por muitos parlamentares, a emenda teve 317 votos a favor e 301 contra. Sua aprovação foi considerada uma vitória para May, que havia pedido que os membros de seu partido, o Conservador, votassem a favor.

A outra emenda aprovada, ao contrário, foi vista como uma derrota para a premiê. Por 318 votos a favor e 310 contra, ela "rejeita que o Reino Unido deixe a União Europeia sem um Acordo de Retirada e um Marco para o Futuro Relacionamento". Porém esta é apenas uma emenda consultiva, não tendo força de lei e servindo como uma forma de pressão política. Ela foi apresentada pela ex-ministra do Meio Ambiente Caroline Spelman, do Partido Conservador.

Das 19 emendas apresentadas, apenas 7 foram selecionadas e encaminhadas para votação, e as cinco primeiras a serem votadas foram rejeitadas, incluindo duas que pediam a extensão do **Artigo 50**, o que adiaria o prazo do Brexit.

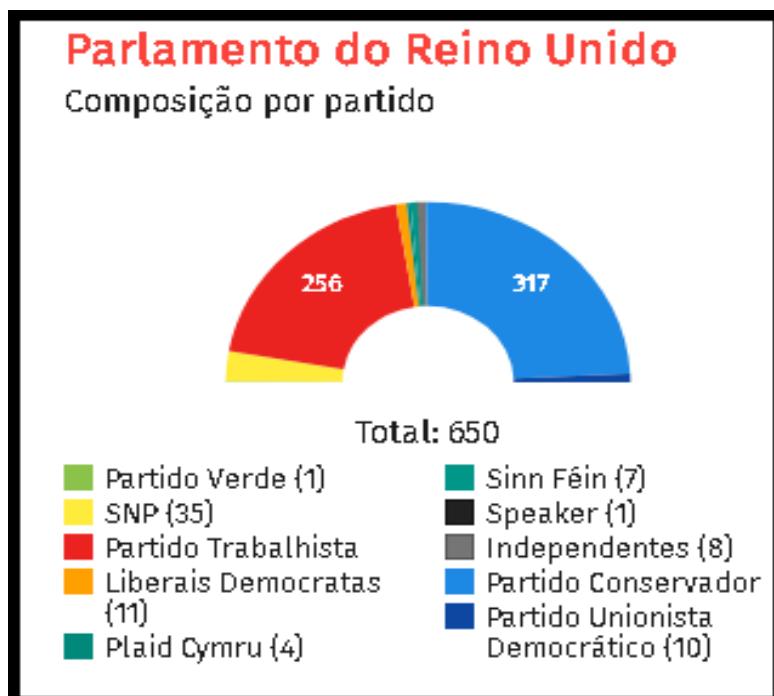
A partir de então, a primeira-ministra Theresa May deveria apresentar um novo projeto de acordo para o Brexit ao Parlamento. Caso este fosse aprovado, ela voltaria a Bruxelas para tentar uma nova negociação com os membros da União Europeia.

Após o final da votação, May afirmou que os resultados mostravam que o Parlamento não queria um Brexit sem acordo e que ela concordava. Ela se comprometeu a apresentar um novo acordo que conseguisse apoio e chamou o líder da oposição, Jeremy Corbyn, do Partido Trabalhista, para diálogos. Corbyn se disse ansioso para discutir os novos planos.

Mas a resposta da UE veio rapidamente e não foi animadora para os britânicos. Em um comunicado, o presidente do conselho europeu, Donald Tusk, afirmou que "o backstop fazia parte do acordo de retirada e o acordo de retirada não estava aberto para renegociação".

Como vimos, as emendas votadas no dia 29 de janeiro de 2019 foram apresentadas depois que a premiê pediu que parlamentares apresentassem suas propostas para que ela tentasse uma nova negociação. O pedido foi uma concessão feita por May depois que ela se recusou a apresentar um plano B após a rejeição de seu acordo inicial. A Câmara dos Comuns rejeitou, como vimos, em 15 de janeiro o acordo que May costurou com os líderes europeus em novembro de 2018. A rejeição deixou o Reino Unido mais perto da ameaça de abandonar a União Europeia sem um acordo em 29 de março.

A União Europeia, no entanto, afirmou que já havia aprovado o plano apresentado por May e que se ateria a ele, sem voltar à mesa de negociações. Caberia agora à premiê britânica (Pressionada pelo Parlamento a fazer isso) convencer os líderes europeus a aprovar as alterações por unanimidade – 27 outros países são membros do bloco. Bruxelas, no entanto, afirmou que o acordo inicial não está aberto à negociação.



No dia **12 de fevereiro de 2019**, a primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, pediu aos parlamentares do país que "mantenham a calma" e lhe deem mais tempo para renegociar o acordo do Brexit com a União Europeia (UE).

"As negociações estão numa fase crucial. Precisamos todos manter o sangue frio para conseguir as alterações que esta Casa pediu e concretizar o Brexit a tempo", disse May na Câmara dos Comuns, onde atualizou os parlamentares sobre o andamento das negociações com Bruxelas.

Ela propôs aos legisladores uma nova votação, em 27 de fevereiro, para decidir os rumos do divórcio, caso nenhum acordo fosse alcançado até lá.

Já no dia **14 de fevereiro de 2019**, a primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, saiu derrotada de uma votação simbólica sobre a estratégia dela em barganhar o acordo do Brexit com a União Europeia. A emenda rejeitada pelos parlamentares diminuiu o poder de barganha da então premiê.

Os parlamentares rejeitaram a moção proposta pelo governo por 303 votos a 258. O projeto pedia que eles reafirmassem o apoio aos planos de May em procurar mudanças com a União Europeia. Os defensores mais veementes do Brexit no Partido Conservador, de May, acreditavam que uma saída sem acordo deveria permanecer como alternativa. Por este motivo optaram pela abstenção.

A derrota do dia **14 de fevereiro** (não era vinculativa) não obrigava o governo a mudar de estratégia. A votação foi simbólica, mas o efeito é novamente muito desestabilizador: May não tem a confiança do parlamento para tentar uma negociação final com seus parceiros europeus. A votação alimentou a crescente frustração tanto em Bruxelas como em

Londres sobre a estratégia de May, enquanto o calendário avança para a data limite de 29 de março. O governo do Reino Unido disse, logo após a votação, que Theresa May iria continuar procurando mudanças no acordo até 29 de março – data prevista para que o Brexit, enfim, ocorra. (Professor Ticyano Lavor)

Porém, a votação negativa foi um sinal aos líderes da União Europeia de que May não conseguiria apoio parlamentar para aprovar um acordo renegociado. A UE, como estamos vendo, vem se mostrando pouco disposta em rever os termos do projeto.

A próxima data-chave para o governo seria dia 27 de fevereiro de 2019, na qual May prometeu para esse dia uma nova rodada de votações.

Já no dia **15 de fevereiro de 2019**, o governo afirmou que *"a derrota sofrida no dia 14 de fevereiro pela primeira-ministra britânica Theresa May no Parlamento, onde uma moção de apoio a sua estratégia não teve sucesso, foi apenas um tropeço e não um desastre"*, em uma tentativa de minimizar o tamanho da derrota.

No dia 17 de fevereiro de 2019, a primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, pediu aos seus deputados conservadores que deixem de lado suas "preferências pessoais" e se unam para apoiar um acordo sobre a retirada do Reino Unido da União Europeia (UE).

May enviou uma carta aos 317 deputados de seu partido para falar das divisões que há entre eurocéticos e pró-europeus sobre o Brexit, que vai se concretizar no dia 29 de março de 2019. Na carta, a primeira-ministra reconhece os diferentes pontos de vista dos deputados, mas destacou que fracassar na hora de cumprir os "compromissos necessários" para conseguir um acordo de retirada iria representar "trair" o povo do Reino Unido.

No dia **21 de fevereiro de 2019**, o então ministro britânico das Finanças, Philip Hammond, afirmou que as conversações sobre o Brexit entre Reino Unido e União Europeia (UE) registraram "avanços". Apesar da ausência de perspectiva de solução até o momento para o grande problema, a fronteira irlandesa.

Desde a rejeição de seu acordo com Bruxelas em janeiro pelos deputados britânicos, a primeira-ministra Theresa May tentava reabrir as negociações com a UE para modificar de algum modo o texto. Seu objetivo era obter "mudanças vinculantes" ao mecanismo do "backstop".

O BREXIT PODERIA SER ADIADO

Após meses dizendo que o Reino Unido precisaria deixar a UE no dia **29 de março de 2019**, May deixou em aberto, no dia **26 de fevereiro de 2019**, a possibilidade de uma curta e limitada prorrogação da data de saída. Graças a isso, no dia **27 de fevereiro de 2019**, May evitou um "confronto" com o Parlamento. Nesse dia, a primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, ganhou dos parlamentares britânicos um alívio de duas semanas, depois que eles postergaram uma possível rebelião que visava bloquear um Brexit sem acordo.

Depois que o acordo que negociei com líderes europeus foi rejeitado no dia 15 de janeiro na pior derrota parlamentar da história britânica moderna, May esperava agora levar de volta à votação um acordo de retirada revisado até o dia 12 de março.

Dessa vez May prometeu que se seu acordo for rejeitado, os parlamentares terão a chance de escolher se querem deixar a União Europeia sem um acordo ou se querem pedir ao bloco uma prorrogação do prazo de retirada.

ENQUANTO ISSO, INCERTEZA DO BREXIT AMEAÇA PROVOCAR FUGA DE EMPRESAS DO REINO UNIDO:

A Honda anunciou o fechamento da sua fábrica em Swindon, no sul da Inglaterra, onde trabalham cerca de 3.500 pessoas. Esse anúncio agravou o temor de que a incerteza provocada pela saída do Reino Unido da União Europeia desencadeie uma fuga de empresas e outras consequências econômicas negativas no país. Os planos da Honda se somam à decisão tomada pela Nissan em fevereiro de 2019 de deixar de produzir seu modelo X-Trail na Inglaterra e às advertências por parte da Ford e do grupo Jaguar Land Rover sobre os riscos de uma saída não negociada da UE.

Além das gigantes do setor automotivo, a Sony anunciou a transferência da sua sede europeia para Amsterdã, na Holanda, e a Airbus alertou que poderia deixar o Reino Unido em caso de um **Brexit** não negociado com a UE. Já a Siemens planejava reduzir seus investimentos no país. Milhares de companhias ativaram planos de contingência diante da possibilidade de que o Reino Unido rompa seus laços com Bruxelas de maneira não negociada no dia 29 de março de 2019.

12 DE MARÇO DE 2019: O PARLAMENTO BRITÂNICO REJEITOU MAIS UMA VEZ O ACORDO PROPOSTO PELA PRIMEIRA-MINISTRA THERESA MAY PARA O BREXIT

Por 391 votos contra e 242 votos a favor, o Parlamento britânico rejeitou no dia **12 de março de 2019** mais uma vez o acordo proposto pela primeira-ministra Theresa May para o Brexit, aproximando o Reino Unido de uma saída sem acordo da União Europeia no dia 29 de março, de um adiamento deste prazo, ou, embora seja uma hipótese pouco provável, até mesmo de um novo referendo.

Após a divulgação do resultado, May anunciou que no dia 13 de março haveria um debate e uma votação sobre a saída sem acordo. *"Esta é uma questão de profunda importância"*, ressaltou a primeira-ministra, que afirmou que os deputados de seu partido, o Partido Conservador, estariam liberados para votar como quiserem. Caso os deputados



rejeitassem um Brexit sem acordo, deveria haver uma votação no dia seguinte sobre a extensão do famoso **Artigo 50**, o que adiaria a saída do bloco, marcada para 29 de março.

12 DE MARÇO DE 2019: PARLAMENTO REJEITA BREXIT SEM ACORDO

O Parlamento britânico rejeitou no dia **13 de março de 2019** a possibilidade de o Reino Unido deixar a União Europeia em um Brexit sem acordo no dia 29 de março. Por 312 a 308 votos, foi aprovada uma emenda da parlamentar Caroline Spelman, que rejeita a possibilidade de um Brexit sem acordo "a qualquer momento e sob qualquer circunstância". O resultado foi considerado uma derrota para a primeira-ministra Theresa May, que propunha não tirar o chamado "no deal" da lista de possibilidades. Além da emenda, o Parlamento também votou uma moção descartando o Brexit sem acordo, desta vez por 321 votos a favor e 278 contra.

Sem um acordo fechado em mãos, mas sem aceitar a hipótese de sair sem um acordo – o que resultaria na ausência de um período de transição de 21 meses e em riscos para o comércio, imigração e saúde, entre outras áreas – o Reino Unido se encontrava em um dilema que poderia levar ao adiamento do Brexit, cuja data prevista desde o início era 29 de março de 2019, às 23 horas (no horário de Londres).

12 DE MARÇO DE 2019: O PARLAMENTO BRITÂNICO APROVA PEDIDO DE ADIAMENTO DO BREXIT À UNIÃO EUROPEIA.

O Parlamento britânico aprovou no dia **14 de março de 2019** o pedido de adiamento do Brexit à União Europeia. Na mesma sessão, os parlamentares rejeitaram uma emenda para postergar a saída do Reino Unido do bloco. Com isso, a primeira-ministra Theresa May pediria à liderança da União Europeia para que a saída definitiva ocorra em outra data – antes, a previsão (o 1º prazo) era que o Brexit ocorresse em 29 de março.

O adiamento seria o seguinte:

12 de Abril de 2019 – O BREXIT ocorreria caso o "acordo de divórcio" entre o Reino Unido e a União Européia NÃO fosse aprovado no Parlamento.

22 de maio de 2019 - O BREXIT ocorreria caso o "acordo de divórcio" entre o Reino Unido e a União Européia fosse aprovado no Parlamento.

THERESA MAY DEIXA A LIDERANÇA DO PARTIDO CONSERVADOR NO DIA 07 DE JUNHO DE 2019

No dia 07 de junho de 2019 Theresa May deixou a liderança do Partido Conservador, mas continuaria como primeira-ministra do Reino Unido até que seu sucessor fosse eleito. No entanto, antes da sua saída, May conseguiu junto à União Européia o adiamento do BREXIT para o dia **30 de junho de 2019**, e ainda, um novo adiamento para o dia **31 de outubro de 2019**.

BORIS JOHNSON É ELEITO PRIMEIRO MINISTRO DO REINO UNIDO

Em julho de 2019, o ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres **Boris Johnson** (favorável ao BREXIT) foi escolhido por mais de 92 mil membros do Partido Conservador para ser o novo primeiro-ministro do Reino Unido. Ele recebeu quase o dobro de votos do rival Jeremy Hunt. Os dois disputaram o posto durante sete semanas de campanha. Johnson prometeu tirar, com ou sem acordo, o país da União Européia até 31 de outubro de 2019, no entanto ele acabou solicitando à União Européia, um novo adiamento.

BREXIT ADIADO MAIS UMA VEZ

No dia 28 de outubro de 2019, Os países que continuarão na União Européia (UE) após a saída do Reino Unido do bloco aceitaram adiar o BREXIT até **31 de janeiro de 2020**, como havia solicitado o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson.

ELEIÇÕES NO REINO UNIDO

No dia **13 de dezembro de 2019**, as eleições para o Parlamento do Reino Unido acabaram com uma ampla vitória do Partido Conservador. O Partido Conservador conquistou 365 dos 650 assentos no Parlamento, enquanto seu principal adversário, o Partido Trabalhista, ficou com 203. Para obter a maioria, um partido precisa de 326 assentos. O resultado foi o melhor para o Partido Conservador desde eleições de Margaret Thatcher nos anos 1980 e o pior para os Trabalhistas desde a década de 1930. Boris Johnson foi mantido no cargo de primeiro-ministro do Reino Unido. Em seu discurso de agradecimento, ele disse que o governo conservador "recebeu um novo e poderoso mandato para realizar o BREXIT - e não apenas para fazer o BREXIT, mas para unir este país e levá-lo adiante". Segundo Johnson, a eleição daria a ele a "chance de respeitar a vontade democrática do povo britânico, mudar este país para melhor e liberar o potencial de todo o povo".

FINALMENTE, O REINO UNIDO SAI DA UNIÃO EUROPEIA 31 DE JANEIRO DE 2020



No dia 31 de janeiro de 2020, às 23 horas de Londres (20 horas em Brasília) passou a valer o Brexit, aprovado no plebiscito de **23 de junho de 2016**. Já durante a tarde, símbolos do Reino Unido foram retirados de órgãos da União Europeia, como o Parlamento e o Conselho Europeu, em Bruxelas, onde as bandeiras foram removidas horas antes da saída oficial. O Reino Unido se tornou o primeiro país a deixar a UE desde sua criação. Em um pronunciamento uma hora antes da saída oficial, o primeiro-ministro **Boris Johnson** afirmou que o Brexit "não é um fim, mas um começo" e "um momento de renovação e mudança nacional".

"Este é o momento quando começamos a nos unir e passamos de fase", disse ainda, em tom otimista. "Este é o início de uma nova era na qual não aceitamos mais que as chances de sua vida – as chances da vida da sua família – dependam de que parte do país você cresceu". O primeiro-ministro disse ainda que o bloco europeu se desenvolveu de uma forma que não serve mais para o Reino Unido, mas que a intenção é manter uma boa relação, mesmo fora da UE.

No Dia do Brexit, britânicos saíram às ruas para comemorar (ou lamentar) a separação e lotaram a Parliament Square, em Londres, onde se concentrou a festa do movimento Leave Means Leave. Em muitos pubs, com decoração lotada de bandeiras brancas, azuis e vermelhas do Reino Unido, grandes grupos também celebraram.

Mas a saída oficial não significa que os britânicos não estariam mais conectados ao bloco europeu de um dia para o outro.

Durante 11 meses, as duas partes ainda teriam um período de transição, em que vários detalhes do relacionamento entre elas seriam negociados. Entre os mais importantes estão:

- Circulação de cidadãos europeus e britânicos entre Reino Unido e União Europeia (incluindo regras de habilitação e passaportes de animais)
- Permissões de residência e trabalho para europeus no Reino Unido e britânicos na UE.
- Comércio entre Reino Unido e União Europeia, tarifas de importação, livre circulação de mercadorias.
- Questões de segurança, compartilhamento de dados e segurança
- Licenciamento e regulamentação de medicamentos
- Circulação de alimentos

Destas, a questão mais importante, sem dúvida, é a comercial, já que a UE respondeu por 49% das negociações do Reino Unido em 2019.

O que explica a crise tripla enfrentada pelo Reino Unido

18 outubro 2021

Um ano e meio depois do surgimento da pandemia de covid-19, os britânicos parecem estar próximos de mais um inverno bastante difícil.

Os números diários de infecções têm se mantido na casa dos 35 mil, o que colocou as autoridades em alerta e voltou a colocar a palavra "restrições" nas mesas de debate.

Além disso, o Reino Unido enfrenta o aumento da inflação e uma crise energética, que está afetando as contas de milhares de lares, que já viram reajustes em suas faturas.

Para completar, o país enfrenta uma escassez de produto e de trabalhadores – o caso mais emblemático disso é a falta de motoristas de caminhões, o que provoca desabastecimento nos supermercados e longas filas para colocar gasolina nos postos de combustíveis.

Economia do Reino Unido supera nível pré-pandemia em novembro

Depois de ter uma das maiores perdas do mundo em 2020, a economia britânica cresceu 0,9% no penúltimo mês de 2021.

Reuters - 14 de janeiro de 2022

A economia do Reino Unido cresceu com força em novembro para finalmente ultrapassar seu tamanho visto pouco antes do primeiro lockdown contra a Covid-19, mostraram dados oficiais hoje (14).

A quinta maior economia do mundo cresceu 0,9% em novembro – antes da última onda de infecções por Covid-19 e restrições para muitas empresas –, leitura muito maior do que o esperado e que a deixa 0,7% acima do patamar registrado em fevereiro de 2020, disse a agência de estatísticas britânica.

Economistas consultados pela Reuters projetavam crescimento de 0,4% do PIB (Produto Interno Bruto) em novembro.

"É fantástico ver o tamanho da economia de volta a níveis pré-pandemia em novembro – prova da determinação e coragem do povo britânico", disse o ministro das Finanças, Rishi Sunak.

A economia britânica encolheu mais de 9% em 2020, uma das maiores perdas entre os países ricos do mundo devido à pandemia.

2.16 – O FIM DA “ERA MERKEL”

Ângela Merkel: a líder prática e conciliadora que marcou o início do século.

BBC – 26/09/2021

Entre os vários choques políticos que atingiram a Europa neste início de século 21 – da crise econômica que abalou o euro à saída do Reino Unido da União Europeia, o chamado Brexit –, poucos foram tão previsíveis e geraram tanta ansiedade como o fim da era Merkel na Alemanha.

Em outubro de 2018, veio o anúncio daquilo que todos sabiam que aconteceria um dia: Angela Merkel deixaria a chefia do governo alemão em 2021.

“Eu não vou buscar nenhum posto político depois que meu mandato acabar”, disse a alemã, em entrevista coletiva. “Chegou a hora de abrir um novo capítulo.”

A ansiedade veio em seguida, ao lado de muita especulação. Afinal, Merkel, para o bem e para o mal, era garantia de significativas segurança e estabilidade.

Crises de refugiados, terrorismo, separatismos, extremismos – tudo que a União Europeia temia parecia ser mais contornável nas mãos da poderosa chanceler alemã.

Chegado o momento da despedida, após 16 anos no comando da maior economia europeia, é possível ter uma ideia ainda mais clara de como e por que Merkel tornou-se a mais importante figura política do continente – a ponto de muitos temerem o futuro sem a sabedoria de sua liderança.

Origens no comunismo

Uma das maiores qualidades políticas de Angela Merkel sempre foi sua capacidade de navegar entre opositos e mediar conflitos políticos, numa era em que os extremos ganham cada vez mais espaço.

Tal habilidade está diretamente ligada a sua origem: criada na comunista Alemanha Oriental, num ambiente familiar cristão luterano, ela foi uma jovem universitária num ambiente que promovia o marxismo e as ligações com a União Soviética.

Em tal realidade, ela estudou física, concluiu um doutorado em química quântica e estudou russo, adquirindo completo domínio da língua que na época era associada ao comunismo.

Vinda da chamada Cortina de Ferro e criada num ambiente luterano, Merkel faria carreira política na unificada Alemanha dentro da democracia cristã.

Seria uma líder conservadora com um olhar atento a questões sociais, tendo desde o início de sua carreira a capacidade de equilibrar diferentes interesses e necessidades.

Nascida em 17 de julho de 1954, em Hamburgo (então Alemanha Ocidental), com o nome de Angela Kasner, sua mudança para o lado oriental ocorreu quando tinha apenas três meses de idade, e seu pai aceitou a missão de assumir um cargo de pastor em Perleberg.

A futura líder alemã passou sua juventude, foi estudante universitária e iniciou carreira científica no Estado comunista.

Cristã dedicada, foi casada por pouco tempo – a união em 1977 com o colega de universidade Ulrich Merkel, que lhe deu o nome com o qual ganharia poder e fama, terminou em divórcio após quatro anos.

Angela Merkel integrou o movimento por democracia na Alemanha Oriental. Sua carreira política, no entanto, somente teria início após a queda do Muro de Berlim, em 1989.

Num período de transição, ela atuou como porta-voz do governo alemão-oriental, após a realização de eleições democráticas.

Em 1990, porém, a Alemanha finalmente voltaria a ser um só país. Dois meses antes da reunificação, Merkel passou a integrar o partido governista conservador CDU, a União Democrata Cristã – um caminho que respeitava sua origem familiar luterana.

Na época o partido era liderado pelo chanceler Helmut Kohl, um gigante da política europeia que entrou para a história como um símbolo do fim da divisão alemã e da Guerra Fria.

Merkel avançou dentro da legenda, ocupando os cargos de ministra das Mulheres e da Juventude (1991 a 1994) e do Meio Ambiente (1994 a 1998).

Em 1998, a CDU perdeu as eleições para os social-democratas, e Kohl foi substituído como chanceler por Gerhard Schröder.

Já fora do comando do partido, em 1999, Kohl foi atingido em cheio por um escândalo de financiamento partidário ilegal.

Merkel destacou-se na época, ao pedir publicamente que Kohl, ainda integrante do Parlamento, renunciasse a sua cadeira e colocasse um fim a sua carreira política – o que ele só faria em 2002.

Em 2000, Merkel tornou-se líder da CDU – fato marcante para um partido cristão, associado a valores familiares e que passou a ser comandado por uma mulher divorciada e sem filhos.

Após cinco anos na oposição, os democratas-cristãos voltaram ao poder em 2005, e Angela Merkel iniciou sua longa carreira como chanceler.

Foi a primeira mulher a comandar o país, que pela primeira vez tinha como chefe de governo alguém criado sob o comunismo do lado oriental.

Sua vitória foi histórica para a Alemanha, e sua longa permanência no cargo seria marcante para a Europa e o resto do mundo.

Convivência com adversários

Merkel chegou ao poder aos 51 anos, numa época de crescimento econômico global, mas dificuldades na economia alemã, que tentava se modernizar por meio de reformas estruturais.

A geopolítica era marcada por tensões e crises provocadas pela chamada Guerra ao Terrorismo, iniciada pelos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro de 2001.

A capacidade de Merkel de equilibrar diferentes pressões políticas foi testada logo de início.

Após um resultado indefinido no pleito de 2005, Merkel só conseguiu ocupar o posto de chanceler ao fazer um governo de coalizão com seus históricos adversários, o SPD, partido social-democrata.

Sob o comando de Gerard Schröder, os social-democratas eram governo havia sete anos e, ironicamente, foram os responsáveis por implementar reformas para enxugar o Estado de bem-estar social do país.

No médio e longo prazos, as reformas criaram condições para uma queda sistemática do desemprego, mas inicialmente a taxa subiu – ultrapassando 11% em 2005 –, o que dificultou a vida de Schröder nas urnas.

Derrotado numa eleição apertada, o SPD perdeu o posto de chanceler, mas não saiu do governo.

O acordo de coalizão deu aos social-democratas oito ministérios, incluindo alguns dos postos mais importantes, como o das Finanças, o do Exterior, o da Saúde e o do Meio Ambiente.

A CDU de Merkel, a nova chanceler, ficou com apenas seis, incluindo Defesa, Justiça e Educação.

"Nós queremos fazer com que as coisas avancem neste país. É por isso que eu me refiro a uma coalizão de novas possibilidades", afirmou na época a recém-empossada chefe de governo.

Estava assim consolidada uma das principais características de Merkel: o pragmatismo. Ela provou ser capaz de dialogar com adversários e se adaptar a situações adversas, inclusive governando com adversários.

Merkel parecia disposta a fazer o possível para fazer o acordo dar certo e, com isso, solucionar os problemas nacionais mais urgentes.

Em seu primeiro discurso no Parlamento, conhecido como Reichstag, ela deixou clara sua prioridade: "Vamos soltar os freios do crescimento".

A coalizão que governou a Alemanha entre 2005 e 2009 acabou sendo chamada por muitos de um governo de "direita-esquerda", em que a chanceler buscava promover crescimento econômico e abraçou políticas progressistas. Entre elas, o abandono da energia nuclear, exigido pelo SPD e pelo Partido Verde, também membro da grande coalizão.

Apesar da oposição da CDU e da própria Merkel, o governo alemão anunciou que fecharia suas usinas nucleares em 2021, atendendo a um desconforto da opinião pública alemã que vinha desde o acidente em Chernobyl, na Ucrânia, em 1985.

Administrar os interesses da CDU e do SPD não era fácil, mas Merkel mostrou notável habilidade.

"Após tomar posse como líder do governo da grande coalizão em 2005, Merkel tem tido que trabalhar duro para achar um denominador comum entre dois partidos que têm brigado durante a maior parte dos últimos 60 anos", escreveu a rede alemã Deutsche Welle em junho de 2007.

O noticiário alemão usou essas palavras para anunciar que Merkel havia conseguido o que parecia impossível: um acordo entre os dois partidos para a expansão do um salário mínimo na Alemanha.

O SPD pressionava pela adoção de um mínimo nacional, enquanto a CDU de Merkel rejeitava a ideia.

Até então válido apenas na construção civil e trabalhadores de limpeza, as legendas concordaram que a medida passasse a valer para ao menos dez novas áreas da economia.

No cenário internacional, Merkel foi reconhecida por sua liderança logo de início.

Em agosto de 2006, a revista Forbes a escolheu como a mulher mais poderosa do mundo – escolha que a publicação repetiria, seguidamente, pelos próximos três anos.

"Desde que tomou posse, Merkel conquistou respeito no cenário mundial e apelo popular na Alemanha por sua discreta diplomacia", escreveu a Forbes no texto que acompanhava a lista das mais poderosas mulheres.

No ano seguinte, poucos dias antes de obter o acordo pelo salário mínimo, seu poder de negociação e persuasão foi conhecido por outras lideranças internacionais.

Como anfitriã da reunião do G-8 de 2007, em Heiligendamm, na Alemanha, Merkel conseguiu um acordo inicial pelo combate às mudanças climáticas, convencendo o então presidente americano, George W. Bush, a finalmente se aproximar da causa, que antes rejeitava.

"O melhor que nós poderíamos conseguir foi conseguido", disse Merkel na época, segundo a Deutsche Welle.

Popularidade

Os quatro anos de convívio com os adversários social-democratas levou muitos a questionar as verdadeiras credenciais conservadoras de Merkel.

Estaria a ex-cidadã da Alemanha Oriental se aproximando demais da esquerda?

Na verdade, o realismo imposto pela coalizão com a centro-esquerda foi positivo para a chanceler.

Seu governo "direita-esquerda" mostrou que Angela Merkel sabia como agradar a gregos e troianos – ou seja, alemães de todos os campos políticos.

Ela evitou ser demonizada como uma conservadora neoliberal, sem perder o apoio tradicional de sua base partidária.

Na prática, ela carregou sua CDU na direção do centro, o que serviu como uma boa preparação de terreno para as eleições que ocorreriam em 2009.

Merkel acumulou popularidade por meio de sua capacidade e disposição de explicar temas complexos, além de se mostrar determinada e capaz diante de grandes desafios, como a economia.

A chanceler e sua coalizão foram bem-sucedidos em atacar os problemas econômicos do país – o desemprego logo caiu, de 12% no começo de 2006, para 9% em meados do ano seguinte.

Em setembro 2008, no entanto, veio a falência do banco americano Lehman Brothers, que marcou a explosão da crise financeira global – que se tornaria uma crise econômica, social e política internacional, com recessão global e uma situação dramática em partes da Europa.

A liderança de Merkel nos dois primeiros anos da crise foi bem avaliada pela opinião pública alemã.

Mesmo com o Produto Interno Bruto (PIB) despencando 5,7% em 2009, a taxa de desemprego ficou praticamente a mesma do ano anterior – 7,74% em 2009, contra 7,53% em 2008.

Apesar de o ministro das Finanças do governo de coalizão, Peer Steinbrück, ser do SPD, Merkel foi a mais beneficiada por tal desempenho.

Na época das eleições parlamentares de setembro de 2009, sua taxa de aprovação era de 60%.

Essa força traduziu-se em votos nas urnas. Sua CDU ficou em primeiro lugar e desta vez conseguiu formar uma coalizão com alinhamento ideológico, de centro-direita, com a CSU (União Social Cristã da Bavária) e o FDP (Partido Democrático Livre).

Em sua primeira análise após os resultados, a BBC News trouxe a avaliação de Detmar Doering, do Instituto Liberal. Ele destacava o pragmatismo de Merkel, que inspirava confiança no eleitorado.

"Os eleitores alemães não são estúpidos – eles não querem uma Britney Spears como chanceler da Alemanha, eles querem uma líder séria em quem eles possam confiar. Merkel sabe o que ela está fazendo."

Num governo de unidade ideológica, formado por partidos conservadores, a chanceler ficou autorizada a governar mais de acordo com suas crenças e preferências.

A vítima mais proeminente dessa nova realidade política foi o plano de fechar as usinas nucleares do país, caminho tomado sob influência dos social-democratas e verdes que participavam do primeiro governo Merkel.

Em agosto de 2010, a chanceler anunciou uma revisão da medida: as 17 usinas nucleares do país seriam prorrogadas por mais 15 anos além de 2021, ano em que seriam inicialmente interrompidas.

"A energia nuclear é desejável como uma tecnologia transitória", disse a alemã na época. A decisão tinha o apoio do FDP, partido de centro-direita que compunha o governo.

Como informou o jornal britânico The Guardian, porém, a medida era impopular: segundo uma pesquisa da época, 56% dos alemães eram contra estender a vida útil das usinas, por medo de acidentes e ações terroristas.

Crise europeia

Até 2009, a crise financeira era sentida a nível nacional, e Merkel passara no teste.

Seus desdobramentos, porém, levariam a uma recessão global e uma crise continental.

A chanceler teve de assumir um papel que ainda não exercera plenamente: o de líder europeia. À frente da maior economia do continente, Merkel assumiu a liderança nas decisões da União Europeia.

A chanceler tornou-se a cara da crise financeira na Europa, em seus aspectos positivos e negativos. Do lado positivo, a alemã sabia de sua responsabilidade: precisava encontrar soluções para os maiores desafios econômicos vividos pelo bloco até então.

Do negativo, também sabia que suas decisões teriam de considerar os interesses dos alemães – o que associou seu nome, na cabeça de muitos, à fria imposição de medidas com altos custos sociais para as nações menos desenvolvidas da União Europeia.

Os maiores desafios econômicos estavam nos países-membros que, nas duas décadas anteriores, haviam desfrutado de admiráveis saltos econômicos e elevação do padrão de vida de suas populações.

Grécia, Espanha, Irlanda, Itália e Portugal haviam se tornado, em pouco tempo, forças econômicas alimentadas por dívidas. Suas riquezas dependiam da continuação da desenfreada ciranda financeira, que parecia ter chegado ao fim com a crise das hipotecas, que levou à crise das dívidas.

A partir de maio de 2010, o bloco socorreu esses países-membros, por meio da Facilidade Europeia para Estabilidade Financeira (EFSF) – outros mecanismos viriam nos anos seguintes, somando centenas de bilhões de euros.

Em pouco tempo, Merkel passou a ser vista com desconfiança, criticada e até mesmo odiada por muitos.

Na Alemanha, parte da imprensa e da opinião pública reclamava que o país tivesse de pagar para retirar a Grécia da crise. Isso, entretanto, não impediu que em outubro de 2011 Merkel conseguisse aprovar no Parlamento – por 503 votos a 89 – a participação alemã na ajuda a nações europeias.

Dois meses depois, num discurso no Reichstag, ela justificou e defendeu a liderança alemã no processo de socorro a países-membros da Zona do Euro. "Criar uma Europa estável de forma duradoura é a tarefa histórica da atual geração de políticos", disse a chanceler.

Já na Grécia, a imposição de cortes drásticos nos gastos públicos, como contrapartida para a oferta da ajuda financeira, fez com que o rosto de Merkel se tornasse presença constante em protestos violentos em Atenas.

Muitas vezes, seu nome e foto eram associados à palavra "nazista" e à suástica, símbolo do regime nazista de Adolf Hitler.

Para os manifestantes gregos, Merkel representava a opressão da União Europeia sobre integrantes mais frágeis do bloco.

Em outubro de 2012, Merkel visitou a Grécia, o que levou dezenas de milhares às ruas da capital grega para protestar contra sua presença.

"Merkel tornou-se uma figura odiada na Grécia, devido aos cortes de gastos impostos sobre o país em troca dos prometidos empréstimos e alívio de dívida no valor de 347 bilhões de euros", escreveu a rede francesa France 24 durante a visita.

Determinada, Merkel afirmou em Atenas: "Estou profundamente convencida de que este duro caminho vale a pena, e a Alemanha quer ser um bom parceiro. Muito já foi conseguido. Ainda há muito a fazer, e Alemanha e Grécia trabalharão juntas de forma muito próxima".

Apesar do remédio amargo contra a crise, Merkel, sua Alemanha e a União Europeia conseguiram o que chegou a parecer impossível: evitar que a Grécia deixasse a Zona do Euro.

Com isso, a chanceler foi creditada com o feito de ter salvado a moeda única europeia, o que até mesmo um de seus ferrenhos críticos na época, o economista socialista grego Yanis Varoufakis, admite ser verdade.

"É verdade que, no final, ela foi responsável por manter a Zona do Euro unida, porque, se a Grécia tivesse saído, eu não acreditava que teria sido possível mantê-la", disse Varoufakis, em setembro de 2021, à correspondente Katya Adler, da BBC News.

Varoufakis, porém, questionou o que chamou de falta de plano para o futuro da união monetária.

"Ela nunca teve uma visão sobre o que fazer com a Zona do Euro depois que ela a tivesse salvado, e a maneira com que ela a salvou tornou-se muito desagregadora. Tanto dentro da Alemanha como dentro da Grécia."

Terceira vitória

Com a crise das dívidas na Europa encaminhada, embora longe de estar completamente resolvida, Angela Merkel disputaria uma nova eleição geral em setembro de 2013.

Dois anos antes, longe dali, uma tragédia de grandes proporções ajudaria a chanceler em seu caminho rumo a mais uma vitória nas urnas.

Em março de 2011, um terremoto próximo ao litoral do Japão causou um enorme tsunami, cujas ondas gigantes atingiram o reator nuclear de uma usina em Fukushima.

O desastre nuclear, em que o vazamento de radiação levou à evacuação de mais de 150 mil habitantes, teve um impacto imediato na chanceler alemã.

Apenas quatro dias depois do acidente, Merkel anunciou o fechamento de 7 das 17 usinas nucleares da Alemanha – as que começaram a operar antes do fim de 1980.

A decisão da chanceler expôs outra de suas habilidades políticas: a de mudar de opinião diante de uma nova realidade e da pressão da opinião pública.

Logo depois do acidente no Japão, dezenas de milhares de alemães realizaram protestos contra a decisão de Merkel, de 2010, de adiar por ao menos 15 anos o fechamento das usinas do país.

Segundo a Deutsche Welle informou, em 15 de março de 2011, "até 80% dos alemães são agora contra a decisão de Merkel de estender a energia nuclear, enquanto 72% dizem que os sete mais velhos reatores da Alemanha precisam ser fechados imediatamente".

A decisão não foi resultado de consultas da chanceler e consenso entre partidos, como em outras oportunidades.

Merkel mostrou saber tomar uma atitude vital sozinha e rapidamente, como lembrou o jornalista Jens Thurau, da Deutsche Welle.

"Tendo construído uma reputação de sempre buscar o consenso, ela decidiu sozinha colocar um fim à energia nuclear na Alemanha. Contra os desejos de seu partido, para o horror do setor de energia e do partido da coalizão liberal."

Ciente do estado de espírito da opinião pública, a chanceler deu um passo a mais em outubro de 2011, ao anunciar a decisão de fechar todas as usinas nucleares até 2022.

O governo prometeu apostar ainda mais em fontes de energia renováveis – e Merkel eliminou um potencial problema para sua campanha eleitoral em busca de um terceiro mandato, no pleito de 2013.

Admirada pela população e com bons resultados a exibir, Merkel chegou com força à disputa eleitoral.

A economia, em especial, ia relativamente bem. É verdade que, após dois anos de forte recuperação em 2010 e 2011, o PIB quase não crescia – 0,4% em 2012 e 0,4% em 2013. O desemprego, no entanto, continuava caindo, chegando a 5,2% no ano do pleito.

Resultado: o partido de Merkel venceu as eleições parlamentares, novamente seguido pelo SPD, agora liderado por Steinbrück, seu antigo ministro das Finanças.

As características do parlamentarismo, porém, fizeram com que Merkel tivesse que, mais uma vez, governar com seus adversários.

Seu antigo parceiro de governo, o FDP, foi tão mal que ficou fora do Parlamento, o que obrigou a chanceler a costurar uma nova coalizão com o SPD.

Com uma diferença: os social-democratas tinham menos poder de barganha que em 2005 e tiveram uma participação bem menor no governo.

Após três meses de negociações, o terceiro mandato de Merkel como chanceler começou em dezembro de 2013.

A líder alemã novamente seguiu na direção da centro-esquerda, aceitando medidas de caráter social exigidas pelo SPD – como um salário mínimo nacional para todos.

O pêndulo político de Merkel continuou a balançar, testando sua grande capacidade de navegar por diferentes campos da política.

Imigração e terrorismo

Em sua nova convivência com seus adversários social-democratas no governo, Merkel continuou equilibrando-se bem.

Em abril de 2014, ela cumpriu um dos principais pontos do acordo de coalizão com o SPD ao aprovar a adoção do salário mínimo nacional - na época, de 8,50 euros por hora.

Apesar de contrariedade aos desejos do partido, a medida reforçava a imagem "direita-esquerda" que ajudou a manter a chanceler por tantos anos no poder.

Sua capacidade de lidar com problemas de forma humana ficou ainda mais visível em 2015, em meio à crise europeia de refugiados.

Uma onda migratória sem precedentes, intensificada pela guerra civil na Síria que levaria à saída de mais de 6 milhões de sírios de seu país, fez com que centenas de milhares de pessoas chegassem às fronteiras da Europa.

Com a Alemanha recebendo um grande número de refugiados e diante do que parecia ser uma situação sem solução, Merkel pronunciou uma frase que entraria para a história: "Wirschaffen das" – "Nós conseguimos fazer isso", ou simplesmente "Nós damos um jeito", disse ela em 31 de agosto de 2015.

A frase referia-se a como a chanceler pretendia cumprir o que acabara de prometer: receber todos os refugiados do conflito sírio que quisessem entrar e viver na Alemanha.

Ela alegou tratar-se de uma situação excepcional e conclamou outras nações europeias a também abrirem suas fronteiras aos refugiados.

"Se a Europa fracassar na questão dos refugiados, sua conexão próxima com direitos civis universais será destruída", disse ela, citada pelo jornal The Guardian.

Merkel previu que, até o fim de 2015, o país receberia cerca de 800 mil refugiados. Recebeu cerca de 1 milhão.

A decisão de Merkel foi polêmica na Alemanha, e muitos passaram a temer um crescimento da popularidade de movimentos de extrema-direita nacionalista que se opunha à chegada e permanência de imigrantes.

Nas primeiras horas de 2016, uma série de incidentes em cidades alemãs deu munição aos críticos da chanceler.

Durante as festas de rua para marcar a chegada do novo ano, centenas de mulheres foram atacadas sexualmente, incluindo casos de estupro.

As primeiras denúncias sobre ataques vieram de Colônia, onde centenas de incidentes foram registrados, a maioria em torno da catedral da cidade, durante a queima de fogos.

A prefeita de Colônia, Henriette Reker, chamou os crimes de "monstruosos".

Outras cidades, como Frankfurt, Düsseldorf e Hamburgo, também registraram agressões de natureza sexual.

Segundo relatos, os criminosos eram aparentemente de origem africana ou árabe e estariam embriagados, o que reforçava o temor de muitos de que imigrantes não conseguiram se integrar à sociedade alemã.

Merkel sentiu a pressão, evidenciada em protestos contra imigração dias após os incidentes.

Em janeiro de 2016, a chanceler propôs leis mais duras para expulsar do país refugiados que cometessem crimes - até então, apenas aqueles condenados a ao menos três anos de prisão eram enviados a seus países de origem.

O tema, no entanto, abalou a confiança de muitos alemães em Merkel.

Segundo pesquisa do instituto Infratestdimap, publicada pela Deutsche Welle em setembro de 2016, cerca de 45% da população aprovava o trabalho da chanceler, o mais baixo número desde 2011.

O levantamento também apontava o avanço do partido Alternativa para a Alemanha (AfD), de extrema-direita e cujo discurso estava concentrado na imigração.

Ao final de 2016, o debate ficou ainda mais acirrado depois que um militante do grupo conhecido como Estado Islâmico dirigiu um caminhão contra um mercado de Natal em Berlim.

O ataque deixou 12 mortos. O motorista, o tunisiano Anis Amri, foi morto pela polícia italiana a tiros, dias depois, na cidade italiana de Milão, após ter sido procurado por toda a Europa.

A tensão na Alemanha em torno da questão migratória continuou. Em junho de 2019, o político Walter Lübke, do partido de Merkel, foi assassinado por um extremista de direita, que confessou o crime.

Pesquisas de opinião mostraram que, entre 2014 e 2018, a imigração era considerada pelos alemães o maior problema do país - liderando com quase 70% das respostas em 2016.

Merkel, porém, nunca se arrependeu de sua arriscada decisão política.

A preocupação com a imigração caiu, e em 2019 o tema perdeu para as mudanças climáticas o título de maior temor nacional - em 2020, ambos ficaram atrás da Covid-19.

Um estudo do alemão IAB (Instituto para o Mercado de Trabalho e Pesquisa Vocacional), do início de 2020, mostrou que 49% dos refugiados que chegaram à Alemanha a partir de 2013 haviam conseguido um emprego estável após até cinco anos desde sua entrada no país.

A integração de refugiados, de acordo com o estudo, era possível e estava ocorrendo.

Último mandato

Por várias vezes, analistas previram que Merkel poderia pagar um preço alto demais por sua aposta em favor dos imigrantes - inclusive ser retirada do poder.

Veio então o pleito de 2017, e Angela Merkel conseguiu assegurar mais uma vitória para sua democracia-cristã.

Foi, porém, um sucesso parcial. Apesar do quarto mandato, Merkel viu seu bloco formado por CDU e CSU obter seu pior resultado nas urnas em 70 anos.

Além disso, a extrema-direita, representada pelo AfD, conseguiu chegar ao Parlamento pela primeira vez, confirmado as previsões de muitos analistas sobre seu fortalecimento.

Na hora de formar o governo, pela terceira vez — a segunda seguida —, a chanceler teve de contar com os social-democratas para compor uma coalizão - confirmada apenas em março de 2018, após cinco meses de difíceis negociações.

Com gosto de despedida, o quarto e último mandato de Merkel acabou marcado pelo avanço de forças antes marginais na política alemã e o enfraquecimento dos blocos tradicionais.

O Partido Verde, à esquerda, e o AfD, à direita, ganhavam terreno em pleitos regionais, enquanto CDU e SPD sentiam a pressão causada pela perda de apoio.

Covid-19

A pandemia de Covid-19, a partir do início de 2020, trouxe um novo e gigantesco desafio.

Na batalha contra o coronavírus, a chanceler viveu momentos de grande sucesso e admiração, em que os números alemães mostravam-se muitos mais auspiciosos que os de outras nações desenvolvidas, e outros de ceticismo e críticas, quando a doença avançava e testava a resistência de técnicos e políticos.

Entretanto, o país experimentou lentidão no processo de vacinação da população e os números de internação hospitalar e de falecimentos chegaram a níveis comparáveis, e em alguns casos superiores, ao de países severamente atingidos inicialmente como Espanha, França e Itália.

Em abril de 2021, uma pesquisa da Deustchlandtrend mostrou que apenas 35% dos alemães apoiavam a atuação da chanceler, índice que era de quase 70% seis meses antes. Nada menos que 64% diziam-se insatisfeitos.

Angela Merkel, no entanto, continuava como uma referência segura de estabilidade para temas complexos, especialmente no campo internacional.

As negociações entre a União Europeia e o Reino Unido em torno do Brexit e as tumultuadas relações com o presidente americano, Donald Trump, marcaram os últimos anos de Merkel como chanceler.

Em agosto de 2021, ela fez uma visita de despedida ao presidente russo, Vladimir Putin, com quem sempre teve um trânsito facilitado devido ao passado de ambos - ela fluente em russo, e ele com domínio equivalente do alemão.

Merkel defendeu o dissidente russo Alexei Navalny e pediu sua libertação, solicitação rejeitada por Putin.

O respeito mútuo, no entanto, era visível no encontro, indicativo de quanto a influência de Merkel se estendeu ao longo de 16 anos no poder, tanto no Ocidente como no Oriente.

Imagen positiva

Na Europa, continente que ela acabou informalmente liderando, Merkel deixou uma imagem positiva.

Estudo do Conselho Europeu em Relações Estrangeiras, publicado em setembro de 2021, mostra que os cidadãos de 12 nações da União Europeia - incluindo França, Holanda, Suécia, Espanha, Itália e a própria Alemanha - admiram e concordam com o caráter político conciliador e cuidadoso da chanceler.

Apresentada em oposição ao francês Emmanuel Macron, cujo estilo de liderança envolve propostas de mudanças rápidas e abrangentes, Merkel apareceu como favorita para um fictício cargo de "presidente europeia".

Um total de 41% dos entrevistados pelo instituto votariam em Merkel, contra apenas 14% que escolheriam Macron.

Aparentemente confortável diante do seu histórico e seu legado, a primeira mulher a governar a Alemanha deixou transparecer, a poucas semanas de deixar o cargo, um lado pouco conhecido de sua atuação.

Em um evento em Düsseldorf, no início de setembro de 2021, Merkel apresentou-se, pela primeira vez, como feminista.

"Essencialmente, é sobre o fato de que homens e mulheres são iguais, no sentido de participação na sociedade e na vida em geral", afirmou a chanceler. "E, nesse sentido, posso dizer: 'Sim, eu sou uma feminista'."

Com a fala, a líder alemã adicionou mais uma característica a tantas que, durante 16 anos, marcaram sua passagem pelo topo do poder na Alemanha e no mundo. Angela Merkel deixa o comando de seu país com lugar garantido na história, como uma das mais importantes líderes do século 21.

2.17 – A CRISE NO AFGANISTÃO.

Afeganistão: após retirada americana, país começa o ano com mulheres em risco, milhões passando fome e ameaça constante do Estado Islâmico

Talibã tomou o poder há pouco mais de quatro meses e perspectivas para a população são desalentadoras.

Por g1 - 05/01/2022

Com o Talibã no governo há pouco mais de quatro meses, o Afeganistão chega a 2022 enfrentando uma grave crise financeira, com a fome assolando uma enorme parcela de sua população, acusações de execuções e desrespeito às promessas de melhor tratamento às mulheres, além de ameaças de conflitos com o Estado Islâmico.

o mesmo tempo, o novo governo se empenha em reconstruir relações internacionais e apela pelo fim das sanções dos EUA e de outros países.

"Tornar o Afeganistão instável ou ter um governo afegão fraco não é do interesse de ninguém", disse o ministro das Relações Exteriores afegão, Amir Khan Muttaqi, à Associated Press, em 13 de dezembro.

A situação da população é considerada tão crítica que o Banco Mundial informou no dia 10 de dezembro que doadores internacionais concordaram em arrecadar US\$ 280 milhões para fornecer assistência humanitária. O dinheiro do Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão (ARTF) será destinado à Unicef e ao Programa Mundial de Alimentos, segundo um comunicado.

Dois dias depois, a Índia enviou cerca de duas toneladas de medicamentos em um voo especial, que retornou a Cabul depois de transportar até Nova Déli indianos e afegãos membros de minorias. O Talibã agradeceu a doação e disse que espera que outros países façam o mesmo.

Fome

O Programa Mundial de Alimentação (WFP, na sigla em inglês), da Organização das Nações Unidas, estima que mais da metade da população do Afeganistão vive abaixo da linha da pobreza, e a insegurança alimentar - que é a falta de acesso a suprimentos básicos de nutrição - está aumentando, muito devido à instabilidade política, social e econômica que atinge comunidades inteiras.

O WFP afirma que ao menos 22,8 milhões de pessoas, de um total de quase 35 milhões de habitantes, são afetadas pela insegurança alimentar no país, incluindo as centenas de milhares que tiveram de fugir de conflitos desde o início deste ano.

Mulheres

Ao assumir o poder, o Talibã prometeu que desta vez o tratamento dado às mulheres seria menos rígido do que da outra vez que governou o país, entre 1996 e 2001, quando elas foram impedidas de trabalhar e estudar e eram obrigadas

a usar burcas que cobriam completamente seus corpos, da cabeça aos pés. Também havia apedrejamento de mulheres acusadas de adultério.

Um porta-voz do grupo chegou a conceder uma entrevista a uma jornalista que não usava burca, na qual afirmou que as mulheres poderiam trabalhar. Ainda em agosto, o Talibã também anunciou que elas poderiam estudar em universidades, mas longe dos homens – aulas mistas seriam proibidas, assim como nas escolas primárias e secundárias.

Na prática, porém, o discurso não se concretizou. O grupo determinou que todas as mulheres, exceto as do setor público de saúde, se afastassem do trabalho até que a “segurança do país” melhorasse.

O novo governo substituiu ainda o Ministério dos Assuntos da Mulher pelo Ministério da Virtude, o mesmo departamento responsável, até o início dos anos 2000, por enviar a polícia religiosa às ruas para fazer cumprir uma interpretação radical da lei Sharia (lei islâmica).

Duas afegãs que falaram ao **g1** relataram as barreiras encontradas para voltar às escolas. Uma diretora de uma escola em Cabul afirmou que membros do Talibã estavam indo à porta do local e faziam muitas perguntas, intimidando funcionárias e estudantes. A outra disse ter medo de sair às ruas e de mandar sua filha para as aulas.

Algumas meninas recorrem a aulas clandestinas para continuar a aprender, já que, segundo reportagem da Deutsche Welle, em algumas cidades, as garotas não podem frequentar a escola depois da sexta série e, em algumas áreas, as meninas mais velhas não podem sentar-se com alunos do sexo masculino.

A BBC ouviu professoras e meninas de 13 províncias, e em todas elas as aulas para jovens do sexo feminino estão suspensas, apesar das promessas do Talibã de que não seriam interrompidas.

As autoridades evitaram anteriormente confirmar que se tratava de uma proibição total. No entanto, em uma entrevista à BBC, o vice-ministro da Educação em exercício, Abdul Hakim Hemat, confirmou que as meninas não teriam permissão para frequentar a escola secundária até que uma nova política educacional fosse aprovada no ano novo.

Em novembro, o governo anunciou que jornalistas e âncoras de telejornais só poderão continuar no ar se usarem um hijab – espécie de lenço islâmico cobrindo a cabeça. Já filmes e dramas televisivos com mulheres no elenco não podem mais ser exibidos nas emissoras de TV afegãs.

O mais recente anúncio feito pelo Talibã em relação às mulheres, no início de dezembro, finalmente pareceu ser positivo: o governo publicou um decreto afirmando que “Uma mulher não é uma propriedade, mas um ser humano nobre e livre; ninguém pode dá-la a ninguém em troca de paz... ou para por fim à animosidade”.

Na prática, isso significa que uma mulher precisa consentir para se casar, que ela não pode ser obrigada a fazê-lo. Além disso, viúvas devem ter sua parcela da herança do falecido marido.

A questão, a essa altura, é saber se esta será mais uma promessa quebrada pelo regime.

Fuga

Um dos líderes culturais do Talibã, Ahmadullah Wasiq, disse em uma entrevista a uma rede de TV da Austrália, a SBS, em agosto, que o esporte feminino é “algo inapropriado e desnecessário”.

Assim como artistas, muitas atletas deixaram o país, especialmente após a terrível morte da jogadora Mahjabin Hakimi, da seleção júnior de vôlei feminino, decapitada por extremistas.

A seleção feminina de futebol, por exemplo, criada em 2007, conseguiu sair do Afeganistão, acompanhada de seus familiares, com o apoio do governo da Austrália.

Outra categoria de mulheres extremamente ameaçada foram juízas. Além de enfrentar os riscos dos membros do Talibã, elas também corriam perigo porque muitos dos homens que condenaram por crimes graves foram libertados quando o grupo avançava pelo país, abrindo prisões e deixando prisioneiros escaparem.

Centenas delas se esconderam e dependeram de ajuda internacional para conseguir deixar o país.

Sete delas vieram ao Brasil, com vistos humanitários, acompanhadas de 14 parentes. Para chegar aqui, passaram pela Grécia, depois de deixar absolutamente tudo o que tinham para trás.

Ameaça do Estado Islâmico

Como se não bastasse as imposições do governo talibã, a população ainda precisa lidar com a ameaça constante de outro grupo extremista, o Estado Islâmico-Khorasan (EI-K).

O EI-K reivindicou alguns dos ataques mais violentos dos últimos anos no Afeganistão e no Paquistão.

O grupo massacrou civis nos dois países em mesquitas, santuários, praças e até hospitais, além de ter executado ataques contra muçulmanos de alas que considera hereges - em particular os xiitas.

Em agosto de 2019, o EI-K reivindicou a autoria de um atentado contra os xiitas durante um casamento em Cabul que deixou 91 mortos.

As autoridades suspeitam que o grupo foi o responsável por um ataque, em maio de 2020, que chocou o mundo. Homens armados abriram fogo na maternidade de um bairro de maioria xiita de Cabul. Nele, 25 pessoas morreram, entre elas 16 mães e recém-nascidos.

O grupo também reivindicou o ataque próximo ao aeroporto de Cabul durante a retirada americana em agosto deste ano, que deixou dezenas de mortos, entre civis afgãos e militares dos EUA.

Nas províncias em que está presente, o EI-K deixou marcas profundas. Seus homens mataram a tiros, decapitaram, torturaram e aterrorizaram os moradores, deixando minas por todos os lados.

Além dos bombardeios e massacres, o EI-Khorasan não conseguiu controlar nenhum território na região e sofreu grandes perdas nas operações militares talibãs e americanas.

Embora os dois grupos sejam militantes islâmicos sunitas de linha dura, também são rivais e divergem em temas de religião e estratégia. Cada um diz representar a verdadeira bandeira da Jihad.

As divergências provocaram confrontos sangrentos, dos quais os talibãs geralmente saíram vitoriosos desde 2019, quando o EI-Khorasan foi incapaz de controlar um território como fez seu grupo parente no Oriente Médio.

Em um sinal de inimizade entre os grupos jihadistas, os comunicados do EI se referem aos talibãs como apóstatas.

2.18 – RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NA EUROPA.

PIB da zona do euro cresce 2,2% no 3º trimestre, confirmam dados oficiais

No conjunto dos 27 países da União Europeia, crescimento foi de 2,1% na comparação com os 3 três meses anteriores.

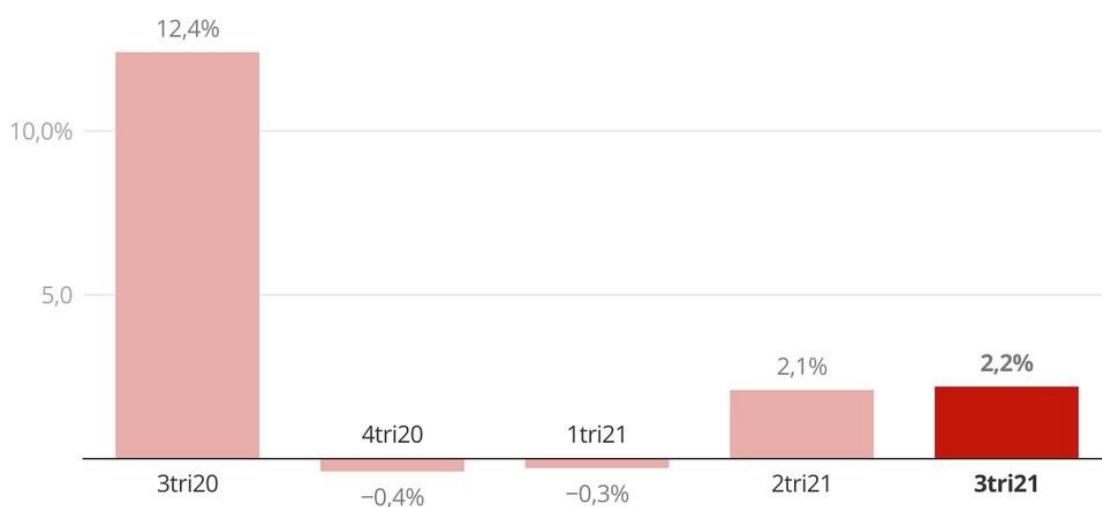
Por g1 - 16/11/2021

O PIB (Produto Interno Bruto) da zona do euro cresceu 2,2% no terceiro trimestre em comparação ao trimestre anterior, segundo dados divulgados nesta terça-feira (16) pelo Eurostat, o escritório de estatísticas da União Europeia (UE), confirmado os dados da primeira leitura divulgada no final de outubro.

O resultado representa uma leve aceleração da economia frente ao 2º trimestre, cuja alta foi de 2,1%, conforme a economia continuou a se recuperar da recessão provocada pela pandemia em 2020.

PIB da zona do euro

Dado trimestral, em % sobre o trimestre anterior



Fonte: Eurostat

Na comparação com o 2º trimestre do ano passado, a alta foi de 3,7% no conjunto das 19 economias que usam a moeda comum europeia.

No conjunto dos 27 países da União Europeia, o PIB cresceu 2,1% no terceiro trimestre perante os três meses anteriores, e avançou 3,9% na comparação com o mesmo período do ano passado.

O crescimento trimestral entre julho e setembro foi mais alto na Áustria, de 3,3%; na França, a 3,0%; e em Portugal, com expansão de 2,9%.

Já a economia da Alemanha registrou alta de 1,8%.

Emprego em recuperação

Já o número de pessoas empregadas aumentou 0,9% tanto na zona do euro quanto no conjunto dos 28 países que fazem parte da União Europeia no 3º trimestre, na comparação com os 3 meses anteriores. No 2º trimestre, o emprego havia crescido 0,7% na zona do euro e 0,8% na União Europeia.

2.19 – O novo avanço da pandemia na Europa.

Covid: pandemia não está nem perto do fim, adverte OMS

19 janeiro 2022 – BBC

O chefe da Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um alerta aos líderes mundiais de que a pandemia de novocoronavírus "não está nem perto do fim".

Tedros Adhanom Ghebreyesus advertiu contra a suposição de que a variante ômicron seja mais suave do que as anteriores, e de que, portanto, seria uma ameaça menor.

Nesta semana, alguns países europeus registraram novos números de casos.

A França registrou quase meio milhão de novos casos diárias na terça-feira (18/1).

Na quarta-feira (19/1), pela primeira vez desde o início da pandemia, mais de 100 mil novas infecções foram registradas na Alemanha em 24 horas.

Em entrevista coletiva na sede da OMS em Genebra, Tedros disse a repórteres que a ômicron levou a 18 milhões de novas infecções em todo o mundo na semana passada.

Embora a variante possa ter consequências menos graves para muitos pacientes, "a narrativa de que ela é uma doença leve é enganosa", disse ele.

"Não se engane, a ômicron está causando hospitalizações e mortes, e mesmo os casos menos graves estão enchendo as unidades de saúde."

Ele alertou os líderes globais que "com o incrível crescimento global da ômicron, novas variantes provavelmente surgirão, e é por isso que o rastreamento e a avaliação permanecem críticos".

"Continuo particularmente preocupado com muitos países que têm baixas taxas de vacinação, pois as pessoas correm muito mais risco de doenças graves e morte se não forem vacinadas", acrescentou.

O diretor de emergências da OMS, Mike Ryan, também alertou que o aumento da transmissibilidade da ômicron provavelmente levará a um aumento nas hospitalizações e mortes, especialmente em países onde menos pessoas são vacinadas.

"Um aumento exponencial de casos, independentemente da gravidade das variantes individuais, leva a um aumento inevitável de hospitalizações e mortes", disse ele.

Recorde de casos diárias na Europa

Novas infecções por coronavírus vêm crescendo em toda a Europa à medida que a nova variante se espalha por todo o continente.

Na Dinamarca, as autoridades relataram um recorde de 33.493 novos casos diárias de covid-19 na terça-feira, enquanto as autoridades de saúde da Itália registraram 228.179 novas infecções, contra 83.403 no dia anterior. Na Alemanha, um recorde de 112.323 novos casos foi relatado na quarta-feira, e a taxa de incidência de casos por 100 mil pessoas também subiu para um novo recorde de 584,4 na semana passada.

Enquanto isso, a França registrou 464.769 novas infecções diárias na terça-feira, mais de quatro vezes maior que o número de 102.144 de segunda-feira e um recorde diário para a pandemia. As infecções já ultrapassaram uma média semanal de mais de 300 mil novos casos por dia no país.

Em meio ao último aumento, os ministros franceses também estão enfrentando uma disputa com os sindicatos de professores, que convocaram uma grande greve nesta semana para protestar contra os testes de covid e os protocolos de isolamento do governo, que estariam provocando atrasos nas aulas.

Na semana passada, uma paralisação fechou metade das escolas primárias do país. Os professores dizem que as interrupções nas aulas estão fora de controle, com muitos pais com dificuldades para marcar vacinação para seus filhos e longas filas se formando do lado de fora das farmácias, enquanto os alunos esperam pelos testes.

O ministro da Educação francês, Jean-Michel Blanquer, está sendo pressionado para pedir demissão depois que se descobriu que ele estava de férias em Ibiza no momento em que anunciou um protocolo rigoroso de testes de covid para escolas.

Em meio a este cenário, no entanto, existem algumas indicações iniciais de que a onda de ômicron poderia já ter atingido o pico em alguns países europeus.

Na Irlanda, houve queda no número de novos casos nos últimos dias, com o ministro da Saúde Stephen Donnelly dizendo à emissora pública RTÉ que as restrições introduzidas no Natal e no Ano Novo podem ser afrouxadas até o final do mês.

Dados do governo espanhol mostraram que novas infecções começaram a cair pela primeira vez desde que a onda começou há dois meses e meio – embora especialistas digam que não se pode interpretar demais dados preliminares.

No Reino Unido, os ministros do governo devem revisar as restrições ao coronavírus nesta quarta-feira, em meio a uma queda nas infecções diárias.



03

BRASIL – POLÍTICA – ECONOMIA E SOCIEDADE

3.1 – QUESTÕES ECONÔMICAS.

Economia em 2022: Brasil deve ter mais um ano perdido e flertar com recessão.

G1 – 01/01/2021

Com inflação em alta e juros subindo, projeções para a economia brasileira em 2022 estão cada vez piores. Cenário externo mais desafiador e incerteza com a eleição presencial também minam expectativa de um crescimento mais robusto.

O Brasil terá mais um ano perdido na economia em 2022. No cenário mais positivo traçado pelos analistas, a atividade econômica vai ficar estagnada neste ano. Mas o desempenho do país pode ser ainda pior: não há quem descarte uma leve recessão.

No relatório Focus, do Banco Central, as projeções de mais de uma centena de analistas deixam evidente como os números de 2022 estão cada vez piores. Os economistas chegaram a prever um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,5%, mas, agora, enxergam uma alta bem mais modesta, de apenas 0,42%.

E por que esse cenário se materializou?

- **A piora nas contas do governo** com a mudança na regra do teto de gastos provocou uma piora da percepção de risco dos investidores em relação ao país, o que fez com que real perdesse valor em relação ao dólar e contribuísse para o aumento da inflação;

- A **inflação** teve início com choques em preços de alimentos, combustíveis e energia elétrica, mas se espalhou por toda a economia e deve encerrar 2021 em dois dígitos;
- A alta de preços obriga o Banco Central a **subir a taxa básica de juros (Selic)**, contribuindo para esfriar a economia;
- No cenário externo, as principais economias devem começar a subir os juros, o que também contribuiu para a **desvalorização do real**;
- Há ainda a **incerteza com a eleição presidencial** e, portanto, sobre qual será a política econômica adotada pelo país a partir de 2023. Com essa incerteza, decisões de investimentos pelas empresas são postergadas.

Piora das expectativas

As expectativas econômicas para 2022 pioraram depois que o governo decidiu alterar a regra de teto dos gastos por meio da proposta de emenda à Constituição (PEC) dos precatórios como estratégia para abrir espaços para o pagamento Auxílio Brasil, programa social adotado pelo governo Jair Bolsonaro em substituição ao Bolsa Família.

Criado em 2016, o teto de gastos – no seu desenho original – era considerado a principal âncora fiscal do país.

Desde 2014, o Brasil não registra superávit primário, ou seja, não sobra dinheiro nas contas públicas, depois de pagar as despesas, para quitar os juros da dívida do governo. Com isso, o endividamento do Brasil se tornou elevado para uma economia emergente e passou a ser acompanhado de perto pelos investidores.

"O gatilho para as revisões (de crescimento em 2022) tem a ver com toda a flexibilização do arcabouço fiscal, com a PEC dos Precatórios e o drible na lei de responsabilidade fiscal", afirma Alessandra Ribeiro, sócia e economista da consultoria Tendências. "A gente viu efeito disso na percepção de risco e no câmbio, batendo nas expectativas inflacionárias."

A PEC dos precatórios altera a correção do teto de gastos. A fórmula inicial considerava o IPCA apurado entre julho de um ano e junho do ano seguinte. Com a mudança, a correção passa a levar em conta o IPCA acumulado entre janeiro e dezembro.

A proposta também adia o pagamento de parte dos precatórios. Ao todo, o Ministério da Economia estima que terá um espaço de R\$ 106 bilhões no próximo ano.

Inflação em dois dígitos; juros em alta

Além da desvalorização do real, a inflação brasileira foi afetada por choques que começaram com alimentos, combustível e energia elétrica, mas que acabaram se espalhando por toda a economia.

Em 2021, a inflação surpreendeu sucessivas vezes. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em dois dígitos (+10,06%), o que não ocorria desde 2015. Para 2022, os economistas já apostam em um avanço de 5,03%. Se essa projeção se confirmar, será mais um ano marcado pelo estouro do teto da meta do governo.

A inflação em alta fez com que o Banco Central precisasse endurecesse a sua política monetária. Em 2021, a taxa básica de juros iniciou o ano a 2%, mas subiu até 9,25% conforme a alta de preços se mostrou mais persistente. Para 2022, a expectativa é de novos aumentos. A Selic deve encerrar o ano em 11,50%.

"A política monetária vai ser bastante restritiva. E isso tem forte efeito na demanda doméstica, consumo e investimento são fortemente impactados", diz o economista Lucas Vilela, economista do banco CreditSuisse.

O banco projeta retração de 0,5% do PIB em 2022, IPCA de 6% e prevê que a taxa básica de juros deve chegar a 12,25% ao ano em maio.

"A inflação também traz o seu componente negativo. O poder de compra das pessoas tanto empregadas como desempregadas vai ser impactado", acrescenta Vilela.

Juros em alta encarecem o consumo das famílias e os investimentos das empresas, o que contribui para esfriar a economia e, dessa forma, no controle da inflação.

"Conforme a taxa de juros sobe, a atividade também tende a sofrer", diz Andrea Damico, economista-chefe da Armor Capital. "Não tem o que fazer. É um remédio amargo para controlar a inflação, mas necessário porque é um problema que afeta os mais pobres", diz a economista. Ela projeta que a Selic chegará a 11,75%, e o PIB irá recuar 0,2% este ano.

Cenário global mais difícil

Nas principais economias, a inflação também tem surpreendido e se mostrado mais disseminada.

Com a retomada da economia, depois de superada a fase mais aguda da pandemia, a cotação das commodities subiu e se somou ao desarranjo nas cadeias de produção – a crise sanitária paralisou ou reduziu a produção em muitos setores industriais. Essa interrupção provocou uma escassez de produtos, pressionando os custos em todo o mundo.

A alta de preços lá fora também obriga os bancos centrais a subirem os juros. E esse movimento faz com que recursos aplicados em mercados emergentes migrem para as economias consideradas mais seguras pelos investidores. Na ponta, isso contribui para uma saída de recursos do Brasil e, consequentemente, se torna mais uma pressão para a desvalorização do real.

"Há uma inflação em aceleração lá fora que pressiona juros externos com duas consequências aqui: inflação maior lá fora contamina nossa inflação via produtos importados, mas também a alta de juros no exterior pressiona nossa taxa de câmbio para depreciação", afirma o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale. "Isso dificulta ainda mais o trabalho do BC, que está sozinho para combater a inflação", acrescenta.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o Federal Reserve (Fed, BC norte-americano) colocou os juros na faixa de 0 a 0,25% ao ano numa tentativa de estimular a economia durante os impactos econômicos provocados pela pandemia de coronavírus.

Com a retomada da economia e lidando com uma inflação que chegou a 6,8% no acumulado de 12 meses até novembro — a maior em 39 anos —, o Fed deve promover três altas de juros em 2022.

Incerteza eleitoral

Todo esse quadro se dá num ano de eleição presidencial, o que joga ainda mais incerteza sobre o rumo da política econômica a partir de 2023, seja num governo reeleito do presidente Bolsonaro ou com a vitória de algum candidato da oposição.

Na leitura dos economistas, o Brasil terá de encampar uma série de reformas estruturantes, como a tributária, para acelerar o crescimento, e mostrar compromisso com a situação fiscal do país.

"A gente ainda não sabe quais vão ser as discussões políticas no próximo ano e o que os principais candidatos pensam", afirma Vilela, do CreditSuisse.

As últimas pesquisas eleitorais mostram a liderança do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seguido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL).

Brasil deve levar dois anos ou mais para retomar economia, aponta estudo

CNN – 07/01/2022

Inflação é o principal motivo da dificuldade para a retomada; Chile foi o único país da América Latina a conseguir se recuperar ainda em 2021

Uma pesquisa realizada pela consultoria de dados Kantar apontou que o Brasil deve levar dois anos ou mais para retomar a economia aos níveis pré-pandêmicos. O resultado faz parte do estudo Consumer Insights, realizado durante o último trimestre de 2021 com os países da América Latina.

A empresa separou outras nações do continente em dois grupos, de acordo com a expectativa de retomada econômica de cada uma delas. O Chile é o único país latino-americano que recuperou, em 2021, o PIB per capita nos níveis pré-pandêmicos.

Equador, México e os países América Central, em que as economias são mais dolarizadas, demonstraram resultados de uma possível recuperação agora em 2022. Já Argentina, Brasil, Colômbia e Peru devem obter níveis pré-pandêmicos a partir de 2023.

De acordo com o estudo, a inflação está entre os principais fatores que trazem dificuldade para a retomada das economias. Além dela, o desemprego também aparece como um entrave para a recuperação.

Inflação

Dentre as economias que a pesquisa identificou com as maiores taxas de inflação, o Brasil aparece em segundo lugar, com uma média de 10%, atrás da Argentina, que finalizou o ano com um índice médio de 48%.

A alta nos preços impacta, principalmente, os itens da cesta básica. De acordo com a consultoria, a maior parte dos gastos das famílias latino-americanas é despendida com eles, comprometendo até 35% da renda das classes sociais mais baixas.

Dessa maneira, o volume de consumo pelas famílias é afetado. O Brasil finalizou o ano com volume consumidor 1,2% menor. Apesar de uma melhora na comparação com o terceiro trimestre (-3,5%), o país ocupa o segundo lugar entre as maiores reduções, atrás da Argentina, que registrou recuo de 9,7%.

Desemprego

A pesquisa mostra que a América Latina contabiliza cerca de 33 milhões de desempregados, o maior resultado desde 1990.

Observando os países que mais puxaram o índice, a Colômbia e o Brasil aparecem em primeiro lugar. Em seguida, estão Argentina, Peru e Chile.

Brasil empobrece em 10 anos e tem mais da metade dos domicílios nas classes D e E. G1 – 23/01/2022

Levantamento da consultoria Tendências mostra que 37,7 milhões de domicílios compõem a base social do país neste ano, com uma renda mensal de até R\$ 2,8 mil.

O Brasil ficou mais pobre em dez anos. Entre 2012 e 2022, a fatia de domicílios brasileiros que integra as classes D e E aumentou de 48,7% para 51%, mostra um levantamento realizado pela consultoria Tendências.

Em números absolutos, são 37,7 milhões de domicílios compõem a base social neste ano.

O país não tem um critério único para classificar as classes de renda. Pelo levantamento da Tendências, as classes D e E são compostas pelos domicílios com **renda mensal de até R\$ 2,8 mil**.

Nesse levantamento de 10 anos, a piora da mobilidade social mostra um importante revés para o Brasil. Desde o início dos anos 2000 até meados da década passada, o país viu o fortalecimento da classe C e parecia, enfim, se consolidar como uma economia de classe média – em 2004, 64% dos domicílios integravam as classes D e E, enquanto 22,4% pertenciam ao grupo da classe C.

Mas a recessão observada entre 2014 e 2016 e os efeitos econômicos detonados pela pandemia de coronavírus interromperam esse processo.

"A crise do biênio 2015 e 2016 provocou efeitos negativos na mobilidade social. Houve a ampliação das classes D e E e o enxugamento da classe média", afirma Lucas Assis, economista da Tendências. "O quadro já não era tão favorável, e a pandemia ampliou ainda mais as desigualdades."

04

MEIO AMBIENTE

O Efeito Estufa

Normalmente, a energia luminosa solar (radiação infravermelha) que chega ao planeta Terra é dividida: uma parte é refletida diretamente de volta ao espaço e outra é absorvida pelos oceanos e pela superfície da Terra, promovendo o seu aquecimento natural. Desta segunda parte, uma parcela também seria naturalmente irradiada de volta ao espaço, mas acaba sendo bloqueada naturalmente pela presença natural de determinados gases na atmosfera. Esses gases são os famosos **"gases de efeito estufa – GEE"** (Dióxido de carbono ou gás carbônico – CO₂, Gás metano - CH₄, Óxido nitroso - N₂O, Vapor de água – H₂O, dentre outros).



O efeito estufa é um fenômeno natural que possibilita a vida na Terra, uma vez que sem a presença destes gases, que contribuem para reter parte do calor na superfície da terra, a temperatura média do planeta seria muito baixa. Esta troca de energia entre a superfície e a atmosfera proporciona uma temperatura média global, próxima à superfície, ideal ao desenvolvimento da vida.

Quando, por algum motivo, a quantidade desses gases é alterada, particularmente pelo aumento da presença desses gases de efeito estufa, a temperatura da Terra pode ser seriamente afetada porque são estes gases de efeito estufa que regulam a temperatura da Terra. Com o aumento na quantidade desses gases na atmosfera, a quantidade de calor que passa a ser retido é maior que a ideal. (Instagram: **professor_ticyano_lavor**)

Logo, o efeito estufa se torna um problema, que se pode tornar catastrófico, quando é agravado. A mudança na concentração dos gases estufa desestabiliza a troca natural de energia (calor), o que, por sua vez, é causa do fenômeno conhecido como **aquecimento global**.

O aumento das emissões de gases de efeito estufa pelas atividades humanas se mostrou algo insustentável. Essa elevação desenfreada começa principalmente a partir da metade do século XVIII com o início da Revolução Industrial e se intensifica a partir da metade do século XIX com a 2ª fase da Revolução Industrial, quando os níveis de poluição disparam. Vale lembrar que, o CO₂, por exemplo, é emitido como resultado das inúmeras atividades humanas, como o uso de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural). Já o Metano, é produzido pela decomposição da matéria orgânica. É um gás abundante em aterros sanitários, lixões e reservatórios de hidrelétricas, é emitido também pela criação de gado (pecuária). Já a emissão de N₂O resulta, principalmente, do tratamento de dejetos animais, do uso de fertilizantes, da queima de combustíveis fósseis e de alguns processos industriais.

Os clorofluorcarbonos (CFCs)

Os **CFCs** (existem vários tipos), como o próprio nome indica, são substâncias artificiais, sintéticas, que possuem na sua composição átomos de cloro e flúor ligados a cadeias carbônicas. Esses compostos foram, por muito tempo, utilizados nas indústrias de refrigeração e ar condicionado, espumas, aerossóis, extintores de incêndio, etc. São grandes responsáveis pela destruição da camada de ozônio e também podem ser associados à intensificação do efeito estufa. Um dos CFCs mais conhecidos é o **freon**, que foi desenvolvido a fim de substituir a amônia (NH₃) como gás de refrigeração por ser menos tóxico. O gás freon é inodoro, incolore, não inflamável e começou a ser comercializado em torno do ano de 1928. (Instagram: **@prof_ticyano_lavor**)

Um pouco sobre a Camada de Ozônio

A ozonosfera, ou camada de ozônio, é uma região da estratosfera terrestre que concentra altas quantidades de ozônio O₃. Fica localizada entre 10 ou 15 e 35 quilômetros de altitude e com cerca de 10 km de espessura. Sua importância está no fato de que esse gás filtra a radiação ultravioleta do tipo B (UV-B), nociva aos seres vivos. Nos seres humanos a exposição à radiação UV-B está associada aos riscos de danos à visão, ao envelhecimento precoce, à supressão do sistema imunológico e ao desenvolvimento do câncer de pele. Os animais também sofrem as consequências do aumento da radiação. Os raios ultravioletas prejudicam os estágios iniciais do desenvolvimento de peixes, camarões, caranguejos e outras formas de vida aquáticas e reduz a produtividade do fitoplâncton, base da cadeia alimentar aquática, provocando desequilíbrios ambientais. (Instagram: **@prof_ticyano_lavor**)

Como vimos, os CFCs são grandes responsáveis pela destruição da camada de ozônio e podem permanecer ativos de 80 a 100 anos na atmosfera. O processo de diminuição da concentração de ozônio, causando o famoso "buraco na camada de ozônio", vem sendo acompanhado desde o início da década de 1980, em vários pontos do mundo, inclusive no Brasil.

O Protocolo de Montreal

Em **1985**, um conjunto de nações reuniu-se na Áustria manifestando preocupação técnica e política quanto aos possíveis impactos que poderiam ser causados com o fenômeno da redução da camada de ozônio. Nesta ocasião foi formalizada a **Convenção de Viena** para a Proteção da Camada de Ozônio. Em linhas gerais, o texto da Convenção enunciava uma série de princípios relacionados à disposição da comunidade internacional em promover mecanismos de proteção ao ozônio estratosférico, prescrevendo obrigações genéricas que instavam os governos a adotarem medidas jurídico-administrativas apropriadas para evitar tal fenômeno.

A Convenção de Viena contribuiu para o surgimento, em **1987**, do **Protocolo de Montreal** sobre **Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio**, que é um tratado internacional que entrou em vigor em **01 de janeiro de 1989**. O documento assinado pelos Países Parte impôs obrigações específicas, em especial a progressiva redução da produção e consumo das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) até sua total eliminação. (Instagram: **professor_ticyano_lavor**)

Segundo informação colhida no site do Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br>), atualmente, o Protocolo de Montreal é o único acordo ambiental multilateral cuja adoção é universal: 197 estados assumiram o compromisso de proteger a camada de ozônio. No Brasil, a promulgação da Convenção de Viena para a Proteção da

Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio se dá no governo de Fernando Collor de Melo, com o DECRETO Nº 99.280, DE 6 DE JUNHO DE 1990.

Existem hoje vários projetos para diminuir a utilização dos **CFC**, mas eles têm sido dificultados pelo seu uso principalmente na refrigeração. Uma das alternativas tem sido os hidroclorofluorocarbonetos (HCFC). Seu impacto ambiental tem sido avaliado como sendo de apenas 10% do dos CFC. Outra alternativa são os hidrofluorcarbonetos (HFC) que não contêm cloro e são ainda menos prejudiciais à camada de ozônio, **porém apresentam alto potencial de aquecimento global, ou seja, intensificam o efeito estufa.**

• ESTOCOLMO-72 - (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 05 a 16 de junho de 1972)

Na década de 1970 as questões ambientais começaram a ser efetivamente discutidas, a exemplo disso foi a Conferência de Estocolmo-72. Dessa conferência emergiram as contradições ligadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente.

Neste mesmo ano, um grupo de empresários solicitou junto ao renomado Massachusetts Institute of Technology (EUA), um estudo sobre as condições da natureza, o qual foi chamado de **“desenvolvimento zero”**. O estudo constatou que havia uma série de impactos ambientais de âmbito internacional, provocados pelo modelo de desenvolvimento capitalista instituído. Nele foi proposta a estagnação total do crescimento econômico como forma de impedir tragédias ambientais de grandes proporções no mundo. Solução que não agradava os países subdesenvolvidos que almejavam obter desenvolvimento a fim de garantir melhor qualidade de vida às suas populações.

Em virtude desse impasse, a conferência de 1972 ficou marcada pela disputa do **“desenvolvimento zero”**, defendido pelos países desenvolvidos; e o **“desenvolvimento a qualquer custo”**, defendido pelas nações subdesenvolvidas. Na conferência de Estocolmo foram abordados temas como a chuva ácida e o controle da poluição do ar.

Embora não tenha sido possível atingir um acordo que estabelecesse metas concretas a serem cumpridas pelos países (foram 113 países participantes), durante a conferência foi concebido um importante documento político, a **Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente**. Aproveitando a energia gerada pela Conferência, a Assembleia Geral criou, em **dezembro de 1972**, o **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)**, que coordena os trabalhos da família ONU em nome do meio ambiente global. Suas prioridades atuais são os aspectos ambientais das catástrofes e conflitos, a gestão dos ecossistemas, a governança ambiental, as substâncias nocivas, a eficiência dos recursos e as mudanças climáticas.

O RELATÓRIO DE BRUNDTLAND E A DEFINIÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DUSTENTÁVEL

Em **1983**, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica **Gro Harlem Brundtland**, mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brundtland foi uma escolha natural para este papel, à medida que sua visão da saúde ultrapassa as barreiras do mundo médico para os assuntos ambientais e de desenvolvimento humano. Em abril de **1987**, a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, **“Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland)** – que traz a definição de desenvolvimento sustentável para o discurso público:

“O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”

RIO -92

A realização da **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento**, colocou o assunto do desenvolvimento sustentável diretamente na agenda pública mundial, de uma maneira nunca antes feita.

Realizada no **Rio de Janeiro**, em 1992, a **“Cúpula da Terra”**, ou **“Rio-92”**, ou **“ECO-92”**, como ficou conhecida, adotou a **“Agenda 21”**, um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável, a culminância de duas décadas de trabalho que se iniciou em Estocolmo em 1972. Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável foi vista e reconhecida em todo o mundo.

Na Agenda 21, os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. As áreas de ação incluem: proteger a atmosfera; combater

o desmatamento, a perda de solo e a desertificação; prevenir a poluição da água e do ar; deter a destruição das populações de peixes e promover uma gestão segura dos resíduos tóxicos. Mas a Agenda 21 foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Elas incluem: a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional. O programa de ação também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar

o desenvolvimento sustentável. Para assegurar o total apoio aos objetivos da Agenda 21, a Assembleia Geral estabeleceu, em 1992, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável como uma comissão funcional do Conselho Econômico e Social.

A Cúpula da Terra também levou à adoção da Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (1992) e a Convenção da ONU de Combate à Desertificação em Países que sofrem com a Seca e/ou a Desertificação, Particularmente na África (1994). Em 1994, a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, realizada em Barbados, adotou um Programa de Ação que estabelece políticas, ações e medidas em todos os níveis para promover o desenvolvimento sustentável para estes Estados. (Instagram: [professor_ticyano_lavor](#))

A Assembleia Geral realizou uma sessão especial em 1997, chamada de “**Cúpula da Terra +5**” para revisar e avaliar a implementação da Agenda 21, e fazer recomendações para sua realização. O documento final da sessão recomendou a adoção de metas juridicamente vinculativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa que geram as mudanças climáticas; uma maior movimentação dos padrões sustentáveis de distribuição de energia, produção e uso; e o foco na erradicação da pobreza como pré-requisito para o desenvolvimento sustentável.

Os princípios do desenvolvimento sustentável estão implícitos em muitas das conferências da ONU, incluindo: A Segunda Conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos (Istambul, 1999); a Sessão Especial da Assembleia Geral sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Nova York, 1999); a Cúpula do Milênio (Nova York, 2000) e seus Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (cujo sétimo objetivo procura “Garantir a sustentabilidade ambiental”) e a Reunião Mundial de 2005.

Em 1988, o PNUMA e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) se uniram para criar o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC), que se tornou a fonte proeminente para a informação científica relacionada às mudanças climáticas. O principal instrumento internacional neste assunto, a **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas** (UNFCCC), foi adotado em 1992 (falaremos disso um pouco adiante).

RIO+10

Em 2002, a **Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável** foi realizada em **Johannesburgo**, (África do Sul) entre 8 de agosto e 4 de setembro, para fazer um balanço das conquistas, desafios e das novas questões surgidas desde a Cúpula da Terra de 1992. Foi uma Cúpula de “implementação”, concebida para transformar as metas, promessas e compromissos da Agenda 21 em ações concretas e tangíveis.

Os Estados-Membros concordaram com a **Declaração de Johannesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável** e um Plano de Implementação detalhando as prioridades para a ação.

RIO+20

(www.rio20.gov.br)

Para continuar discutindo estas importantes questões acerca do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, a comunidade internacional voltou a se encontrar no **Rio de Janeiro** na **Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável**, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. (Instagram: [professor_ticyano_lavor](#))

A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. A proposta brasileira de sediar a Rio+20 foi aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em sua 64ª Sessão, em 2009. O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

A Conferência teve dois temas principais:

- A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza;
- A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 foi composta por três momentos. Nos primeiros dias, de 13 a 15 de junho, aconteceu a III Reunião do Comitê Preparatório, no qual se reuniram representantes governamentais para negociações dos documentos adotados na Conferência. Em seguida, entre 16 e 19 de junho, foram programados os Diálogos para o Desenvolvimento

Sustentável. De 20 a 22 de junho, ocorreram o Segmento de Alto Nível da Conferência, para o qual foi confirmada a presença de diversos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros das Nações Unidas.

A DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tendo em mente a importância do ponto de vista ambiental e do princípio da sustentabilidade, a Assembleia Geral declarou uma série de observâncias para catalisar a ação positiva em todo o mundo. Entre aquelas atualmente em vigor estão a **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)** e a **Década Internacional, "Água para a Vida"**, que começou em 22 de março de 2005.

A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que tem a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como principal agência, procura ajudar as populações a desenvolverem atitudes, habilidades e conhecimento para tomarem decisões informadas para o benefício próprio e dos outros, agora e no futuro, e para agirem sobre essas decisões.

A lista dos órgãos ativos da ONU para ajudar o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável inclui o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Marítima Internacional (OMI), a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

O Pacto Global da ONU envolve a comunidade empresarial internacional no cumprimento dos princípios ambientais, e uma iniciativa da GEF, do Banco Central, PNUMA e PNUD, ajuda a financiá-lo.

Além disso, a comunidade mundial observou o Ano Internacional das Fibras Naturais, em 2009, o Ano Internacional da Biodiversidade, em 2010, e o Ano Internacional das Florestas, em 2011. As datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente declaradas pela Assembleia também incluem o **Dia Mundial da Água** (22 de março), o **Dia Internacional para a Diversidade Biológica** (22 de maio), o **Dia Mundial do Meio Ambiente** (5 de junho), o **Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca** (17 de junho), o **Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio** (16 de setembro), o **Dia Internacional para a Prevenção da Exploração do Meio Ambiente em Tempos de Guerra e Conflito Armado** (6 de novembro) e o **Dia Internacional das Montanhas** (11 de dezembro).

CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a **Rio 92**, representantes de **179 países** consolidaram uma agenda global para minimizar os problemas ambientais mundiais. Crescia a ideia do desenvolvimento sustentável, buscando um modelo de crescimento econômico e social aliado à preservação ambiental e ao equilíbrio climático em todo o planeta. Nesse cenário, foi elaborada a **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima** (UNFCCC). Ainda na Rio 92, outras duas convenções foram elaboradas: a **Convenção sobre Diversidade Biológica** e a **Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca**.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) **tem o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático**. Esse nível deverá ser alcançado em um prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, assegurando que a produção de alimentos não seja ameaçada e permitindo ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável.

Uma forte preocupação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) – que reúne cientistas independentes de todo o mundo, incluindo pesquisadores brasileiros – quanto a anomalias nos dados de temperatura observados, indica uma tendência de aquecimento global devido a razões antrópicas. Isso foi importante para que a Convenção estabelecesse como seu principal objetivo estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático global.

Para isso, foram definidos compromissos e obrigações para todos os países (denominados Partes da Convenção) e, levando em consideração o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, foram determinados **compromissos específicos para as nações desenvolvidas**. Os países signatários comprometeram-se a elaborar uma estratégia global “para proteger o sistema climático para gerações presentes e futuras”.

O “princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, afirma que as Partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras com base na equidade e em conformidade com suas respectivas capacidades. Em decorrência disso, os países desenvolvidos que participam da Convenção devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e seus efeitos, devendo considerar as **necessidades específicas dos países em desenvolvimento**, em especial os particularmente vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima. **Convém destacar que o Brasil foi o primeiro país a assinar a Convenção, que somente começou a vigorar em 29 de maio de 1994, 90 dias depois de ter sido aprovada e ratificada pelo Congresso Nacional.**

Os países membros da Convenção reúnem-se periodicamente nas reuniões chamadas **Conferência das Partes – COP**. A “COP” é um foro internacional anual de negociação das regras e políticas referentes à implementação da

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (como se fosse uma espécie de prestação de contas). Nesses eventos anuais, se revisa as normativas da Convenção e se decide sobre aplicação e funcionamento das diretrizes do tratado, a execução dos mecanismos previstos e o cumprimento das metas estabelecidas. Enfim, é quando se discute as melhores formas de se lidar com as mudanças climáticas.

A meta concreta para servir de base ao estabelecimento das ações internacionais foi estabelecida na terceira conferência, COP-3, em Kyoto no Japão, através do **Protocolo de Kyoto**. Tratou-se de um documento no qual **os países signatários comprometeram-se a reduzir as emissões globais de gases do efeito estufa até 2012 em pelo menos 5% dos índices medidos em 1990**. Os principais atingidos foram os países que, juntos, eram responsáveis por 55% das emissões globais em 1990. Esse grupo foi chamado de "Partes Anexo -1" (Países industrializados). Para entrar em vigor, o Protocolo precisaria ser assinado por pelo menos 55% dessas nações.

Veja agora onde ocorreram todas as COP:

- COP-1 Berlim, Alemanha 1995.
- COP-2, Genebra, Suíça 1996.
- COP-3, Kyoto, Japão 1997.
- COP-4, Buenos Aires, Argentina 1998.
- COP-5, Bonn, Alemanha 1999.
- COP-6, Haia, Países Baixos 2000.
- No período de 16 a 27 de julho de 2001, foi realizada em Bonn, Alemanha, a segunda parte da sexta Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-6)
- COP-7, Marraqueche, Marrocos 2001.
- COP-8, Nova Déli, Índia 2002.
- COP-9, Milão, Itália 2003.
- COP-10, Buenos Aires, Argentina 2004.
- COP-11, Montreal, Canadá 2005.
- COP-12, Nairóbi, Quênia 2006.
- COP-13, Bali, Indonésia 2007.
- COP-14, Poznan, Polônia 2008.
- COP-15, Copenhague, Dinamarca 2009.
- COP-16, Cancún, México 2010.
- COP-17, Durban, África do Sul 2011.
- COP-18, Doha, Catar 2012.
- COP-19, Varsóvia, Polônia 2013.
- COP-20, Lima, Peru 2014.
- COP-21, Paris, França 2015.
- COP-22, Marrakesh, Marrocos 2016.
- COP-23, Bonn, na Alemanha 2017.
- COP-24, Katowice, Polônia 2018.
- COP-25, Madri, Espanha 2019.

COP-21 e o Acordo de Paris

De 30 de novembro a 11 de dezembro de 2015 aconteceu em Paris, França, a 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A COP21 buscava alcançar um novo acordo internacional sobre o clima, aplicável a todos os países, com o objetivo de manter o aquecimento global abaixo dos 2°C.

No dia **12 de dezembro de 2015**, foi adotado por consenso entre os países (194 nações) **partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima** e pela União Europeia, em Paris, um novo acordo global (que viria substituir o Protocolo de Kyoto), chamado **Acordo de Paris**, que buscava combater os efeitos das mudanças climáticas, bem como reduzir as emissões de gases de efeito estufa. **Síria** e **Nicarágua** foram os únicos que ficaram de fora do acordo criado em 2015. De acordo com o documento, os governos signatários deveriam se comprometer com metas de redução de emissões.

Um dos objetivos é **manter o aquecimento global abaixo de 2°C ao longo do século XXI, buscando ainda "esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais"**.

Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), se todos os países cumprirem suas metas voluntárias o aumento da temperatura projetado ao longo do século ainda deve atingir 3,4°C, o que causaria

danos irreversíveis ao ambiente e a populações inteiras. Para segurar o aumento em até 2°C, os países precisariam aumentar sua ambição em mais 25%. Isso pode se dar até 2020, conforme prevê o Acordo de Paris.

O texto final determina no que diz respeito ao financiamento climático, que os países desenvolvidos deverão investir 100 bilhões de dólares por ano em medidas de combate à mudança do clima e adaptação em países em desenvolvimento. O então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou que o Acordo de Paris marca um momento decisivo de transformação para reduzir os riscos da mudança climática. *"Pela primeira vez, cada país do mundo se compromete a reduzir as emissões, fortalecer a resiliência e se unir em uma causa comum para combater a mudança do clima. O que já foi impensável se tornou um caminho sem volta"*, disse Ban. *"O Acordo de Paris prepara o terreno para o progresso na erradicação da pobreza, no fortalecimento da paz e na garantia de uma vida de dignidade e oportunidade para todos"*, acrescentou o então chefe da ONU. **Para que o acordo entrasse em vigor, seria preciso que pelo menos 55 países, que somassem no total 55% das emissões globais, assinassem e ratificassem o documento.** Explicando melhor: são necessárias duas etapas: a **assinatura** (que foi aberta no dia 22 de abril de 2016 em Nova York, e estendida por um ano, até 22 de abril de 2017) e a **ratificação** em função das regras nacionais (votação pelo parlamento, decreto, etc).

No dia **22 de abril de 2016**, data em que a assinatura foi aberta na sede das Nações Unidas, em Nova York, **175 países** assinaram o Acordo de Paris (o que não significava “ratificar”) contra a mudança climática. Jamais tantos países tinham assinado uma convenção internacional deste tipo no primeiro dia em que o texto foi aberto para que as nações começassem a aderir. Entre esses 175 que assinaram no primeiro dia, 15 (em sua maioria pequenos países insulares), já o ratificaram no próprio dia 22 de abril de 2016.

No dia **04 de novembro de 2016**, o Acordo de Paris alcançou as duas condições para entrar em vigor. Repetindo, as duas condições eram: **seria preciso que pelo menos 55 países, que somem no total 55% das emissões globais, completassem o processo de ratificação.** Pois bem, nesse dia 04 de novembro de 2016, **195 países** já haviam assinado, e **98 países já haviam ratificado internamente** o documento, aprovado nos parlamentos nacionais para ter força de lei.

No **Brasil**, o tratado foi assinado no primeiro dia pela ex-presidente Dilma Rousseff (no **dia 22 de abril de 2016**), em Nova York. Em seguida, o texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados, em julho, e pelo Senado Federal, em agosto de 2016, até ser sancionado pelo presidente Michel Temer em **19 de setembro de 2016**. O Brasil se comprometeu, oficialmente, a cortar as emissões do país em 37% até 2025, e em 43% até 2030, tendo como base o ano de 2005. Os **EUA**, (país que mais já poluíram na história) e atualmente o segundo maior poluidor, emissor de gases poluentes do mundo (atrás da China) assinaram o Acordo de Paris no **dia 22 de abril de 2016 prometendo que o ratificariam ainda em 2016**. Como o então presidente Barack Obama deixaria o poder no dia 20 de janeiro de 2016 analistas afirmavam que se o acordo entrasse em vigor antes de Barack Obama deixar o poder, seria mais complicado para seu sucessor (que como hoje sabemos seria Donald Trump) reverter a medida porque seriam necessários quatro anos, sob as regras do pacto, para adotar tal iniciativa. Durante a COP-21, Obama havia se comprometido a reduzir em até 28% a emissão de gases de efeito estufa até 2025 e a doar US\$ 3 bilhões para países pobres fazerem o mesmo. A **China** também assinou o Acordo no primeiro dia (**22 de abril de 2016**).

Os dois, EUA e China (que respondem por quase 40% dos lançamentos de gases), em uma cerimônia realizada na China no dia 03 de setembro de 2016 (cerimônia paralela à reunião de cúpula do G20 2016, que como já vimos aconteceu na China), o então presidente dos EUA, Barack Obama, e o presidente da China, Xi Jinping, confirmaram que os dois países ratificaram o Acordo de Paris naquele mesmo dia. Já na **COP-22** um dos principais objetivos da foi tentar “tirar do papel” o Acordo de Paris.

Observem as notícias abaixo:

COP 22 definirá regras de aplicação do Acordo de Paris
<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente> (07/11/16)

Representantes de governos de mais de 190 países se reúnem para tirar do papel o acordo para frear aquecimento global. Começa nesta segunda-feira (7), na cidade de Marrakesh, no Marrocos, a 22ª Conferência Quadro das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP 22). O evento anual da Organização das Nações Unidas (ONU) reúne representantes de diversos países para discutir as mudanças no clima do planeta. Segundo o subsecretário-geral de Meio Ambiente do Itamaraty, embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, a conferência marca o momento de regulamentação do Acordo de Paris e de como essas regras serão definidas e regulamentadas pelos países.

Estados Unidos e China ratificam acordo do clima assinado em Paris - (g1.com 03/09/16)

Os Estados Unidos ratificaram neste sábado (3) o acordo do clima assinado em Paris, segundo anunciou o presidente Barack Obama em uma cerimônia ao lado do presidente chinês Xi Jinping na China. O acordo também foi ratificado pelo Parlamento chinês mais cedo, na madrugada deste sábado. Os dois países são os maiores poluidores do planeta. Em uma cerimônia paralela à reunião do G20, que reúne as maiores economias do mundo, Obama e Jinping entregaram juntos um documento ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que oficializa a ratificação do acordo pelos dois países. De acordo com a agência Associated Press, o documento certifica que os Estados Unidos e a China tomaram as medidas necessárias para aderir ao acordo que estabelece metas de redução de emissão de carbono. O Acordo de Paris é o primeiro pacto universal para tentar combater a mudança climática e não entrará em vigor até que tenha sido ratificado por menos 55 países, totalizando 55% das emissões globais. Destinado a substituir o Protocolo de Kioto em 2020, o Acordo de Paris tem como objetivo manter o aumento da temperatura média mundial "muito abaixo de 2°C", mas "reunindo esforços para limitar o aumento de temperatura a 1,5°C", em relação dos níveis pré-industriais. O acordo foi aprovado por aclamação por representantes de 195 países na COP 21, em dezembro de 2015.

NO ENTANTO...

* TRUMP ANUNCIA RETIRADA DOS EUA DO ACORDO DE PARIS

No dia 01 de junho de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a saída de seu país do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. Ele disse que o documento "traz desvantagens para os EUA para beneficiar outros países", e prometeu interromper a implementação de tudo que for legalmente possível imediatamente. O presidente norte-americano prometeu negociar um "retorno futuro" ou fazer um "novo acordo mais justo para os americanos". *"Para cumprir o meu dever solene de proteger os Estados Unidos e os seus cidadãos, os Estados Unidos vão se retirar do acordo climático de Paris, mas iniciam as negociações para voltar a entrar no acordo de Paris ou em uma transação inteiramente nova em termos justos para os Estados Unidos, suas empresas, seus trabalhadores, suas pessoas, seus contribuintes"*, disse Trump. Ele também afirmou que "se importa sim com o meio ambiente, mas que não daria mais dinheiro para o Fundo do Clima da ONU". Ao iniciar os procedimentos oficiais de retirada, respeitando a forma de saída prevista no acordo, Trump desencadeia um longo processo que não será concluído até novembro de 2020, no mesmo mês em que concorrerá à reeleição, garantindo que a questão se torne um grande tema de debate na campanha presidencial norte-americana de 2020.

A saída dos EUA, segundo maior produtor mundial de gás de efeito estufa, pode minar o acordo internacional de Paris. O ex-presidente Barack Obama, que havia assinado o tratado em 2016, imediatamente reagiu ao anúncio, dizendo que a administração Trump rejeita o futuro com essa retirada. *"Ainda que este governo tenha se unido a um pequeno grupo de países que ignoram o futuro, confio nos nossos estados, empresas e cidades que darão um passo à frente e farão ainda mais para liderar o caminho"*, disse Obama.

Antes de ser eleito, Trump descreveu em várias ocasiões o aquecimento global como uma "enganação criada pela China para prejudicar as empresas americanas", e anunciou que iria "cancelar" o Acordo de Paris nos primeiros 100 dias após sua posse. **Uma decisão necessária, segundo ele, para favorecer as empresas petrolíferas e produtores de carvão dos EUA, e dessa forma garantir mais crescimento econômico e a criação de novos empregos.** Depois de tomar posse, Trump anunciou que teria estudado o acordo antes de tomar uma decisão sobre o assunto.

O agora presidente norte-americano Donald Trump tem poderes suficientes para retirar os EUA do tratado. Isso porque o texto foi denominado "acordo" para permitir que o então presidente Barack Obama pudesse utilizar seus poderes presidenciais para ratificá-lo sem pedir a permissão do Congresso, então controlado pelo Partido Republicano, hostil a qualquer redução das emissões de poluentes. Por esse motivo, a delegação dos EUA foi obrigada a negociar por muitas horas sobre essa complexa linguagem jurídica no dia da assinatura do documento.

O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, pediu oficialmente aos EUA para que não saíssem do Acordo de Paris, sem obter nenhum resultado. Outros países, como Alemanha e França, expressaram suas preocupações com a posição de Trump sobre o meio ambiente e mudanças climáticas.

Até o Papa Francisco tentou persuadir o presidente norte-americano em permanecer no acordo durante uma visita dele ao Vaticano, entregando-lhe uma cópia da encíclica *"Laudato si"* que o Pontífice escreveu em 2015 sobre as complexas questões das mudanças climáticas.

Os líderes do G7 criticaram a decisão de Trump de deixar o tratado e os governos do Canadá, da China e a União Europeia informaram que continuariam a honrar seus compromissos com o Acordo de Paris mesmo sem os EUA.

A preocupação em nível global com a saída dos Estados Unidos é o efeito de emulação: outros países poderiam ser influenciados a reduzir ou atenuar seus compromissos internacionais sobre a questão climática ou até abandonar completamente o acordo. A decisão de se retirar do acordo poderia sinalizar a intenção de Trump de cortar outras leis que limitam a produção de gases poluentes nos EUA assinadas pelo seu antecessor Obama. Entretanto, o processo de retirada dos EUA poderá demorar alguns anos, assim como estabelecido no próprio acordo, com diversas batalhas



jurídicas e diplomáticas muito intensas, além do grave desgaste de imagem internacional dos Estados Unidos. Sob o aspecto econômico, com a decisão de retirar os EUA do Acordo de Paris, Trump estaria visando favorecer as empresas energéticas "tradicionais", ou seja as grandes companhias que operam nos setores de petróleo, carvão e gás natural, consideradas pelo presidente norte-americano como "recursos nacionais". Contudo, acredita-se que até 2030 o mercado das energias renováveis terá um valor de cerca de US\$ 6 trilhões (cerca de R\$ 19 trilhões), representando uma contribuição fundamental na produção do PIB dos EUA. Sem o apoio do governo federal, as empresas americanas poderiam perder terreno na pesquisa e desenvolvimento, e também cotas de mercado em relação aos concorrentes internacionais. A **China**, por exemplo, já estaria planejando investir cerca de US\$ 360 bilhões (cerca de R\$ 1,1 trilhão) no setor, criando 13 milhões de novos empregos. Logo, pensando nos trabalhadores do setor do carvão, Trump poderia estar condenando os trabalhadores do setor das energias renováveis, já que sua decisão poderia colocar as empresas chinesas do setor das energias limpas a frente das americanas. Além do mais, outros países que assinaram o Acordo de Paris poderiam penalizar as empresas norte-americanas como forma de retaliação, por exemplo, reduzindo os impostos alfandegários de outros países produtores de infraestruturas energéticas renováveis e aumentando os impostos sobre os produtos americanos, provocando uma catástrofe comercial para a indústria verde dos EUA. Washington se isola ainda mais do mundo, sendo que os únicos outros dois países do planeta que se recusaram a assinar o acordo foram a Síria (por causa da guerra civil em andamento que impede qualquer ação diplomática mais elaborada) e a Nicarágua (como forma de protesto pessoal do presidente Daniel Ortega, que pretende que os países ricos paguem mais aos pobres pelas mudanças climáticas).

IPCC - O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas.

O IPCC foi criado em 1988 (pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente -PNUMA) para fornecer aos formuladores de políticas avaliações científicas regulares sobre mudanças climáticas, suas implicações e possíveis riscos futuros, além de apresentar opções de adaptação e mitigação.

Através de suas avaliações, o IPCC determina o estado do conhecimento sobre as mudanças climáticas. Ele identifica onde há acordo na comunidade científica sobre tópicos relacionados às mudanças climáticas e onde é necessária mais pesquisa. Os relatórios são elaborados e revisados em várias etapas, garantindo objetividade e transparência. O IPCC não realiza sua própria pesquisa. Os relatórios do IPCC são neutros, relevantes para a política, mas não prescritivos para a política.

Os relatórios de avaliação são uma contribuição fundamental nas negociações internacionais para combater as mudanças climáticas. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Meio Ambiente da ONU) e pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) em 1988, o IPCC possui 195 países membros. No mesmo ano, a Assembleia Geral da ONU endossou a ação da OMM e do PNUMA no estabelecimento conjunto do IPCC.

O objetivo do IPCC é fornecer aos governos de todos os níveis as informações científicas que eles podem usar para desenvolver políticas climáticas. Os relatórios do IPCC também são uma contribuição importante nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas. O IPCC é uma organização de governos membros das Nações Unidas ou OMM. Atualmente, o IPCC possui 195 membros. Milhares de pessoas de todo o mundo contribuem para o trabalho do IPCC. Para os relatórios de avaliação, os cientistas do IPCC oferecem seu tempo para avaliar os milhares de artigos científicos publicados a cada ano para fornecer um resumo abrangente do que se sabe sobre os fatores que impulsionam as mudanças climáticas, seus impactos e riscos futuros, e como a adaptação e mitigação podem reduzir os riscos.

Uma análise aberta e transparente de especialistas e governos de todo o mundo é uma parte essencial do processo do IPCC, para garantir uma avaliação objetiva e completa e refletir uma ampla gama de visões e conhecimentos. Por meio de suas avaliações, o IPCC identifica a força do acordo científico em diferentes áreas e indica onde mais pesquisas são necessárias. O IPCC não realiza sua própria pesquisa.

CÚPULA DO CLIMA

Durante os dias 22 e 23 de abril de 2021, a "Cúpula de Líderes sobre o Clima" foi organizada pelo governo dos Estados Unidos. Lideranças de mais de 40 países participaram do evento que teve o presidente dos EUA, Joe Biden, como anfitrião. O presidente brasileiro Jair Bolsonaro foi um dos convidados a falar sobre o combate às mudanças climáticas na reunião que ocorreu de forma remota, não presencial, em virtude da Pandemia de Covid 19. A cúpula faz parte dos esforços da gestão do presidente americano Joe Biden para cumprir promessas de campanha onde havia enfatizado uma "agenda ambiental ousada" para o seu governo. A Cúpula de Líderes sobre o Clima marca a volta dos EUA nas discussões internacionais sobre o clima, interrompidas durante a gestão de Donald Trump com a saída do

Acordo de Paris. O evento também serviria como uma preparação para a COP26, o fórum das Nações Unidas sobre o mesmo tema, marcado para novembro daquele ano de 2021.

Abaixo, em cinco pontos, veja os principais temas em debate no evento:

- Volta dos EUA nas discussões internacionais sobre o clima
- Novas metas na redução de emissões dos EUA até o fim da década
- Oportunidade para o Brasil mudar a imagem de sua política ambiental
- Preparação para a COP26, que acontece em novembro
- Financiamento para projetos de países em desenvolvimento

Veja quais são os compromissos assumidos pelos principais líderes do mundo na cúpula do clima

- O presidente Joe Biden, que organizou e abriu o encontro dos líderes, afirmou que os Estados Unidos, responsáveis por 15% das emissões globais, têm um plano para cortar em 50% as emissões de gases de efeito estufa até o ano de 2030.
- Xi Jinping, da China, afirmou que o país vai limitar o consumo de carvão mineral como fonte de energia entre os anos de 2021 e 2025 e acabar com esse tipo de geração energética nos anos seguintes, com o fim total em 2030. No ano anterior, Xi já havia dito que o pico de emissões da China se dará antes de 2030, e que a neutralidade será atingida em 2060.
- Justin Trudeau, do Canadá, afirmou que o país já fez uma revisão de sua meta e que até 2030 o plano é cortar as emissões de 40% a 45% em relação ao nível de 2005.
- A então chanceler alemã, Angela Merkel, começou seu discurso dizendo que estava feliz ao ver que os EUA estão de volta. "O mundo precisa da sua contribuição", disse ela. A Alemanha, assim como outros países da Europa, usa como parâmetro as emissões do ano de 1990. Ela afirmou que pretende ter 55% menos emissões em 2030, e que o país dará sua contribuição. "Carvão foi uma fonte importante para nós, mas vamos acabar com a eletrificação por carvão. Produziremos 46% da eletricidade de renováveis e queremos aumentar isso", disse ela.
- A União Europeia lançou um plano econômico verde, concordando em reduzir as emissões em 55% em 2030.
- O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, disse que o Brasil se comprometeria a zerar até 2030 o desmatamento ilegal, reduzir as emissões e buscar neutralidade climática até 2050, além de reforçar o compromisso de redução de GEE em -37% até 2025 e em -43% até 2030.

"CÚPULA DE CALOR"

No mês de junho de 2021, mais precisamente no dia 27, o Canadá registrou a temperatura mais alta de sua história num momento em que o oeste do país e o noroeste dos Estados Unidos enfrentavam uma onda de calor sem precedentes. Em Lytton, na Colúmbia Britânica, os termômetros alcançaram a marca de 46,6°C, superando o recorde de 84 anos atrás, segundo as autoridades. Especialistas afirmam que as mudanças climáticas ligadas ao aquecimento global aumentarão a frequência de eventos climáticos extremos, como as ondas de calor. O fenômeno apelidado como domo ou cúpula de calor (alta pressão estática que atua como uma tampa de panela) levou a registros de temperaturas elevadas em outras regiões da América do Norte durante aquele mês.

A COP – 26

Adiada de 2021 para 2022 (em virtude da Pandemia de Covid 19) a COP 26 ocorreu entre os dias 31 de outubro a 12 de novembro em Glasgow, na Escócia (Reino Unido). O texto final foi aprovado por quase 200 países. Alguns representantes anunciaram durante sessão plenária que esperavam um acordo mais definitivo sobre o financiamento para as nações mais pobres que já sentem as mudanças climáticas.

Três rascunhos haviam sido divulgados no decorrer dos últimos dias, sendo o último na manhã deste sábado. O segundo deles suavizou as expectativas relacionadas aos combustíveis fósseis: antes, se falava em acelerar "a eliminação do carvão e dos subsídios aos combustíveis fósseis"; depois, o documento passou a prever "a eliminação progressiva do uso sem restrições" do carvão e dos "subsídios ineficientes para os combustíveis fósseis". Por último, na versão final, a Índia pediu de última hora para trocar o termo "eliminação" por "redução" do uso do carvão.

Aluguns pontos importantes firmados na reunião:

- O documento prevê a redução gradativa dos subsídios aos combustíveis fósseis e do uso do carvão.
- Pela primeira vez, o documento prevê a redução gradativa dos subsídios aos combustíveis fósseis e do uso do carvão.
- Países em desenvolvimento demonstraram descontentamento com os trechos a respeito do financiamento por parte dos países ricos das "perdas e danos" já sentidos devido às mudanças do clima.

- O então embaixador do Brasil Paulino Franco de Carvalho Neto discursou ao lado do então ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite. Ele avaliou que não foi possível chegar exatamente nos objetivos relacionados a financiamento de países ricos, mas afirmou que, embora o acordo "não seja perfeito, é viável".

Entenda os compromissos assumidos pelo Brasil na COP26

Durante a COP26, conferência do clima das Nações Unidas (ONU), o governo brasileiro apresentou uma nova meta de redução de 50% das emissões dos gases associados ao efeito estufa até 2030 e a neutralização das emissões de carbono até 2050. O número foi acima do esperado por especialistas. Além de zerar o desmatamento ilegal da Amazônia até 2028.

DESASTRES AMBIENTAIS

A TRAGÉDIA DE MARIANA

No dia 05 de dezembro de 2020, o rompimento da barragem de rejeitos de mineração (chamada Barragem de Fundão), pertencente à mineradora Samarco (a **Samarco Mineração S.A.** é uma mineradora brasileira fundada em 1977 e atualmente controlada através de uma joint-venture entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton), localizada no município de Mariana, em Minas Gerais, completou 05 anos.

A tragédia, considerada uma das maiores tragédias ambientais da História do Brasil, deixou 19 mortos e despejou cerca de 40 milhões de m³ de lama, misturada com rejeitos de mineração (altamente contaminantes), no Rio Doce. A tragédia afetou um vasto ecossistema que se espalhou não só por Minas Gerais, mas também pelo Espírito Santo, atingindo o oceano Atlântico. A lama também destruiu um distrito pertencente à Mariana, chamado de Bento Rodrigues.

Mais de 05 anos depois, nas zonas arrasadas do município de **Mariana**, e em outras cidades de Minas Gerais e também do Espírito Santo, restam apenas ruínas, uma natureza devastada e milhares de pessoas a espera de indenização.

Da lama que soterrou estes locais emergem agora cidades fantasmas: casas, igrejas, uma escola coberta de mato e com paredes ainda manchadas do material avermelhado de minério de ferro. O rio de lama matou 19 pessoas, afetou 39 municípios de Minas Gerais e do vizinho Espírito Santo e percorreu mais de 600 km pelo rio Doce e seus afluentes até manchar o Atlântico, devastando fauna e flora em sua passagem.

No último dia 31 de março de 2020, a força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) que apura o rompimento da barragem em Mariana foi prorrogada até dia 31 de maio de 2020, de acordo com portaria publicada no dia 30 de março, pelo então procurador-geral da República, Augusto Aras.

No dia 17 de dezembro de 2019, foi publicado no portal agenciabrasil.ebc.com.br que o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) reconheceu a tragédia de Mariana (MG) como violação "a direitos humanos de excepcional gravidade". A decisão tomada de forma unânime pelos 22 conselheiros foi registrada na Resolução nº 14/2019. Segundo o próprio conselho, trata-se de classificação equivalente a crime contra a humanidade, definido no âmbito do Tribunal Penal Internacional. Foi a primeira vez que o CNDH aprovou essa classificação para um crime. A resolução foi publicada no dia 16 de dezembro de 2019 no site do conselho e foi tomada durante a 54ª Reunião Plenária uma semana antes.

TRAGÉDIA DE BRUMADINHO

No dia 25 de janeiro de 2019, o nome **Córrego do Feijão** entrou para a história como a pior tragédia minerária das últimas três décadas, a segunda mais grave em estragos ambientais e socioeconômicos após **Mariana**. A barragem do Córrego do Feijão (pertencente à Vale) encontrava-se no município de Brumadinho, região metropolitana de Belo Horizonte e atingiu o bairro de mesmo nome, deixando pelo menos 259 pessoas mortas e, até hoje, alguns desaparecidos.

Em janeiro de 2020, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) denunciou à Justiça (2ª Vara Criminal de Brumadinho) 16 pessoas, entre elas o ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman, por homicídios dolosos duplamente qualificados, e por diversos crimes ambientais, como destruição de matas, poluição de rios e devastação da fauna. As empresas Vale S.A e a TÜV Süd Bureau de Projetos e Consultoria Ltda. (empresa acusada de emitir falsas declarações de condição de estabilidade da barragem), também foram denunciadas pelos mesmos crimes ambientais. Entre os mortos, estavam funcionários da mineradora e de empresas terceirizadas, moradores do município e visitantes.

A operação de buscas pelas vítimas da tragédia é considerada a maior operação de buscas do país. Até janeiro de 2020, mais de 3 mil bombeiros participaram dos trabalhos, em cerca de 4 mil horas de operação, e ainda sem prazo para terminar. Em mais de 4 mil horas de buscas, corpos ou fragmentos de 259 pessoas foram encontrados e identificados, o que corresponde a cerca de 96% das vítimas. Mas o Corpo de Bombeiros garante que a operação de resgate, a maior já realizada no país, seguiria a procura pelos 11 desaparecidos sem prazo para terminar.

Em um ano de buscas pelas vítimas, quase 7 milhões de metros quadrados já foram vistoriados. Em média, 130 militares participaram diariamente dos trabalhos, que já passaram por cinco fases. Além da superação no aspecto profissional, cada bombeiro empenhado na operação também teve que lidar com fatores emocionais e psicológicos.

Além dos bombeiros de Minas, a operação envolveu militares de outros 15 estados, do Distrito Federal, da Força Nacional, das Forças Armadas e do Exército de Israel. Ao todo, cerca de 50 órgãos públicos participaram dos trabalhos até pelo menos janeiro de 2020.

Foram mais de 1,6 mil horas de voo feitas por 31 aeronaves que, em grande parte do tempo, cruzavam o céu de Brumadinho transportando corpos que eram içados da lama – cenas que marcaram a memória dos moradores da cidade.

Ao longo do primeiro ano de buscas, a paisagem devastada pela lama da barragem da Vale se transformou, assim como as técnicas e estratégias utilizadas pelos bombeiros. Logo no início, eram buscas superficiais, havia ainda um rejeito absolutamente fluido, não havia como caminhar nem utilizar muito maquinário.

Essas buscas em superfície se concentraram, principalmente, na primeira e na segunda fases da operação, que duraram cerca de 40 dias. Ao passo que os trabalhos avançavam na terceira etapa, a ajuda de cães farejadores se tornou essencial na localização de vítimas. Ao todo, quase 70 animais e tutores passaram pela zona quente em Brumadinho. Já entre o 60º dia e 200º dia após a tragédia, período que compreende a quarta fase da operação, foi intensificado o uso de maquinário.

O trabalho de inteligência também foi fundamental. Todos os corpos e objetos encontrados são mapeados e, após o reconhecimento das vítimas, os dados são cruzados, possibilitando a identificação dos pontos de maior probabilidade de encontrar as outras pessoas, assim como a profundidade. Ao longo do primeiro ano de buscas, foi verificado que 93% de tudo que se encontrava estava até 3 metros de profundidade.

NOTÍCIA RELACIONADA AO TEMA

Brumadinho convive com adoecimento mental um ano após tragédia da Vale

De acordo com o secretário municipal de saúde, em 2019, o uso de ansiolíticos aumentou quase 80% em comparação com 2018.

g1.globo.com 21/01/20

Crescimento do número de suicídios e de tentativas de autoextermínio, aumento do consumo de antidepressivos e ansiolíticos, elevação de afastamento entre profissionais de saúde: o diagnóstico é da Secretaria Municipal de Saúde de Brumadinho. Um ano após a tragédia da Vale, a cidade convive com o adoecimento mental de parte da população.

TRAGÉDIA NO LITORAL NORDESTINO

No final do mês de agosto, início de setembro de 2019, “estranhamente” foram sendo identificadas manchas de petróleo em várias praias do litoral nordestino.



Em pelo menos uma (em alguns estados, em várias) praia foram encontradas essas manchas em todos os nove estados do Nordeste brasileiro, atingindo áreas de corais, manguezais e faixas de areia.

Após testes feitos pela Universidade Federal da Bahia o governo brasileiro disse ter comprovado que a origem do petróleo seria venezuelana, mas ainda faltava esclarecer as circunstâncias do desastre. A única certeza que se tinha era que o DNA do óleo bruto seria venezuelano.”

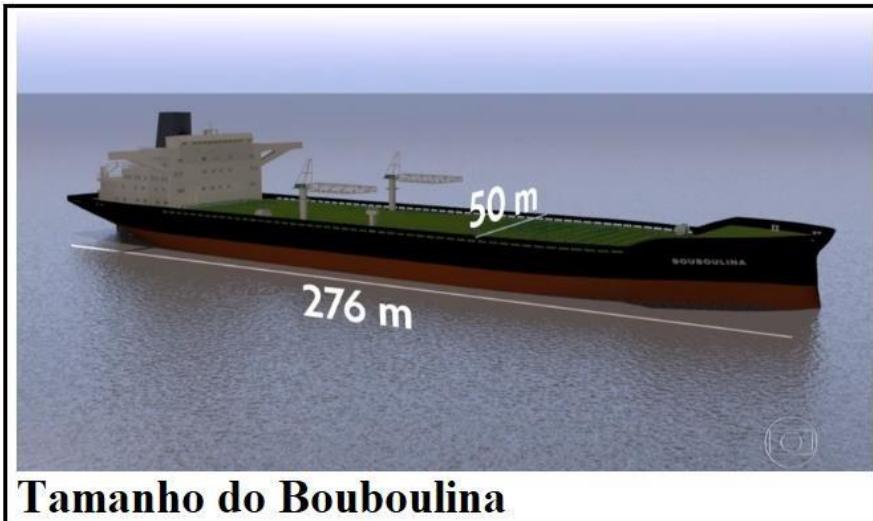
Em janeiro de 2020, as manchas de petróleo já haviam chegado a mais de mil pontos do litoral do Nordeste e inclusive em praias do Sudeste: Rio de Janeiro e Espírito Santo. As primeiras manchas foram encontradas em Praia Bela,

município de Pitimbu, no estado da Paraíba, em 30 de agosto de 2019. No Sudeste, a primeira mancha apareceu na praia de Guriri, litoral de São Mateus, no Norte do Espírito Santo. A informação é da Marinha, que só divulgou nota oficial em 8 de novembro de 2019. No Rio de Janeiro, fragmentos de óleo chegaram à Praia de Grussaí, em São João da Barra, no dia 22 de novembro de 2019. Análises confirmaram que se tratava do mesmo material que poluiu as praias do Nordeste. Já no Ceará, as primeiras aparições se deram na praia de Morro Branco, município de Beberibe, por volta de 07 de setembro de 2019. Esse fato é considerado o maior desastre ambiental do litoral do país.

No início das investigações, a marinha trabalhava com três principais hipóteses: afundamentos recentes ou antigos de navios; derramamento intencional ou acidental; e descarte irregular de tambores de óleo.

Desde que as manchas surgiram, diversas hipóteses foram levantadas e até uma operação da Polícia Federal foi deflagrada em buscas de evidências sobre a origem do derramamento de óleo. Em novembro do ano passado, uma operação da PF levantou suspeitas de que um navio grego estaria relacionado com a contaminação do litoral brasileiro. O navio seria o Bouboulina que zarpou em 18 de julho de 2019 e passou pela costa brasileira no dia 28. As Manchas começaram a aparecer pouco mais de um mês depois na Paraíba.

O petroleiro grego suspeito de derramar o óleo que causou o maior desastre ambiental já registrado na costa brasileira se chama Bouboulina, de acordo com a Polícia Federal (PF). Ele foi carregado com 1 milhão de barris do petróleo tipo Merey 16 cru no Porto de José, na Venezuela, no dia 15 de julho, e zarpou no dia 18 com destino à Malásia, de acordo com uma agência de inteligência de dados consultada pelo portal G1.com (g1.globo.com 01/11/19)



VALOR DA CARGA

US\$ 60 milhões

CARGA TOTAL

1,1 milhão de barris
ou 174,9 milhões de litros

No dia 01 de novembro de 2019 a PF desencadeou a **Operação Mácula**. A embarcação grega passou a ser alvo apontada como suspeita com base em um relatório produzido pela empresa HEX Tecnologias Especiais, que afirma ter realizado a análise de dados de satélite para localizar as manchas e feito um cruzamento com softwares de monitoramento de navios para chegar ao resultado que aponta o navio grego como suspeito.

O apontamento deste navio suspeito vai contra duas tendências anteriormente apontadas pela Marinha e IBAMA nas investigações. A primeira é que a mancha teria sido localizada com imagens de satélite, enquanto o IBAMA já tinha descartado **essa** possibilidade em estudos próprios, de agências espaciais e de universidades. O segundo é em relação à data da passagem do navio pela costa e o fato de ele não estar operando como um "navio-fantasma".

A Marinha do Brasil afirmou que esse foi o único navio carregado com petróleo cru venezuelano a passar pela região um dia antes das manchas começarem a aparecer. O navio segui em destino à Malásia.

Depois de sair da Venezuela e trafegar sempre com seu sistema de localização ativo, o navio Boubouline passou a oeste da Paraíba em 28 de julho. As investigações do governo brasileiro apontam que a primeira mancha no oceano foi registrada em 29 de julho, a 733 km da costa da Paraíba. As primeiras praias do país afetadas foram no município paraibano de Conde em 30 de agosto.

De acordo com os investigadores, 2,5 mil toneladas de óleo foram derramadas no oceano. A proprietária do navio é a Delta Tankers, fundada em 2006, mesmo ano de fabricação do navio.

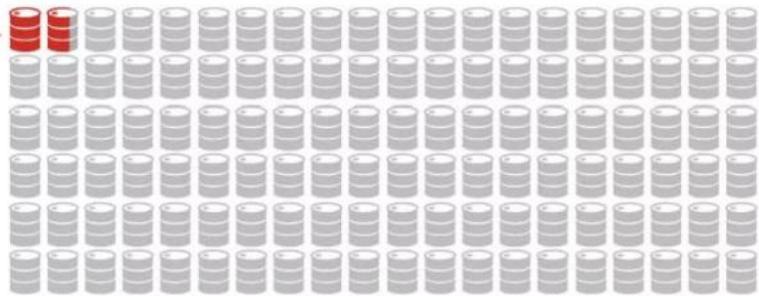
Rota do navio

Depois de sair do Porto de José, em 18 de julho, o petroleiro Boubouline chegou à Cidade do Cabo, na costa da África do Sul, em 9 de agosto. Ele navegou pela costa por menos de um dia, depois continuou a jornada em direção ao estreito de Malaca, na Malásia.

Em 3 de setembro, chegou à costa da Malásia. Durante este trajeto, o petroleiro estava com "Automatic Identificacion System" (AIS) ligado.

VAZAMENTO

2,5 mil toneladas, segundo a PF; que equivale a 3 milhões de litros, ou **1,8%** da carga transportada



COMPARAÇÃO

Volume vazado é igual a **18 mil barris**, o que caberia em área igual a de um **prédio 10 andares**



Fonte: Polícia Federal

ENCHENTES NO SUL DA BAHIA E NORTE DE MINAS

Rios transbordando por cima das pontes, cidades alagadas até o telhado de suas casas, carros flutuando pelas ruas. As fortes chuvas durante (principalmente) o mês de dezembro (2021) e janeiro (2022) no sul da Bahia deixaram dezenas de mortos e milhares de pessoas sem suas casas. A explicação para as tempestades atípicas que fizeram com que o governo baiano decretasse situação de emergência em dezenas de cidades está em uma conjunção de fatores que não estão necessariamente relacionados com as mudanças climáticas em escala global, segundo especialistas ouvidos pelo **Brasil de Fato**. O primeiro desses fatores é uma faixa de nuvens que se desloca, num corredor de umidade, da Amazônia até o sul do Atlântico. A chamada Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) é típica dessa época do ano e normalmente se posiciona sobre a região sudeste do Brasil. Foi esse fenômeno que provocou alagamentos em Minas Gerais no início de 2020. E também que, há cerca de 10 anos, causou as chuvas torrenciais que mataram 918 pessoas na região serrana do Rio de Janeiro em 2011. E o segundo fator acontecendo no momento está relacionado à temperatura dos oceanos. Foi o que fez com que essa faixa de nuvens se concentrasse, dessa vez, nessa região da Bahia.

Trata-se do fenômeno *La Niña*, que esfria as águas do Pacífico equatorial, causando um aumento de chuvas no centro-norte do Brasil, reforçado pelo *El Niño*, que aquece o Atlântico, levando calor e umidade ao nordeste. "Em resumo, tanto o oceano Atlântico como o Pacífico estão trabalhando juntos para termos chuvas acima da média na região nordeste", explicou o metereologista Marcelo Seluchi, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Um melhor e mais eficiente planejamento urbano e a antecipação de medidas de emergência poderiam ter amenizados os efeitos de tais fenômenos.

Assim como o sul da Bahia, a região Norte de Minas Gerais também sofreu com as chuvas fortes que chegaram no fim do ano de 2021 e se estenderam por janeiro de 2022. Em dezenas de cidades foi decretada situação de emergência. Porteirinha, Rio Pardo de Minas e Salinas estavam entre os municípios mais afetados. **Observe a notícia abaixo:**

ESTADO DE MINAS Gerais

BALANÇO

Chuvas prejudicaram mais de 40 mil pessoas em Minas Gerais

Balanço da Defesa Civil do estado também mostra que número de municípios que decretaram emergência ou calamidade já é 43% maior que o do último período chuvoso

29/12/2021

O número de pessoas atingidas pelas consequências das chuvas em Minas Gerais chegou a 40.084, segundo o boletim divulgado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) na manhã desta quarta-feira (29/12). Desde o início do período chuvoso, que vai de 1º de outubro deste ano até 31 de março de 2022, seis pessoas morreram e 50 ficaram feridas. O órgão contabiliza uma pessoa com enfermidades entre os danos humanos. Ainda no total, estão 2.401 pessoas desabrigadas - que tiveram as moradias destruídas pelas intempéries - e 10.200 desalojadas, termo usado para quem precisou sair do imóvel temporariamente ou em definitivo por conta dos riscos. Outras 27.426 foram afetadas de maneiras não especificadas no boletim.

A tragédia em Capitólio

No início da tarde de 8 de janeiro de 2022, nos cânions do lago de Furnas, em Capitólio – MG, ocorreu uma tragédia que deixou 10 mortos e mais de 30 feridos. Nos cânions, em Capitólio, vários marinheiros de lanchas percorrem trechos paradisíacos com turistas a bordo. Na região, a maioria dos passeios dura em média três horas até o regresso de todas as embarcações ao ponto de partida. Naquele dia, o desabamento de uma rocha sobre lanchas causou a tragédia que foi filmada no exato momento em que ocorreu. O incidente teria começado com uma "cabeça d'água" na região dos cânions, provocando o desabamento de pedras e estruturas rochosas, que atingiram ao menos três embarcações – duas afundaram.



FONTES DE ENERGIA

Podemos definir fontes de energia como sendo as diferentes formas de recursos naturais **de onde podemos retirar algum tipo de energia** empregada para se realizar um **trabalho**. Trabalho este realizado na indústria, no comércio, nos lares, nos transportes, etc. Também podemos definir fontes de energia como sendo as diferentes formas de recursos que direta ou indiretamente produzem energia para movimentar a indústria, o comércio, os transportes, a agricultura, a saúde, etc. As jazidas minerais, as bacias petrolíferas, os rios, o vento, o sol, as florestas, são alguns exemplos dessas fontes de energia. É importante que saibamos estabelecer a relação entre o crescimento econômico mundial, ou de um país, com a demanda energética gerada por esse crescimento. Sendo assim, podemos dizer que "a



demanda energética de um país está diretamente ligada ao seu crescimento econômico”, ou seja, quanto mais um país cresce, mais ele irá precisar de energia.

NENHUMA MÁQUINA (NEM MESMO O NOSSO CORPO HUMANO) REALIZA O SEU TRABALHO SEM QUE SE DÊ A ELA ALGUMA ENERGIA. E ESSA ENERGIA VEM DE ONDE? DE ALGUMA FONTE DE ENERGIA

COMO PODEMOS CLASSIFICAR AS FONTES DE ENERGIA

FONTES PRIMÁRIAS

*são aquelas que estão na natureza

Exemplos: o sol, a água (dos rios e dos mares), os ventos, a madeira, o gás natural, o carvão mineral, o petróleo, o urânio, geotérmica, xisto, cana-de-açúcar, mamona, soja

* **RENOVÁVEIS:** são aqueles consideráveis inesgotáveis. Serão sempre geradas de novo, de acordo com o ciclo da natureza. Exemplos: o sol, os ventos, a matéria orgânica, o calor da Terra (geotérmica), os rios e correntes de água doce, os mares e oceanos.

NÃO-RENOVÁVEIS: são esgotáveis. Possuem data para acabar. Mesmo que consideremos a possibilidade de algumas se renovarem, levariam milhares de anos. Por isso, as consideramos limitadas. Exemplos: Carvão mineral, Petróleo, Gás Natural, Urânio, etc.

FONTES SECUNDÁRIAS

* são aquelas que surgem a partir de uma primária, ou seja, depois que as primárias são transformadas

Exemplos: a gasolina, o diesel, a energia elétrica, etanol, querosene, biodiesel, bagaço de cana, óleo cru, carvão veg.

FONTES “LIMPAS” E FONTES “SUJAS”

- **LIMPAS:** São aquelas fontes que **não** produzem gases poluentes que intensificam o efeito estufa e consequentemente aumentando a problemática do aquecimento global. Exemplos: solar, eólica, geotérmica, mare motriz, hidráulica, energia cinética das ondas e marés, geotérmica (gerada de fontes naturais de calor vulcânico) e nuclear.

CUIDADO!

O fato de dizermos que uma fonte de energia é limpa, **NÃO** significa dizer que ela não causa impactos ambientais!

- **SUJAS:** Exatamente o contrário. São fontes que produzem gases poluentes, gases de efeito estufa, contribuindo assim para o aquecimento global. Os **combustíveis fósseis e seus derivados são exemplos disso**. Eles incluem o petróleo e seus derivados (gasolina, óleo *diesel* etc.), o gás natural, o xisto e o carvão mineral. Todos esses combustíveis foram gerados há milhões de anos pela decomposição de seres vivos, animais e/ou vegetais. Eles são usados em **usinas termelétricas**, em que a combustão desses combustíveis libera calor que aquece a água, gerando vapor, que movimenta uma turbina, produzindo energia elétrica. São usados também nos automóveis movidos a motor de combustão. Na sua combustão completa, eles produzem o dióxido de carbono (CO₂) que intensifica o efeito estufa e agrava o problema do aquecimento global. Ele também pode reagir com a água da chuva, tornando-a ácida. Na queima incompleta, é produzido o monóxido de carbono (CO), que também é um gás-estufa. Além disso, várias impurezas são lançadas na atmosfera, como os óxidos de enxofre que produzem uma chuva ácida muito forte, pois em contato com a água, forma-se o ácido sulfúrico (H₂SO₄).

FONTES SUSTENTÁVEIS

São aquelas que utilizam os recursos da natureza disponíveis, mas de forma a preservá-los para uso futuro e evitar ou minimizar os impactos sobre o meio ambiente. São exemplos a energia hídrica, a solar e a eólica. Também podemos considerar a energia obtida da queima da biomassa (bagaço da cana, madeira, etc.), energia obtida nos biodigestores de esterco animal e de aterros sanitários, por exemplo, por virem de recursos que podemos repor e também por emitirem menos gases de efeito estufa.

CUIDADO!

Quando estamos falando em fontes de energia, **não necessariamente** estamos falando de "energia elétrica". A energia elétrica é apenas uma das mais variadas fontes de energia. Como vimos, ela é uma fonte secundária, que pode ser produzida a partir de várias fontes primárias.

OBTENÇÃO DE ENERGIA ELETRÍCA A PARTIR DE FONTES PRIMÁRIAS DE ENERGIA

As centrais produtoras de Energia Elétrica produzem esta energia a partir de diferentes Fontes primárias de Energia. É possível produzir Energia Elétrica a partir (por exemplo):

- **da água** – nas hidrelétricas
- **do vento** – nos parques eólicos (aero geradores)
- **do sol** – nas usinas solares (painéis fotovoltaicos)
- **de combustíveis fósseis** – nas termelétricas
- **do urânio** – nas usinas nucleares

MATRIZ ENERGÉTICA:

É o conjunto de todas as fontes de energia das quais um país dispõe. A matriz representa a quantidade de energia disponível em um país, e a origem dessa energia pode ser de fontes renováveis ou não renováveis.

* Utilizando termos mais técnicos, segundo a Resenha Energética Brasileira, publicada pelo Ministério de Minas e Energia (<http://www.mme.gov.br>):

A energia que movimenta a indústria, o transporte, o comércio e demais setores econômicos do país recebe a denominação de Consumo Final no BEN. Essa energia, para chegar ao local de consumo, é transportada por gasodutos, linhas de transmissão, rodovias, ferrovias etc., processos esses que demandam perdas de energia. Por outro lado, a energia extraída da natureza não se encontra nas formas mais adequadas para os usos finais, necessitando, na maioria dos casos, passar por processos de transformação, como as refinarias, que transformam o petróleo em óleo diesel, gasolina, e outros derivados; as usinas hidrelétricas, que aproveitam a energia mecânica da água para produção de energia elétrica; as carvoarias, que transformam a lenha em carvão vegetal, e outros. Esses processos também demandam perdas de energia. Segundo práticas internacionais sobre cadeias energéticas, a soma do consumo final de energia, das perdas na distribuição e armazenagem, e das perdas nos processos de transformação recebe a denominação de Oferta Interna de Energia – OIE, também, denominada de Demanda Total de Energia (Total Primary Energy Supply ou Domestic Energy Supply). A estrutura da OIE por energético é comumente chamada de Matriz Energética.

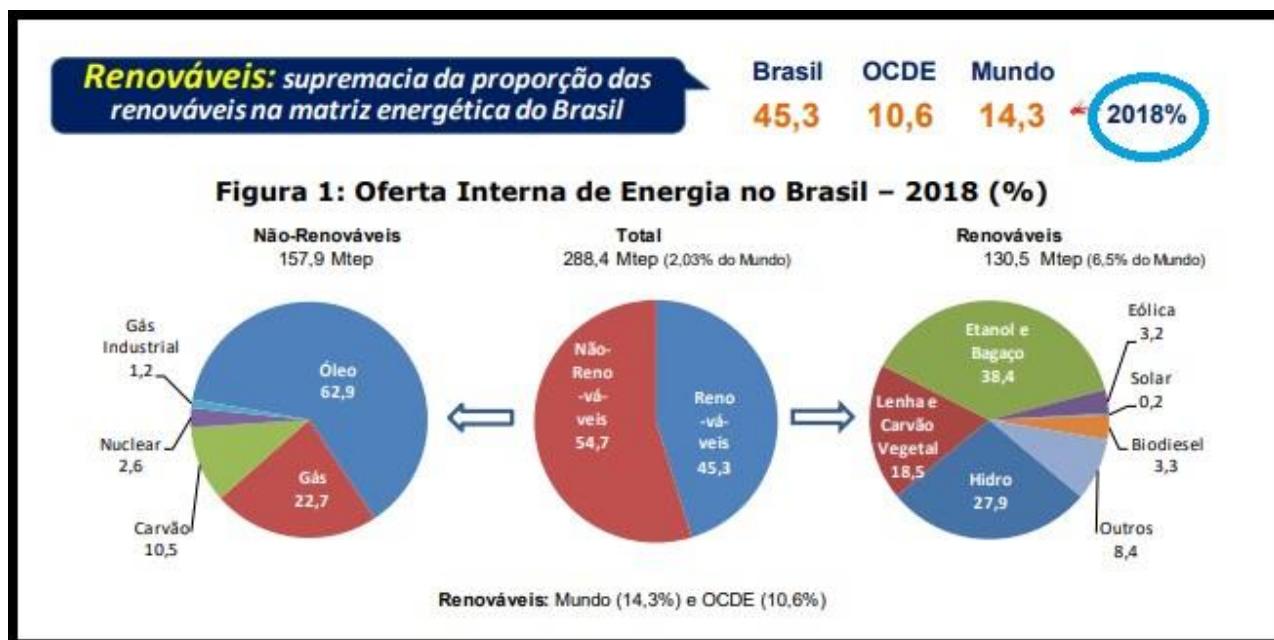
CUIDADO!

Não confunda "matriz energética" de um país com "matriz elétrica". "Matriz energética", como acabamos de ver, é o conjunto de todas as fontes de energia das quais um país dispõe. Já a "matriz elétrica", é um produto da "matriz energética". A Matriz elétrica é produzida pela matriz energética. Seria o conjunto de fontes energéticas primárias de onde deriva a energia elétrica.

A MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

Podemos afirmar sim que, a Matriz Energética brasileira é considerada equilibrada. Uma das mais equilibradas do mundo. No Brasil, as fontes **RENOVÁVEIS** passaram a uma participação de 43,5% na demanda total de energia de 2016 (OIE), ante os 41,3% verificados em 2015. A participação das fontes **NÃO RENOVÁVEIS** no Brasil em 2016 foi de 56,5%. Para termos uma ideia, a participação das fontes **RENOVÁVEIS** no mundo, foi de apenas 14,2% em 2016. Já nos países da OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coréia do Sul, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Eslovaca, República Tcheca, Suíça, Suécia e Turquia) a participação das fontes **RENOVÁVEIS** em 2016 foi de apenas 9,5%.

Se levarmos em consideração o gráfico mais atualizado retirado da Resenha Energética Brasileira, exercício 2018, edição 2019 que ilustra a Matriz Energética do Brasil temos:



A MATRIZ ELÉTRICA BRASILEIRA

O equilíbrio que acabamos de vê na Matriz Energética brasileira, não se repete quando falamos da Matriz Elétrica brasileira. O Brasil ainda depende intensamente, enormemente, da Fonte Hídrica (hidrelétricas) para a sua produção de Energia Elétrica. As hidrelétricas continuam sendo a principal fonte geradora da energia elétrica brasileira.

Em 2018, a Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE) ficou em 636,4 TWh, montante 1,7% superior ao de 2017 (625,7 TWh). Pelo porte, merecem destaque os aumentos de 14,4% na oferta eólica, e de 4,8% na hidráulica nacional. A geração solar teve aumento de 316,1% (876% em 2017), mas ainda com baixa representatividade.

A supremacia da geração hidráulica ficou mais acentuada em 2018, chegando a 66,6% da OIEE (incluindo a importação de Itaipu), contra os 65,2% verificados em 2017 (70,6% em 2013).

Oferta Interna de Energia Elétrica (OIEE)

ESPECIFICAÇÃO	GWh		18/17 %	Estrutura (%)	
	2017	2018		2017	2018
HIDRÁULICA	370.906	388.971	4,9	59,3	61,1
BAGAÇO DE CANA	35.656	35.435	-0,6	5,7	5,6
EÓLICA	42.373	48.475	14,4	6,8	7,6
SOLAR	832	3.461	316,1	0,13	0,54
OUTRAS RENOVÁVEIS (a)	17.257	18.947	9,8	2,8	3,0
ÓLEO	12.458	9.293	-25,4	2,0	1,5
GÁS NATURAL	65.593	54.622	-16,7	10,5	8,6
CARVÃO	16.257	14.204	-12,6	2,6	2,2
NUCLEAR	15.739	15.674	-0,4	2,5	2,5
OUTRAS NÃO RENOVÁVEIS (b)	12.257	12.314	0,5	2,0	1,9
IMPORTAÇÃO	36.355	34.979	-3,8	5,8	5,5
TOTAL (c)	625.682	636.375	1,7	100,0	100,0
<i>Dos quais renováveis</i>	503.378	530.269	5,3	80,5	83,3

2017
TWh → 21,1 → 2018
21,5 → Bagaço: excedentes de eletricidade para o mercado - expansão de 2,2% (+0,4 TWh)

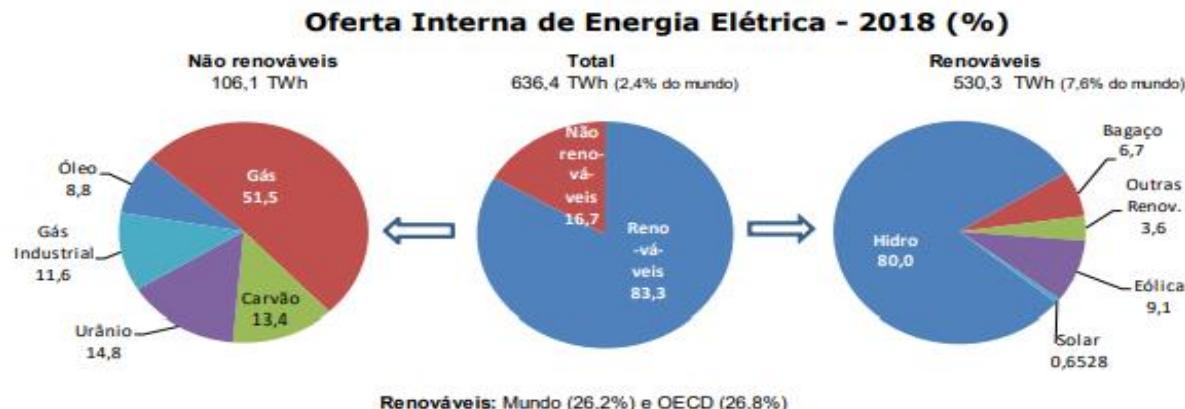
Em 2018, as fontes renováveis chegaram a 83,3% de participação na matriz da OIEE, indicador 2,8 pontos percentuais acima do verificado em 2017. A oferta de eólica e bagaço somou 13,2% na OIEE de 2018 – por semestre, este indicador

ficou entre 7 e 8% no primeiro, e entre 13 e 15% no segundo, complementar, portanto, à oferta hidráulica, com dinâmica oposta. A energia solar, apesar da alta taxa de crescimento, ainda é pouco significativa na matriz. No caso do bagaço, dos 35,4 TWh gerados, 21,4 TWh foram de excedentes para o mercado, e 14 TWh para o consumo próprio na produção de açúcar e etanol.

A figura 3 ilustra a matriz da OIEE. O gráfico central mostra as vantagens comparativas dos 83,3% de fontes renováveis na matriz brasileira, contra o indicador de apenas 26,2% na média mundial, e de 26,8% no bloco OCDE.

Resenha Energética Brasileira

Resultados de 2018



O estado do Rio Grande do Norte perdeu 3 pontos percentuais na proporção da geração eólica de 2018 sobre 2017, enquanto a Bahia aumentou 4,7 pontos. O Ceará, o 3º em geração, perdeu 0,6 ponto e o Rio Grande do Sul, perdeu 1,9 ponto.

Geração Eólica, por Estado Brasileiro (GWh)

Ano	CE	RN	BA	RS	SC	PI	PB	RJ	PE	SE	PR	MA	Total
2017	5.359	13.656	8.338	5.830	255	4.835	264	78	3.030	73	23	0	42.373
2018	5.828	14.143	11.822	5.765	191	5.724	569	52	3.265	80	19	1.017	48.475
%n/n-1	8,8	3,6	41,8	-1,1	-25,2	18,4	115,2	-33,2	7,7	8,7	-16,2	...	14,4
%n	12,0	29,2	24,4	11,9	0,4	11,8	1,2	0,1	6,7	0,2	0,04	2,1	100,0

Petróleo – Oferta e Demanda

Produção de Petróleo: recuo de 1,2% em 2018 (-34 mil barris por dia a menos)

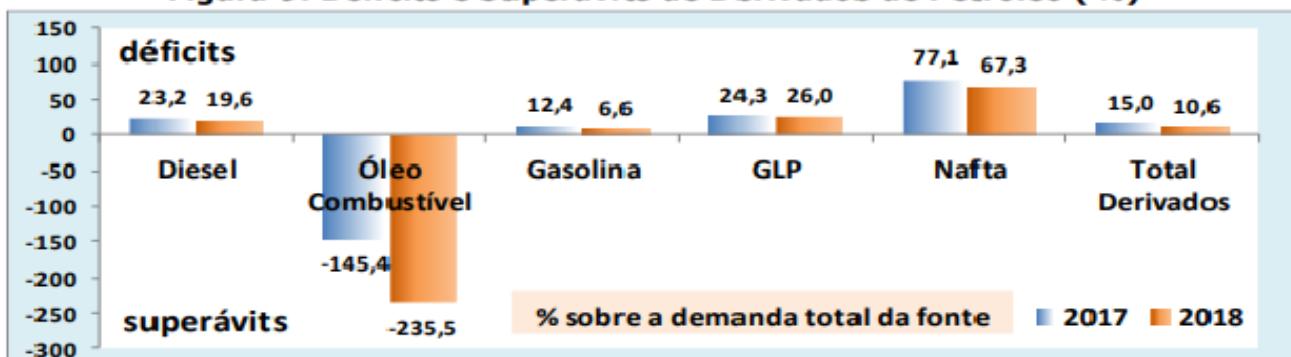
2017
2.719
2018
2.684 mil bbl/d

Em 2018, a demanda total de derivados de petróleo ficou em 2.016 mil bep/dia, montante 6,3% inferior ao de 2017. A produção de petróleo (incluindo LGN e óleo de xisto), também teve queda, de 1,2%, chegando ao montante de 2.684 mil bbi/dia. Neste contexto, o petróleo encerrou o ano com superávit de 52,5% e os derivados com déficit de 10,6% - ao todo, houve exportações líquidas de petróleo e derivados da ordem de 660 mil bep/dia (534 mil bep/dia em 2017, 436 bep/dia em 2016 e 230 mil bep/dia em 2015). Em 2014 e 2013 houve déficits líquidos de 160 e 339 mil bep/dia, respectivamente.

A carga de refinarias em 2018 (petróleo virgem, LGN, óleo de xisto e outras cargas) ficou em 1.767 mil bep/dia, com recuo de 2% sobre 2017 (-4,4% em 2017).

A figura 9 ilustra os déficits e superávits dos derivados de petróleo, em relação à demanda total de cada fonte. Apesar do óleo combustível tem superávit.

Figura 9: Déficits e Superávits de Derivados de Petróleo (%)



GOVERNO BRASILEIRO APROVA LEI QUE RETIRA DA PETROBRAS A EXCLUSIVIDADE PARA EXPLORAR O PRÉ-SAL

Primeiramente, o que é pré-sal?

São reservas de onde se extrai petróleo e gás no Brasil, localizadas à cerca de 300 km do litoral, entre o Espírito Santo e Santa Catarina, contendo cerca de 800 km de extensão e 200 km de largura. Esse petróleo e esse gás estão localizados a sete mil metros de profundidade, embutidos em rochas porosas, debaixo de uma espessa camada de sal. Em novembro de 2016, o volume de petróleo extraído dessa camada correspondia a mais de 40% do total da produção nacional. Sua exploração exige tecnologia bastante sofisticada.

Voltando ao assunto:

No dia **29 de novembro de 2016**, o presidente Michel Temer sancionou a lei que desobriga a Petrobras de participar de todos os consórcios do pré-sal e altera regras de exploração de petróleo na camada.

A lei vigente até então era de 2010 e determinava que a Petrobras fosse a única operadora do pré-sal, com participação mínima de 30% em cada consórcio de exploração.

A nova lei (que gerou muito protesto da oposição e de sindicatos por acreditarem que fere a soberania nacional sobre o pré-sal) permite que a Petrobras defina os campos nos quais tem interesse em participar. Vale ressaltar que, de acordo com essa nova lei a Petrobras continua tendo a preferência nas licitações para explorar qualquer campo leiloado. Aí, nos casos em que ela, Petrobras, não tiver interesse, outras empresas, nacionais ou estrangeiras, podem assumir integralmente a operação.

A aprovação da medida vem exatamente num momento de dura crise vivida pela Petrobras, e é tratada pelo governo como a "tábua de salvação" para a empresa e a melhor forma de alavancar a prospecção de petróleo.

Desde que as reservas do pré-sal foram descobertas, há dez anos, uma grande expectativa de que o Brasil se colocaria entre os maiores produtores do mundo fizeram com que as ações da Petrobras se mantivessem nas alturas. As grandes empreiteiras e construtoras de plataformas e navios de exploração fecharam contratos milionários com a estatal (de capital aberto, com ações na bolsa, mas que tem como principal acionista o governo), e os investimentos fluíram, abundantes. No entanto, a partir de 2014 a combinação de uma série de eventos, nacionais e internacionais (que inclui a investigação da Lava Jato, que veremos mais adiante) jogou uma espécie de "balde de água fria" em toda essa euforia, arrastando a Petrobras para uma crise abissal.

As atuais dificuldades enfrentadas pela Petrobras remontam sim à crise de 2007/2008, que já vimos anteriormente, e afetou todo o planeta. Com isso, o governo do então presidente Lula adotou medidas para estimular a produção e o consumo no mercado interno. Como o consumo maior normalmente gera inflação, o governo resolveu manter uma política de não repassar totalmente o aumento internacional dos preços externos do petróleo para o preço da nossa gasolina e diesel vendidos aqui, mesmo importando esses combustíveis a preços maiores. Isso acabou abalando a rentabilidade da Petrobras.

O "baque" seguinte veio com o início da Operação Lava Jato (que veremos mais adiante, mas todo mundo faz ideia do que seja) a partir de 2014. Todos os valores perdidos com a corrupção promovida dentro da empresa, com obras superfaturadas, por exemplo, e investigadas pela Lava Jato, foram descontados (os valores) como perdas fazendo com que o valor da empresa fosse reavaliado. Resultado da brincadeira: a Petrobras fechou 2014 com um prejuízo de 21,6 bilhões de reais. Em 2015, a produção de petróleo subiu, mas a empresa fechou com um balanço negativo de 35 bilhões de reais.

Com tudo isso, as ações da Petrobras despencaram nas bolsas de valores. Duas das mais importantes obras em curso foram paralisadas pela empresa: os complexos de refinaria Comperj (RJ), e Abreu e Lima, em Pernambuco. Os investimentos foram reduzidos em 37% (de 2015 a 2019) e reduzidas as metas de exploração de petróleo e gás. Para reduzir o endividamento, a empresa começou a vender bens e operações consideradas não essenciais.

A freada na exploração do pré-sal acabou reduzindo a entrada dos royalties nos cofres públicos. Os royalties são a compensação paga pelas empresas pelo direito de explorar as jazidas. Devem “engordar” os cofres públicos. De acordo com uma lei sancionada pela então presidente Dilma em 09 de setembro de 2013, 75% dos recursos arrecadados com os royalties do petróleo (recursos arrecadados que cabem à União, aos estados e municípios) deve ser usado na educação e 25% na saúde. Existe ainda o chamado Fundo Social do Pré-Sal, criado em 2010, como uma espécie de poupança do governo para guardar o dinheiro proveniente dos royalties do pré-sal (a parte da União) e de acordo com essa lei de 2013, 50% do Fundo Social do Pré-Sal passaria a ser destinado para educação e saúde, na mesma proporção de 75/25% respectivamente. A outra metade do fundo pode ter outras destinações sociais, a critério do governo.

Ainda sobre os royalties, empresas privadas podem explorar o petróleo do pré-sal sob regime de partilha. As reservas continuam sendo patrimônio da União, e as companhias exploradoras só têm direitos sobre o volume extraído. Nesse regime, as empresas concessionárias devem pagar à União, como royalties, 15% do valor do petróleo produzido. Desse valor, o governo federal fica com 20%; os estados e municípios produtores ficam com 35% e os demais estados e municípios, não produtores no caso, com outros 45%. Vale lembrar que o valor da arrecadação depende não apenas da quantidade de petróleo extraído, mas também do seu preço no mercado internacional e do valor do real frente ao dólar.

Para piorar a situação da Petrobras, a empresa foi duramente afetada pela conjuntura externa do mercado de petróleo. O preço médio do barril despencou da faixa de US\$ 110 / 111,00 em 2011 e 2012, para a faixa de US\$ de 50,00 em 2015, chegando a US\$ 30,80 em janeiro de 2016. Essa queda com certeza afetou o planejamento da Petrobras que lucra com a exportação do seu petróleo.

BRASIL: PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO PRÉ-SAL ULTRAPASSA A DO PÓS-SAL

No dia 31 de julho de 2017, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) informou que a produção de petróleo na camada pré-sal ultrapassou, pela primeira vez, o volume extraído em campos do pós-sal no Brasil. De acordo com boletim divulgado pela agência, os campos do pré-sal produziram em junho de 2017 uma média de 1,352 milhão de barris de petróleo por dia, acima dos 1,321 milhão de barris produzidos em poços no pós-sal.

05

DIVERSIDADE

De acordo com o dicionário: diversidade é um substantivo feminino que significa a **qualidade** daquilo que é diverso, diferença, dessemelhança, variação, **variedade, multiplicidade**. Mas, também pode significar ausência de acordo ou divergência.

<https://impacthubcuritiba.com/diversidade-uma-atitude/>

A princípio, podemos definir a palavra DIVERSIDADE como sendo “o conjunto de diferenças e valores compartilhados pelos seres humanos na vida social”. Este conceito está intimamente ligado aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes modos de percepção e abordagem, heterogeneidade e variedade.

O contexto da sociedade contemporânea mergulhado na globalização na economia, fluxo comunicativo e interação contínua tem traçado mudanças profundas nas visões sobre a própria sociedade. O tema diversidade e a forma complexa que este conceito tem se desenvolvido é fruto do contexto no qual ele se encontra inserido, de mudanças constantes e de uma valorização e percepção das grandes diferenças sejam sociais, políticas, culturais, sexuais, étnicas entre outros.

A diversidade entendida como uma extensão da individualidade que tem sua representação no modelo social de rede apresenta-se na concepção da complexidade como o formato fundamental da sociedade. Nesta perspectiva as diferenças apresentam- se como uma experiência natural da vida em sociedade.

Contudo a tendência a tomar a diferença como uma inadequação dos valores estabelecidos por um grupo social ou cultura tendem a gerar uma série de comportamentos que são prejudiciais no desenvolvimento e relacionamento entre os indivíduos: **o preconceito, a discriminação e a intolerância**. Estes comportamentos ainda são encontrados continuamente na sociedade como um reflexo mais profundo **da violência e da exclusão social**.

Pensar a diversidade é um processo importante para a construção da identidade, isto significa que ela tem um papel crucial na criação de valores e atitudes que permitam uma melhor convivência e respeito entre todos os setores para o pleno desenvolvimento da humanidade.

Apesar da palavra diversidade ser utilizada para denotar o processo de inclusão cultural e de gênero nas empresas, na política, nos relacionamentos e na sociedade, a diversidade pode ser entendida a partir de vários aspectos, como por exemplo:

- ✓ **DIVERSIDADE CULTURAL:** diz respeito à nossa responsabilidade em conciliar diferentes pessoas no ambiente em que estamos, unindo-as em colaboração. Aceitar a diversidade cultural não é apenas conseguir conviver com gêneros, cores, ou orientações sexuais diferentes, mas respeitar ideias, culturas e contextos de vida distintos. Em muitas empresas, por exemplo, já se fortalece a idéia de que “**a diversidade fortalece a competitividade e a aumenta a lucratividade**”. Além disso, as organizações que investem em diversidade são mais inovadoras e se adaptam mais rapidamente às mudanças do mercado. **Ser diferente, e/ou aceitar as diferenças é diferencial competitivo no mundo atual.** O Brasil, com toda a sua dimensão territorial e sua pluralidade cultural, religiosa e étnica, bem que poderia ser um exemplo de diversidade cultural, mas como sabemos não é. Há muito a fazer no que se refere à inclusão de afro-descendentes, na diminuição dos casos de violência contra mulheres, negros e homossexuais; para minimização da desigualdade de gênero, etc. A estrada para a consolidação da diversidade cultural no país ainda está sendo pavimentada. Há muito que fazer no sentido de conciliarmos as divergências e conquistarmos uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.
- ✓ **BIODIVERSIDADE:** como foi dito, a diversidade pode ser entendida a partir de vários aspectos, um deles é o aspecto da natureza, da riqueza natural, da biodiversidade. A biodiversidade representa toda a riqueza e variedade do mundo natural. Ainda não se sabe quantas espécies vegetais e animais existem no planeta Terra. As estimativas ultrapassam as dezenas de milhões de espécies, das quais os cientistas classificaram menos de 2 milhões. Neste contexto, **o Brasil é considerado um país de “megadiversidade”.** Há quem diga que **aproximadamente 20% das espécies do mundo estão no Brasil.** A dimensão da biodiversidade brasileira é gigante, por isso, precisamos conhecê-la profundamente para preservá-la. Além disso, precisamos **refletir sobre nosso papel como agente modificador do mundo**, para melhor ou para pior.

PARA CONVIVER COM A DIVERSIDADE: O PAPEL DA ESCOLA E DA FAMÍLIA

Aprender a viver em um ambiente de diversidade é um dos principais desafios do mundo contemporâneo - e, portanto, da Educação. Ao longo da vida escolar, os alunos se deparam com todo tipo de diferença: de gênero, raça, valores, religião, expressão da sexualidade, ritmos de aprendizagem, configurações familiares etc. Diante dessa realidade, nós, educadores, pregamos o discurso da tolerância e do respeito. No entanto, nem nos perguntarmos sobre a origem das atitudes discriminatórias.

Diversidade é uma construção social. Isso significa que as distinções não existem em si mesmas. Elas são sempre produto da cultura. Ao definirmos pessoas ou atitudes como estranhas, estamos comparando-as a parâmetros previamente estabelecidos. O que entendemos por normal, correto e direito? Quem dita ou reforça os padrões culturais e estabelece as normas são os grupos e as instituições com capacidade de influenciar a sociedade - ou seja, a escola, a família, os amigos, a televisão, os jornais, as revistas, a internet, as redes sociais etc. Mas qual o poder da escola diante de atores tão pouco abertos à tolerância? Primeiro, devemos perceber que a falta de abertura não significa necessariamente rejeição. O outro é visto com frieza ou até mesmo com desconfiança e temor por representar uma ameaça ao universo conhecido. Sob esse ponto de vista, a reação agressiva ou indiferente àqueles que subvertem nossas convicções sobre o "verdadeiro modo de ser" funciona como uma forma de autoproteção.

Quando ocorre a reação defensiva, o aluno precisa ser orientado a sair da posição de quem está sendo atacado nas certezas e passar a se relacionar com as diferenças por meio de uma perspectiva integradora. Para transformar a reação dos alunos diante das diversidades, o trabalho educacional tem de instigar o questionamento sobre a origem histórica - social, política, jurídica, econômica, cultural - dos padrões estabelecidos.

Contudo, além de buscar o entendimento racional daquilo que foge à nossa familiaridade, é preciso sentir e experimentar o outro, deixando que ele nos afete emocionalmente. Acredito que o contato afetivo é o único capaz de transformar a qualidade das relações pessoais. O que me encanta no outro? O que me incomoda? O que me assusta? Provocar essas perguntas e despertar a curiosidade nos alunos também é tarefa da escola.

Se você tiver a oportunidade, assista a animação *Dia e Noite*, dirigida por Teddy Newton e produzida pelos estúdios Disney Pixar. O curta-metragem ilustra bem a perspectiva integradora da diversidade. Os personagens, o Dia e a Noite, primeiramente se estranham e rivalizam por causa das divergências. Porém, aos poucos eles se fascinam pelas características que não possuem: o Dia descobre as estrelas e a Noite se encanta pelo calor da praia.

HOMOFOBIA E TRANSFOBIA “EQUIPARADOS” AO CRIME DE RACISMO:



O Plenário do STF concluiu, no dia **13 de junho de 2019**, o julgamento das ações que tratam da matéria sobre a criminalização da homofobia e transfobia, e decidiu que, até que o Congresso Nacional edite lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas se enquadram na tipificação da **Lei do Racismo**.

LEI DE RACISMO:

LEI N° 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989

Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.459, de 15/05/97)

* **OBS:** No dia 28 de outubro de 2021, o STF passou a entender que o crime de injúria racial é espécie do gênero racismo. Portanto, é imprescritível, conforme o artigo 5º, XLII, da Constituição.